

Kenski, Vani Moreira

VANI MOREIRA KENSKI

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida por Vani
Moreira Kenski e aprovada pela
Comissão Julgadora em 30
de Setembro de 1990

Data _____

Assinatura *[Handwritten Signature]*

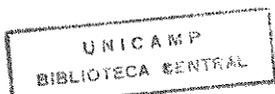
O FASCINIO DO OPINIAO

Bc/9100826

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

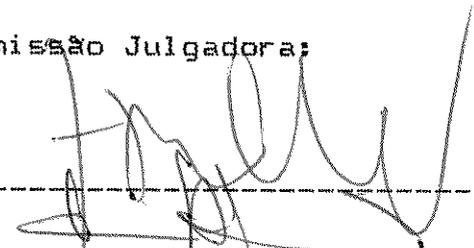
1990



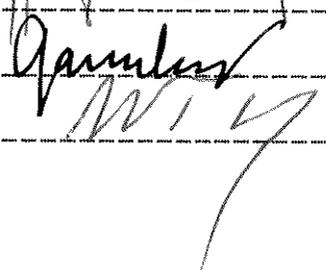
Tese apresentada como exigência
parcial para obtenção do Título de
DOUTOR EM EDUCAÇÃO na Area de Concen-
tração: Metodologia de Ensino à Comis-
são Julgadora da Faculdade de Educação
da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Professor Dr. **Ciro
Juvenal Rodrigues Marcondes Filho.**

Marcondes Filho, Ciro, 1998 -

Comissão Julgadora:







DEDICATORIA

Para VICTOR KENSKI,
por tudo o que temos partilhado
nesta vida, Opiniões inclusive.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Prof. Dr. **Ciro Marcondes Filho** - professor e orientador a quem aprendi a admirar e respeitar -, pela seriedade profissional, disponibilidade, atenção e extrema competência com que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho, em todos os seus momentos.

AGRADECIMENTOS

Na caminhada que resultou neste trabalho contei com o auxílio de várias pessoas. Há muitos a quem agradecer. Ao Prof.Dr. Evaldo Vieira devo a idéia de transformar a monografia sobre o Opinião em uma Tese. Aos Profs.Drs. José Dias Sobrinho e Newton Balzan, o apoio e as primeiras sugestões sobre o trabalho de pesquisa a ser feito.

As amigas, Regina Gracindo, Teresa Bertán, Carmem Moura, Maria Eugenia Castanho e Ediógenes Aragão, o auxílio na busca - em diversos pontos do país - dos leitores do Opinião.

Agradeço a todos os entrevistados. Em especial a Fernando Gasparian, Raimundo Pereira, Argemiro Ferreira, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Sérgio Augusto, Bernardo Kucinski, Cristina Tavares, Lysaneas Maciel, Paulo Markun, Memelia Moreira, Luis Antonio Cunha, Moacyr de Góes, Arriet, Miriam Warde, Alcides Vitor de Carvalho, Chico Alencar, Fernando Casadei, Augusto Cesar Petta, Fernando Jorge Caldas Pereira, Woichej Khulesza (Tek), Ivani Fazenda, Celso Rotstein, José Luis Sanfelice, Gilberto, Marcel Dantas de Campos, Giorgio Callegari, Katy Uetanabarro, José Vicente Tavares dos Santos, Marcel Dantas de Campos, Nelson Braga, Marcus Venício Ribeiro, Sergio Castanho, Michelazzo e Menezes de Moraes.

Aos colegas de trabalho da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília agradeço o apoio para que eu pudesse realizar meu curso de Doutorado.

Aos colegas de trabalho da Faculdade de Educação da Unicamp - especialmente às amigas Sarita Affonso Moysés e Silvia Maria Manfredi - agradeço a ajuda, em todos os sentidos, para que eu pudesse "fechar" esta Tese.

Agradeço também aos tantos amigos com quem conversei, refleti e discuti as questões do "fascínio", nas mais diversas oportunidades.

E um agradecimento especial aos meus filhos - Julia, Rafael e Ricardo - que cresceram dividindo os espaços com os estudos da mãe - e ouvindo histórias sobre o Opinião, Marx, Freud... - pela compreensão e apoio, principalmente pela compreensão.

RESUMO

O estudo teve como preocupação principal investigar as causas do fascínio despertado pelo jornal *Opinião* em um determinado grupo de leitores. Procurou-se também identificar que tipo de imprensa estaria, na atualidade, substituindo o *Opinião* na preferência destes leitores.

Através dos depoimentos de leitores que se ligaram afetivamente ao jornal procurou-se reproduzir o "clima" da época em que o *Opinião* circulava (1972-1977). A partir dos dados evidenciados nestes depoimentos foram levantadas três possibilidades para a ocorrência do Fascínio pelo *Opinião*: a própria materialidade do jornal; o regime político repressivo da época; ou as necessidades dos sujeitos fascinados.

Para a análise de cada uma dessas alternativas foram desenvolvidos estudos especiais, desde a leitura gráfica do jornal até aos problemas da modernidade. Para a análise dos comportamentos dos sujeitos, em uma relação de dominação, foram utilizadas as abordagens desenvolvidas por uma nova geração de teóricos críticos do capitalismo e que se vinculam aos princípios defendidos pela *etnopsicanálise*, pela *psicologia social*, pela *política de massas* e pela *própria teoria psicanalítica freudiana*.

O fascínio pode ser assim caracterizado como um fenômeno subjetivo e social, ligado à forma ambivalente com que o jornal procurava se manifestar, e que vai desencadear sentimentos de identificação e participação simbólica dos leitores, na luta contra o regime repressivo.

O FASCINIO DO OPINIAO

SUMARIO

Volume 1

I. Introdução	4
II. O Estudo.....	11
1a. PARTE: O CLIMA	
Momento político.....	13
Oposição consentida.....	16
Caminhos das notícias proibidas.....	21
Impasse nas universidades.....	29
Movimentos clandestinos e a repressão.....	36
2a. PARTE: OPINIAO	
Nasce um jornal.....	47
Fases.....	53
Censura.....	61
Equipe.....	68
Edição, fechamento e circulação.....	72
Estilo Opinião.....	78
3a. PARTE: OS LEITORES	
Os leitores	84
Emoções.....	94

4a. PARTE: MOMENTO ATUAL

Opinião hoje.....99

Um novo jornal Opinião.....103

III. LEITURA GRAFICA.....107

1. A fala mítica.....110

2. O realismo grotesco.....115

3. A "leitura" do Opinião.....123

3.1. As capas.....125

3.2. Páginas internas.....161

Textos,161; Ilustrações 175

VOLUME II

IV. A ANALISE.....194

O Fascínio do Opinião.....195

As lembranças do Opinião.....237

Em direção a um novo Opinião.....252

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....260

Retornando ao Fascínio.....261

APENDICE:

Aspectos Metodológicos.....269

1. O caminho teórico para a análise do fascínio.270

Etnopsicanálise.....277

Psicologia Social Analítica, Freudiana moderna.....	285
Política de Massas.....	289
Teoria Psicanalítica Freudiana.....	300
2. Técnica de Pesquisa.....	304
A amostragem.....	304
Os segmentos da amostra	305
1. os leitores universitários.....	305
2. os políticos.....	306
3. os jornalistas.....	307
4. grupo de controle.....	307
Seleção dos entrevistados e representatividade da amostra.....	308
Os entrevistados.....	310
Coleta de dados.....	311
O registro.....	312
Definição do instrumento de registro, 313; O roteiro de perguntas, 313; Critérios de registro e procedimentos em campo, 314.	
Procedimentos de Análise.....	315
Processamentos dos Dados, 315; Organização do estudo, 318; A busca teórica, 319.	
BIBLIOGRAFIA.....	320

INTRODUÇÃO

"Para entender as notícias você precisa de OPINIÃO. Uma notícia é apenas uma pequena parte da verdade. Por trás dela existem razões ocultas, interesses, jogadas. Ela precisa ser relacionada com outros fatos, interpretada...."

Esta era a chamada que, em fins de outubro de 1972, na contracapa do número zero do jornal alternativo Opinião, anunciava o novo semanário nacional. Apresentava também o seu corpo de colaboradores, jornalistas e intelectuais respeitados nacionalmente, como Antonio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Millor Fernandes, Paulo Francis, Hélio Jaguaribe, Chico de Oliveira, Paul Singer, Aloísio Biondi, Washington Novaes, José Arthur Giannotti, Jean Claude Bernadet, Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Lauro de Oliveira Lima, Otto Maria Carpeaux, Chico Buarque de Holanda.

Na mesma edição, em suas páginas centrais, Opinião se auto-apresentava como

"Um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse a 20% de sua receita."

Os responsáveis pelo semanário informavam também que todo o dinheiro ganho no jornal seria reinvestido nele. Atra-

vés de apresentação de cálculos financeiros e, supondo que a tiragem do jornal "não ultrapassaria com facilidade os 25 mil exemplares", a equipe tentava apresentar o Opinião como um jornal a procura de sua independência financeira. Pois, como afirmavam, "o jornal para ser independente politicamente, precisa ser auto-suficiente financeiramente...." Mais ainda, o editor do jornal, Raimundo Pereira, declara que,

"O jornal não pretende se limitar a um simples relato dos fatos da semana. Deveremos analisar, criticar e interpretar esses fatos para o leitor com a maior honestidade possível," e, mais adiante, conclui:

"Opinião não vai fazer "política" na medida em que não vai fazer propaganda de movimentos políticos ou preservar a imunidade de certos grupos ou igrejinhas...mas sua honestidade não deve ser confundida com omissão. Não temos medo de ter opinião - diz ele. Somos, por exemplo, contra a depredação do ambiente, a exploração do consumidor, o roubo das riquezas nacionais e temos como compromisso a defesa dos direitos do cidadão e das liberdades democráticas."

Com esta carta de intenções, Opinião ia ao encontro das necessidades de informação de um amplo segmento da sociedade na época. Desta forma, atraiu de imediato a atenção de milhares de leitores que, insatisfeitos com o clima político e social existente, procuravam encontrar no jornal as notícias que não eram oficialmente transmitidas pelos outros órgãos de informação. Muitos destes leitores acompanharam a trajetória do jornal até a sua extinção, guardaram os seus exemplares e, alguns, chegaram mesmo a encaderná-los.

Foi exatamente esta relação afetiva e duradoura

existente entre os leitores e a lembrança do jornal que orientou a pesquisa no sentido de investigar a ocorrência deste fenômeno subjetivo e social, que caracterizamos como "fascínio pelo Opinião".

Por outro lado, havia a preocupação de investigar se as publicações existentes na atualidade produzem o mesmo efeito nestes leitores e, em caso negativo, porque não se apresenta nada semelhante, mesmo quando parece existir uma certa demanda por este tipo de jornalismo.

A investigação foi, então, iniciada com o levantamento de leitores assíduos e de alguns membros da equipe do jornal que pudessem falar de suas relações com o Opinião, vinculando-as às suas experiências de vida, na época. A intenção foi a de encontrar pessoas que não se detivessem em apresentar relatos factuais, mas que soubessem interpretá-los, que pudessem explicar as suas vivências pessoais no contexto social mais amplo existente no período.

Os entrevistados, através de regressões ao período em que se relacionavam com o Opinião, foram apresentando suas vivências, suas versões de fatos dos quais participaram. A partir do levantamento e sistematização dos acontecimentos narrados, foi elaborado um estudo que procurou refletir o "clima da época", não na perspectiva concreta de como estes fatos objetivamente ocorreram, mas na forma como foram recuperados nestas narrativas.

É importante ressaltar que, para a elaboração deste

estudo, não houve uma preocupação de se realizar um levantamento histórico, pelo menos não na forma como a narrativa histórica é tradicionalmente concebida. Não foi utilizada, por exemplo, bibliografia sobre a época ou o recurso a documentos sobre a fase retratada. O texto foi sendo criado utilizando-se basicamente os elementos coletados nos depoimentos dos entrevistados. Em alguns instantes, recorreu-se também a textos veiculados pelo Opinião e referidos nestes relatos.

Para a construção da história, não houve sequer a preocupação ou a indução para que os respondentes fizessem a sua versão da história política da época. A preocupação básica da pesquisa era a de que cada um apresentasse a "sua" história pessoal. Tanto assim que as entrevistas eram iniciadas com o estímulo para que revelassem o que "sentiam" na época, e por que.

A reunião e compatibilização dos depoimentos orientou a elaboração de um caminho, uma história única em que os entrevistados não mais aparecem como sujeitos (a não ser em algumas recuperações de fala, consideradas pertinentes para reforçar ou esclarecer a narrativa), mas como colaboradores. Os depoentes emprestaram, assim, suas histórias pessoais para a construção de uma "história coletiva". A vivência de um, somada ao pensamento de outro, ao posicionamento de um terceiro, foram compondo o tecido que resultou no texto, chamado operacionalmente de "estudo". A preocupação foi a de montar a narrativa como se apenas uma pessoa, um personagem, fosse contando a "história" que não é mais a de um indivíduo identificado mas o somatório das vivências de todos.

Desta forma, foi organizado o relato em que foram

privilegiadas as opiniões dos entrevistados sobre o clima político vivido no período em que o jornal circulava (1972-1977) e a própria história do jornal Opinião. Além disso, foram também sistematizadas no estudo as opiniões dos entrevistados sobre o tipo de jornalismo que poderia estar ocupando, na atualidade, o espaço deixado pelo Opinião.

A recuperação das vivências ocorridas em um período difícil, emocionou a todos, praticamente. As formas emocionadas de comunicação, compreendidas também em bloco já que não foram manifestações isoladas, deu origem a uma outra parte do estudo, chamada "emoções". Nesta parte foram descritas as expressões espontâneas - gestos e outras formas de comunicação - apresentadas pelos entrevistados enquanto tentavam recobrar o passado.

Além disso, o estudo apontou também para a importância que tinham as capas e ilustrações, o projeto gráfico do jornal, como foco de atração para os leitores. A partir destas referências, foi feita a leitura gráfica do Opinião em que se procurou verificar, na materialidade do jornal, as condições que conduziram esses leitores ao fascínio.

O "estudo" organizado deu origem às primeiras reflexões sobre um caminho de análise que pudesse satisfazer às indagações da pesquisa. A partir das informações coletadas e de discussões em "workshops", optou-se por um tratamento teórico que pudesse contemplar o sentido subjetivo e ao mesmo tempo social encontrado na questão do fascínio pelo Opinião.

Nesta perspectiva, a análise do fascínio foi orien-

tada para ser desenvolvida a partir dos posicionamentos epistemológicos apresentados pelo materialismo histórico, nas abordagens defendidas por uma nova geração de teóricos, críticos do capitalismo. Considerou-se, assim, os parâmetros defendidos pela etnopsicanálise; pela psicologia social analítica, em sua vertente freudiana moderna; pela política de massas, além do recurso aos conceitos apresentados pela corrente freudiana de psicanálise.

O trabalho resultante da pesquisa foi organizado em quatro partes distintas. Em sua primeira parte é apresentado o estudo, a "história" elaborada a partir dos depoimentos dos leitores entrevistados. A segunda parte é dedicada à leitura gráfica, principalmente das capas e ilustrações apresentadas pelo jornal, em seus primeiros meses de existência. A análise do fascínio ocupa a terceira parte do trabalho. Para que não houvesse ruptura no encadeamento do texto, os aspectos teóricos-metodológicos, que orientaram o desenvolvimento da investigação em todos os seus momentos (levantamento dos dados, elaboração do estudo e análise), são apresentados, com maior detalhamento e profundidade, em separado, no Apêndice 1.

Pretende-se, desta forma, apresentar o fenômeno do fascínio causado pelo Opinião, como um processo historicamente ligado ao momento repressivo em que vivia a sociedade brasileira e que propiciou, pelo tipo de interação que o semanário conseguia mobilizar em seus leitores, a formação de um elo afetivo, e que perdura.

II.
O ESTUDO

"...tudo isto deve ser considerado como se fosse dito por um personagem de romance..." (Barthes)

CLIMA

MOMENTO POLITICO

"...aquela foi uma época totalmente maldita, e por isso totalmente irrecuperável..."
(Chacal. Jornal do Brasil, 8/3/88)

Era 17 de setembro de 1971. A notícia da morte do guerrilheiro Carlos Lamarca chega às redações. As equipes de jornalistas se movimentam. Na TV Globo, em Brasília, o chefe de reportagem lança o desafio:

"-Em quanto tempo nós colocamos a notícia no ar antes que a censura chegue?"

Todos se mobilizam e em menos de cinco minutos surge na tela da televisão a chamada em edição extraordinária. Logo após chega a primeira advertência da Censura!

"Por ordem superior fica terminantemente proibida qualquer divulgação referente a morte de terroristas, pela imprensa, rádio e televisão."

Todos se cumprimentam, nervosos, pela vitória. Agora restava apenas esperar as retaliações pela ousadia. A possibilidade de que sejam presos, ou tenham algum problema com a represão é concreta. Todos tem medo do que possa ocorrer. A função de informar ao público sobre o que está realmente acontecendo torna-se cada dia mais difícil. Uma verdadeira guerrilha contra o poder.

O pavor existente nas redações não difere muito do encontrado na maioria das instituições, nas fábricas, nos teatros,

nas escolas, igrejas...enfim, em quase toda a população. Sob a justificativa de defender os interesses de segurança nacional o governo militar, principalmente após 1968, torna-se fortemente repressivo, criando um clima de medo e insegurança "no qual a consciência do povo não consegue dizer o necessário na defesa de seus direitos legítimos."

Antes de 1968, a população já mostrava sinais de insatisfação com os caminhos tomados pela Revolução. As arbitrariedades cometidas, o cerceamento gradativo das liberdades do povo, aumenta a oposição ao regime. Os políticos se insurgem, as manifestações populares tornam-se frequentes. Os estudantes, reunidos em passeatas, enchem as ruas das principais cidades do país.

A reação dos militares que detém o poder é violenta. Há o fechamento do Congresso e a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, que concede ao poder o direito de controle e suspensão das garantias constitucionais por tempo indeterminado. Instala-se a ditadura.

Os movimentos existentes dentro das diferentes instituições são totalmente dizimados. Sindicatos são fechados ou sofrem intervenções, os movimentos operários destruídos e até os próprios grupos instituídos pela Igreja, uma das primeiras forças a se aliar ao movimento da Revolução de 64, são dispersados. As manifestações no campo das artes, os movimentos culturais, sofrem intensa vigilância. Não há segurança em parte alguma.

Ao mesmo tempo é feita a propaganda maciça das obras e medidas empreendidas pelo governo e que, supostamente, colocavam o país no caminho do desenvolvimento. Em 1971/72 o Brasil

vive o momento do "Milagre".

"Era uma época de muita propaganda oficial, ainda era Médici, e havia uma dose muito grande de ufanismo. Foi na época do "Ame-o ou deixe-o." (Celso Rotstein)

Por trás da rede de propaganda do governo, no entanto, todos sentiam ou sabiam que muitos abusos eram praticados. As informações sobre as violências executadas pela polícia faziam parte do cotidiano da população. Os parentes e amigos que tinham sido vítimas da repressão, que foram torturados, mortos, davam a impressão de que todos estavam constantemente correndo perigo. Tudo contribuía para que os cidadãos sentissem que não estavam defendidos, nem protegidos.

"Uma terrível prostração ao nível da sociedade porque não tinha como se enquadrar para qualquer ação política. Não ia para a guerrilha, ia ficar em casa... não tinha outro instrumento político propriamente dito." (Luciano Martins)

O medo e o silêncio passam a ocupar os espaços das manifestações populares. A preocupação em sobreviver leva todos ao isolamento, a uma atmosfera de paz armada. A sociedade sente que não tem meios por onde possa canalizar as suas inquietações, suas revoltas latentes.

OPOSIÇÃO CONSENTIDA

"...o MDB foi reconstruído nas urnas e transformado pelo povo em partido capaz de congregiar movimentos de opinião, para surpresa de seus próprios dirigentes..." (Afonso Arinos, membro fundador da ARENA, OPINIAO, NO. 108, 1974)

O regime que se instala com o golpe militar em 64, em princípio, não faz cessar a vida política do país. Os partidos continuam existindo e, em 1965, ocorrem eleições para governadores em dez Estados, com a vitória da oposição em Estados economicamente importantes, como Guanabara e Minas Gerais.

O temor de que a vitória da oposição desestabilizasse o governo leva a que seja decretada, ainda em 1965, a extinção dos treze partidos políticos existentes. Logo após, uma nova regulamentação instala o sistema bipartidário, com a ARENA e o MDB.

No cenário político então montado coube à ARENA o papel de partido da situação, de apoio ao governo. O MDB deveria representar a função de oposição " responsável, baseada em críticas construtivas ao regime."

Ficou claro desde o início, para os políticos que militavam na oposição, que o ingresso no MDB era uma atitude de grande risco. Fazer oposição declarada ao regime era se arriscar a estar sempre sob ameaça de represálias como a perda do mandato parlamentar, a cassação dos direitos políticos por dez anos ou

mesmo, a prisão.

O fim do sistema pluripartidário desarticula a oposição. Os vários partidos reunidos conseguem agrupar um número inexpressivo de políticos que ainda viam na atividade parlamentar uma forma de resistência. A estes foram agregados estrategicamente, pelo próprio presidente Castello Branco, alguns políticos simpatizantes do governo, como o general Oscar Passos, e outros .

"...e quando o Chagas Freitas, que era governador biônico do Estado do Rio, foi convidado a entrar na ARENA ele disse! "-Não, eu vou servir melhor à Revolução dentro do MDB..." (Lysaneas Maciel)

O partido encarregado da oposição ao regime já se inicia, portanto, dividido. A atuação dos parlamentares era frequentemente vigiada dentro do próprio partido. Nesse contexto, o posicionamento do MDB era mais do que moderado. Não se discutia assuntos mais polêmicos, procurava-se manter a frágil estrutura política existente, permanentemente ameaçada.

Qualquer manifestação contrária ao regime era passível de punição. O ato de insubordinação dos parlamentares negando o pedido feito pelo Executivo para processar os deputados Marcio Moreira Alves e Hermano Alves, em 1968, leva ao fechamento do Congresso e serve de pretexto para a decretação do AI-5.

O Congresso reaberto acolhe, após as eleições de 1970, um MDB enfraquecido. Começa a surgir porém, entre os novos políticos do partido, um pequeno grupo disposto a não aceitar a farsa da oposição consentida. Os "autênticos", como são chamados,

pretendem desenvolver uma postura oposicionista baseada na denúncia dos atos autoritários do governo. Defendem o fim da repressão e uma melhor distribuição de renda. Este grupo, porém, desde o início, começa a ter uma relação atritada com os outros parlamentares.

A luta da ala mais radical do partido se dava em dois níveis, dentro e fora do MDB. Para os "autênticos" o acesso à tribuna era dificultado e os discursos frequentemente censurados, proibidos de divulgação. Os veículos de comunicação eram pressionados para não informarem as denúncias apresentadas.

Em 1972, por exemplo, após um discurso feito por Lysaneas Maciel, um dos líderes dos autênticos, um grupo de emedebistas uniu-se a deputados da ARENA protestando e reclamando o restabelecimento das cassações.

"Thales Ramalho e outros pediram ao governo que ajudasse a remover aqueles que atrapalhavam a "transição democrática" (Lysaneas Maciel)

Os discursos censurados no Congresso repercutiam no exterior. Os jornais estrangeiros como Le Monde e New York Times frequentemente publicavam esses pronunciamentos. A BBC de Londres referia-se ao quadro político brasileiro como sendo composto pela ARENA, MDB e oposição, ou seja, os "autênticos".

As atitudes moderadas de grande parte dos parlamentares do partido oficial de oposição correspondiam às expectativas do regime que queria dar ao mundo a impressão de que havia um sistema democrático no país, com uma oposição atuante o que, na ver-

dade, não ocorria. O grupo dos "autênticos" era composto por pouco mais de 20 deputados, número irrelevante para efetuar qualquer alteração significativa no partido.

As estratégias contra os parlamentares mais combativos da oposição estendiam-se à campanha eleitoral. Alguns foram proibidos de aparecer nos programas de propaganda do partido pela televisão, seus nomes não eram apresentados nos jornais que tinham vínculos com o governo ou com os políticos conservadores do MDB. Os autênticos sofreram assim várias intimidações. Alguns foram presos, outros tiveram seus mandatos e direitos políticos cassados por dez anos, na maioria das vezes por causa de discursos considerados ofensivos ao regime vigente.

O crescimento do sentimento de oposição ao governo na população faz com que as divergências existentes entre as facções emedebistas sejam secundarizadas nas eleições de 74. O interesse do MDB em vencer as eleições leva o partido, na sua totalidade, a ir buscar nas preocupações populares as bases para uma plataforma eleitoral. Para isso, recorrem a intelectuais do CEBRAP, que também escreviam no jornal Opinião, para elaboração de um programa partidário mais amplo. Fernando Henrique Cardoso, um dos que participou da elaboração desse programa, relembra que

"... o partido que encenava a oposição na época, o MDB, estava ideologicamente muito mais preocupado, ou mesmo somente preocupado com a alteração do regime político existente, a saída dos militares e o retorno à democracia. A partir da ajuda dos intelectuais do CEBRAP foram estabelecidas uma série de questões a serem defendidas pelo MDB, vinculadas às necessidades sociais da população."

A defesa dessas questões sociais juntamente com as manifestações de repúdio ao regime político vigente aumenta na população o grau de credibilidade do MDB e possibilita, já em 1974, a sua vitória por ampla margem de votos.

Uma vitória que surpreendeu a muitos dos próprios políticos do partido, principalmente alguns moderados, "que chegaram a pedir desculpas ao governo, por terem ganho as eleições."

CAMINHOS DAS NOTÍCIAS PROIBIDAS

" A função da imprensa brasileira é a de ocultar a notícia." (Millor Fernandes)

Alguns segmentos da imprensa, em princípio, deram apoio ao Golpe que instaurou o Regime Militar em 1964. Nos anos que se seguiram, porém, essa mesma imprensa ocupou papel importante na denúncia dos abusos que estavam sendo cometidos pelo governo.

Para evitar que informações contrárias ao regime fossem veiculadas, o governo decreta, em 1967, a Lei de Imprensa, que regula a liberdade de informação. Os jornalistas que faziam críticas às ações governamentais ou que veiculavam informação ou opinião consideradas proibidas eram virtuais vítimas do Estado repressivo. Muitos foram presos, alguns torturados ou mortos, acusados da prática de crimes contra a Segurança Nacional.

Com o AI-5, em 1968, a repressão adota novas formas de controle da informação, entre elas a censura prévia das notícias. Muitos dos grandes jornais adaptaram-se às novas normas e forjaram uma imagem de isenção. A grande imprensa tentava mostrar um certo clima de euforia do governo Médici, a Copa do Mundo de 70, e preferia não apresentar os aspectos da oposição, a resistência ao regime ou o descontentamento de parte da população.

Alguns jornalistas, sobretudo os mais jovens, não

se conformavam com a situação e procuravam formas alternativas de dar as notícias proibidas. Os mais combativos faziam de suas matérias uma forma de militância política. A luta para publicar as informações censuradas era permanente.

Conseguir dar uma notícia importante, sem cortes, era motivo de satisfação. Por outro lado, era grande a frustração de se ver matérias inteiras, denúncias e críticas sendo cortadas pela censura. Nesse momento a grande aliada era a imprensa estrangeira. Os que tinham condições e contatos confiáveis enviavam as matérias para serem publicadas no exterior. Para muitos jornalistas havia a convicção de que os textos vetados pela censura não deveriam ser inutilizados. A esperança era de que, em breve, as denúncias pudessem ser publicadas e as histórias contadas.

A ânsia de querer publicar as notícias proibidas cria um novo estilo jornalístico. As matérias passam a ser feitas utilizando imagens, jogos de palavras, sinônimos, comparações. Tudo era válido. Os leitores aliam-se aos jornalistas, tornam-se cúmplices, habituem-se a fazer a leitura dos artigos nas entrelinhas, decifram códigos...começa a se criar uma certa metalinguagem.

A então jornalista Cristina Tavares revela, por exemplo, que estava trabalhando no Jornal de Brasília quando Jarbas Passarinho fez um pronunciamento defendendo a Lei Falcão, em nome da liberdade.

"Eu tinha lido, há pouco tempo, uma revista de humor americana que tinha um personagem chamado Fritz, o Gato. Um gato escroto. E eu pensava que só eu tinha lido isso. E aí minha matéria começava "...tal como Fritz, o Gato, o senador Passarinho defendeu a Lei Falcão em nome da liberdade...", e to-

do mundo conhecia o tal do Fritz. Olha, foi uma confusão tão grande na minha vida...Então, de vez em quando, eu metia uma frase...coloquei muitas frases na boca do Paulo Brossard quando ele era senador, ousadas frases...já que ele podia falar...enfim, a gente ia driblando como podia."

A forma desafiadora com que esses jornalistas se posicionavam não era isenta de medo. Todos sabiam que podiam ser presos a qualquer momento. Pelo que disseram, ou mesmo pelo que a censura pensava que eles estavam querendo dizer. Não havia um critério definido do que ia ser censurado. Dependia muito do momento, da situação, do dia ou mesmo do grau de insegurança do censor.

Além dos vetos feitos pelos órgãos oficiais de repressão havia a censura interna nos jornais, que restringia mais ainda as informações. A partir de um certo momento, elementos da repressão passaram a fazer parte das redações. As empresas jornalísticas tinham interesses políticos e econômicos que precisavam ser mantidos. Para os donos de alguns jornais o perigo maior estava em ter elementos de esquerda, "subversivos", em suas redações. Qualquer posicionamento mais radical poderia trazer problemas nas relações entre o jornal e o poder.

Por outro lado, os jornalistas viviam com medo de serem acusados, injustamente, pelos elementos infiltrados nas redações. Sentiam pânico diante das ameaças que recebiam por cartas, bilhetes ou telefonemas anônimos. Estavam constantemente preocupados com a possibilidade de que seus nomes fossem arrolados nas listas de "subversivos" apresentadas aos donos dos jornais. Sabiam que os cuidados tinham que ser redobrados. Fiscalizavam os textos

que escreviam, o que pensavam, o que falavam, com quem andavam. A tensão do ambiente ultrapassava os limites das redações e invadia a vida particular de cada um.

"Em 72 você tentava sobreviver de qualquer maneira, comprometendo as pessoas o mínimo possível. Em 72 eu não andava com uma caderneta de telefones na bolsa, eu não fazia o mesmo caminho de volta para casa." (Memélia Moreira)

Para fugir ao terrorismo das redações infiltradas por agentes do governo, ao esquema empresarial dos grandes jornais e satisfazer a necessidade intelectual e política de contestar, de se posicionar criticamente diante dos fatos, grupos de jornalistas criaram jornais alternativos, geralmente semanais, chamados pejorativamente pelos órgãos da repressão de "imprensa nanica".

Esses jornais tinham a intenção de mostrar que era possível resistir e, dessa forma, tentar desmascarar o esquema de conivência que os grandes jornais tinham com o governo. Organizados geralmente por cooperativas de jornalistas, os jornais alternativos eram bem recebidos pelo público-leitor, ansioso por informações mais críticas. Em tempo relativamente curto, essa modalidade de jornalismo proliferou. Vinculavam-se aos alternativos personalidades envolvidas nos movimentos de resistência e de luta pelas liberdades democráticas em todo o país.

O aumento do número de títulos de jornais alternativos amplia a preocupação do sistema repressivo com este tipo de imprensa. Para o governo esses jornais encobriam focos ativos de elementos de esquerda, dispostos a "difamar o regime da Revolução diante da opinião pública". Vítimas do autoritarismo, os jornais

alternativos são submetidos a uma série de violências. A censura prévia corta quase que integralmente suas edições ou impede sua circulação. A simples denúncia de que publicariam matérias substitutas no lugar das censuradas leva à apreensão de edições inteiras. Os responsáveis pelas publicações são arrolados em inquéritos, alguns são presos, torturados, mortos.

O clima de terror alastra-se com ataques de comandos anticomunistas às redações. Os jornalistas não resistem aos prejuízos. O governo, não querendo se responsabilizar pelo fechamento desses jornais, provoca danos que os aniquilassem economicamente. O objetivo da repressão era fazer com que os próprios jornalistas decidissem pela inviabilidade econômica do jornal, descaracterizando o motivo principal, a restrição à liberdade de informação e opinião no Brasil. Para isso, restringia-lhes os créditos nas instituições financeiras e impunha condições impossíveis de serem atendidas para que os jornais pudessem ser produzidos. A quase totalidade dos alternativos não consegue suportar a pressão. ..e fecham.

Um dos poucos jornais alternativos que conseguiu sobreviver e ter repercussão nacional foi o "Pasquim", criado por um grupo de jornalistas de esquerda (Millor Fernandes, Ziraldo, Tarso de Castro, Henfil e Jaguar) em 1969, no Rio de Janeiro. Considerado como um semanário tipicamente carioca, o Pasquim apresentava suas críticas através de fotos, desenhos e textos irônicos onde se mesclava humor e irreverência. Seu êxito foi imediato, chegando a alcançar, segundo alguns, tiragens de 200 mil exemplares semanais.

A repercussão extraordinária do jornal e as matérias críticas que apresentava sob a capa do humor, descontentou os militares que, por várias vezes, apreenderam suas edições e prenderam seus redatores. As crises provocadas pela censura ao Pasquim, sucediam-se as crises internas com a formação de novas equipes de redação. O Pasquim, porém, sobreviveu aos diversos estilos que lhes foi imposto, sempre utilizando-se do humor para fazer crítica aos costumes da época, às personalidades em evidência na sociedade, à política e aos políticos. Mesmo sofrendo as represálias do regime o Pasquim conseguiu sobreviver e foi o único jornal alternativo nacional a atingir mais de uma década em atividade.

Mas, mesmo assim, a censura ao Pasquim tinha seus momentos de irreverência, o que mostrava que os próprios militares não estavam preparados para encarar com seriedade este tipo de linguagem crítica através do humor, ou que, nem sempre estiveram demasiadamente preocupados com as sátiras políticas apresentadas pelo jornal. Neste sentido é que o jornalista Sergio Augusto recorda que, em uma das fases em que a censura ao jornal era "branda", com a equipe da redação tendo acesso ao censor, quem fazia este tipo de trabalho era um coronel reformado, o pai da "Garota de Ipanema".

"Ele tinha um grupo que ficava jogando cartas na praia e queria que o contínuo do Pasquim fosse levar lá as coisas. Ele lia lá mesmo aqueles troços todos, principalmente o Francis que chegava sempre em cima da hora...fazia a censura e mandava de volta para o jornal. Algumas vezes ele pedia para ficar com os papéis porque não entendia muito bem aqueles negócios do Francis. Ficava com medo que o Francis estivesse com alguma coisa ali...af, depois, ele levava pessoalmente. E então ele entrava

na redação de calção, camiseta, toalhinha... com o xerox do artigo do Francis na mão...

A forma irreverente como o jornal dava suas notícias condicionava, inclusive, o comportamento do censor que se sentia também a vontade para ser irreverente.

Um outro caminho de veiculação de notícias na época era o estabelecido pelas organizações políticas clandestinas. Este grupos tentavam apresentar suas informações doutrinárias, suas versões dos fatos, através de folhetos e pelos jornais dos partidos de esquerda como "A Voz Operária", ou "A Classe Operária", que tinham sempre sua periodicidade ameaçada e distribuição impedida. Como relata Casadei:

"Uma das coisas que diferenciava a tática do MOLIPO é que a gente tinha um jornalzinho e para ser distribuído, eram sempre ações armadas. Nós pegávamos a linha da FEPASA, tomávamos a estação e distribuíamos o jornal. Ou então fazíamos a distribuição no vagão, com cobertura e tal, uma coisa meio camuflada, com todo o esquema de fuga montado. Nossos carros ficavam parados à saída, a rota de fuga, tudo isso muito próximo do que se precisava para fazer uma expropriação de banco."

Em um estado de tensão e medo permanentes, a simples posse de alguns desses materiais já era uma atividade perigosa. Para quem fosse preso, um dos elementos que comprovava suas atividades "subversivas" era ter, em seu poder, exemplares desses jornais.

A contestação ao regime ficava cada vez mais difícil e o povo cada vez menos informado oficialmente sobre as arbi-

triedades que estavam sendo cometidas. Na população amedrontada ampliava-se a idéia da invencibilidade das forças do governo. A sociedade não tinha, sequer, um veículo de quem pudesse receber informações mais confiáveis sobre o que estava acontecendo no país.

IMPASSE NAS UNIVERSIDADES

"...a Nacional, a UFRJ, foi uma das universidades que mais sofreram com a repressão, não tinha nada.. . A minha turma inaugurou o Fundão em 73, mas a Praia Vermelha tendo se danado toda, tendo sido invadida...eu sabia dessas coisas de ouvir falar..."(Celso Rotstein)

Em 1970 o clima existente nas Universidades é bem diferente das agitações políticas de 1968. O movimento estudantil enfraquecido já não consegue articular os jovens em manifestações de protesto. Todos tem medo. O cenário do momento é de extrema vigilância e desmobilização. As entidades estudantis, sob controle das Reitorias, assumem um outro aspecto, mais voltado às discussões sobre a qualidade do ensino, as questões culturais mais amplas e o apoio às atividades docentes. Mesmo assim eram permanentemente vigiadas.

Na Universidade de Brasília, por exemplo, um aluno chega ao estacionamento, liga o rádio do carro e começa a procurar uma estação. De repente, ele ouve as vozes dos colegas no rádio. Era uma reunião do DCE. Ele decide ir ao local da reunião, dentro da universidade e, procurando junto com os colegas, encontra um transmissor no forro da sala.

Os "Órgãos de Segurança" criados nas Universidades controlam a vida de todos. Fiscaliza-se os programas das disciplinas, as bibliografias adotadas, os encontros e reuniões. Baseados em normas orientadas pelo Setor de Segurança do próprio Ministério

de Educação (e denunciadas no Opinião, número 66), são identificados os principais focos de "subversão" existentes nas Faculdades. Os pontos considerados vulneráveis à ação comunista, principalmente entre o corpo discente, estão relacionados à produção de folhetos e publicações estudantis, e à indução ao uso de tóxicos.

Segundo ainda a mesma orientação, os professores "comunistas" poderiam ser encontrados, mais facilmente, entre aqueles que procuravam disputar cargos de chefia ou que preferiam trabalhar em cursos de pós-graduação. As disciplinas das áreas de Ciências Sociais e Humanas, especialmente as ligadas a "Antropologia Cultural" e "Estudos dos Problemas Brasileiros", são as que necessitariam de maiores atenções, dada a preferência dos "comunistas" em ensinar essas matérias.

Além dessas ameaças, havia a possibilidade concreta da aplicação arbitrária das sanções previstas pelo DL-477, e outros Decretos-Lei², e que eram motivos de intimidação permanente para os estudantes, professores e funcionários.

A repressão vai utilizar ainda, agentes infiltrados no meio dos estudantes e estimular, entre os professores, a delação dos companheiros, supostamente "subversivos". Esse último expediente começa a ser empregado, também, pelos que, com ambições políticas e sem a devida competência, denunciam os colegas, para se beneficiar funcionalmente da situação. O ambiente dentro dos Departamentos torna-se de total desconfiança. Todos se sentem

2. O Decreto-Lei 477, de 1969, proibia manifestações políticas ou de protesto dentro das Universidades. A ele se juntavam, ainda, o DL-228, que extinguiu os centros acadêmicos e o DL-447, que proibira qualquer tipo de atividade política na vida estudantil.

ameaçados. Patrulha-se tudo...

"..os nossos discursos, as nossas maneiras, as nossas aulas, as nossas idéias, o que nós liamos, tudo." (Katy Uetanabarro)

Os professores se recolhem. As matérias são apresentadas de forma acrítica. Evitam-se temas polêmicos. O caráter "neutralizante" dos assuntos abordados favorece a intenção do governo que pretende descaracterizar a universidade como ambiente favorável ao "exercício da atividade política", capacitando-a apenas como "local de estudos e aprimoramento cultural".

O confronto existente dentro da universidade, com o que era entendido como subversão, leva a que sejam empregadas outras formas de veto às manifestações docentes e discentes. A linguagem técnico-burocrática é utilizada para se proibir a publicação de uma revista do centro acadêmico de uma Faculdade, ou para criar entraves à realização de curso de mestrado por um professor, sob o qual recai alguma suspeita. O caráter ideológico não aparece como motivo principal mas utiliza-se, da mesma forma, o aspecto burocrático para inviabilizar o trabalho não condizente com o pensamento do poder.

As condições para se realizar um trabalho de qualidade são precárias, principalmente nas disciplinas de Ciências Humanas e Sociais. Autores como Marx, Weber, Durkheim são excluídos das bibliografias, não se fala em funcionalismo ou marxismo... os temas da atualidade não constam das abordagens dos cursos de várias habilitações. O curso de História, segundo Lucia Ramalho, em muitas Faculdades, "frequentemente não iam além do tenentismo e

raramente chegavam a 64."

As apreciações sobre o que era um texto "subversivo" partiam de observações totalmente subjetivas. A simples apresentação em sala de aula de uma poesia de Carlos Drummond de Andrade sobre o Hino Nacional faz com que uma aluna denuncie a professora Katy Uetanabarro e, no dia seguinte, o Chefe da Polícia de Corumbá vá à Universidade apreender os textos "proibidos". Um outro aluno ameaça denunciar o professor Augusto Petta por ter falado de marxismo em sala de aula, e conclui: " Todo sociólogo é comunista!"

Os expurgos feitos no quadro docente e a implantação da Reforma Universitária criam a necessidade de se contratar novos professores. Estes, em muitos casos, não tinham formação suficiente para o exercício da função docente e colaboram para que as Universidades permaneçam mergulhadas na mediocridade, no medo e no fechamento.

As desigualdades de tratamento entre os diversos Departamentos são visíveis na distribuição das vagas existentes. Por critérios meramente ideológicos, beneficiam-se as áreas Exatas, a vertente tecnológica ou burocrática das Universidades, em detrimento das áreas mais "problemáticas", Sociais e Humanas. Nestas últimas, Departamentos são extintos ou aglutinados com outros, com os quais a compatibilidade se dá apenas pela utilização do mesmo espaço físico.

Na Universidade de Brasília, por exemplo, foram alocados em um mesmo Departamento os cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia e Serviço Social, com um míni-

mo de professores e espaço reduzido, no subsolo do "Minhocão".

Nessas condições, a ênfase no tecnicismo, alternativa acrítica que beneficia o modelo econômico implantado pelo regime, atinge todas as áreas. Os recém-formados, que tinham participado dos movimentos estudantis de 68 e que retornam às Universidades como docentes, começam a utilizar a abordagem tecnicista, como forma de afirmação contra o autoritarismo interno existente nas Universidades. Uma maneira de se rebelar também contra o poder acadêmico dos professores mais antigos.

"...a gente ainda continuava com a perspectiva de fazer alguma mudança fora da Universidade. Mas, aqui dentro, a idéia central era a de melhorar a eficiência do ensino, e ninguém discutia isso. Era tranquilo. Uma questão de eficiência. E eram todas pessoas engajadas...também era uma estratégia nossa. Nós, que estávamos entrando para a Corporação, podíamos desbancar os velhos professores. Tinha certas coisa que eles não sabiam..."(Tek)

O impasse em que viviam professores e alunos dentro das Universidades leva a procura de novas formas para a manifestação do descontentamento com a situação vigente. Formas alternativas para superar as deficiências existentes no âmbito universitário. Assim é que tornam-se comuns, na época, a formação de grupos informais de estudos, atividade extra-classe em que se reuniam pessoas da mais absoluta confiança para ler e debater livros e temas proibidos no meio acadêmico. Apesar de todos os cuidados, muitos desses grupos foram descobertos pela repressão. Quando isto acontecia, seus participantes eram invariavelmente presos e mantidos incomunicáveis, submetidos à Lei de Segurança Nacional.

Uma outra forma que estudantes e professores encontraram de atuar politicamente no meio estudantil foi através do teatro. Formaram-se grupos informais em quase todos os Centros Academicos. Através de montagem coletiva de peças, estes grupos procuravam proporcionar uma atividade artística engajada dentro das Universidades. Posteriormente, as peças eram também apresentadas em bairros de periferia, em cidades próximas, e mesmo em excursões pelo interior dos Estados.

Os textos das peças, submetidos obrigatoriamente à censura, eram cortados. Os ensaios precisavam ser avisados com antecedência para que fossem assistidos por um censor. Para contornar a situação os estudantes exibiam as peças em diversos lugares, sempre a título de "ensaio", dificultando a presença de censores. Por último, apresentavam a "versão oficial" da peça para a censura e, dependendo dos cortes recebidos, não tornavam a apresentá-la. O caminho do teatro, mesmo incipiente, artesanal, era um campo permanente de tensão. Sobre este assunto, Alcides Carvalho lembra que,

"... juntamente com as peças do Arena, nós também montávamos nossas peças. Fazíamos pequenas peças para serem levadas nos bairros, no campo. A gente representava muito nos terreiros de café e nas escolas. Não precisava de palco, a gente representava assim, com músicas próprias, sem roupa... como podia. Fazíamos jogral, poemas... tinha sempre um trabalho sendo ensaiado e outro sendo apresentado.

[...] em um momento de repressão muito grande, nós tivemos muitas peças proibidas, com a presença de policiais. ... e aí é que vinha a força da gente porque tudo era contra. Não tínhamos dinheiro, tínhamos a censura, a perseguição. Os próprios atores

eram perseguidos pelas famílias que não aceitavam ter um ator ou atriz dentro de casa. Era considerado homossexual, uma coisa terrível! Mas o que sustentava a gente era esse retorno que a gente tinha do povo, a receptividade...

[...] lembro uma vez que nós fomos representar uma peça num circo de tourada, aqui mesmo em Londrina. O circo cheio de gente. Antes da tourada nós apresentamos a peça. O povo aplaudia e quiz participar. Tinha espaço nas peças para isto. Depois subimos na platéia para conversar...

[...] Nós colhíamos as impressões do público e com este material fazíamos novas composições. Os temas variavam...dependia do local...quando eram nos sítios falávamos sobre café e plantação, o latifúndio...

A dinâmica do teatro, ainda que reprimida, vigiada, trazia aos que nela atuavam uma sensação de que alguma coisa ainda podia ser feita, em termos de participação política. A coragem para participar dessas atividades era recompensada unicamente com o sentimento de que não se estava sozinho na luta, que alguma coisa sobrevivia, que dava para fazer.

MOVIMENTOS CLANDESTINOS E A REPRESSÃO

"...o meu medo era físico, eu apanhei, fui presa..."
(Arriet)

A impossibilidade de se fazer uma oposição aberta ao regime, de alterar a situação política do país por vias legais garantiu que os segmentos que defendiam o processo de luta armada ganhassem força após a decretação do AI-5.

De início, a rebelião armada se concentra nas cidades. A estratégia da maioria dos grupos previa uma etapa de guerrilha urbana, necessária para a provisão de fundos e armas e para montagem de infra-estrutura visando a formação de exércitos revolucionários.

A intenção era a de que, em um segundo momento, decisivo, as ações se desencadeassem a partir do meio rural e contassem com a adesão em massa da população.

A repressão aos movimentos estudantis pós-68 deslocou muitos dos estudantes, que não podiam mais atuar politicamente nos colégios e faculdades, para o movimento armado. A leitura das teorias revolucionárias de Debray e Guevara, as cartilhas de Mao e o exemplo da revolução cubana entusiasmam estes jovens que ingressam nos diversos grupos de resistência.

A possibilidade de se estar fazendo alguma coisa concreta, violenta e perigosa para derrubar o regime instalado e, ainda mais, em um momento de grande repressão, excita a imaginação. Os jovens sentem que estão desempenhando um papel muitas ve-

zes lido nas histórias das revoluções socialistas. De certa forma, consideram-se heróis, embora a maioria nunca tenha dado um tiro de revólver.

A inexperiência do pessoal se alia ao medo, principalmente daqueles que não haviam feito uma ruptura radical em favor da clandestinidade. Em muitos casos, como o de uma das entrevistadas, por exemplo, a repressão familiar era bem mais ameaçadora do que a própria repressão política efetuada pelo regime!

"Eu não podia falar em casa das minhas atividades na clandestinidade. Meus pais não sabiam, meus irmãos não sabiam... meu maior pavor era ser presa, não por mim mas é que isso ia criar em casa uma confusão tão grande que eu ia perder meus elos, minhas ligações."

Para outros, a luta contra a ordem estabelecida criava conflitos na consciência. Os mecanismos de repressão existentes na própria cultura impunham, na formação destes indivíduos, a valorização dos comportamentos de obediência, de submissão à autoridade. E embora racionalmente convencidos da necessidade de se lutar contra o autoritarismo vigente, essas pessoas sentiam a sua ação na ilegalidade como algo moralmente reprovável. Nesse sentido, a descoberta da ação pela polícia, a própria prisão, era vista como uma forma de expiação, uma "prova de fogo", já prevista no plano racional.

"... quando me prenderam, a minha "prova-de-fogo", era uma coisa meio cristã, ..."vou pagar por essa culpa","vai chegar a minha hora", afinal..."

A ação urbana dos grupos clandestinos era orientada, principalmente, para assaltos a agências bancárias, estabelecimentos comerciais, postos de gasolina e carros blindados que transportavam valores. Conseguiram confiscar armas e munições do exército, e ações de expropriação foram feitas em diversas instituições, para obtenção de máquinas e materiais.

Alguns grupos, chegaram a sequestrar personalidades estrangeiras, trocadas por presos políticos, que foram encaminhados ao exterior, como exilados. Essas ações repercutiam internacionalmente chamando a atenção do mundo inteiro para a existência de luta armada no país.

No entanto, a ausência de uma coordenação geral entre os diversos grupos clandestinos enfraquecia o movimento. A falta de apoio financeiro externo obriga a que os recursos conseguidos nas ações sejam consumidos na manutenção de campos de treinamento, na obtenção de locais seguros para abrigar os companheiros em dificuldades. Os grupos guerrilheiros ressentiam-se da falta de uma infra-estrutura que lhes desse condições mínimas de segurança para socorrer os feridos. Giorgio Callegari relembra que

"...no dia em que caiu ferido o irmão do primeiro que morreu na OBAN, ele foi ferido aqui na Lapa e ficou vinte e quatro horas rodando de carro, porque não tinha onde deixar, não tinha como fazer uma expropriação de sangue para dar ao companheiro."

A atuação dos grupos clandestinos nos espaços urbanos das grandes cidades, de certa forma, facilita a ação dos organismos de repressão. Os policiais, muitas vezes, encontram por

acaso com grupos de militantes e, em alguns casos, faziam inclusive o mapeamento das ações.

Casadei recorda que, certa vez, em São Paulo, os policiais armaram uma isca. Colocaram um jipe do Exército com fuzis, bem próximo à PUC:

"Foi fatal. Os companheiros não resistiram, caíram."

A mesma estratégia foi tentada em Brasília onde a polícia montou uma vitrine na avenida W3, na semana da Pátria, cheia de fuzis: "Nós nos sentimos muito atraídos", relata Casadei,

"... e montamos uma ação. Mas uma ação tão complicada que levamos três dias fazendo, e não chegamos na vitrine. Foi a sorte. Eles haviam montado todo um sistema, chamavam de campana. Ficaram acampanando a isca."

De início, as investidas bem sucedidas dos agentes da repressão deviam-se, em grande parte, à fragilidade das organizações clandestinas. O aumento da oposição ao regime, porém, faz com que o governo invista na repressão. O quadro de policiais e informantes é ampliado, são propiciados cursos de treinamento, inclusive no exterior. Os métodos utilizados tornam-se cada dia mais sofisticados. Dos processos humilhantes de degradação física, passam a utilizar formas mais refinadas de interrogatórios, muito mais violentas. Agentes são infiltrados nas organizações clandestinas e os grupos passam a ter um cuidado redobrado, em aceitar mais algum militante. Como lembra Casadei,

"..o grupo ficou muito tempo na dúvida se incorpo-

rava ou não. O contrário de uma posição precipitada à esquerda, um justicamento, uma denúncia de traidor..era impedir que um companheiro fosse aceito. Ele tinha ido para Cuba, parece que tinha sido preso em Goiânia, mas ninguém provava isso. Como não conseguiram provar, incorporaram. O resultado foi que, em três meses, o grupo inteiro estava preso."

As prisões dos guerrilheiros se sucediam, as organizações procuravam se estruturar em grupos menores para que, se alguém caísse, levasse apenas os companheiros com quem tinha contatos mais diretos, não comprometendo o restante das organizações.

Em 1972, liquidados os principais focos de luta armada, o aparelho repressivo ampliado volta-se para todas as áreas, todas as pessoas, mesmo aquelas que não tinham relações diretas com os movimentos guerrilheiros. A repressão passa a depender da existência de elementos "subversivos". Os investimentos feitos precisavam ser justificados. Precisavam de pretextos.

Todos os cidadãos, em princípio, são considerados suspeitos, subversivos. Os que eram presos passavam por diversos tipos de violências nos interrogatórios. As próprias organizações clandestinas sabiam o quanto era difícil resistir às torturas e faziam uma avaliação do limite de resistência dos que entravam para a clandestinidade.

**"A gente ia logo avisando" - afirma Nelson Braga -
"de cada cem lá dentro, noventa abrem o bico!"**

A Lei de Segurança Nacional previa a prisão preventiva, sem que houvesse uma declaração formal do delito cometido, por até vinte dias, período em que, geralmente, o indivíduo era mantido incomunicável. Durante esse tempo, muitas pessoas foram

presas, torturadas, mortas ou simplesmente dadas como desaparecidas, sem que se soubesse ao menos de que estavam sendo acusadas. O prazo de vinte dias raramente era cumprido. Os que eram presos ficavam meses seguidos esperando pela primeira audiência com um juiz. Giorgio Callegari afirma que precisou "fazer um estardalhaço" para conseguir ser ouvido. Ele conta:

"Eu fui preso em 4 de novembro de 1969 com o grupo do Marighela, sou dominicano. E não queriam marcar minha audiência. Eu fiz então uma greve de fome e fiz cartas para todo mundo. Escrevi ao Papa, ao meu Geral, ao Governo Brasileiro...e na carta eu denunciava: "Se eu morrer, vocês são responsáveis! Eu só quero que digam se somos culpados, então somos culpados...mas se somos inocentes, então que nos joguem fora!"

Eu fiz a greve de fome de 13 a 26 de setembro de 1970. Então marcaram a minha primeira audiência logo, para 4 de outubro."

Os parentes dos que foram presos e estavam desaparecidos procuravam ansiosos por qualquer tipo de informação. Buscavam notícias com os que tinham sido postos em liberdade, ou utilizando amigos influentes junto ao governo. Em muitos casos os resultados eram nulos. Na ordenação do padre Giorgio Callegari, em 1971, por exemplo, as mães dos prisioneiros políticos do presídio Tiradentes compareceram e, lembra padre Giorgio,

"...a mãe do Jeová queria saber onde estava o seu filho. As mães vinham chorando e achando que eu devia saber de tudo. A mãe do Jeová chorava tanto e não passou quinze dias, ele morreu."

As famílias e os amigos dos que estavam presos perdiam, muitas vezes, a aplicação da Lei de Segurança Nacional, que

garantiria que a pessoa fosse identificada e julgada. Isto porque, em muitos casos, as pessoas simplesmente desapareciam.

"...a gente pedia o corpo. O corpo!" (Lysaneas Maciel)

A evolução dos métodos de tortura utilizados vai fazer com que as violências físicas praticadas sejam alternadas com processos de desagregação mental dos prisioneiros. Procura-se degradar moralmente, desestruturar psiquicamente os atingidos. Os policiais que participam das sessões de tortura começam a ser orientados por uma outra equipe, de inteligência, formada por profissionais de curso superior, como psicólogos, médicos e sociólogos. Os interrogatórios são gravados e posteriormente analisados pelas equipes de inteligência que faziam, então, as composições das informações, e planejavam as novas formas de interrogatórios e de torturas a que seriam submetidos os detidos. A experiência de Casadei com a "geladeira", no Rio de Janeiro, já em 1974, serve como exemplo da sofisticação a que chegaram as equipes de torturadores. Ele lembra que:

"...eu fui colocado dentro de uma geladeira preta. Ela não tinha janela, tinha uma luz muito fosca que se alternava com a escuridão e um alambradozinho que dava, na luz, uma penumbra toda entrecortada, muito triste...as paredes eram todas pretas e o chão cheirava a urina. Não tinha um local para o sujeito urinar, nada. Ele tinha que urinar ali, no chão. Um cubículo muito pequeno, uma máquina jogava ar frio e eu, nu.

[...] aí começa um grande barulho. São vários barulhos incompreensíveis, muita ordem, muita ameaça, uma coisa muito intensa. A minha reação inicial é

de obedecer, depois eu começo a reagir e coloco as mãos nos ouvidos...mas aí eu me surpreendo, porque tem outros dois níveis de som que eles vão tentar usar. Tudo preto, os sons mais altos ainda, procuro alguma coisa no discurso ideológico para resistir.. .a guerra do Vietnã, penso na guerra do Vietnã...

[...] me cortaram a água, me cortaram a comida. Eu fiquei muitos dias sem beber água. Tapar os ouvidos não adiantava. Muito barulho, o frio, o cheiro que vinha do chão...O frio me obrigava a pular. Pulando, eu perdia a energia e caía no chão e deitava. O corpo que estava todo de sangue pisado se impregnava de urina,...comecei a ter nojo do meu corpo.

[...] eu precisava enfrentar as ordens. Eu estava em luta, não podia ficar louco. Eu vi que o processo ali era o caminho da loucura..uma vitória contra a ditadura era não ficar louco, ou mais louco, eu não sei...uma coisa tão relativa...

[...] eu tinha mais sede. Até o momento em que a sede ficou um negócio!..então, começou um barulho de água caindo, um ladrão que quebra...Tem alguns momentos que eu saio dessa razão e aí eu vou na água, assim, no cano (flexiona o corpo e movimenta as mãos em concha)...é um passo que eu dou, mas aí a cabeça bate na parede. Eu me assusto e volto, tento me recompor, mas aquele barulho, a água de novo...uns cinco ou seis dias e eu não sou interrogado.

[...] às vezes a porta se abre e entra uma pessoa, acho que um médico que me examina superficialmente e sai. Na escuridão não posso saber quem é, mas passo a contar os dias pelas vezes que esse cara aparece.

[...] um dia eu sou levado nu, num corredor, e colocado numa sala. A sala é muito branca, muito contrastante com a que eu estava, no meio tem um piso preto. Eu sou centrado, sou colocado nesse piso preto, e tenho a chance de olhar o meu corpo...tenho nojo de mim, estou fedendo, mijo, sangue, estou precário.

[...] em frente, num nível um pouquinho mais alto, tem um púlpito. Aí chega o capitão do CENIMAR. Ele entra e chega assim...aquelas tardes de verão de muito calor, você toma um banho de chuveiro muito forte e não se enxuga muito, fica alguma coisa respingando, e uma camisa de linho, amarelinha...Ele entra e não toma conhecimento. Senta e me faz uma pergunta qualquer. E aí, muito teatralmente, maravilhosamente bem, interpreta o papel de quem está com sede. Pede no interfone, um copo d'água. Vem o copo d'água grande, de cristal, dá aquela embaçada e fica bem no meio, entre o meu plano e o do capitão. Então o copo começa a ficar grande, é um negócio maluco...e ele toma aquela água com uma indife-

rença...toma, despreza aquela água com uma naturalidade..e eu sou interrogado com essa coisa na frente, um negócio terrível.

[...] saio da sala do interrogatório e volto para a geladeira. Eu estou muito cansado, muito debilitado, muito carente, muito frio...de repente dão uma acendida na luz, muito rapidamente e...tem algumas coisas escritas na parede, "Jesus, nosso Salvador!", "Quero viver", "Mãe"...parecia coisa bem feita, não é coisa feita por preso. Foi feita pela equipe de tortura, o ambiente, o cenário...

[...] numa determinada hora, para tudo isso. Fica o silêncio, fica escuro só. Eu já não sou fustigado pelo barulho. Eu vou me abatendo porque já não tenho o barulho para me defender...de repente, acende a luz e um barulho muito distante, barulho de música de carnaval, uma coisa assim! "..as pastorinhas..". Lamartine Babo, mas looonge...aquilo vai me deprimindo..é um negócio, eu não consigo aguentar. Eu vou me recompondo aos poucos mas com muita, muita dificuldade...!"

As dificuldades porque haviam passado os que foram vítimas da repressão assustavam as pessoas. No âmbito da população começa a se difundir a síndrome do medo. Entre os que foram presos e escaparam, o medo atinge proporções ainda maiores. O fato de ter sobrevivido à primeira prisão faz com que imaginem que uma segunda vez pode ser fatal, não resistiriam. A maioria se afasta dos movimentos clandestinos. Passam a se preocupar com seus projetos pessoais e a refletir sobre o que havia acontecido com o país, e com eles mesmos. Como lembra Nelson Braga,

"...no começo de 72 eu estava meio exilado, numa cidadezinha de 6 mil habitantes, perto de Ribeirão Preto. Estava tentando me assumir como engenheiro agrônomo, desvinculado de qualquer militância. O ano de 72 foi um ano pós-prisão, um momento de reflexão. Eu tinha levado umas boas bordoadas e estava imaginando...companheiros no presídio, outros fazendo articulações, havia muitas interrogações na cabeça, precisava entender o que estava acontecendo."

O clima de medo altera as relações entre as pes-

soas. Muitos se preocupavam em não manter contatos com os que tivessem algum problema com a repressão. Os que se afastaram da militância procuravam não se comprometer novamente com os antigos companheiros de clandestinidade.

Arriet, por exemplo, foi presa em São Paulo em 67 e, depois, foi para o interior, onde ficou até 1972.

"Quando voltei, os meus amigos estavam presos ou viajando, uma grande parte tinha ido para o Chile. Eu fiquei mais de um ano com receio de contatos. Todo mundo tinha. A gente só queria saber se o outro estava bem, se não estava, se estava vivo, onde é que estava...a gente não se falava muito. Só em 75, quando eu voltei para o jornalismo, foi que comecei a ter contato com as pessoas."

A descrença com a possibilidade de uma mudança próxima da situação nacional cria um clima de desânimo na população. As pessoas se recolhem com mágoa, com vontade de lutar, mas sem saber ao certo como agir.

Naquele momento, a impossibilidade de ação se alia-va à desmobilização da maioria dos grupos armados. Como relembra Casadei:

"...pouco antes de ser preso eu tinha feito uma discussão muito amarga com a minha mulher ... eu não tinha mais proposta nenhuma. Eu não tinha nada. Na verdade, era o fim de tudo. Fui me justificar com o Benê, e ele tinha morrido. E eu nem soube, era um negócio assim, ... um fim trágico..."

Mas o clima pesado da época não impedia que se pensasse na alteração da situação política em algum outro momento, no futuro. Como diz Miriam Warde, "nós não havíamos abandonado a crença na revolução, na mudança da situação. Estávamos em recesso. .."

OPINIAO

NASCE UM JORNAL

"...cujo objetivo é fazer você entender os fatos mais importantes da política, da economia, do comportamento social e da cultura." (Opinião, n. 0)

A forma como qualquer manifestação crítica de oposição ao regime era reprimida revoltava a todos. Algumas pessoas, mais conscientes, discutiam alternativas possíveis para desenvolver um projeto de resistência à ditadura. Na Europa, em 1970, por exemplo, um grupo de intelectuais brasileiros consideraram a viabilidade de um plano, apresentado pelo industrial Fernando Gasparian, para ajudar a abertura política do Brasil.

A idéia de Gasparian é a de editar um jornal de opinião, feito por intelectuais e jornalistas influentes. Um jornal de oposição que pudesse informar e analisar as medidas adotadas pelo governo brasileiro, principalmente nos campos político, econômico e cultural.

Na época, Gasparian exercia as funções de Visitant Fellow em Oxford, na Inglaterra, e na Universidade de Nova York. Aproveitando sua ida mensal aos Estados Unidos, apresenta seu projeto a Paulo Francis, Plínio de Arruda Sampaio e Roberto Garcia, dos quais recebe importantes contribuições. Na França, Gasparian discute os planos da elaboração do jornal com os seus amigos Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e Celso Furtado.

O projeto idealizado é o de fazer um semanário - no estilo do jornal inglês New Statesman, segundo Raimundo Pereira - dirigido à elite econômica brasileira, e que pudesse ser lido, in-

clusive, pelos militares. "E militar que não fosse nem de esquerda", afirma Gasparian,

"...um jornal para o militar poder ler e perceber que o que estão fazendo não está sendo bom para o país."

Para viabilizar o seu plano, Gasparian decide regressar ao Brasil, no final de 1971. Ele conta:

"Quando eu voltei, o brigadeiro Burnier tinha implicância comigo...o Waldir Pires foi me buscar no aeroporto para ver se acontecia alguma coisa... mas eu havia colocado uma notícia nos jornais dizendo que estava voltando, que ia fazer uma pesquisa para a Universidade de Oxford, e ia ficar apenas uma semana... a Fundação Getúlio Vargas me deu até uma sala...

[...] e então eu voltei, e peguei o Pasquim que estava financeiramente muito mal. Ajudei a tomar conta do Pasquim para ver como era a economia de um jornal desse tipo. O Pasquim dava lucro, mas o pessoal, intelectual...assinavam papel em branco pensando que era autógrafo e era promissória...

[...] O Pasquim mudou quando o Millôr passou a tomar conta. O Millôr interditou o jornal. E eu peguei as dívidas do Pasquim, parcelei em 24 meses, avalisei pessoalmente, e o pessoal topou.

[...] O Pasquim era um aprendizado para saber como fazer com um jornal, quanto custava, ... para montar o esquema econômico do novo jornal...

Na mesma época, um grupo de jornalistas, liderados por Raimundo Pereira, também procura um caminho alternativo de oposição ao regime. Esse mesmo grupo já havia feito outras tentativas na linha de jornalismo crítico. Alguns tinham participado do jornal alternativo Bondinho, e de outras publicações, como a fase inicial das revistas "Veja" e "Realidade". Nesta última, a equipe participou de um grande projeto - "Realidade Amazônica" - que va-

leu a Raimundo Pereira um "Prêmio Esso de Reportagem".

O grupo pretendia criar um jornal totalmente inovador. Um jornal de jornalistas, com um posicionamento político de oposição ao regime e com uma grande redação, ligada ideologicamente ao pensamento de esquerda.

Um dos integrantes dessa equipe, Bernardo Kucinski, vai morar na Inglaterra e lá conhece Gasparian. Gasparian lhe conta de seu projeto e da necessidade que tinha, naquele momento, de encontrar um editor para o jornal. Quando Gasparian decide regressar ao Brasil, Kucinski estabelece os primeiros contatos entre o empresário e os jornalistas.

Os primeiros encontros entre a equipe de Raimundo Pereira e Gasparian não são positivos. As divergências ocorrem por vários motivos, que vão desde a participação acionária no jornal até a formação da redação. A aliança, que parecia inviável, só vai ocorrer quase um ano após, em final de 1972. O momento político, no auge da repressão, leva os jornalistas a considerarem a necessidade de formar uma frente política de oposição, unindo-se ao pensamento mais liberal. O projeto porém, colocado em prática, é o de uma coisa híbrida, não correspondendo totalmente às idéias de Gasparian, e nem às dos jornalistas.

Gasparian não divide a propriedade do jornal. Permanece como único dono e principal financiador do projeto. Para evitar grandes despesas, sua intenção era a de montar uma redação reduzida, encarregada da organização do jornal. Os jornalistas, no entanto, queriam uma grande redação, o que conseguiram, em parte,

diminuindo o salário dos participantes e montando, ao mesmo tempo, uma rede de colaboradores.

Os cuidados para a concretização do projeto são inúmeros e envolvem pessoas no Brasil e no exterior. Uma das estratégias é a de articular o semanário com publicações estrangeiras de renome de tal forma que, qualquer violência contra o jornal, fosse igualmente contra a publicação estrangeira, havendo, desse modo, repercussão internacional.

Em Paris, Luciano Martins, com a colaboração de Violeta Arrais, entra em contato com o fundador de "Le Monde", Hubert Beuve Mery, e consegue a reprodução de uma parte do jornal francês no novo semanário, sob a forma de caderno especial. Nos Estados Unidos, Roberto Garcia coloca Gasparian em contato com Edward Kennedy e, deste modo, torna possível ao semanário o direito de publicação de notícias retiradas do "Washington Post". Outras articulações bem sucedidas garantem a edição de uma seleção de artigos do "New York Review of Books" e dos jornais ingleses "Guardian" e "New Statesman".

Além de ser uma estratégia política contra as investidas da repressão, as relações com essas importantes publicações estrangeiras assegurava ao periódico nacional um alto padrão de qualidade e a possibilidade de abrir ao leitor brasileiro "uma janela para o que estava se pensando no resto do mundo", como diz Luciano Martins.

Assim nasce o jornal Opinião, em novembro de 1972, com vinte e quatro páginas, "divididas em três editorias - assuntos nacionais, assuntos internacionais e tendências e cultura - cada uma delas abrangendo um variado campo de interesses." (OPINIÃO, n.º)

O sucesso do jornal é imediato. Os grandes nomes que Gasparian traz para escrever, a temática de oposição ao regime feita com competência e seriedade, atraem a atenção do público-leitor.

Os leitores começam a sentir que o jornal apresenta uma outra visão da realidade. Na sede de informações que esse grupo se encontra, Opinião vem publicar aquilo que todos queriam ler e que não encontravam na grande imprensa. Ao nível da opinião pública Opinião foi, em 1972, uma forma corajosa de expressar uma oposição política ao regime. Naquele momento em que o medo, o desânimo e a descrença se generalizava, o jornal vem trazer uma certa segurança, um novo ânimo, um sentido de unidade, de que as pessoas não estavam lutando sozinhas contra o regime imposto.

As relações do jornal com os grupos organizados de oposição não eram, porém, de total aceitação. A extrema esquerda criticava o seu lado mais liberal e dizia que o jornal não apresentava uma ideologia de mudança. Cobrava do Opinião uma posição revolucionária e um compromisso mais efetivo com as classes populares. Os mais intransigentes desconfiavam do jornal. Achavam que por trás do discurso de oposição havia alguma manobra do governo, associado ao empresariado, para lhe dar respaldo político, e apresentá-lo como sistema democrático, principalmente frente à comuni-

dade internacional.

Por outro lado, o governo militar considerava o Opinião como uma ameaça. Para alguns, o jornal representava uma frente de esquerda sob a qual se escondiam elementos que estavam na clandestinidade e o próprio movimento guerrilheiro. Para outros, o perigo estava na capacidade que tinha o semanário de influenciar o pensamento de determinado tipo de leitores, sobretudo da juventude. Consideravam porém que o jornal não era panfletário, pois não incitava à luta armada.

"Entre as opiniões da esquerda mais radical e a do poder", afirma Fernando Henrique Cardoso, "oscilava o Opinião e era motivo de rejeição de ambas."

A maioria dos leitores achava que o jornal fazia a oposição possível para uma época de excessivo arbítrio, em que ser mais radical era ser impedido de circular.

Os jornalistas começaram a ver o Opinião como o melhor espaço para divulgar as notícias que a grande imprensa se recusava a publicar. As matérias mais críticas, as denúncias, as análises aprofundadas da situação nacional encontram no semanário lugar garantido para publicação.

Ao lado do Pasquim (que veicula em suas páginas, em diversas edições, chamadas publicitárias sobre o novo semanário), o Opinião torna-se o outro grande jornal alternativo de penetração nacional. Seus estilos se diferem e, até certo ponto, se complementam. A idéia é a de estimular o leitor do Pasquim a ler, também, o Opinião.

FASES

"OPINIAO é uma publicação para durar cem anos."
(Fernando Gasparian, Opinião, n. 0)

O sucesso imediato do Opinião gera euforia na equipe de redação. A aliança dos jornalistas com Gasparian aparentava estar dando certo. Algumas divergências que ainda persistiam entre as partes pareciam estar sendo superadas.

Gasparian define as grandes linhas que o jornal deve seguir e passa a dedicar maior atenção aos problemas financeiros e políticos, a fim de garantir a viabilidade do projeto. Raimundo Pereira - o editor - assume a direção da redação e começa a colocar em prática a sua idéia de jornal de resistência. Gasparian também participa, arregimentando grandes nomes de intelectuais e jornalistas para escrever no Opinião.

Os primeiros choques se dão, justamente, entre Raimundo e alguns dos colaboradores convidados por Gasparian. Para mostrar que detém o poder, Raimundo publica as colaborações dos amigos de Gasparian - como Oscar Niemeyer, por exemplo - como "cartas à redação", o que aborrece a quem escreve e ao dono do jornal. Em outras ocasiões, o redator faz revisões nos textos, a revelia dos autores, alterando o sentido do que estava escrito. Essas pessoas não concordam com a forma como Raimundo dirige a redação e acabam se afastando. O jornal perde contribuições importantes como as de Paulo Francis e Washington Novaes.

Além disso, Raimundo mantém-se firme no propósito de formar uma grande equipe. Gasparian não aceita pagar salários

de mercado para tantos jornalistas. Mesmo assim, Raimundo forma uma equipe de porte, reduzindo os salários.

Começa então uma espécie de guerrilha interna entre a equipe e o empresário. Conta Gasparian:

"O Raimundo queria colocar cem mil pessoas na redação e aí pagava pouco, e botava todo mundo contra mim. Dizia:

- "Enquanto houver água na piscina do Gasparian, a gente não vai poder fazer isso, fazer aquilo..."

E aí eu dizia:

- "Vamos diminuir o número de pessoas na redação!"

E ele dizia:

- "Não... eu estou diminuindo o meu salário..."

E dormia embaixo da mesa da redação...e isso me deixava de mau-humor...e deixava o jornal fora da realidade também."

Segundo Bernardo Kucinski a primeira crise se deu "lá pelo número 15" do jornal.

"...restrições a maneira do Raimundo dirigir o jornal. Mas o pano de fundo era...que o Gasparian queria fazer o jornal sem gastar dinheiro...

[...] O jornal Opinião já se pagava número 5, no número 10... mas se pagava como? Com condições de agrura, de salários vis, no fundo havia uma exploração do nosso entusiasmo.

[...] o sujeito ganhava lá metade do salário que ele podia ganhar em outro lugar. Na verdade ele estava dando metade do salário para o jornal.

[...] Todo mundo fazia aquilo de graça. Ninguém fez aquilo para ganhar dinheiro. Ninguém. E o jornal era feito no Rio e as pessoas tinham que vir de São Paulo...fora as que moravam no exterior...mandavam malote e não recebiam dinheiro. Não tinha como se transportar para fazer matéria, era tudo assim, condições heróicas...

[...] sentindo aquela agrura e sabendo que o patrão era o Gasparian, que era um sujeito rico...então havia uma revolta...

[...] e as pessoas passaram a se ressentir contra isso, e colocaram de uma maneira equivocada:

- "Não, porque o Gasparian é rico!", mas isso só agravava a ofensa!

[...]Acho que as duas partes cometeram equívocos. Não se estabeleceu critérios corretos. Era um trabalho de resistência democrática. E tinha a colabo-

ração de intelectuais que também não ligavam para dinheiro, não era por isso que escreviam. Mas a argumentação do Raimundo para justificar os salários baixos era de que o jornal tinha que se pagar.

[...] era um jornal que tinha dono, então o dono tem que pagar, tem que investir... eu acho que no fundo era uma mistura disso, com a maneira como o Raimundo usava as pessoas".

Com o recrudescimento da censura o relacionamento profissional, nessas bases, vai se tornando cada dia mais difícil. O rigor da censura imposta pelo governo impede que o Opinião publique seus artigos mais contundentes. O sucesso crescente que o jornal vinha obtendo começa a ser refreado. A produção do jornal se torna sofrida. As diferenças se acentuam. A equipe se mantém unida ao editor, contra o dono do jornal.

Segundo os jornalistas, a campanha eleitoral de 1974 acentua as diferenças ideológicas existentes no jornal. Gasparian acredita na vitória da oposição e investe nisso. Auxilia, inclusive, a campanha de alguns dos "autênticos" do MDB. Ajuda a eleger Lysaneas Maciel, do Rio de Janeiro; Marcos Freire, de Pernambuco e Marcos Tito, de Minas Gerais.

O jornal, porém, seguindo orientação de Raimundo Pereira, não se posiciona favoravelmente às eleições. Para Raimundo, as eleições já estavam decididas e a ARENA, beneficiando-se da vantagem de ser o partido da situação, deveria vencer.

A vitória do MDB deixa Gasparian muito irritado com o posicionamento do editor, expresso no jornal. Instala-se uma nova crise que dura alguns meses, quando foram feitos vários esforços para não se quebrar a aliança política. As primeiras interferências são bem sucedidas mas a situação vai se agravando e há a

ruptura.

A crise decisiva, segundo Gasparian, ocorre quando Raimundo decide publicar um artigo de Franklin de Oliveira, feito a pedido de Gasparian, como "cartas à redação." Gasparian se irrita com a provocação e demite Raimundo Pereira. A equipe de cerca de 40 jornalistas, em solidariedade ao editor, decide também sair do jornal.

Para Raimundo Pereira, porém, o principal motivo era de caráter ideológico. O que garantia a continuidade do jornal era a unidade política que havia em torno dos mesmos objetivos e, quando essa unidade política deixou de haver, as diferenças começaram a aparecer.

"...quando houve a mudança de governo do Médici para o Geisel, o Gasparian teve uma certa ilusão... com a fama nacionalista que o Geisel tinha. Então começaram os desentendimentos e aí se viu que, realmente, havia diferenças marcantes, de posição, também dentro da redação.

[...] um certo setor de esquerda, que estava dentro do jornal, queria a recomposição, que a ruptura fosse negociada... constituímos até uma comissão para examinar os diversos problemas pendentes. Mas um setor mais à esquerda não queria nenhum acordo, rompeu com a gente e com o Gasparian".

Com a ruptura, a idéia dos jornalistas era de que, com a saída de todo o grupo, Gasparian não teria condições de dar continuidade ao Opinião. O jornal, então, fecharia ou a equipe de jornalistas conseguiria negociar uma fórmula de obter a propriedade do Opinião e continuar o projeto, sozinhos. Gasparian, no entanto, convida o jornalista Argemiro Ferreira para ser o novo editor e, assim, Opinião inicia uma nova fase.

Revoltados com a intenção de Gasparian em continuar

com o Opinião, a antiga equipe tenta de várias maneiras impedir que o novo grupo possa dar continuidade ao trabalho. Veem o jornal como um projeto político, uma idéia dos jornalistas, financiada pelo empresário. Para Raimundo Pereira, a sua saída - e consequentemente a saída dos jornalistas fiéis à idéia da equipe - deveria significar a derrota de uma postura política que foi investida no jornal. Neste sentido, não haveria condições de continuar com o Opinião, ele deveria "morrer".

A continuidade do jornal e as mudanças na redação criam um clima propício para o surgimento de uma série de suposições, algumas delas criadas pelos próprios membros da antiga equipe. As denúncias diziam que o jornal havia se descaracterizado como jornal de oposição, que havia feito acordos. Para alguns, Opinião fizera um realinhamento mais para o centro, talvez uma composição com a ditadura. Para outros, o jornal continuava de esquerda, mas sem uma característica de Frente. Opinião estaria, dessa forma, inteiramente dominado pelo Partidão.

Em termos de tendências do jornal, segundo Paulo Markun (contratado nesta segunda fase, junto com Wladimir Herzog, a quem substituiu, logo após, na direção da sucursal de São Paulo), neste período foi criado uma espécie de Conselho Editorial informal, composto por Gasparian e membros do CEBRAP, além de já existir um Conselho formal ("que não se reunia"), com pessoas do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, e do exterior...

Quanto às reuniões com o CEBRAP, Markun conta que "... uma vez por semana, ou por quinzena... a gente tinha uma reunião regular com o Weffort, o Guilhon, o Paul Singer... Gasparian

vinha para São Paulo e o Argemiro ficava no Rio, fechando o jornal. Era uma reunião de discussão das tendências do jornal, das linhas.... "

Enquanto isso, a antiga equipe de redação do Opinião, liderada por Raimundo Pereira, forma uma cooperativa de jornalistas. Lançam, em julho de 1975, o jornal Movimento, que, segundo o próprio Raimundo, "foi uma coisa mais da esquerda, mais popular..."

Da mesma forma que ocorreu com o Opinião, o Movimento obtém, logo de início, repercussão nacional. Muitos dos leitores assíduos do Opinião passam a ler também o Movimento, mas nem todos tinham conhecimento das relações entre os dois jornais. Para Raimundo Pereira,

"...tem leitores que acham que o Opinião era um grande jornal e não davam importância ao Movimento; tem leitores que conhecem o Movimento, e nem sabem do Opinião, não deram importância... e tem outros que conseguem ver a trajetória, a ligação... independentemente das pessoas....."

Sob a direção de Argemiro Ferreira, as relações profissionais de Gasparian com a nova equipe também são alteradas. O número de jornalistas e colaboradores é diminuído e os que permanecem no jornal passam a receber um melhor salário. Aos poucos, alguns dos jornalistas da antiga equipe retornam. E 1975 e os primeiros sinais da distensão e do afrouxamento da censura são visíveis nas outras publicações. Para o Opinião, porém, a repressão continua.

A medida que os outros jornais são liberados, a

censura ao Opinião é aumentada. O jornal se esforça para manter a mesma linha, ser abrangente o suficiente para abrigar as diversas formas de oposição ao regime, de formar uma Frente, mas a censura fica cada vez mais rigorosa. As matérias mais interessantes, as mais polêmicas, são excluídas ou descaracterizadas. A violência crescente a que é submetido o jornal diminui sua força e, em consequência, seus leitores. As vendas caem, os anunciantes são pressionados para que retirem suas campanhas do jornal. Gasparian, já não conseguindo créditos, tem dificuldade para manter o Opinião funcionando.

A impossibilidade de pagar salários compatíveis com os do mercado como prometera, o desânimo das atitudes irracionais da censura, que proíbe que o jornal dê notícias que outras publicações veiculam com tranquilidade, ocasiona a saída, em final de 1976, do editor, Argemiro Ferreira e de alguns dos antigos jornalistas que vinham se mantendo fiéis ao Opinião. Os outros órgãos de informação oferecem aos profissionais melhores condições de trabalho e o jornal vai sendo esvaziado.

A saída de Argemiro leva Gasparian a dividir a função de editor entre dois secretários: Oséas Carvalho e Genilson Cesar. Os jornalistas, pressionados pela censura e aviltados em seus salários, começam a querer editar o jornal ao seu modo. O jornal torna-se assim, segundo Argemiro Ferreira, "porta-voz dos homossexuais e divulgador de brigas internas da esquerda", se descaracterizando como instrumento político da oposição.

Impedidos pela censura de fazer acusações contra personalidades favoráveis ao governo, começam a criticar, segundo

Gasparian, pessoas ilustres como Chico Buarque e outros aliados políticos do Opinião. Gasparian se vê obrigado a interferir mais diretamente na redação do jornal.

Para continuar em atividade a equipe do jornal desenvolve novas estratégias tentando, dessa forma, driblar a censura. Recortam notícias de outros jornais, montam, colam e mandam como se fossem suas e, mesmo assim, algumas ainda são proibidas. O prejuízo moral e financeiro aumenta cada vez mais, o jornal perde sua identidade.

Gasparian conversa com amigos que foram fiéis ao Opinião durante toda a sua trajetória e conclui que não dá mais para continuar. O jornal tornou-se inviável. Cumpriu sua missão, como afirma Luciano Martins, "que liquidou-se na medida em que a grande imprensa, que tinha outros recursos que o Opinião não tinha, passa a ser livre."

Na primeira semana de abril de 1977 circula o número 230 onde Luciano Martins, em editorial, explica a decisão da redação de parar de editar o jornal até que a censura prévia deixe de existir no país. Na semana seguinte, porém, Gasparian decide editar o número 231, com o carimbo de Livre sobre o título, sem submetê-lo à censura. A gráfica que publicava o Opinião é interdita e Gasparian, com a colaboração de Plínio de Arruda Sampaio, leva as matérias para São Paulo e edita o jornal numa gráfica clandestina. O jornal consegue ser distribuído em São Paulo, mas a polícia apreende o restante da edição ainda na estrada, quando estavam a caminho do Rio de Janeiro.

CENSURA

"Uma censura obstinada e destruidora já conseguia barrar-nos todos os caminhos" (Luciano Martins)

O jornal Opinião consegue ser veiculado, sem cortes, até o número 8. A partir daí a Polícia Federal instala uma censora na redação. As relações desenvolvidas por Gasparian junto aos órgãos encarregados da censura, antes do início da circulação do jornal, surtem algum efeito. A censura ao Opinião, em sua primeira fase, é branda e vai até o número 23.

A primeira censora, "dona Marina", em certo sentido, é mais uma colaboradora. Raimundo Pereira conta que havia condições de levar as matérias, a noite, à casa dela, para serem censuradas.

**"Não passava uma entrevista, tinha que fazer outra, então ela dizia:
- "Traz a outra para ver se eu deixo passar!"
E aí ajudava a gente a montar o jornal.
- "Corta isso, repõe isso..."
E ela ficava de madrugada, o pessoal na casa dela, e ela servia chá. Era bem branda mesmo.."**

Esse tipo de censura durou pouco. Foi substituída, no número 13 do jornal, por uma dupla de censores que, segundo Raimundo Pereira, "também foram razoáveis." Depois veio uma terceira equipe, mais rigorosa, mas ainda na redação e, portanto, possibilitando a manutenção de um diálogo entre os jornalistas e os censores.

Para evitar o corte dos artigos os responsáveis pe-

lo jornal desenvolviam várias estratégias. Uma delas era a de "baixar a matéria apenas de madrugada", tentando vencer os censores pelo cansaço. Dessa forma, mesmo censurado, o jornal conseguia publicar uma grande dose de crítica ao governo, impossível de ser encontrada nas grandes publicações nacionais.

As autoridades do governo, porém, não estavam satisfeitas com a atuação dos censores no Opinião. Uma matéria de capa, com Dom Paulo Evaristo Arns, publicada no número 23, ocasiona a demissão do grupo de censores e do próprio chefe da Polícia Federal do Rio de Janeiro, cujo sobrinho Gasparian empregara como jornalista no Opinião. A censura é, então, transferida para Brasília.

A censura em Brasília era feita em diferentes níveis. Havia os "leitores profissionais", oficiais ligados ao Centro de Informações do Exército (CIEEX), que faziam a leitura crítica do jornal procurando identificar as pretensas mensagens que se queria transmitir. Esse grupo especial de leitores orientava o trabalho dos censores, que eram funcionalmente vinculados à Secretaria de Imprensa do Chefe da Polícia Federal. Estes faziam, então, os cortes no jornal. Havia ainda um terceiro grupo de censores, no Rio de Janeiro, encarregado de verificar se o jornal montado, pronto para ser rodado, obedecia aos cortes efetuados em Brasília.

Tentar superar essa rede de censores era praticamente impossível, mas algumas tentativas foram bem sucedidas. Uma delas, segundo conta Sérgio Augusto, foi a de criar nomes ficti-

cios para a autoria de artigos das pessoas que tinham problemas com a censura.

"Eu pegava a matéria do Ferreira Gullar, que estava na Argentina, e mandava com pseudônimo, Frederico...na hora de sair o jornal, já na gráfica, eu assinava... tacava lá, Ferreira Gullar!..Nunca deu problema. Acho que o censor não lia o jornal depois de impresso..."

A reação da Polícia diante das ousadias dos jornalistas era violenta. Era necessário que se enviasse matéria para três jornais para sobrar um. As edições começam a ser feitas com o que restava de cada artigo. Até mesmo as capas, os desenhos, eram censurados. Não se sabia ao certo o que ia sobrar para ser editado. Como relembra Lysaneas Maciel,

"...uma caricatura do Picasso, às vezes, era censurada, diziam que era comunista. O Juscelino tentando entrar em Brasília...e até uma coisa curiosa, um estudo do Freud sobre o comportamento sexual de várias categorias foi censurado...porque falava também sobre o comportamento sexual dos militares..."

A censura exigia que não podia deixar claro que a matéria tinha sido censurada. Os espaços criados pelos cortes eram preenchidos com posters, desenhos, frases ou uma tarja negra onde se lia: "Leia e assine Opinião". Os espaços maiores foram preenchidos, durante algum tempo, com textos alternativos como a "Declaração dos Direitos do Homem" ou o "Hino da Independência" que, por sua vez, também foram proibidos.

Não havia porém uma lógica na ação dos censores. A

mesma matéria que saia publicada em outro jornal, quando enviada pelo Opinião, era censurada. Ou como conta Sérgio Augusto:

"...tinha artigo que você mandava, numa semana, e não passava. Na outra semana você mandava e passava, ou tinha um ou outro corte."

Os prazos para produção do jornal, envio do material aos censores em Brasília, e edição tornaram-se exíguos. Diversas estratégias foram tentadas para abreviar o tempo de retorno das matérias da Censura. No final, optou-se pela contratação de uma pessoa em Brasília especialmente para ir ao CIEX e pegar o material censurado. Esta pessoa imediatamente ligava para a redação e ditava o que havia sobrado do jornal.

A expectativa para ver o que havia restado, após o crivo da censura, tomava conta de toda a equipe. Em geral, censurava-se tudo. Certo dia censuraram, inclusive, a coluna de xadrez, reproduzida do jornal inglês "The Guardian", considerada a melhor coluna de xadrez do mundo. Sergio Augusto relembra que

"... eu estava tomando conta do jornal, o Argemiro tinha viajado, e eu que peguei o telefone... a redação toda em volta da mesa...teve uma determinada hora que eu virei para eles e gritei:
- Puta que pariu, censuraram o xadrez!
... a coluna começava assim, sei lá... as pretas avançam... derrubar o rei... uma linguagem cifrada, metáfora, e censuraram."

As violências contra o Opinião não se resumiram na censura às matérias do jornal. Houve mais. Já no número 24, o primeiro a ser censurado em Brasília, ocorreram problemas. A demora no retorno dos artigos leva a direção a editar o jornal inteiro, sem cortes. Este ato de rebeldia causa a apreensão do Opinião e a prisão dos responsáveis: Gasparian e Raimundo Pereira. Uma nova

edição do número 24 é produzida, desta feita com os cortes, o que vem provar o exercício da censura, até então oficialmente inexistente. Até este momento, as ordens dos censores eram dadas oralmente. Gasparian resolve aproveitar a situação e entra com um mandado de segurança contra a prática da censura prévia. O mandado é acatado pelo Tribunal Federal de Recursos mas a decisão é anulada pelo presidente Médici que, com base no AI-5, autoriza oficialmente que a Polícia Federal continue com a censura ao jornal.

As represálias contra os atos de insubordinação do Opinião são imediatas. O número 26 é proibido de ser impresso, sem maiores explicações. Fernando Gasparian reclama da arbitrariedade e é preso, na presença dos deputados Chico Pinto, Lysaneas Maciel e Marcos Freire. Lysaneas Maciel recorda que:

"...um coronel foi para a gráfica e nós chegamos um pouco antes. Ele chegou com a tropa de choque do Exército derrubando todos os exemplares, inclusive do Le Monde. Jogou tudo no chão, uma violência incrível. Nós descemos para o primeiro andar da gráfica e o coronel meteu o dedo na cara do Gasparian e disse o seguinte:

- "Essa noite eu vou te matar!"

Eu falei:

- "Eu ouvi isto, general, e vou para a Tribuna agora denunciar. E, hoje a noite, nós vamos lá para a Polícia Federal para ver se o senhor vai ou não vai matar o Gasparian!"

O deputado Lysaneas Maciel denuncia os fatos ocorridos no Opinião em plenário e apresenta um Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, tentando limitar os abusos da repressão. O Projeto não é aprovado e os deputados Chico Pinto e Lysaneas Maciel acabam também presos.

A violência dos atos cometidos repercutem amplamen-

te nos meios políticos e nos outros países. Cada arbitrariedade praticada contra o jornal era denunciada pelo Opinião no Brasil e no exterior, através dos jornais e revistas com quem tinham contatos. O clima de guerrilha existente entre o jornal e a Polícia era permanente. Edições inteiras foram apreendidas, algumas, inclusive, já distribuídas às bancas.

Organizações de direita, tipo CCC (Comando de Caça aos Comunistas), ameaçam jornalheiros que vendiam os jornais alternativos. Algumas bancas foram saqueadas, outras incendiadas, em atos que não chegavam a ser desvendados nas investigações feitas pela Polícia.

O clima de terror que o jornal enfrentava teve o seu momento mais violento na madrugada do dia 15 de novembro de 1974, dia marcado para a realização de eleições em todo o país. Um atentado a bomba atinge a sede do Opinião, e danifica suas instalações. A Polícia Federal considera o assunto como de Segurança Nacional e proíbe que seja veiculada qualquer informação sobre o ocorrido, assim como sobre o andamento das investigações, que nunca chegaram a ser concluídas.

Uma outra proibição ocorre quando da morte de Wladimir Herzog, responsável pela sucursal do Opinião em São Paulo, em 1975, impedida de ser noticiada pelo jornal.

A entrevista de Dom Helder Câmara, feita por Cristina Tavares, faz com que Gasparian seja preso mais uma vez. O processo instaurado contra o jornal alude a suspeita, inclusive, de que o Opinião esteja sendo financiado por alguma organização internacional de esquerda. As investigações feitas em todas as do-

cumentações do jornal não conseguem confirmar as desconfianças da Polícia. Insatisfeitos, os responsáveis pela repressão aumentam as represálias ao Opinião. Esvaziado, o jornal deixa de despertar o interesse dos leitores. As vendas caem e já não conseguem sustentar as despesas por muito tempo. O jornal tentava se manter, quase que exclusivamente, com o resultado das vendas em bancas e assinaturas. O dono do jornal calcula que chegou a perder 800 mil dólares com o empreendimento.

vam presentes no controle do jornal e na própria redação. Tanto que a mobilização de colaboradores era uma coisa diversificada, em função disso. E não foi proposital, foi por acaso... foi uma seleção na base de amizades pessoais. Todos esses editores eram meus amigos...eram relações profissionais e de amizade."

Para a equipe de Redação a relação com os membros mais liberais do Opinião e, principalmente com Gasparian, era conjuntural. Procuravam, dessa forma, um novo caminho para ir mais longe no movimento de resistência, já que as tentativas feitas pela via legal dos partidos, e pelos outros meios de militância clandestina, que muitos haviam tentado, não estava conduzindo aos resultados desejados.

Para viabilizar o projeto jornalístico e resguardar a imagem estabelecida pelo dono para o jornal, com posicionamentos radicais mas não revolucionários, a equipe procurava apresentar colaborações menos agressivas, mas que não deixassem de manifestar, ainda que nas entrelinhas, suas intenções.

Composta principalmente por jornalistas de São Paulo, a maior parte da equipe transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ficava a Redação do Opinião. Os que não puderam se transferir, passaram a vir todos os fins de semana, para ajudar no fechamento do jornal. Havia uma certa consciência de que a unidade da equipe, naquele momento, era uma coisa muito importante a fim de levar o projeto o mais longe possível.

O apoio afetivo que a equipe proporcionava garantia forças a cada um de seus membros para que pudessem resistir às in-

vestidas da censura. Formou-se assim, como relembra Raimundo Pereira, uma espécie de confraria, em que as relações de amizade ultrapassavam os aspectos meramente profissionais. Neste sentido, ele recorda que,

" ... a gente ficava todo o tempo junto e, no domingo, quando o jornal estava pronto, ia todo mundo tomar café na minha casa. Depois, ia-se a praia, todo mundo junto...na brincadeira que a gente fazia na praia, extremamente simbólica, a gente ficava tentando empurrar as ondas para trás. Era uma brincadeira, você estava com muita tensão e precisava ficar fazendo aquele negócio violento... então saia aquele bando e se jogava nas ondas como se fosse...a catarse...

... tinha um bando de amigos meus, que eram meus colegas do tempo do ITA, e eles frequentavam um clube, lá na Barra. A gente ia para lá, fazia um time de futebol... as nossas mulheres também participavam...elas faziam...sempre tinha uma comida no fechamento. Tinha festa frequentemente e nessas festas ia todo mundo, todo o bando, mulheres e filhos, todos...então foi criando uma unidade muito grande."

Além da equipe de redação, Opinião reuniu também um grupo de jovens jornalistas, a quem o jornal - assim como a maioria dos "alternativos", na época - garantiu a oportunidade de ampliar a formação profissional, pela prática de uma forma de jornalismo mais crítica, que inexistia nos demais veículos de comunicação. A participação desses jovens torna-se fundamental a partir do momento em que a censura começa a mutilar, quase que totalmente, as colaborações produzidas pelos grandes nomes da intelectualidade e do jornalismo. Começam, então, a se revelar novos talentos que conseguem manter o prestígio e a qualidade da publicação. Este é o caso, por exemplo, do jornalista Marcos Gomes, que era estudante

na época, ex-dirigente da UNE e que, convidado a fazer parte da equipe, chegou a ser editor de Economia do Opinião.

Um outro grande ponto de apoio foi a extensa rede de colaboradores que conseguiu estruturar. A direção de partidos de esquerda, por exemplo, mantinha contatos permanentes com a redação e, segundo Raimundo Pereira, chegou a escrever no jornal, "contribuições críticas e que saiam assinadas."

As colaborações, algumas espontâneas em forma de cartas à redação, eram sempre bem recebidas. O jornal se posicionava aberto para contribuições de qualidade, o que vai garantir a sua imagem de seriedade e competência, apesar das mutilações da censura. Alguns desses colaboradores espontâneos, dada a qualidade dos textos produzidos, foram convidados a escrever regularmente no Opinião e, a partir daí, se definiram profissionalmente.

Para Raimundo Pereira, o bom nome que o jornal adquiriu em muito pouco tempo,

"...não era fruto apenas de uma redação isolada. Ocorreu principalmente pela união dessas forças, pela colaboração de fora grande e politicamente importante. Pelo fato de ter reunido toda uma Frente de liberais nacionalistas e toda a esquerda. O que fez o êxito foi que esse grupo estava ligado às necessidades sociais, políticas e culturais da época. ...nós acabamos criando uma coisa que correspondia às necessidades da época..."

EDIÇÃO, FECHAMENTO E CIRCULAÇÃO

"...eu estava resolvido que o jornal tinha que sair no dia, na hora...para mim era um desafio...eu trabalhei os últimos dois dias praticamente seguidos, fui direto...o jornal saiu cheio de erros...eu deixei brancos enormes nos lugares onde eles cortaram..os caras da censura foram lá, armados, putos da vida...(Argemiro Ferreira)

A complexidade da produção do Opinião exigia o envolvimento de grande parte da equipe de redação. Para alguns jornalistas, porém, a tarefa de editar o jornal era um desafio à criatividade. As estratégias que eram utilizadas para veicular mensagens nas entrelinhas, sem cortes, exigiam um alto grau de imaginação e de competência profissional.

Os textos retirados das publicações estrangeiras, por exemplo, eram selecionados entre aqueles assuntos que tivessem alguma relação com a realidade brasileira. Gasparian declara que a equipe do jornal "pegava do Le Monde e do exterior aquelas coisas que viessem acentuar os assuntos que a gente queria discutir aqui dentro. As vezes passava, mas não era certo."

Para Raimundo Pereira, a preocupação da equipe era a de pegar nas publicações estrangeiras "as coisas mais interessantes para o Brasil e mais a esquerda do que é o Monde". Além disso, havia os artigos dos grandes colaboradores, como Celso Furtado, Fernando Henrique...com espaços definidos no jornal. Alguns colaboradores estrangeiros foram também localizados e contratados especialmente para escrever no jornal. Este foi o caso de Wilfred

Burchett, jornalista, ativista na luta contra os americanos no Vietnã, e que fez toda a cobertura da guerra do Vietnã para o Opinião.

A preocupação da equipe de Redação era a de dar ao jornal um espectro amplo, voltado principalmente para as questões de política e economia. Nestas áreas, até pelo fato de haver "um inimigo comum", as divergências ideológicas existentes entre os jornalistas quase não apareciam. Procurava-se apresentar o máximo de posicionamentos críticos contra a ditadura e o sistema econômico vigente. Para isto, tudo era válido, desde que se conseguisse dar a informação, mostrar o repúdio com que eram encaradas as medidas tomadas pelo governo.

A área mais polêmica do jornal, onde ocorriam as principais divergências, era no espaço reservado à Cultura. Para esta área o jornal recebia um grande número de colaborações críticas, das mais variadas tendências. Havia, então, uma disputa interna pelo pedaço. Neste momento a característica de Frente, unida diante do mesmo objetivo, praticamente desaparecia. Todos queriam ocupar o espaço com matérias ideologicamente comprometidas com suas convicções políticas. Além disso, havia um outro "racha" na equipe, em que se altercavam, basicamente, duas correntes opostas: os "nacionalistas" - adeptos da divulgação de questões mais ligadas à cultura nacional; e os "internacionalistas" - que defendiam a publicação de matérias mais abrangentes, em uma concepção mais ampla de Cultura.

Segundo os editores, a preocupação da redação era a

de garantir a publicação de contribuições das mais diversas tendências. Os jornalistas, no entanto, sentiam que, mesmo antes das matérias serem enviadas à censura, era feita uma censura interna, em que se privilegiavam os textos mais ligados à determinadas linhas de pensamento. Gasparian, porém, não sente assim. Para ele, "...no tempo do Argemiro, mesmo no do Raimundo, o jornal procurava ser muito isento." Seus maiores problemas ocorreram na fase final do jornal quando

"... um grupinho começou a querer proteger determinadas pessoas, artistas da área de teatro, por exemplo, e a meter o pau em quem a censura queria. Foram meter o pau no Chico Buarque, que era amigo da gente, do jornal, e não falavam mal do Roberto Carlos, que era amigo da ditadura, que não mexia com política. E a censura começou a editar o jornal. Ai eu interfeiri muito no jornal, para segurar.. porque era uma tremenda besteira. E diziam que eu estava interferindo, que estava sempre censurando, essas bobagens..."

Um dos maiores problemas do jornal, no entanto, não estava na edição, mas no fechamento do Opinião. Enquanto a censura era na própria redação o fechamento se iniciava na quinta-feira. Mas, de modo geral, o expediente começava, realmente, na sexta-feira, e ia até sábado, quase sempre noite a dentro. Quando surgiam problemas na gráfica, ou com a censura, relembra Raimundo, "nós ficávamos dois dias seguidos, sem descanso. Chegamos a ficar 53 horas fechando o jornal."

A partir do momento que a censura foi transferida para Brasília o fechamento do Opinião ficou mais complicado. O jornal, que saía regularmente na segunda-feira, precisou ser adiado para sexta-feira e, mesmo assim, os riscos de atraso eram per-

manentes. Paulo Markun recorda que

"...as vezes atrasava o avião, as vezes a censura demorava, o fechamento era sempre sofrido. Chegavam as matérias e não sobrava nada. Era duro porque tinha que se salvar páginas e páginas do jornal, sem deixar muito claro que tinha sido censurado."

A equipe de jornalistas do Opinião começou a procurar fórmulas que pudessem abreviar o tempo, para que o fechamento do jornal ocorresse no período previsto. A estratégia que deu mais certo é assim descrita por Argemiro Ferreira:

"A gente fechava o jornal na segunda-feira, até 5 horas da tarde. O jornal era espelhado, diagramado e ia para Brasília. Na terça-feira, a gente recebia um telefonema em que o rapaz passava os cortes da censura. Enquanto isso, na terça-feira pela manhã, a gente fazia uma reunião de pauta. Fazia-se a pauta da semana seguinte, que nunca era a que ia sair. Dependia da censura."

Para que não houvesse perda de leitores com a alteração do dia de veiculação do jornal foram feitas chamadas publicitárias em que se proclamava a mudança como vantagem. Em posições estratégicas no corpo do jornal apareciam anúncios do tipo:

opinião
um jornal independente
agora
mais atual
sexta -feira
nas bancas

As alterações no fechamento comprometiam a distribuição do jornal. O Opinião era distribuído para assinantes e em bancas de jornais em todo o território nacional. Seguia também para diversas localidades no exterior, podendo ser encontrado em livrarias de Paris, Lisboa, Buenos Aires e Montevideu. Em Paris, por

exemplo, Gasparian diz que uma única livraria vendia 300 exemplares do Opinião por semana, "sem contar os brasileiros que não tinham dinheiro, que iam lá, e roubavam."

Opinião foi um sucesso editorial. Logo que começou, chegou a vender 50 mil exemplares por edição. Um volume de vendas quase comparável ao da Veja, também semanal, já naquele tempo a revista de maior circulação no país.

De acordo com pesquisa feita pelo Opinião em final de 1974 quase 200 mil pessoas liam semanalmente o jornal sendo que, deste total, "40% pertenciam à classe A; 42% à classe B; 18% à classe C, sem nenhum leitor na classe D". Esta pesquisa identificou, também, que "o jornal tinha mais leitores na classe A que o Jornal do Brasil, e mais leitores na classe B que O Globo" (Opinião n. 163, p. 7).

Com o agravamento da censura, Opinião caiu em vendagem. Baixou para 18 mil exemplares, segundo Gasparian. Após a vitória da oposição nas eleições de 74, já com Argemiro Ferreira como editor, a procura pelo Opinião aumentou. "... chega a uns 25 mil exemplares vendidos", declara Gasparian, "porque os outros jornais ainda estavam censurados." De acordo com matéria publicada no Opinião no. 163, de dezembro de 1975, seus assinantes situavam-se, naquela época, principalmente, em "São Paulo (36,1%), Rio de Janeiro (18,2%), Minas Gerais (9,4 %), Rio Grande do Sul (7,9%), Bahia (5,8%) e Distrito Federal (2,6%)". Além disso, 7% dos assinantes do jornal encontravam-se no exterior, "em quase todos os países do mundo: quase toda a América Latina, todos os países da Europa e ainda da África, Ásia e países socialistas".

As cidades com maior índice de assinantes, em relação ao número de habitantes, eram as de Santa Maria da Vitória (Bahia), Caçador (Santa Catarina), Antônio Prado e Santo Angelo (RS) e Fato Branco (Paraná). No total, eram quase 10 mil assinaturas, e um número muito maior de leitores, uma vez que várias pessoas partilhavam o mesmo jornal.

A medida que a censura vai sendo retirada dos demais órgãos da imprensa, e intensificada no Opinião, o número de leitores cai significativamente. Argemiro Ferreira comenta que "quando o Opinião diminuía de páginas ele vendia muito pouco, naquela edição ou na seguinte." Ao contrário do que os leitores declaram, a impressão do jornalista era de que quando o leitor percebia que o jornal estava sendo muito censurado, "ele simplesmente deixava de comprar. Quanto mais ele era devastado, pior era a venda."

As pressões exercidas contra o jornal foram liquidando-o aos poucos. Após 230 edições, em 1977, a vendagem do jornal era bem pequena, insignificante em relação ao seu início. O jornal já não era muito procurado nas bancas e lhes restavam alguns, poucos, assinantes fiéis. "Interromper a circulação do Opinião" - afirma Gasparian - "foi o nosso gesto de protesto."

O ESTILO OPINIÃO

"O texto do jornal deve ser simples e claro como o de uma carta bem escrita. E isso o que dizem muitos jornalistas e é isso que espero para o nosso jornal." (Raimundo Pereira, Opinião, n. 0)

"O jornal foi planejado sóbrio, bonito, gostoso de fazer, bom de ler, a imagem de uma coisa séria, sem ser uma coisa chata." (Sérgio Augusto)

Gasparian pretendia dar ao Opinião, segundo Raimundo Pereira, um estilo "misto de informação e análise, e de um jornal de análise de tendências." Em princípio, Raimundo oferece alguma resistência à adoção do estilo defendido por Gasparian. Acostumado com o estilo de Veja, que ele próprio, junto com um grupo de jornalistas haviam copiado do Times, Raimundo admite que

"...quando eu fui para o Opinião eu escrevia com o estilo de Veja. Não era opinião, não tinha opinião. Gasparian sempre fazendo cara feia para as coisas que eu escrevia... (Até que) eu escrevi um artigo sobre a imprensa no Brasil e publicidade, e foi um artigo já no outro estilo. A partir daí, eu comecei a mudar bastante, fazer uma coisa mais desse estilo e que caracteriza, de fato, bem melhor."

A diferença entre o estilo de Veja e do Opinião era sentida pelos leitores,

"... a Veja era muito burocrática, meio uniforme, como se só um redator tivesse escrito do começo ao fim. Opinião não, cada artigo passava uma coisa diferente, as matérias assinadas diziam muito da ca-

beça de quem estava escrevendo". (Menezes)

A diversidade de contribuições existentes no Opinião leva os leitores a relacionarem os temas abordados pelo jornal com os seus principais autores. A lembrança dos leitores privilegia, porém, os jornalistas e os temas nacionais, identificados, principalmente, com as áreas de Cultura e Economia do jornal. Assim é que nomes como Julio Cesar Montenegro, Jean Claude Bernadet, Agnaldo Silva são referidos, na parte de cultura do jornal. Na área econômica, surgem os nomes de Aloysio Biondi e Ricardo Bueno, principalmente pelas matérias críticas contra o modelo econômico existente.

"Naquele momento em que só se ouvia a versão delfiniana, os artigos do Biondi, do Ricardo Bueno, eram um contraste naquele setor em que o governo era forte, o milagre brasileiro." (Luis Antonio Cunha)

"Tinha uma parte interessantíssima, sobretudo nos primeiros números, que eram os artigos do Agnaldo Silva. Um artigo sobre o Nelson Duarte que deu uma belíssima primeira página, um sobre o Flávio Cavalcante..." (Marcus Venicio)

Uma das características do estilo Opinião era o seu caráter inovador. E a sua principal inovação, estava ligada ao projeto gráfico do jornal. Criado por Elifas Andreato, o projeto gráfico contou com a colaboração de vários desenhistas, muitos deles revelados pelo Opinião, como Cassio Loredano e Chico Caruso. Os desenhos, principalmente os executados por Loredano e Luis Trimano - "um agitado desenhista argentino, que vive em São Paulo",

como é apresentado no Opinião, n. 0 - possuem um estilo próximo ao de David Levine, ilustrador principal do "New York Review of Books", e que, graças ao convênio existente entre os dois periódicos, também "passa a ilustrar o semanário brasileiro."

Os desenhos apresentados nas capas do Opinião, "pouco convencionais dentro da grande imprensa", como diz Luciano Martins, passam a chamar a atenção, a atrair novos leitores. A qualidade dos desenhos contribui decisivamente para o sucesso do jornal. O processo de sedução dos leitores iniciava-se pela beleza das capas. Como confessa Menezes:

"Eu vi o Opinião pela primeira vez na banca. O desenho da capa... muito bonito, em azul, me chamou a atenção. Comprei por curiosidade. A partir daí eu comecei a ler e não parei mais..."

O projeto gráfico do jornal é apresentado aos leitores já em seu número zero, experimental. Desde o início era dito que as páginas do Opinião seriam ilustradas principalmente com desenhos, na maioria das vezes rostos. Antonio Carlos "Tonico" Ferreira - secretário do jornal, e responsável pela Chefia de Arte - é quem explica que não dispunham "de dinheiro para montar uma equipe própria de fotógrafos e nem de interesse em publicar as mesmas fotos que todo mundo já publicou." Este posicionamento, coincidia com o de Beuve Mery - editor do Le Monde, jornal que nunca publicou uma fotografia - citado na mesma matéria, e que afirmava:

"Comprar de agência fotos baratas, que já haviam aparecido no mundo inteiro, serviria apenas, para ocupar um espaço precioso, que nós procurávamos economizar de todas as maneiras. Não nego, é lógico, o valor informativo da imagem: uma boa imagem é superior a um mau artigo. Mas a verdade é que não há falta de imagens no mundo contemporâneo. Há mesmo um excesso, que produz uma espécie de passividade do público." (Opinião n. 0)

A equipe do Opinião porém não era tão radical. Admitia que, em algum momento, o semanário poderia apresentar fotos, "desde que elas acrescentem alguma coisa à informação existente" (Opinião, n. 0).

A dificuldade existente para se produzir o jornal em um momento de censura permanente era um desafio para os jornalistas. Todas as oportunidades para se transmitir alguma mensagem não podiam ser desperdiçadas. Os desenhos, as capas do Opinião procuravam dizer alguma coisa mais, transmitir mensagens. Esta foi o caso, por exemplo, da capa onde aparece a caricatura de Lysaneas Maciel. Aproveitando que o candidato a deputado tinha o número 102, Opinião apresenta a sua caricatura, com o número respectivo, na capa do número 102 do jornal, poucas semanas antes das eleições.

"Foi uma propaganda de primeiríssima qualidade para quem não podia, sequer, aparecer uns minutinhos na televisão e muito menos nos jornais." (Lysaneas Maciel)

As imagens da capa nunca eram destituídas de sentido. Havia um rodízio entre as editorias para a elaboração das capas do jornal. Cientes da repercussão que estas capas tinham entre

o público-leitor, os jornalistas procuravam revesti-las de algum sentido simbólico. Sobre este assunto, Sergio Augusto, por exemplo, lembra de uma das capas que foi de responsabilidade de sua editoria - a da Cultura:

"Eu me lembro que houve um Congresso da SBPC em Belo Horizonte em que o símbolo era uma pomba de asa aberta, negócio de ecologia. Aí nós pegamos o logotipo da pomba, viramos de cabeça para baixo, botamos uma mancha de sangue, como se ela tivesse levado um tiro...ficou uma capa linda!"

A linguagem utilizada na maioria dos textos do Opinião era considerada difícil pelos leitores. Todos concordam que o jornal não era acessível para leitura por grande parte da população. Para alguns leitores, porém, o estilo hermético era justificado pela necessidade de que os artigos fossem publicados. Arriet, argumenta inclusive, que o Opinião "tinha que falar coisas que pudessem despertar, mas sem ter uma clareza muito grande, que pudesse ser cortado."

Para suavizar os textos, e atrair os leitores à sua leitura, eram apresentadas ilustrações, como as que apareciam no texto escrito por Francisco Antonio Doria, e comentadas por Sergio Augusto:

"Eu dei para ele dois livros sobre o Racional Superior e ele fez um artigo arrasando. Aí eu peguei um desenho da família Marvel" o Capitão Marvel, Mary Marvel e o Capitão América, os três voando...e no lugar do raio que eles tem na roupa, eu botei o logotipo do Racional Superior...são brincadeirinhas desse tipo que ajudam a tornar mais leve a coisa, os textos mais pesados..."

Antes de tudo, os jornalistas gostavam do jornal.

Consideram que o Opinião "foi um momento de grande criação," como diz Bernardo Kucinski,

" Era um jornal clássico até na sua forma. Era um jornal de elite, de intelectuais, e tinha uma importância psicológica grande, importância moral até, uma demonstração de resistência cultural."

OS LEITORES

"...eu tinha vontade de escrever para eles contando das minhas experiências com o jornal. Foi uma fase eufórica de minha parte, porque foi quando eu despertei para um tipo de imprensa que eu não conhecia..." (Katy Uetanabarro)

A idéia de Gasparian era a de fazer um jornal que influenciasse diretamente a classe dirigente da economia brasileira, um jornal para influir nas lideranças, "para uma elite intelectual e financeira", como declara Gasparian, "para influir no líder sindical, nos militares..."

Os posicionamentos críticos, as opiniões e análises apresentadas, porém, "vem despertar", segundo Gasparian, "esse pessoal que não acreditava em mais nada, que foi vítima do terrorismo e que passou, então a acreditar em alguma coisa."

O jornal atinge, assim, uma diversidade de leitores. Paulo Markum afirma que, "de Dom Paulo Evaristo Arns até a extrema esquerda, quase todo mundo tinha com o jornal uma relação muito afetiva, amigável". As lideranças sindicais e alguns membros da ala mais progressista da Igreja liam o Opinião e reproduziam em suas publicações, em linguagem mais acessível, as notícias mais interessantes.

De acordo com o próprio jornal (no. 163, p.7), era numeroso o contingente de analistas de computação e programação, religiosos, sindicatos e embaixadas estrangeiras entre os leitores assíduos. Entre seus assinantes, o Opinião tinha "dois ex-presidentes, seis ex-governadores, 14 secretários e ex-secretários de Estado, oito ex-ministros, além de muitos deputados e senadores..."

"

No exterior, a maioria das instituições universitárias americanas e européias tinham assinaturas do jornal. A Yale University Library, inclusive, escreveu para o jornal solicitando autorização para microfilmar a coleção, considerada como "um valioso documento histórico".

Opinião era lido no State Department dos Estados Unidos como indicador das tendências da oposição política brasileira. Era considerado também nas embaixadas e delegações estrangeiras que mantinham relações com o Brasil.

Entre os brasileiros no exterior, principalmente entre os exilados, o jornal causava grande euforia. As notícias eram lidas e discutidas em grupo, pelos estudantes brasileiros na França.

"...com o Opinião, o Estadão e a Folha a gente começava a confrontar as coisas. Nós fazíamos esses estudos na Casa da Tunísia - onde era mais confiável - e depois discutíamos muito com o pessoal da Casa do Brasil. Discutíamos política nacional com base no Opinião, que era colocado em confronto com os outros. Para ver onde estava a realidade mesmo porque nunca está escrita...está sempre nas entrelinhas." (Alcides Carvalho)

O jornal era muito disputado. Em geral, cada exemplar era lido por, pelo menos, cinco pessoas. Na França chegava, as vezes, a vinte o número de pessoas que liam o mesmo jornal. Alcides Carvalho lembra que lia o jornal sempre atrasado. "Geralmente ele chegava até a gente depois de ter rodado todo mundo. Mas era proibido recortar. Você podia, no máximo, xerocar."

Opinião conseguia, dessa forma, também formar uma

frente entre os leitores, reunindo pessoas de diversas posições políticas e que tinham em comum o sentimento de oposição ao regime. A maioria transfere para o jornal a vontade de fazer alguma coisa, de resistência contra aquele estado de asfixia política que a ditadura instalara na sociedade.

O jornal exigia um certo grau de formação para ser lido. As teses defendidas pelo semanário vão conquistar, principalmente, estudantes e profissionais recém-formados pelas universidades e que sentem falta de publicações mais críticas, de análises mais elaboradas, que os coloque em contato com os problemas existentes na realidade nacional e internacional. Como afirma Fernando Henrique Cardoso:

"Opinião foi uma espécie de universidade para esses estudantes que não tinham o que ler e nem uma orientação maior, em termos ideológicos, na própria universidade."

Assim, no meio acadêmico, a aceitação do Opinião foi quase que total. Para um determinado grupo de estudantes a leitura do Opinião tornou-se praticamente obrigatória. As conversas passaram a ser pautadas pelo jornal. "Ele norteava" - afirma Tek - "era uma espécie de pré-requisito para você discutir."

Os estudantes de determinadas áreas, principalmente das Ciências Sociais e Humanas, consideravam o Opinião um complemento indispensável de seus estudos acadêmicos. "Ele passa a cumprir o papel que as revistas técnicas, que as revistas especializadas deveriam cumprir" - diz Fernando Jorge - "as matérias eram analíticas mesmo, e com um suporte de dados que não se encontrava

em outros lugares."

Para os leitores, o envolvimento com o jornal naquele momento, porém, vai além do prazer de ler notícias consideradas proibidas, até então. O simples ato de ler o jornal em algum lugar público - em um banco de praça em Teresina ou nas barcas do Rio para Niterói, por exemplo -, passa a ter um sentido de engajamento, de participação no movimento de oposição ao regime. Nesse contexto, a compra do jornal torna-se um ato de coragem. "Um soco na ditadura", como diz Chico Alencar.

O clima de suspeitas permanentes levava a que se desconfiasse de todos, inclusive de quem vendia esse tipo de jornal. Em geral, as pessoas procuravam comprar o Opinião em bancas de absoluta confiança. Alguns faziam rodízio entre os companheiros: cada semana um comprava. Era sabido que, em algumas bancas de São Paulo, haviam agentes infiltrados. Todos se cercavam de cuidados para não serem surpreendidos. A paranóia da subversão fazia com que se encarasse a leitura do jornal e até mesmo a simples compra em banca, como uma coisa que tinha que ser feita quase que na clandestinidade, próxima da ilegalidade, e que precisava ser resguardada. Para alguns assinantes, porém, comprar o Opinião em banca

"...era mais ou menos como um menino comprar uma revista de sacanagem. Uma coisa que tinha que ser feita por debaixo do pano, era meio mal vista, de modo geral" (Tek)

Para evitar o risco de comprar o jornal em bancas, muitos fizeram assinaturas. Para outros leitores, no entanto, essa atitude era mais perigosa ainda. Luis Antonio Cunha declara, por exemplo, que comprava o Opinião nas bancas,

"...não era assinante. Talvez um pouco por receio, na época da repressão, de ter o meu nome em mais esta lista... certamente estava em outras..."

De ambas as formas, o ato de comprar o jornal não era destituído de significado. Era uma forma simbólica de se engajar, de participar do movimento de resistência ao regime.

O jornal era aguardado. O sentimento de medo disseminado entre os cidadãos levava a que o jornal fosse esperado como um objeto secreto, ansiado, numa relação que ia muito além do plano jornalístico. Os embates do Opinião com a censura dificultavam a sua entrega regular. Não se sabia com certeza o dia em que o jornal ia sair. A demora da edição era entendida pelos seus leitores fiéis, o jornal estava tendo problemas com a censura.

Estabeleceu-se uma comunicação abstrata, telepática, entre os leitores e a equipe do jornal. Todos imaginavam o trabalho que os jornalistas deveriam ter para fazer chegar o Opinião às bancas. Os cortes nos artigos, as tarjas negras, representavam para os leitores o quanto os jornalistas batalharam para poder publicar mais uma edição.

Em determinados grupos progressistas a leitura do Opinião tornou-se indispensável. E identificava. A posse do jornal já caracterizava o tipo de pessoa, de leitor. Como lembra Tek:

"...muitas vezes eu estava viajando de Onibus ou de avião e entabulava conversa com um cara que tinha um jornal desse. Já identificava e já rotulava. Era um símbolo."

Esses leitores começam a ficar fascinados pelo jornal. "Liam e reliam tudo", como diz Fernando Jorge. Os textos oferecidos pelo Opinião são amplamente analisados, todas as seções são exploradas. "Eu lia tudo", declara Katy, "carta..tudo o que tivesse no jornal, eu lia."

Os responsáveis pelo jornal são requisitados para palestras e debates. Opinião despertava os leitores para os assuntos, orientava as leituras, supria a defasagem de literatura que havia na época em que tudo era proibido. Foi através do Opinião que muitos leitores vieram conhecer autores mundialmente famosos, e que estavam proibidos de serem utilizados no meio acadêmico nacional. Foi o caso de Hannah Arendt, por exemplo, como lembra Alcides Carvalho:

"Foi através do Opinião que eu fiquei conhecendo aquela filósofa, Hannah Arendt. Eu li e achei: "Que mulher excepcional!"...e fui buscar conhecimento sobre ela, depois busquei livros e assim por diante..."

Alguns leitores não se limitam à simples leitura, começam a querer contribuir, a participar criticamente do jornal. Passam a escrever, a debater com os autores dos artigos, as idéias apresentadas. As discussões, em alguns casos, tornam-se tão polêmicas que o jornal é utilizado até mais como intermediário nos de-

bates. Os leitores polemizam não mais apenas com os autores dos textos, mas entre eles mesmos.

Em termos políticos, militantes e dirigentes de partidos de esquerda comunicam-se frequentemente com a redação, fazendo observações sobre a orientação ideológica que o jornal deveria manter. Gasparian lembra que

"...era muito comum chegar um cara do Partido Comunista, da linha albanesa, que era a do momento. Então vinha falar comigo o Alfredo Passos Guimarães, por exemplo. Ou do Partido Comunista soviético...e eu com o maior cuidado para que alguém, que tivesse feito a sua opção política, não fizesse o jornal tender demais para aquela opção. O jornal tinha que ficar informando diversas opiniões. Não tinha que ficar estreito, ficar fechado..."

A utilização profissional do jornal era feita, principalmente, em colégios e faculdades. Havendo condições, os jornais eram lidos, comentados, trabalhados tematicamente em sala de aula. Tornou-se material didático de professores progressistas e que, mesmo assim, não deixavam de considerar o risco que era a apresentação destes artigos aos alunos. Miriam Warde, por exemplo, sentia que este comportamento "... era o máximo de provocação. Pensava que havia escapado da repressão, era peixe miúdo, e cairia via ação profissional. O susto era esse."

Por outro lado, a tentação era irresistível de divulgar e discutir as idéias expressas no jornal e que levavam, como afirma Katy, a que

"...a mesma sensação que eu tinha, de prazer, de ir descobrindo as coisas, ou o que está por trás das coisas, eles também tiveram, os alunos."

Os grupos de teatro utilizavam os temas abordados pelo Opinião como fonte de inspiração para o desenvolvimento de suas peças. Teatralizavam as notícias. Os sindicatos procuravam copiar em suas publicações, não só os artigos que lhes interessavam mas, também, a própria forma gráfica do jornal, os desenhos.

Opinião passou a ser utilizado como material de pesquisa, de análise da conjuntura. Tornou-se fonte e modelo de produção de notícias de inúmeros jornalistas. Auxiliou na consolidação de posições políticas de forma mais consciente, a formar opiniões, como declara Luis Antonio Cunha:

"Eu me beneficieei de textos do Opinião. Não só para formar a minha opinião, como formador de opinião o jornal foi da maior importância, mas eu utilizei do ponto de vista técnico, em textos que escrevi. No meu livro "Educação e desenvolvimento social no Brasil", por exemplo, há referências a artigos do Aloysio Biondi, que escrevia sobre economia no Opinião."

A relação afetiva existente entre leitores e o jornal faz com que, muitas vezes, a própria história do leitor se confunda com a história do jornal. Em alguns casos, nos momentos mais rigorosos da repressão, se comprar o jornal era perigoso, mantê-lo em casa era uma espécie de desafio. O medo de possuir este tipo de publicação levou alguns leitores a escondê-lo, em algum lugar seguro. O sentido simbólico que o jornal representava, a consciência da importância histórica das matérias publicadas, não permitia que jogassem fora os números do Opinião. Chico Alencar, por exemplo, lembra que ele mesmo, quando teve que responder a inquérito no Exército,

"...dando aquela arrumada na casa para visitas inconvenientes, tratei de esconder bem o Opinião. Tanto que esses números que eu redescobri na mudança de residência estavam acondicionados em sacos plásticos, lá no forro da casa."

O sentimento mágico que ia além do que o próprio jornal representava, envolvia também a figura dos que participavam do Opinião. A maioria dos leitores não distinguia diferenças profundas entre os que escreviam no jornal.

"Eu nunca li o expediente do Opinião. A minha tendência era a de homogeneizar os caras que estavam escrevendo. Como se todos tivessem a mesma opinião, o mesmo compromisso... Essa leitura bota Chico de Oliveira com Fernando Henrique, Weffort... tudo na mesma esquerda, e não são. Um Sobral Pinto escreve um artigo no Opinião e o pessoal ficava achando que ele era de esquerda também. O Paulo Brossard também. As alianças acabam ganhando mais identidade do que os sujeitos em aliança" (Fernando Jorge)

Esses leitores que não percebiam as mudanças, que não identificavam as crises entre os responsáveis pelo Opinião, atribuíam à censura as alterações que ocorriam no jornal. Muitos acompanharam Opinião até o seu final, mesmo sentindo que já não conseguia ser tão combativo. Na medida em que o restante da imprensa começa a dizer o que o Opinião não diz, que surgem organizações políticas ostensivas, o jornal vai perdendo o interesse. Opinião termina pela extinção de seus leitores também.

Mas para a maioria dos que acompanharam a trajetória do jornal, ele não acabou, simplesmente. Como diz Fernando Jorge,

"...duvido que a estudantada, que alguém daquela época, achasse que o jornal fechou por si mesmo. Era óbvio, a repressão fechou, fecharam o Opinião. Não me lembro de ter procurado muito também,...porque eu já estava fazendo outras leituras..."

EMOÇÕES

"El tiempo, el implacable, el que pasó siempre una huella triste nos dejó.... (Pablo Milanes)

As lembranças dos acontecimentos que ocorreram com os entrevistados, a partir de 1971, vieram permeadas de emoção. Alguns, em um primeiro momento, ficaram angustiados porque não conseguiam lembrar o que havia ocorrido na época. "E anulação", diz Marcus Venício, "eu me sinto mais a vontade em lembrar de mim, mais necessidade, do que lembrar do jornal..." Para outros, as recordações surgem de forma indiferenciada, os anos se confundem. Casadey, por exemplo, revela que, para ele, esse período é um bloco só.

"Começa em 68 e acaba em 75. Eu misturo 75 com 72; 73 com 69...não sei quando estava preso, quando estava solto...a única referência é 72...porque em 72 eu casei...estava preso e casei."

A confusão de datas se liga à dificuldade, de recordar fatos relacionados ao seu próprio passado. Como diz Miriam Warde, "...os anos de 71 a 74 não existem, eu não lembro.." Do esforço em buscar os acontecimentos na memória surgem as emoções, não mais contidas...

"...é muito difícil lembrar...eu lembro da leitura do jornal, da loucura que era o meu quarto...uma época em que eu juntava, eles estavam enrolados, havia uma cinta...as vezes eu não tinha tempo para ler, deixava num canto, a cinta...perto da cama...a

pilha de coisas para ler....eu estou com tique nervoso! (pálpebras tremem)... estou com dificuldade para falar, explicar... eu que sou fluente!

Os problemas enfrentados nos anos 70 deixaram marcas. Muitos ainda não se sentem tranquilos. O medo persiste e as pessoas se previnem, ainda hoje, para qualquer eventualidade. Memélia Moreira, por exemplo, não sai de casa sem passaporte...

"...ele anda na minha bolsa. Isso não tem jeito porque papai teve que fugir sem passaporte. Então eu nunca mais me esqueci. Minhas filhas tem passaporte desde a hora que eu pude ter...e eu não saio sem passaporte."

O medo de ameaças subversivas permanece também no pensamento dos que participavam dos órgãos de segurança do governo, na época. Alguns militares contatados, que inclusive faziam "a leitura profissional do jornal", não permitiram que suas entrevistas fossem gravadas, e nem seus nomes revelados. Por outro lado, muitos dos antigos leitores ainda se mostram apreensivos quanto à estabilidade política do país: "Quando você descobre que o Brasil está dando lição de tortura para outros países, eu temo um pouco" - declara Arriet - e indaga: "Será que vai acontecer tudo de novo?"

A lembrança das violências sofridas é um encontro emocionado consigo mesmo. Os gestos tornam-se mais efusivos, procuram o apoio no cigarro, as mãos tremem, suspiros profundos, sorrisos e, não raramente, lágrimas. O mutismo total de uns, a impossibilidade de verbalizar os acontecimentos ocorridos nas prisões, substituídos por expressões sonoras como: "daí eu fui preso e, sabe, nan...nan..nan..nan..", foi compensado pelas explicações detalhadas de outros, que pareciam estar retornando ao interior das

celas, das salas de interrogatório, com todo o sofrimento, asco e ódio que deveriam ter sentido na época.

Em alguns ficou evidenciada uma certa atitude de admiração e respeito à competência dos algozes militares. Casadei, por exemplo, revela que "o Brilhante Ustra era um excelente comandante. Tinha um comando de tropa que era um negócio magnífico. Ele tinha muita identificação com a tropa, ele tomava a frente..." Por outro lado, sarcasticamente, também declara que :

"... eu não vi coisa mais brechtiana do que o teatro da repressão brasileira. Eram magníficos atores... a intimidação era feita de uma forma sutil, muito inteligente, muito teatral... o melhor teatro a brasileira, o da repressão, com certeza."

Os sentimentos de desamparo e de solidão, que eram frequentes na época, retornam na medida em que se desenvolvem os depoimentos. Nos rostos são expressivas as manifestações de sofrimento e de revolta, como as de Callegari, quando recorda os incidentes que ocorreram, já em 1974, ao embarcar para a Itália, levando correspondência de presos políticos para o Papa.

"... em certo momento eles me despojaram, me empurraram, me viraram tudo... o avião ficou parado duas horas. Eu entrei no avião todo deformado, evidentemente desmoronando... eu então pedi para um senhor da Itália que "por favor, me telefona aqui... para avisar... os meus amigos.." (mostra como se fosse uma caderneta de telefones), mas todo mundo tinha medo... sabe quando você se sente como um cachorro, diante de todo mundo ali que te olhava..."

A indignação contra as violências afloravam a todo instante. Os que se relacionavam mais de perto com o Opinião lembram revoltados os muitos ataques sofridos pelo jornal. As prisões, censuras e ações terroristas são lastimadas da mesma forma como é sentida a perda de Wladimir Herzog e Max da Costa Santos, vítimas da repressão. A aversão à posição dúbia de políticos per-

tencentos na época, supostamente, à oposição, irritam Lysaneas Marciel e Fernando Gasparian, não apenas pelos constrangimentos físicos que sofreram mas, também, pelos entraves que estes mesmos políticos causaram à sobrevivência do Opinião.

"... e quem me prendeu, quando eu tive um processo por publicar no Caderno do Opinião uma conferência da Câmara, foi a polícia do Chagas Freitas, do Miro Teixeira... quando o Miro era deputado nunca fez um discurso a favor dos torturados, ou criticando...muitos outros fizeram, o Lysaneas, o Marcos Freire, Fernando Lyra.... esse pessoal que o Opinião apoiou, que era um pessoal sério..." (Fernando Gasparian)

Todos concordam que no início dos anos 70 era praticamente impossível a participação em movimentos políticos clandestinos. Mesmo assim, são apresentadas justificativas para o afastamento da militância, em geral, acrescidas de relatos sobre os envolvimento emocional e familiares de cada um. Neste instante o medo torna-se explícito. Não se trata mais de correr riscos, de se expor por uma causa, mas de colocar em perigo outras pessoas, os filhos principalmente. Arriet, por exemplo, confessa que em 1972, quando teve a segunda filha, tinha muito medo "...tinha as crianças..." Memélia Moreira recorda que recebeu um telefonema dizendo da ameaça de uma bomba na redação do jornal, por causa de um artigo polêmico que havia escrito...

"..eu estava com medo das minhas filhas ficarem aqui. Experiência que eu vivi também na minha infância, meu pai se acostumou em catar a gente de madrugada e esconder em lugar seguro. Eu então liguei para a CNBB, contei o que estava acontecendo e falei: "Eu quero tirar minhas filhas daqui o mais rápido possível..." a minha filha maior ainda ia fazer três anos, a outra tinha um ano e pouco..."

Ainda existem muitos gritos parados no ar, muitos desabafos que, em poucas palavras, dizem mais do que o sentido estrito que está sendo transmitido. Quando, por exemplo, Raimundo Pereira desabafa dizendo que

"o grande projeto do jornal foi pegar toda essa frente de liberais, nacionalistas e toda a esquerda. Porque a esquerda sozinha não faria!(soco na mesa) Precisava de um dirigente como Gasparian..."

muitos outros sentidos e sentimentos podem estar envolvidos na curta mensagem.

A lembrança do jornal e do momento em que ele circulou emociona a todos. Revisões de posicionamentos pessoais são efetuadas, justificativas para as ações do passado apresentadas, os depoimentos mexem com sentimentos profundos das pessoas. Ninguém ficou insensível às emoções que as recordações do passado provocavam. Em alguns, como em Katy Uetanabarro, aflora um certo sentimento nostálgico, de que naquele momento estava envolvida em movimentos importantes, que faziam sentido dentro de seu projeto de vida e que hoje, até mesmo pela desagregação das pessoas, já não dá mais para continuar.

"Eu era muito mais importante, eu me sentia muito mais importante...melhor, eu me sentia satisfeita"
- diz Katy - **"hoje a coisa é bem diferente..."**

O percurso emocionado, e de certa forma coerente, existente entre os personagens que ajudaram a construir a pesquisa, encontra, nos dias atuais, uma amplitude maior de tendências, uma diversidade de opiniões que vai caracterizar o momento de cada um, na sociedade brasileira hoje.

OPINIAO HOJE

"O jornal Opinião hoje, para fugir da mesmice, teria que ser diferente." (Memélia Moreira)

A lembrança saudosa dos que se envolveram emocionalmente com o Opinião torna inevitável que se questione quem está substituindo, no momento atual, o espaço deixado pelo jornal. Nesse instante as opiniões se dividem. A unidade de pensamento existente em relação ao papel desempenhado pelo jornal no passado fica fragmentada, representando bem os diversos caminhos encontrados, nos dias atuais, pelos que formavam uma frente de oposição ao governo.

Para Luis Antonio Cunha, o lugar do Opinião ainda está vago. Como Luis Antonio, Bernardo Kucinski acha que o Brasil precisaria ter hoje muitos Opiniões, "uns quarenta no mínimo, para que as pessoas possam se sentir gente."

Esta opinião é oposta a de Alcides Carvalho que considera que já existe "um monte de jornaizinhos picadinhos que dão conta da realidade mais doméstica." Ao Opinião estaria reservado um espaço mais importante, de orientar as opiniões da oposição, em nível nacional.

"Um jornal mais analítico, como considera Chico Alencar, "com articulistas que conseguissem produzir uma reflexão mais profunda sobre nossa conjuntura política, econômica, sobre a realidade brasileira."

Já Argemiro Ferreira e Paulo Markum acham que, no momento atual, não haveria espaço para uma publicação desse tipo.

Markum fala que as iniciativas feitas pela grande imprensa - como a página 3 da Folha de São Paulo ou o caderno Idéias do Jornal do Brasil -, lembrado também por Lúcia Ramalho, acabaram com o espaço do Opinião.

Todos os entrevistados acreditam que os problemas levantados pelo jornal ainda perduram mas que, as mesmas denúncias feitas pelo Opinião na época, tinham mais importância. Hoje "elas tem o sabor do óbvio" - responde Katy - "do já dito e que todo mundo sabe, e daí?"

Ao comparar os dois momentos, a existência naquela época de uma confluência ideológica de oposição ao regime, Marcus Venício chega a concordar com Memélia Moreira de que um novo Opinião só poderia ocorrer em uma outra ditadura. Este é também o pensamento de Luciano Martins, que vê o sucesso do jornal como característico de um momento de crise. As condições específicas da época levaram o jornal a exercer a função de "respiradouro" do pensamento represado da população. Este também é o pensamento de Lysaneas Maciel que supõe mesmo que, hoje em dia, um jornal como o Opinião não teria a mesma força. "Seria mais um jornal de intelectuais de esquerda, que já há aos montões por aí."

A dificuldade de se produzir um novo Opinião é discutida por alguns dos jornalistas e a primeira inquietação está na impossibilidade de se remontar a "mesma equipe", segundo Menezes, ou qualquer outra equipe, mas com a mesma unidade que havia entre os que fizeram o Opinião.

Para Raimundo Pereira a formação de uma equipe nos moldes da anterior tornou-se uma tarefa praticamente impossível. Ele declara:

"Hoje você não tem gente. Nós os jornalistas quando começamos o Opinião já tínhamos vivido um monte de lutas juntos, estávamos juntos mesmo, juntos! O Gasparian, o Fernando Henrique e outros tinham vivido também um monte de coisas juntos, e estavam juntos. Então se fez uma certa unidade que existiu durante algum tempo e se desmanchou. Agora, hoje, onde estão as pessoas que representam politicamente mais gente e que se juntem efetivamente para fazer um projeto?"

Esta é também a preocupação de Marcus Venício para quem a sociedade brasileira, nos dias atuais, não estaria "preparada para assumir novamente uma publicação como o Opinião". Lucia-no Martins complementa analisando que, "na atualidade, o processo de anomia é geral, os próprios intelectuais se desmobilizaram. Ou entraram para a vida partidária, ou foram cooptados pelo Estado." A mesma argumentação é usada por Gasparian, quando considera sua impossibilidade de refazer o Opinião, embora sentindo que o jornal esteja fazendo falta. Ele diz:

"Se eu faço um jornal desses agora, sendo do PMDB, o pessoal vai dizer logo: "É puro conchavo, ele é do PMDB!"

O consenso entre leitores e produtores do Opinião é conseguido apenas em relação à falta que todos sentem do jornal. Não encontram nas publicações disponíveis na atualidade alguma que substitua integralmente, em conteúdo e em empatia com os leitores, o lugar do Opinião. Consideram, porém, que para ter o mesmo impacto que teve o primeiro Opinião, o novo jornal precisaria ser diferente. Nesse sentido, cada um tem o seu projeto de jornal, as suas sugestões que, nem sempre, são coincidentes.

UM NOVO JORNAL OPINIAO

"...e que por ali se descubra que existe um caminho, que junte de novo algumas dezenas de milhares de pessoas..." (Raimundo Pereira)

O projeto de um novo jornal Opinião apresentado pelos leitores e produtores do jornal tem alguns pontos comuns. Há concordância, por exemplo, de que para tornar-se uma publicação com a mesma força, ele teria que ter um caráter mais popular. Katy, porém, acha que mesmo mantendo o seu sentido como jornal de elite, Opinião faz falta...

"para quem lê, para esse grupo estratificado mesmo. Não tenho ilusões de que atinja o Brasil todo porque nós vivemos em um país em que poucas pessoas tem acesso a isso. Mas na Universidade, por exemplo, é uma obrigação. E uma necessidade no sentido de orientar para que as pessoas possam compreender melhor a sociedade."

Para ter novamente essa importância o Opinião precisaria primeiro, sugere Marcus Venício, investigar os interesses da sociedade, que já são bem diferentes do momento em que o jornal existia. "Teria que ter problemáticas novas, redefinir a vocação radical, definir temáticas, a ecológica, por exemplo" - declara Kucinski -, "só para dizer a mais nova. Tudo de uma maneira diferente de ver do que via o pessoal dos anos 70."

Sergio Augusto acha que, principalmente, o que precisava ser alterado era a linguagem do jornal e "aquelas matérias frias, meio ranhetas, uma sociologia de um intelectualismo muito alto" e que, se faziam sentido na época, até mesmo por causa dos

problemas com a censura, hoje não tem mais razão para serem mantidas.

A estrutura do jornal não foi questionada mas, para cada uma das partes do Opinião, foram sugeridas alterações. A que, segundo os entrevistados, menos precisaria ser modificada seria a parte de Cultura. Segundo Sérgio Augusto, isto ocorre porque "ela sempre foi muito arejada. A gente falava muito de cinema, teatro, televisão, música popular... era uma coisa muito aberta."

Mesmo assim, Lucia Ramalho sugere que para atrair os leitores mais jovens, sejam abordadas as questões ligadas à ecologia, reiterando a opinião de Kucinski, e "ênfatize as matérias sobre música, principalmente sobre rock."

A parte de Economia, segundo alguns, deveria ter novamente um papel fundamental no jornal. Gasparian considera inclusive a necessidade que se tem de um jornal que possa, na atualidade, "abordar os problemas da área econômica com independência. Porque ninguém está escrevendo nada do que está acontecendo..." Por outro lado, Sergio Augusto compara que, na época, as matérias de economia se auto-impunham. "Tinham um predomínio avassalador no jornal. Ocupavam um espaço que não deixava margem para outro tipo de assunto" E, em sua opinião, os prováveis leitores do jornal não teriam os mesmos interesses. "A garotada hoje está querendo que se fale de outras preocupações."

Atender ao público jovem, pretensamente o substituído principal do leitor do jornal dos anos 70, foi a preocupação maior de todos os projetos para um novo Opinião. Todos admitem que o jovem de hoje é bem diferente da juventude do início da década

passada. Para muitos, são uns desconhecidos. Alguns dos entrevistados se arriscaram a analisar essa juventude. Fernando Jorge, por exemplo, comparando as duas gerações admite que

"no meu tempo não se faltava a uma passeata, de jeito nenhum. Hoje eles preferem ir a um bom show de rock, pegar uma boa gatinha, puxar um fumo legal... os jovens estão nessa mesmo. Essa garotada que está aí nem sabe quem é Cohn-Bendit, não entende 68, tem aversão à política, à transa da contracultura... a apolitização da juventude é uma forma de politização muito consistente. Eu acho que, realmente, a direita ganhou a briga."

Lucia Ramalho complementa o pensamento de Fernando Jorge concluindo que,

"...naquela época a gente tinha uma ideologia, até pelo fato de a gente ter um inimigo, a gente acabou tendo uma ideologia. Eu me lembro da música do Caçuza, "Ideologia", onde ele diz "ideologia eu quero uma", que é muito a situação desse pessoal de 18,20 anos, ...estão meio perdidos. Não é a toa que os movimentos pacifistas, ecológicos, ganharam uma certa repercussão. Porque há uma descrença muito grande em relação à política e aos políticos. A falta de consciência política até faz confundir os políticos com a política."

Essa descrença em relação à política traz, às sugestões para um novo Opinião, o seu maior desafio. Para muitos, os problemas políticos brasileiros não são diferentes dos encontrados nos anos 70, mas a desmoralização das instituições e dos partidos, conforme afirma Luciano Martins, "faz com que a sociedade brasileira permaneça em expectativa."

A Igreja, declara Giorgio Callegari, está numa fase de recuo, está mais preocupada com os problemas internos dela. As pessoas estão sendo cada vez mais estimuladas ao consumo, aos modos burgueses de viver e, se naquela época o enfoque era principalmente a violação dos direitos humanos, conforme diz Lysaneas Maciel, "agora é a participação."

O desencanto com a situação geral do país leva a que sejam priorizados os projetos individuais. Para Marcus Venício, por exemplo, as preocupações atuais são outras:

"Hoje eu estou mais preocupado com o meu trabalho, com maior honestidade, com maior decência. Hoje eu quero ganhar dinheiro, quero comprar meu apartamento. No fim de semana vou tomar chopp, trocar idéias na mesa de um bar, vou namorar. Politicamente eu não me sinto devendo."

Para os que estão politicamente ativos, o momento atual é o mais propício para mudanças. "O Brasil que a gente espera ainda não aconteceu", declara Menezes. Neste sentido, padre Giorgio também considera que, no momento atual, não se pode desistir. "Nós temos que trabalhar, preparar, temos que ser fermento. O que não se pode é ir embora. Temos que ficar para fazer alguma coisa."

Esta mesma energia é também encontrada em Raimundo Pereira e, diante da possibilidade de se criar um novo jornal, ele confessa que:

"Eu tenho um entusiasmo muito grande para acreditar que um projeto que retome, num nível tão elevado quanto foi o Opinião, ele seja viável. Porque eu acho que faz falta. Alguma coisa não está definida, que precisa ser pensada, que tem que ter algumas características positivas, por quinhentas razões, às vezes até por razões ideológicas, ou pessoais e tais. E que por ali se descubra que existe um caminho, e que junte de novo algumas dezenas de milhares de pessoas..."

IV.
LEITURA GRAFICA

Desde sua primeira edição o Opinião chamou atenção. Mesmo o leitor distraído, que não havia ainda tomado conhecimento da proposta do jornal, viu-se atraído nas bancas pela originalidade das capas, que se destacavam em relação as dos demais jornais e semanários alternativos.

A importância que as capas passam a ter como foco de atenção e de conquista efetiva de leitores, impõe a necessidade de que sejam analisadas com atenção. E com este propósito que nos predispomos a iniciar a leitura gráfica do Opinião por elas, não em um sentido de uma análise comunicacional, mas no de, colocando-nos na posição de simples leitores, tentarmos "ler" a unidade existente na imagem proposta e que iria atuar sobre as estruturas inconscientes das pessoas, levando-as a adquirir o novo jornal.

Há ainda a considerar que esta "leitura", ainda que contextualizada, vai estar influenciada pela subjetividade do pesquisador, e que pode ser bem diferente das intenções dos autores e, mais ainda, das diversas apropriações que os leitores - de classe social, categoria intelectual, idade, sexo... diferentes - possam fazer das mesmas imagens oferecidas pelo jornal.

Houve necessidade, portanto, para diminuir, em parte, estes efeitos, que a leitura gráfica fosse desenvolvida a partir do quadro de referência criado com o "estudo", ou seja, pela adoção das posturas e pontos de vista do leitor-tipo, já identificado na pesquisa.

A leitura gráfica vai ser feita nos primeiros vinte e cinco números do Opinião (o que corresponde a seis meses de circulação), tempo considerado suficiente para que o jornal fosse identificado pelo público-leitor. Este é também o número de edições em que o jornal teve condições de se manifestar mais livremente, com possibilidade de diálogo e negociação entre a equipe de redação e os censores. Na verdade, a intenção era a de ir até o número 26 (meio ano de jornal) mas isto não foi possível. Este número não saiu e corresponde ao momento em que, irritados com a desobediência dos jornalistas e com o recurso impetrado pelo jornal contra a censura, os militares empastelam-no, destroem os exemplares já prontos da edição do jornal, inclusive do Le Monde, e prendem o editor e o dono do periódico.

O recurso teórico utilizado para o desenvolvimento da leitura gráfica foi encontrado, principalmente, em Roland Barthes (1975) e Mikhail Bakhtin (1987). Neste sentido, considerou-se que a linguagem desenvolvida pelo Opinião, ao contrário do discurso monológico do poder, possuía um sentido polifônico, baseado na ambivalência das imagens e do "corpo" do jornal e na crítica dialética de suas mensagens.

O Opinião não possuía uma única maneira de se comunicar com os leitores. A própria conjuntura encaminha o jornal à adoção de múltiplas formas de transmitir as mesmas idéias.

O jornal caracterizava-se como um jornal sério - uma seriedade acadêmica. Esta seriedade, ligada ao tom erudito de

alguns de seus autores, repercutia junto aos leitores - e era esta uma das intenções do jornal - como o tom da "verdade" ou melhor, da seriedade, da moral mais elevada do que a pretensa "seriedade e moralidade" do poder militar.

Por outro lado, o semanário usava de formas simbólicas, metalinguagem, para poder ir além do que podia ser publicado. Estas formas possuíam múltiplas características que iam do tom hermético e sisudo de alguns textos, ao emprego de sátiras, formas irônicas, hiberbolizações, em seus textos e ilustrações.

Essa polifonia garantia ao jornal uma ambivalência (pela reunião de valores aparentemente incompatíveis, no caso, a seriedade e a ironia), que produzia um "choque" nos leitores. Ou seja, usando as idéias de Zima, este choque destruía a contemplação monovalente do real, imposta pela cultura oficial e predispunha o leitor à crítica séria e ao mesmo tempo irônica do poder.

1.

O embasamento teórico procurado em Barthes levou em conta, principalmente, as suas idéias sobre a fala mítica. Para este autor, a fala mítica se dá quando, através de uma cadeia semiológica já existente, é criado um sistema particular, "um sistema semiológico segundo", metalinguagem, que altera o sentido linear da mensagem.

Barthes argumenta que o mito, hoje, é um sistema de comunicação, uma fala, uma mensagem. "Tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira

como a profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais" (p. 131). Neste sentido, tudo pode ser mito. A mensagem pode não ser oral, "pode ser formada por escritas ou representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica" (p.132).

Em um "universo infinitamente sugestivo" o saber contido no conceito mítico é "um saber confuso, constituído por associações moles, ilimitadas" (p. 141). Sua característica principal seria a de ser apropriado, de acordo com sua função, ligado a contingências basicamente históricas e, na maioria dos casos, efêmeras.

A relação que une o conceito do mito ao sentido é essencialmente uma relação de deformação, afirma Barthes. O mito é um sistema duplo em que se produz uma espécie de ubiquidade. Nele estão expressas duas realidades, nada é escondido. Sua função é a de deformar, não a de fazer desaparecer.

Como um dos exemplos de fala mítica, Barthes apresenta a ilustração existente na capa de um *Paris-Match*:

"...um jovem negro vestindo um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixos sem dúvida numa prega da bandeira tricolor. Isto é o sentido da imagem. Mas, ingênuo ou não, bem vejo o que ela significa: que a França é um grande Império, que todos os seus filhos, sem distinção de cor, a servem fielmente sob a sua bandeira, e que não há melhor resposta para os detratores de um pretenso colonialismo do que a dedicação deste preto servindo os seus pretensos opressores" (p. 138).

Este seria, para Barthes, um exemplo de sistema semiológico ampliado em que há um significante, "formado já ele próprio por um sistema prévio (um soldado negro faz a saudação militar francesa); há um significado (aqui uma mistura intencional de "francidade" e de "militaridade"); há enfim uma presença do significado através do significante" (p. 138).

É o próprio autor que nos orienta a que, se quisermos relacionar o esquema mítico em sua ordem dinâmica, com uma história geral, explicar como corresponde ao interesse de uma sociedade definida, em suma, passar da semiologia à ideologia, precisamos colocar-nos como um leitor que vive o mito como uma história simultaneamente verdadeira e irreal ...

"Se o leitor do mito não vê a imperialidade francesa no negro fazendo a saudação militar, é inútil sobrecarregá-lo com ela; e se vê, o mito não é nada mais do que uma proposição política lealmente enunciada. [...] Enfim, se eu focalizar o significante do mito (em um terceiro tipo de leitura), enquanto totalidade inextricável de sentido e forma, recebo uma significação ambígua; reajo de acordo com o mecanismo constitutivo do mito, com a sua dinâmica própria, transformo-me em leitor do mito. O negro que faz a saudação militar deixa de ser exemplo, símbolo e, menos ainda alibi; é a própria presença da imperialidade francesa" (150/149).

Para Barthes, porém, a leitura do mito neste último sentido não leva ao esclarecimento, mas, sim, à naturalização do conceito. A decifração do mito lhe dá uma fundamentação, uma clareza não de explicação, mas de constatação. "Se constato a imperialidade francesa sem explicá-la, pouco falta para que a ache normal, decorrente da natureza das coisas: fico tranquilo. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a com-

plexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas passam a significar sozinhas, por elas próprias" (p. 164).

E neste sentido que a linguagem do Opinião pode ser considerada como "mítica". Através de metalinguagem, do emprego de formas simbólicas de imagem e texto, são feitas apropriações políticas que inicialmente causam impacto, mas que não provocam mudanças de ação imediatas. O valor destas imagens e composições deriva de sua situação temporal, em um momento de extrema repressão. Seu efeito, porém, é de provocação e não apenas de uma simples constatação.

Na fala mítica do Opinião (diferente da imagem do negro diante da bandeira em um Paris-Match), a mensagem está sendo enviada a um leitor comprometido com o problema em questão. A força da proposta oposicionista do jornal reforça o sentido político da mensagem. Sua compreensão se dá em uma forma que não foi considerada por Barthes mas, que estaria próxima da publicação da capa com o negro, não no Paris -Match, mas em um outro periódico mais engajado, ligado aos movimentos de libertação das colônias francesas, por exemplo. O sentido aí ainda seria o de metalinguagem, mas com um outro impacto no leitor. A mensagem, neste caso, teria mais força, comunicaria.

Mas, por outro lado, Barthes tem razão: mesmo assim, a mensagem cria uma espécie de clareza feliz, não revolucionária. Sua função está em um outro nível, a de ser apropriada nas circunstâncias históricas em que os seus leitores se encontram. Diante da realidade repressiva existente na época do aparecimento do Opinião, as suas imagens (figura e texto) levam à reflexão, à discussão, não à ação.

O sentido mítico de que se reveste o jornal induz o leitor a apropriar-se das informações em seus múltiplos significados. Em algumas dessas leituras as posições se invertem. O leitor típico não faz a leitura apenas como enriquecimento de seu nível da informação, mas "pressente" e se entusiasma com a suposta repercussão que a mesma notícia irá provocar no outro lado, no grupo opressor. Da mesma forma, a leitura do poder é sempre persecutória. Não interessa a ela apenas o número de inconfidências, de desvelamento de segredos do governo que o semanário consegue publicar. Sua preocupação maior está no perigo da repercussão destas notícias, na popularização das informações e no estímulo à "formação de consciências oposicionistas" que a publicação possa efetuar, através de qualquer uma de suas matérias.

Em ambos os casos, a fala mítica existente no Opinião dá margem a inúmeras interpretações, que escapam, em sua totalidade, à possibilidade de uma leitura gráfica plena. Mesmo assim, alguns aspectos, os mais evidentes, valem a pena ser ressaltados, entre eles os ligados ao "realismo grotesco", na acepção de Bakhtin. E que se possa através deles procurar evidenciar uma tendência, a do jornal, em seu diálogo com o leitor.

2.

Ao contrário das imagens e mesmo das caricaturas publicadas pela mídia e que exploram a "estética do belo" - do corpo acabado, isolado e perfeito -, as imagens do Opinião tinham características próprias. Em seus textos e ilustrações ocorriam deformações de sentido - hiperbolizações propositais - com características muito próximas do *realismo grotesco*, concepção estética estudada por Bakhtin, a partir da análise da obra de Rabelais.

Em sua origem, o grotesco se liga às diversas formas de manifestação popular encontradas nas festas "carnavalescas" da Idade Média. Nessas ocasiões, o riso grotesco era empregado em sua relação com a verdade popular não-oficial, uma vez que o sério era sempre associado à cultura oficial, à violência a que o povo era submetido, às interdições, às restrições. Aliado a esta seriedade havia sempre um sentido de medo e de intimidação. Em sentido contrário, na concepção popular, "o riso supõe que o medo foi dominado... jamais o poder, a violência, a autoridade empregam a linguagem do riso." (p. 78)

O homem medieval sentia o riso como uma vitória sobre o medo, não apenas o medo dos poderosos da região, ou o medo em um sentido místico ("terror divino"), mas também o medo que tinha das forças da natureza e, sobretudo, o medo moral, incrustado à consciência. Através do riso, o homem sentia-se vencedor diante desses medos. "... graças aos clarões que a consciência humana assim entrevia, ela podia formar para si uma verdade diferente, não oficial, sobre o mundo e o homem, que preparava a nova autoconsciência do Renascimento" (p. 78).

A vitória sobre o medo através do riso é conseguida, no realismo grotesco, com o uso do "monstruoso cômico, dos símbolos do poder e da violência virados do avesso, nas imagens cômicas da morte, nos súplicios jocosos. Tudo o que era temível torna-se cômico." (p. 79).

A expressão dessas imagens, porém, não determina uma vitória completa sobre o medo. Na verdade, não fica definido o limite onde termina o medo e começa a "alegria despreocupada". O riso, neste contexto, cumpre uma função social. Através das formas ridicularizadas com que são travestidos os que impõem medo, têm-se acesso a uma outra verdade através da qual o homem consegue, por instantes, se libertar das suas inseguranças e, junto com os outros membros do povo, sentir-se livre.

Bakhtin encontra a origem do termo grotesco nos motivos ornamentais encontrados nas cavernas (grotta) italianas e que remontam à Antiguidade. Essa descoberta, conta o autor, "surpreendeu os contemporâneos pelo jogo insólito, fantástico, livre das formas vegetais, animais e humanas que se confundiam e se transformavam entre si. Não se distinguiam as fronteiras claras e inertes que dividem esses "reinos naturais" no quadro habitual do mundo: no grotesco essas fronteiras são audaciosamente superadas. Tampouco se percebe a imobilidade habitual típica da pintura da realidade; o movimento deixa de ser de formas completamente acabadas - vegetais e animais - num universo também totalmente acabado e estável..." (1987, p. 28/29)

No realismo grotesco da Idade Média, o corpo e a

vida corporal não representam um ser biológico, mas um sentido universal e popular. O significado da imagem grotesca é o de um fenômeno em estado de transformação, de metamorfose ainda incompleta, no estágio da morte e do nascimento, do crescimento e da evolução. Em sua ambivalência e contradição, as imagens grotescas se afastam das imagens clássicas do corpo humano acabado e perfeito. Nelas, as figuras representadas aparecem disformes, monstruosas, horrendas. Nada é perfeito, estavel ou calmo. O corpo grotesco é um corpo em movimento. Combinam-se em suas linhas as imagens que expressam, ao mesmo tempo, o ser individual e o social; a subjetividade do tema ao qual a imagem está ligada e o próprio fenômeno social e cultural decorrente; o corpo decomposto e disforme da velhice e o forma embrionária de uma nova vida.

O corpo grotesco, em sua incompletude, não se apresenta separado do resto do mundo, não está isolado, "mas franqueia os seus próprios limites".

"Coloca-se ênfase nas partes do corpo em que ele se abre ao mundo exterior, isto é, onde o mundo penetra nele ou dele sai ou ele mesmo sai para o mundo, através de orifícios, protuberâncias, ramificações e excrecências, tais como a boca aberta, os órgãos genitais, seios, falo, barriga e nariz...."
(p.23).

A idade desse corpo marca, também, a sua ambivalência em relação ao tempo. As figuras representam sempre uma idade próxima do nascimento ou da morte. "A individualidade é mostrada em um estágio de fusão; agonizante já, mas ainda incompleta; é um corpo no umbral do sepulcro e do berço, não é mais um único corpo

nem são tampouco dois..."

Um outro aspecto importante neste corpo grotesco disforme, aberto e incompleto é que ele não está delimitado em suas relações com o mundo. Em sua definição confundem-se as imagens dos animais e das coisas. Para Schneegans, o grotesco começa quando o exagero toma proporções fantásticas, "quando o nariz de um indivíduo se torna focinho de um animal ou um bico de pássaro" (p.276). Na opinião de Bakhtin, o corpo grotesco "é um corpo cósmico e representa o conjunto do mundo material e corporal, em todos os seus elementos" (p.24)

Além das representações ligadas a imagens da cultura cômica popular, o realismo grotesco vai se apresentar em outras formas de manifestações, ligadas à literatura e a arte.

Na literatura, o grotesco - no sentido estudado por Bakhtin - está próximo, principalmente, da paródia medieval, em que pela ambivalência, se dá ao mesmo tempo a negação e a afirmação, a degradação, o rebaixamento e a regeneração, a ênfase nos aspectos materiais e corporais, através da exaltação do caráter natural, festivo e popular das obras cômicas e eróticas da Idade Média.

A continuidade das expressões grotescas de cultura em sua trajetória, mesmo quando se afasta de suas raízes festivas de cultura de praça pública, ainda consegue manter o antigo vigor e o seu caráter artístico específico em obras literárias de gran-

des autores (Moliere, Voltaire, Diderot e várias outros), cumprindo funções semelhantes. Segundo Bakhtin, o uso do grotesco,

"... ilumina a ousadia da invenção, permite associar elementos heterogêneos, aproximar o que está distante, ajuda a liberar-se do ponto de vista dominante sobre o mundo, de todas as convenções e de elementos banais e habituais, comumente admitidos; permite olhar o universo com novos olhos, compreender até que ponto é relativo tudo o que existe, e portanto permite compreender a possibilidade de uma ordem totalmente diferente do mundo." (p. 30)

O grotesco na literatura ressurgiu no século XVIII, como reação à seriedade, ao racionalismo e ao autoritarismo do Estado e da lógica formal. Nessa época, porém, assume aspectos bem afastados do caráter público e universal que assumira na Idade Média. O grotesco, em sua versão romântica - na expressão de Bakhtin -, é um grotesco de câmara, "uma espécie de carnaval que o indivíduo representa na solidão, com a consciência aguda de seu isolamento" (p.33).

"O princípio do riso sofre uma transformação muito importante. Certamente, o riso subsiste; não desaparece nem é excluído como nas obras "sérias"; mas no grotesco romântico o riso se atenua, e toma a forma de humor, ironia ou sarcasmo. Deixa de ser jocoso e alegre. O aspecto regenerador e positivo do riso reduz-se ao mínimo." (p.33)

As mudanças mais significativas que ocorrem no grotesco romântico, separando-o da concepção medieval, vão se dar na esfera do terrível. As imagens do grotesco romântico expressam temor e procuram comunicar essa sensação aos seus leitores (aterrozá-los). As expressões de loucura, usadas anteriormente como pa-

ródia à "verdade" oficial, adquire "os tons sombrios e trágicos do isolamento do indivíduo" (p. 35).

A máscara, essência do sentido popular e carnavalesco do grotesco medieval, adquire no grotesco romântico outras significações: ela dissimula, encobre, engana... assume um tom lúgubre e vai servir para dissimular "um vazio horroroso, um nada". Mesmo assim, ela ainda conserva traços de sua antiga natureza, "uma atmosfera especial, como se pertencesse a outro mundo."

Nesse contexto, um outro elemento - as marionetes - vão desempenhar um papel muito importante. No Romantismo prevalece a idéia de que existe "uma força sobre-humana que governa os homens e os converte em marionetes." Da mesma forma, a figura do diabo "encarna o espanto, a melancolia, a tragédia. O riso infernal torna-se sombrio e maligno".

A degradação do caráter ambivalente e cômico da tradição grotesca vai ocorrer a partir do século XVII, quando a estabilização da monarquia absoluta vai determinar a existência de uma nova cultura oficial, "distinta da cultura da Igreja e do feudalismo, mas impregnada como esta última de um tom sério, autoritário, embora menos dogmático" (p. 87).

Neste novo contexto, a ambivalência do grotesco torna-se inadmissível e, alijada das formas de cultura "elevadas", vai sobreviver através dos gêneros inferiores (comédia, sátira, fábula, o romance, o teatro popular...) todos eles impregnados de um caráter oposicionista. Ocorre, porém, uma degenerescência estilística e as tradições do realismo grotesco se empobrecem. Aliados do sentido festivo e popular, adquirem aspectos puramente de-

corativos e alegóricos abstratos, que não existiam anteriormente; a própria ambivalência da obscenidade, derivada da exploração cômica do "baixo" material e corporal - zona da morte, das excrescências, e da vida - "degenera em uma frivolidade erótica e superficial". "A obscenidade tornou-se estritamente sexual, isolada, limitada ao domínio da vida privada. Ela não tem lugar no sistema oficial de concepções e imagens". (p. 93)

A tradição viva do riso da festa popular, encontrada no realismo grotesco, vai perdendo o seu caráter universal. O alvo do riso não é mais ligado à "individualidade histórica universal", mas a indivíduos determinados, personagens isoladas e ligadas a uma situação precisa, ao qual se quer afrontar.

O caráter oposicionista de que se reveste o Opinião vai buscar nas formas alteradas do "realismo grotesco", o veio sob o qual tem condições de manifestar o seu veto ao regime. Ligado, porém, a uma linha maior, a um "estilo" pelo qual o jornal quer ser reconhecido, o "grotesco" do jornal não conduz ao riso aberto, ao deboche explícito dos poderosos (essa seria a linguagem de oposição utilizada pelo Pasquim).

Os leitores, inclusive, percebem diferentemente os dois jornais alternativos, - Opinião e Pasquim. Consideram no Pasquim o seu lado "carnavalesco", divertido e gozador de afrontar o poder. O humor do Pasquim explora mais o sentido do obsceno, "das partes baixas" do corpo, em um sentido popularesco, bem ao gosto do realismo grotesco da Idade Média. Em muitos casos, porém, o caráter ambivalente da obscenidade do Pasquim degenera para a exploração erótica, sexual, de determinadas figuras populares, sem ne-

nhuma conotação de oposição ao governo. Nesses casos, uma "leitura" possível é a de que o afrontamento vai se dar pela "liberação das imagens e expressões chulas", publicadas inclusive na capa do jornal. Essas imagens provocam um "choque" nas "senhoras católicas da classe média", por exemplo, pelo "desrespeito" aos princípios da "moral e da família burguesa", base popular que garantia a sustentação do governo militar.

De qualquer maneira, a linguagem de ambos os jornais alternativos, tinham objetivos comuns de oposição. Podem ser vistas como extremos de uma mesma reação ao poder e que, pelas formas alteradas com que se manifestam - o Pasquim pela presumida imagem de humor descomprometido e o Opinião pela pretensa seriedade -, tornaram-se, na época, formas complementares de ativismo político, via jornal.

No que se refere à reação de riso provocada pelas imagens do jornal, o realismo grotesco do Opinião está mais próximo de seu viés "romântico", da ironia, das formas sarcásticas e sutis de crítica. Mesmo assim, o riso subsiste, através da ridicularização dos personagens retratados. Ao lado do fato sério, da denúncia dos abusos do poder, aparece o comentário irônico, o título provocativo e, principalmente, as imagens que, em suas deformações, recuperam o sentido crítico e popular das imagens medievais. Além disso, prevalece nessas ilustrações o caráter de "individualidade histórica universal", pois as imagens independem de quem esteja representado. O opositor não é registrado apenas em sua individualidade, mas em um sentido amplo, lato, de negação e desafio a tudo o que se quer combater.

3.

Os enfoques de Barthes e Bakhtin e sua aplicação como abordagens teóricas auxiliares à "leitura" gráfica do Opinião, longe de serem antagônicos, mostraram-se complementares. Em sua ambivalência, o jornal pode ser "lido" em seu lado de "fala mítica", como em suas representações grotescas. O caráter mítico da linguagem do jornal é encontrado também nas representações grotescas, irônicas, deformadas, hiperbólicas com que eram apresentadas a maioria das ilustrações e textos. Parece, apenas, que o sentido da leitura mítica do jornal é mais amplo do que o emprego da linguagem grotesca. O mítico é encontrado em todo o "corpo" do Opinião. A proposta do jornal já é, em si, naquele momento nacionalmente conturbado, um convite à leitura ambivalente, à compreensão metalinguística de todas as suas partes.

Existe, porém, um outro sentido coincidente nas abordagens defendidas pelos dois autores. Através de racionalizações diferentes, ambos vêm mostrar que, por mais amplos que sejam os sentidos encontrados nestes espaços de comunicação, a sua função nunca é revolucionária. Pelo contrário, as aberturas provenientes da linguagem mítica e da ironia vão dar origem a "espasmos" de indignação, de rebeldia ou de vingança simbólica, mas, mesmo assim, continua prevalecendo a hegemonia do poder ridicularizado.

A leitura gráfica do jornal evidencia essa ambivalência. A linguagem empregada pelo Opinião em seus textos e ilus-

trações, era séria e irônica, mítica e grotesca, estava ligada a um único indivíduo e, ao mesmo tempo, atingia com sua crítica a todo o poder. Ao exaltar uma autoridade, desmoralizava e, ao falar das agruras sofridas por algum dos desafetos do regime, exaltava a figura aos olhos do leitor. Através do seu viés carioca destacava figuras populares do Rio de Janeiro e, com essas "máscaras", analisava problemas gerais ligados à conjuntura nacional. Da mesma forma, ao falar de fatos específicos ocorridos no plano internacional, se abria em crítica à realidade brasileira. Ao lado das densas análises econômicas e políticas, procurava colocar caricaturas grotescas das autoridades referidas e que, inevitavelmente, levavam ao riso.

Essa postura propositadamente ambivalente atraía e agradava ao leitor. Transparecia de imediato, nas bancas, pela exposição das capas do jornal e continuava, pelas suas páginas, fazendo um jogo cúmplice e uma provocação através da ironia ao poder estabelecido.

3.1. As capas

O sentido mítico do Opinião é identificado desde sua apresentação. Na última semana de outubro, é distribuído um folheto promocional de quatro páginas - Opinião n. 0 - em cuja capa é exibida a caricatura de Plínio Salgado.

De imediato, o que chama mais atenção é o logotipo do jornal. O título forte **opinião**, escrito em negras letras góticas, expressa poder e coragem já a partir da própria palavra. Quem, na época, ousaria apresentar-se em público expressando sua opinião?

Compondo com o título do jornal vem o subtítulo - representado pelo logotipo em tamanho reduzido de **Le Monde**, encimado pela explicação minúscula: "com a edição semanal brasileira de" que, embora não chamasse tanto a atenção do possível leitor, vai representar um reforço significativo de identificação da imagem do jornal com a do conhecido jornal francês.

A figura de Plínio Salgado é, porém, o fator mítico de maior força. Em princípio, a dúvida: porque Plínio Salgado, líder integralista do Estado Novo? Em seu pressuposto anacronismo, a figura aguça a curiosidade do leitor. Neste momento, a figura fala, mas não esclarece. Sua transparência só vai ocorrer através do complemento, da reportagem publicada no número 1 do Opinião. Mesmo assim, o fato gerador da notícia é pretexto. Trata da expansão que uma agremiação integralista (UOCB) vem conseguindo, em todo o Brasil. Mostra o lado anacrônico desta sociedade ao descrever suas reuniões como a de velhos simpatizantes do Integralismo que estão

tentando articular a retomada do movimento. Nestes encontros, porém, é sentida a ausência da juventude, que não se deixa levar por estas idéias. Denuncia também que o súbito crescimento da sigla tem a ver com ajudas oficiais, feitas pelo "governo federal e a maioria dos estaduais que estão nas mãos de pessoas que defendem, indiretamente, a ideologia do Integralismo" (p.3).

Surge, assim, o outro sentido, a formulação ideológica que o texto e a imagem querem revelar. A reportagem, como pretexto, apenas sugere, encaminha à reflexão. Cabe ao leitor a constatação. A fala mítica não se apresenta explícita, ela ocorre através da cumplicidade existente entre redator-leitor e, está muito mais comprometida com as formas sob as quais o leitor (dependendo de seu nível de compreensão) vai se apropriar do que lhe está sendo apresentado.

Em seu simbolismo, porém, a caricatura do político auxilia a leitura mítica que o Opinião deseja que seja feita pelo leitor. O traço com que o rosto do político é retratado reproduz a imagem de uma máscara animalesca. As orelhas e o nariz copiam o desenho de um animal antigo, quase pré-histórico: um mamute ou elefante, ou melhor ainda, uma anta. As feições retorcidas mostram o sentido atemporal da imagem: velho, coberto de teias de aranhas que compõem, com as rugas, o tecido da face. A imagem transmite uma sensação de rejeição, quase asco, de velharia, sujeira. Em sua ambivalência, vai mostrar, em contraponto com o texto, a forma mais repulsiva e repelente do poder - simbolizado pela figura do líder dos integralistas brasileiros da década de 30, em uma correlação explícita com os poderosos do momento. Ao mesmo tempo, ao

The Economist x The Financial Times x o Bra
Porque a corrupção não abala o prestígio de Ni- 127 -
Karpov, um prodígio entre Mecking e Fischer

opinião

Número 0

Cr\$ 2,50

23 outubro 1972

com a edição semanal brasileira de

Le Monde

UM NOVO SEMANÁRIO NACIONAL

Um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse a 20 por cento de sua receita. Esses são os princípios básicos de OPINIÃO, semanário que começa a circular no próximo dia 6 de novembro, segunda-feira.

OPINIÃO pertence à Editora Inúbia, de Fernando Gasparian, um dos mais conhecidos industriais brasileiros. Em 1970, Gasparian afastou-se de suas atividades empresariais para dedicar-se exclusivamente à vida universitária. Tornou-se então professor ("Visiting Fellow") na Universidade de Oxford e agora vai dedicar-se também a OPINIÃO. O editor-chefe é Raimundo Rodrigues Pereira, ex-editor de Veja e de Realidade.

O jornal não pretende se limitar a um simples relato dos fatos da semana. "Deveremos analisar, criticar e interpretar esses fatos para o leitor com a maior honestidade e seriedade possível", diz o editor.

OPINIÃO propõe-se a atingir uma ampla faixa de leitores. A despeito desse tom de seriedade — que poderia sugerir uma publicação dirigida apenas a intelectuais — suas vinte e quatro páginas serão divididas em três editoriais — assuntos nacionais, assuntos internacionais e tendências & cultura — cada uma delas abrangendo um variado campo de interesses.

A editoria de assuntos nacionais tratará dos principais acontecimentos políticos e econômicos da semana. Uma página será dedicada a matérias sobre defesa do ambiente brasileiro e do consumidor.

Na editoria de assuntos internacionais está a grande novidade de OPINIÃO: em quatro páginas editadas no Brasil e encartadas no meio do jornal aparecerá a edição brasileira do Le Monde, seleção de artigos do diário francês que é considerado um dos melhores do mundo. Outros convênios internacionais garantem o que os editores julgam ser "os melhores artigos da imprensa liberal" dos Estados Unidos e Inglaterra. OPINIÃO tem a exclusividade dos direitos de "The New

continua na página 2

O que fez o Congresso?

Como entender o gênio Borges

As saudades do fascismo



Plínio
Salgado

revelar uma imagem deteriorada do poder, prenuncia o seu desgaste, a sua morte.

Já na capa da primeira edição regular do Opinião pode ser feita uma leitura completa do que propõe este número do jornal. Em destaque, a imagem central ocupa mais da metade do espaço da capa e chama a atenção do leitor para a reportagem principal, sobre as ações do presidente americano Richard Nixon em relação à guerra do Vietnã. Na parte ilustrada, em um grande fundo vermelho, aparecem fotos de rostos de mulheres e crianças vietnamitas em fuga. Suas faces retorcidas denotam sofrimentos e contrastam com a caricatura do presidente Nixon que, com uma expressão demoníaca, sorriso sarcástico, aparenta haver motivos escusos a explicar "Porque Nixon adiou a paz", título da matéria que, para compor com as ilustrações, também aparece em vermelho.

No lado esquerdo desta composição há uma chamada para matéria correlata, indicada por ser a única escrita também em vermelho, e que diz respeito "às eleições americanas e corrupção." No lado direito da capa, e à mesma altura desta última chamada, aparece a terceira indicação de texto sobre os americanos, nesta edição: "Paulo Francis ouvindo o homem da CIA". Trata-se, desta vez, de uma chamada com dois grande apelos: o primeiro, o jornalista responsável pela reportagem: Paulo Francis, considerado um dos principais nomes da imprensa brasileira; em segundo lugar, o assunto. Estas chamadas para as reportagens paralelas reforçam o sentido deformativo empregado na caracterização da imagem do

Celso Furtado: vinho, pão, feijão e PIB
Antônio Callado, J.H. Ribeiro, L.E. de Andrade: Vietnã
Otto M. Carpeaux: Carlos Drummond de Andrade

opinião

nº 1

8 a 13 novembro 1972

Cr\$ 2,50

com a edição semanal brasileira de



**ELEIÇÕES
AMERICANAS E
CORRUPÇÃO**

**HERMETO TOCA
VIOLÃO E PORCO**

**ALLENDE SE
ESCONDE ATRÁS
DOS FUZIS**

Wilfred Burchett, jornalista australiano, escreveu vários livros sobre o Vietnã, entrevistou Mao, Ho Chi Minh, Chu En Lai, Pham Van Dong, Nguyen Huu Tho, Henry Kissinger. De Paris, para OPINIÃO, explica:

**PORQUE
NIXON ADIOU
A PAZ**

(Pag 14)

**Paulo Francis
ouvindo o homem
da CIA**

**Pesquisa
a vida sexual
na França**

**Jorge Luis
Borges: obra
e caráter**

presidente americano. Pretendem mostrar a sua verdadeira face, corrupta e diabólica. Através do sorriso e do olhar com que Nixon é retratado, há um clima sádico. O prazer com que o presidente parece desenvolver seus atos espúrios induz o leitor à rejeição, ao fortalecimento do sentimento anti-americanista. O caráter grotesco da imagem parece desafiar o leitor, ao mesmo tempo que o sorriso sádico, em contraponto ao sofrimento das mulheres e crianças em fuga, agudizam o sentimento de revolta contra os atos praticados pelos americanos no Vietnã. Não se trata mais, apenas, do presidente, mas em um sentido mais amplo e mítico, "é a própria presença da imperialidade americana".

Ainda na mesma edição, no cabeçalho da capa faz-se referência, mais uma vez, à guerra do Vietnã, em reportagem de Antonio Callado, J. H. Ribeiro e L. E. Andrade. As outras matérias destacadas nesta parte dão mais ênfase aos seus autores: Celso Furtado e Otto M. Carpeaux, do que aos assuntos abordados.

A utilização de nomes conhecidos e respeitados nas capas do jornal é uma das estratégias utilizadas a fim de atrair a atenção dos leitores. Este recurso torna-se mais evidente a partir do segundo número do Opinião. Nesta edição, apenas duas reportagens são apresentadas como manchetes, enquanto que são citados na capa, como autores, os nomes de oito pessoas famosas, brasileiros e estrangeiros. O destaque, porém, do Opinião n. 2 é para a vinda de David Rockefeller ao Brasil, magnata considerado "o melhor produto que a sociedade capitalista já produziu", em texto apresentado também na capa, em letras miúdas.

W. Burchett, I.F. Stone, Aloysio Biondi, Mi.
Buñuel, Kissinger, Ingrid Tullin, Chico Buar - 131 -
QUINZE DE NOVEMBRO: ELEIÇÕES BRASILEIRAS

opinião

nº 2 13 a 20 novembro 1972 Cr\$ 2,50

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

Na semana passada, uma espécie de
parada de estranhos peregrinos
interessados no "milagre
brasileiro" trouxe ao
Brasil o homem que
alguns consideram
o melhor produto
que a sociedade
capitalista
produziu.



**A VISITA E
OS INTERESSES
DE DAVID**

ROCKEFELLER

Em ilustração que cobre mais de dois terços do espaço de capa disponível, é feita uma composição onde são apresentadas, em perspectiva, a parte dianteira de dois tigres (símbolo da multinacional de sua propriedade) em posição de desafio, a cara voltada para cima, a boca escancarada, uma pata pousada no chão e a outra lançada ao ar, em luta. A frente dos tigres, em primeiro plano, a caricatura de Rockefeller. Sua expressão facial parece reproduzir o movimento desafiador dos felinos. Além da caricatura do rosto, é dado destaque para as mãos do americano. Assim como nos tigres, uma única mão aparece em destaque, no ar, cerrada, em posição de ameaça e desafio, como se estivesse empunhando uma arma em direção ao leitor. Associada à expressão raivosa de Rockefeller, e aos pesados e enormes tipos negros utilizados para compor o seu sobrenome, a capa apresenta o capitalista, em seu sentido "selvagem", como o grande aproveitador, "o tigre" feroz e destruidor que, com o aval do governo militar, veio tirar partido da euforia econômica criada pelo pseudo milagre brasileiro. Nessas circunstâncias, o grotesco não induz ao riso (assim como, também, a de Nixon), a não ser pela ridicularização do representado. Mais forte que o riso abstrato, porém, é o seu caráter ameaçador. A ampliação do sentimento de terror, do sentido predatório que a presença do capitalista americano (e por extensão, todos os capitalistas estrangeiros) pode trazer ao país.

Circunscreve-se, assim, a fala mítica dentro da tônica que o jornal começa a delinear. Trata-se não apenas de um jornal de oposição política ao regime, mas, também, de campanha antiamericanista sistemática e intensa, seja contra os desmandos

do poder executivo (apresentados no número 1), seja versus a ameaça representada pela penetração de capital estrangeiro no Brasil.

A temática antiamericanista vai se repetir ainda, como destaque de reportagem, nas edições de número 5, 8 e 12. Nas duas primeiras há semelhanças entre as ilustrações de capa. Na edição número 5, a figura-clichê de Tio Sam (utilizada na convocação para a guerra) surge ameaçadora, dedo engatilhado, olhando sério e fixamente para o leitor. No número 8, quem assume a mesma posição é o desenho de uma caveira (substituída pela figura do próprio Nixon na ilustração da reportagem, apresentada à página 10).

A chamada que se pretende com o desenho de Tio Sam é sobre matéria em que se denuncia o grande recorde da dívida externa brasileira: "10 bilhões de dolares!" na época. Maliciosamente, irônicamente, ladeiam a figura as chamadas para duas reportagens: "Celso Furtado: os que crescem e os que pagam" e "Roberto Carlos: a voz da maioria silenciosa". Prevalece aí o sentido mítico da fala, não apenas no uso da figura-símbolo dos americanos, mas no próprio caráter ambivalente da composição (imagem e títulos). O sentido e a forma da mensagem compõem uma totalidade que vai levar a uma nova compreensão do que está sendo anunciado. A chamada parece indicar quem está cobrando a dívida, quem cresce e quem paga pelo crescimento, sob a guarda de uma "maioria silenciosa", que canta canções românticas e não rejeita a intervenção militar.

Uma visita à feira das ilusões da classe média

Uma acusação do presidente do Supremo Tribunal

134

Uma entrevista de Plínio Marcos

nº 5 Cr\$ 2,50

4 a 11 de dezembro 1972

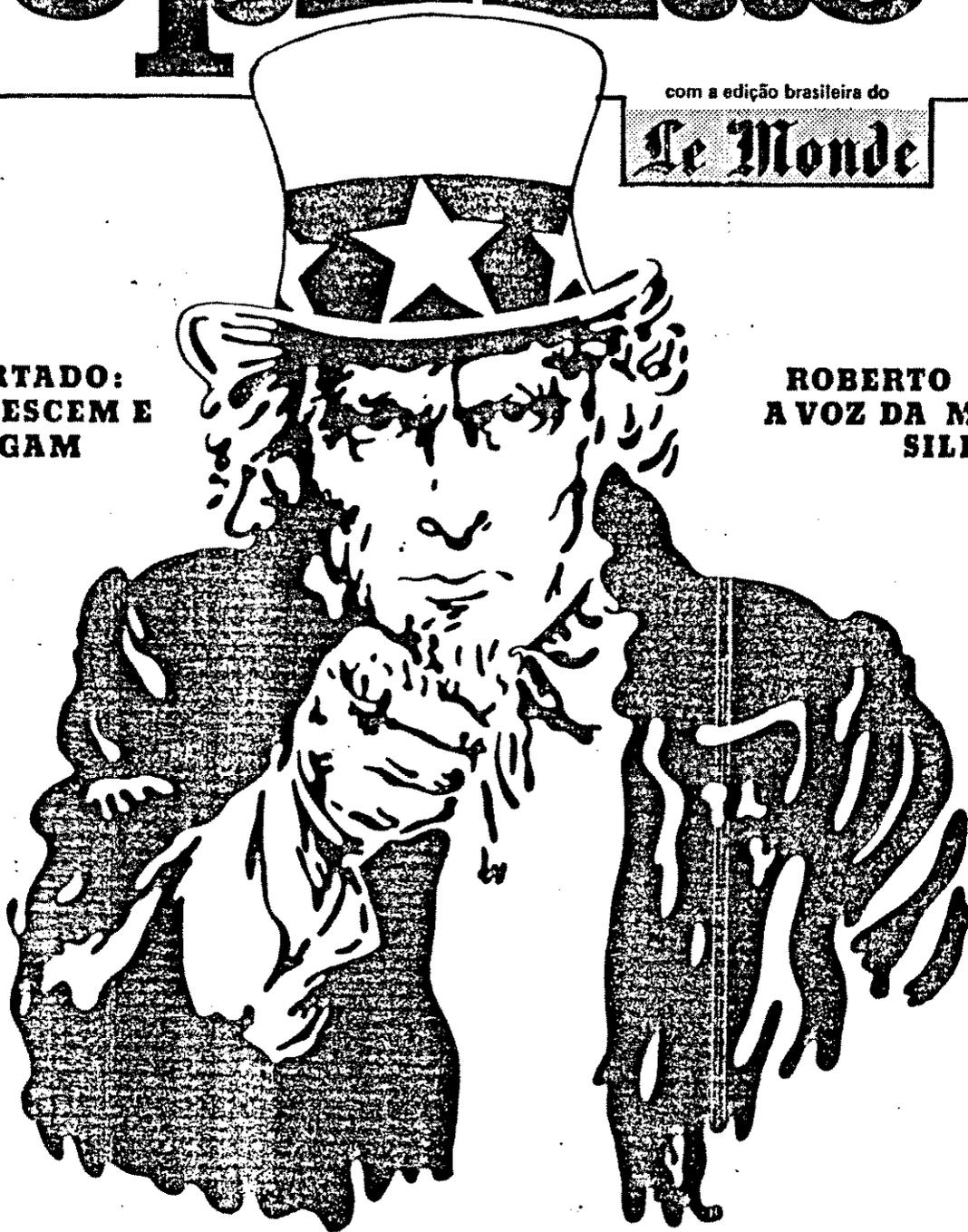
Opinião

com a edição brasileira do

Le Monde

**CELSO FURTADO:
OS QUE CRESCEM E
OS QUE PAGAM**

**ROBERTO CARLOS:
A VOZ DA MAIORIA
SILENCIOSA**



A DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA: O GRANDE RECORDE

10 BILHÕES DE DÓLARES

A composição também pode ser vista pelo seu lado de sátira grotesca. A natureza da sátira grotesca consiste em exagerar um fato negativo que não deveria existir. Prevalece aí, também, não o sentido cômico medieval, mas sua vertente "romântica". O tom sombrio com que o símbolo americano encara o leitor tem a intenção explícita de aterrorizá-lo. Uma máscara aterradora que paira acima dos indivíduos e lhes suga, no caso, as suas riquezas.

O caráter aterrador do grotesco é mais contundente ainda na capa do número 8 do Opinião. A referência explícita à morte, pelo uso da máscara de caveira branca ressaltada no fundo negro cria um jogo semântico de múltiplos sentidos. O mais evidente se dá no contraste com a data de publicação do jornal (25 de dezembro), e as comemorações do Natal, símbolo de vida. O uso do fundo negro ocupando mais de dois terços do espaço disponível, gera um outro choque no leitor, chama a atenção. Ninguém ousa colocar os símbolos da morte na capa de um periódico na época tão colorida do Natal. O desenho da caveira e, mais uma vez, em primeiro plano, a mão com um dedo apontado em direção ao leitor, leva a um outro choque. O mal-estar é evidente, o leitor se sente incomodado pelo tom sombrio e trágico, exagerado, da capa. O texto que completa é provocativo. Ao lado da caveira aparece: "Nixon rezou neste Natal." E na parte inferior da folha, embaixo da mão: "e você?". Ainda na parte inferior, em letras bem reduzidas, um texto explicativo fala do contraste entre o título da manchete, reproduzido, em parte, de um anúncio publicado em um "obscuro jornal católico de Amsterdã" e a prepotência americana no sudeste asiático.

O que o homem do C.I.A. veio fazer

n.º 8 Cr\$ 2,50

Opiniã



com a edição bi.

NIXON REZOU NESTE NATAL.

Le Mon



E VOCÊ?

"O Presidente Nixon irá à Igreja neste Natal. E você, o que estará fazendo pela paz?". O pequeno anúncio foi publicado num obscuro jornalzinho católico de Amsterdã, no momento em que o presidente da maior potência militar deste planeta comandava o mais cruel bombardeio aéreo já desfechado contra o Vietnã do Norte, uma diminuta república de camponeses do sudeste asiático. Houve um tempo em que apenas uma pequena minoria — classificada preconceituosamente de ativistas, contestadores e subversivos — se sentia obrigada a indignar-se diante do sinistro espetáculo da prepotência Americana. Na semana passada, enquanto hordas soturnas de cerca de 100 B-52 e centenas de outros bombardeiros atacavam com uma fúria nunca vista o Vietnã, a condenação da insolência e da impunidade dos Estados Unidos passou a ser feita por vozes das mais representativas do pensamento do ocidente. Na França, o jornal Le Monde comparou a escalada aérea contra o Vietnã com a destruição da histórica cidadezinha de Guernica arrasada pelos aviões da Alemanha nazista a pedido do ditador espanhol Francisco Franco. Em Nova York, "The New York Times" dizia que os homens civilizados estavam horrorizados "com o espetáculo da maior força aérea do mundo massacrando impiedosamente uma pequena nação asiática, num abuso de poder nacional e numa falta completa de consideração pelos princípios humanitários". Em Londres, "The Guardian" qualificava a ação de Nixon como a de "um homem cego pela fúria", que poderia "passar a história como o mais criminoso heredeiro de sangue de todos os presidentes americanos". Há limites para a loucura? Se um tolo curioso fosse de repente colocado na presidência dos Estados Unidos ele imaginaria uma forma mais infante de resolver as dificuldades surgidas para o seu governo?

Apresenta ainda, no mesmo texto, manchetes dos principais jornais do mundo reprovando o massacre americano. Em meio ao artigo, ainda na capa, uma referência sutil: "Houve um tempo em que apenas uma pequena minoria - classificada preconceituosamente de ativistas, contestadores e subversivos - se sentia obrigada a indignar-se diante do sinistro espetáculo da prepotência americana."

O leitor mais atento estabelece ligações: Vietnã, Brasil, massacres, subversivos, prepotência americana...em um outro sentido - metalinguagem - ao que está escrito. Ao tamanho das letras é atribuído um outro significado. Na dificuldade de leitura escondem-se mensagens, segredos. O leitor é impulsionado à leitura atenta destas partes a procura de códigos e interpretações que extrapolem o sentido linear do texto. A capa em si, compõem-se de elementos deformados que se relacionam entre si, formam uma totalidade semântica que provoca os sentimentos do leitor. Este não fica indiferente aos apelos da capa, principalmente quando nota que, no mesmo número, a composição da capa é reproduzida, desta vez com a figura de Nixon ocupando o espaço da caveira.

A temática antiamericanista atinge o ponto máximo, em termos de fala mítica, na edição de número 12. Ocupando quase que totalmente o espaço disponível, sobre um fundo de listras rosas e brancas que reproduz o formato da bandeira americana, é apresentado o desenho de uma grande águia, a cabeça encobrindo, em parte, o próprio logotipo do jornal.

Em posição de ataque, a ave de rapina é apresentada com a cabeça erguida, bico aberto, língua a mostra, as grandes

McLuhan: a visita (e a decadência?) do profeta A agitada semana econômica (e política?) brasileira

n.º 12 Cr\$ 2,50

22 e 29 de Janeiro de 1973

Opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

O CAPITAL ESTRANGEIRO:

- 1- As empresas "multinacionais"
- 2- A ajuda americana
- 3- O conflito contra o Chile
- 4- O caso brasileiro



asas estendidas, e com as garras dos pés cravadas em uma parte do globo terrestre - a América Latina. O exagero (a hiperbolização) da imagem novamente provoca um choque no leitor. A intenção é a de assustá-lo realmente, de mostrar-lhe o sentido predatório e destruidor do capitalismo internacional (sobretudo americano), nas garras de quem a América Latina está sob ameaça de morte. Desaparece na composição grotesca da capa a figura humana. O exagero, em seus limites, prescinde do personagem humano e encarna, em sua totalidade, no animal. Ocorre que a águia, na forma como está representada, é figura-símbolo dos norte-americanos e, na posição que ocupa dentro da composição mítica da capa, demonstra a soberania americana diante dos outros povos da América. A imagem da capa comunica e, para ser compreendida, independe da chamada para a matéria correspondente:

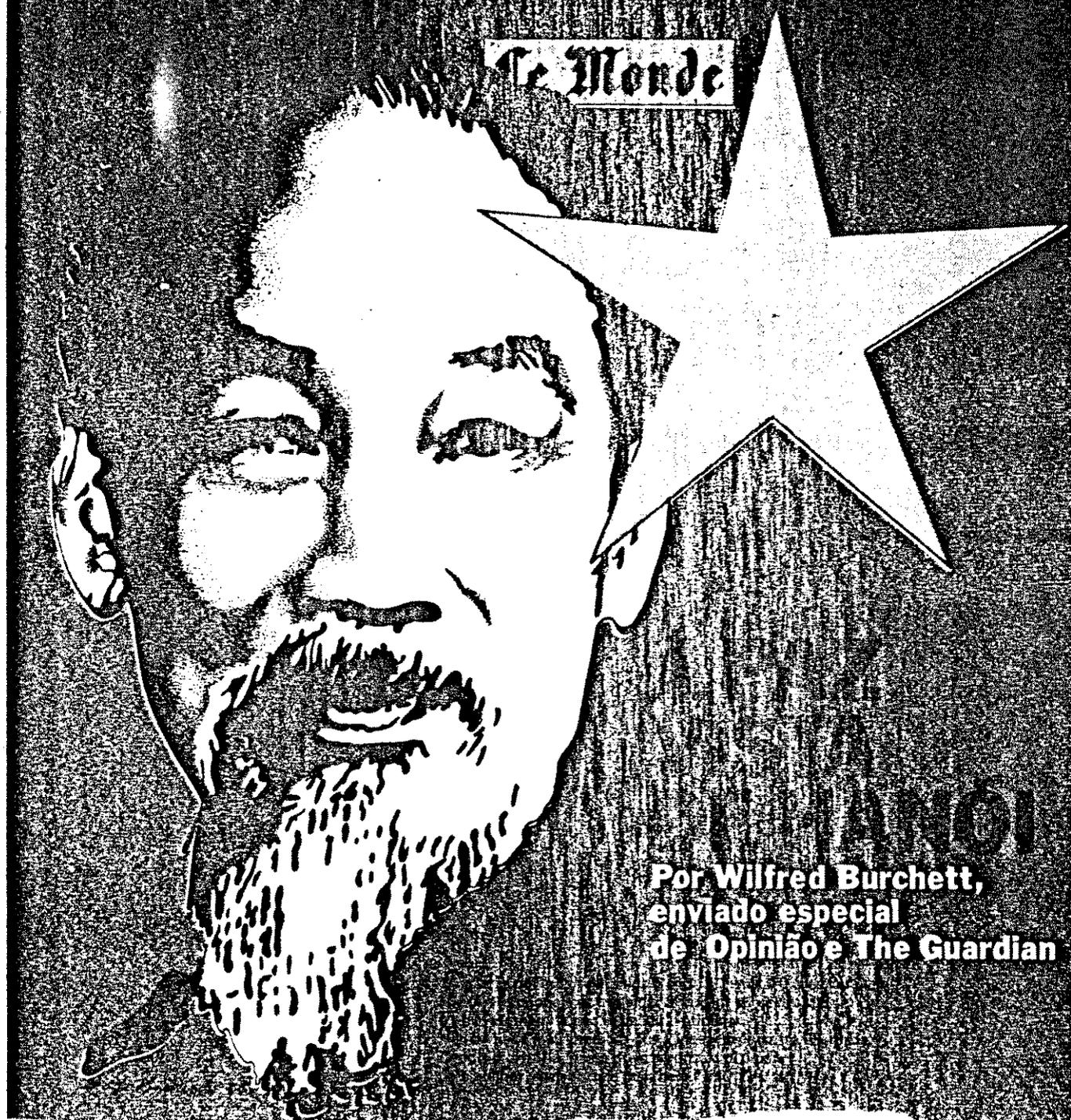
**O CAPITAL
ESTRANGEIRO:**

- 1- As empresas multinacionais
- 2- A ajuda americana
- 3- O complô contra o Chile
- 4- O caso brasileiro

Por outro lado, a linguagem mítica vai demonstrar sua presença nas capas do Opinião - em um sentido positivo - quando as figuras representadas têm posicionamentos ideológicos próximos aos do jornal. Nestas, o exagero, a distorção, se dá no sentido inverso: tudo é positividade e doçura. Este é o caso da capa do número 14, em que, contrastando com o tom agressivo com que são ilustradas as matérias sobre antiamericanistas, é apresentado um belíssimo desenho com a expressão tranquila, quase angelical, de

Pedro Casaldáliga: O BISPO DOS OPRIMIDOS

Celso Furtado: REFLEXÕES DE UM MARCIANO



Le Monde

Por Wilfred Burchett,
enviado especial
de Opinião e The Guardian

Ho Chi Minh. Em um fundo que cobre toda a capa do jornal em tons degradê, do rubro ao rosa, destaca-se a fisionomia do líder asiático. Olhar tranquilo, traços suaves marcando as formas de seu rosto e de sua longa barba grisalha, tem ao seu lado uma grande estrela branca que encima o título da reportagem: "A paz vista de Hanói". Em letras miúdas, o pensamento de Ho Chi Min complementa a chamada para a reportagem e, mais uma vez, sugere ao leitor, um relacionamento análogo em relação ao momento brasileiro. O texto diz:

"A guerra poderá durar ainda 5 anos, 10 anos, 20 anos, ou mais. Hanói, Haiphong e outras cidades podem ser destruídas, o povo vietnamita não se deixará intimidar. Não há nada mais precioso que a independência e a liberdade. Depois da vitória, nosso povo reconstruirá o país para melhor, mais forte e mais belo."

Da mesma forma, no número 22 do jornal, a cabeça do presidente do MDB, Ulisses Guimarães, não sofre as deformações que o jornal costuma empregar no desenho das lideranças governamentais. Não recebe, porém, o tratamento idealizado de que foi alvo Ho Chi Min. Ao líder do partido de oposição é reservado um retrato e até uma moldura antiga, clássica, ovalada. Seu rosto, de perfil, é totalmente pontilhado, destacando sua calvície e esparsos cabelos brancos. O destaque porém é para a posição em que o político é retratado, quase de costas para o leitor, a sombra de seu terno servindo de fundo para a chamada da reportagem: "O partido de oposição (em letras romanas clássicas) A procura de um candidato?". A composição se completa com o olhar vago e o rosto sério do político, reforçando a idéia da existência de um vazio político que,

CULTURA: o Ministro e o fascismo COMPORTAMENTO: Grupos de Encontro
 CINEMA: Hollywood e o Vietnã; os Operários e o Paraíso
 LIVROS: Celso Furtado, o Formalismo, o Estruturalismo
 MÚSICA: Hermeto, Edu Lobo

opinião

Mundo



ULYSSES GUIMARÃES
 PRESIDENTE NACIONAL DO MDB

O PARTIDO DE OPOSIÇÃO

A procura de um candidato?

na perspectiva do leitor, e pela sugerida indiferença do candidato, ainda vai demorar para ser preenchido.

A capa, porém, em que mais se sente o sentido de sátira, de farsa, e de jogo com o leitor é encontrada no número 11 do Opinião. Nesta, a deformação não está no aspecto físico do personagem principal - o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto - pelo contrário, o Ministro é até retratado com um ar alegre, jovial, um quase sorriso nos lábios. Sua expressão, porém, é completada, e assume alguma semelhança, com a de um outro personagem que, por trás do ombro do Ministro, revela um ar tristonho: uma vaca. A mão de Delfim segura uma arma, em posição semelhante ao dedo de Tio Sam (Opinião, no. 5), Nixon (no. 1), Rockefeller (no. 2) e a caveira (no. 6), com uma diferença: os raios por trás do revolver mostram que a arma está sendo disparada em direção ao leitor. A figura é completada por símbolos com que pretendem "fantasiar" (no sentido carnavalesco da palavra) o Ministro: o chapéu de cowboy e a estrela de xerife (expressão americana da autoridade policial). A caracterização de Delfim serve como ilustração para a reportagem principal: "O xerife e as vacas (uma história de suspense e mistério sobre a crise da carne...)".

Completa-se assim, através de um encadeamento sutil, a sequência simbólica em que as formas de aterrorizar o leitor vão sendo gradualmente ampliadas. Das ameaças políticas e econômicas externas, simbolizadas pelo dedo em riste de Nixon e Rockefeller, chega-se à concretude da arma engatilhada, da bala disparada pelo Ministro em direção ao leitor.

Livros: "o único índio bom é o índio morto"

nº 11 C\$ 250

15 e 22 de Janeiro de 1971

Opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

Ministro Antônio Delfim Netto



O XERIFE E AS VACAS

(uma história de suspense e mistério sobre a atual crise da carne, por Aloysio Biondi)

O jogo semântico apresentado pelas capas mostra que a fala mítica do Opinião não se fecha em cada número do jornal. Na insistência e na sequência com que os alvos críticos do semanário são focalizados, destaca-se um sentido de folhetim - o veio popular de onde se origina este tipo de jornal - que dá ao "corpo" do semanário o seu caráter polifônico.

Os elementos ambivalentes apresentados pelas capas procuram, pelo "choque", estimular a capacidade crítica dos leitores. Reproduz-se no Opinião, desse modo, o sentido mítico revelado por Barthes. As imagens, contextualizadas, possuem uma "consciência significante", transformam-se numa escrita em que o leitor pode raciocinar, independentemente da matéria para a qual foi feita.

O lado mais popular do Opinião, porém, este aparente caráter folhetinesco herdado pelo jornal, sem perder, no entanto, o seu cunho erudito, fica mais evidente nas edições cujas capas eram de responsabilidade da editoria de Cultura. Nessas, principalmente nos primeiros números do semanário, são retratadas figuras cariocas populares, mas que são conhecidas nacionalmente. Revela-se aí, com mais intensidade, o caráter "carnavalesco" de sátira grotesca. A função destas imagens não é mais a de aterrorizar, mas sim de, através da fusão do louvor e da injúria, produzir um choque no leitor. Um choque que pela conjugação de valores aparentemente incompatíveis, provoque o riso, desperte a malícia, a cumplicidade com o jornal.

Estas imagens possuem, porém, uma outra carga que se sobrepõe à leitura do sentido grotesco a elas atribuído. A carga de sentimentos reprimidos dos leitores vai lhes investir de novos significantes. Através de metalinguagem vai ser feita uma leitura densa e rica, através do qual o conceito mítico se expande, se aprofunda.

Através dessas imagens, das temáticas nitidamente cariocas, são apresentados pontos discutíveis do comportamento urbano, de valores e da cultura nacional, de modo geral. A ênfase em determinado personagem caracterizado na capa nunca é, porém, destituída de um sentido político. A evidência do caricaturado está ligada de alguma forma ao seu posicionamento diante do governo ou às suas ligações com o poder.

Neste caso, por exemplo, estão as capas em que são retratados: o detetive Nelson Duarte (Opinião n. 3), o colunista social Ibrahim Sued (Opinião n. 4), o apresentador de televisão Flávio Cavalcanti (Opinião n. 6), o jornalista Millor Fernandes (Opinião n. 7) e a "socialité" Beki Klabin (Opinião n. 17).

Destas, merece atenção particular a imagem de capa sobre o detetive Nelson Duarte.

Para o leitor mais desavisado, a capa do Opinião, número 3, parece fazer apologia ao detetive da polícia carioca, Nelson Duarte, a começar pelo título da matéria, "um cidadão acima

de qualquer suspeita", apresentado na parte inferior da capa do jornal. Acima do título as ilustrações representam dois instantes de atuação do policial. Ao fundo, em perspectiva, aparece o homem de ação, cabeça erguida, manga de camisa e tênis, metralhadora na mão, dando a idéia de ser realmente um militar em exercício contra o crime. A segunda ilustração, em destaque, apresenta o policial bem sucedido, sério e confiante, reconhecido pela sociedade, condecorado. Esta impressão é reforçada pelas expressões elogiosas que ladeiam a ilustração. Nelas o detetive é identificado como:

Policial do Ano.

Cidadão Benemérito.

Paladino da luta contra o crime.

Amigo de Flávio Cavalcanti

Comendador.

Ao olhar com mais atenção a ilustração em destaque, porém, a constatação que o leitor faz é totalmente diferente da que o título da matéria pretensamente anuncia. A ironia se sobressai ao caráter sério que a primeira vista parece revestir a imagem. O jogo semântico com o texto vai sendo elucidado na medida em que são identificados os detalhes com que o policial foi "fantasiado".

E visto assim que as condecorações no peito do policial representam figuras simbólicas, relacionadas aos valores da lei e da ordem: a estrela de xerife, uma cruz, a balança da

PERON: "alguns idiotas tem medo do caos

148 -

EXCLUSIVO: o encontro de Glicó e Caetano

Ted Kennedy para OPINIÃO: a América Latina

opinião

20 a 27 novembro 1972

com a edição semanal brasileira do

Le Monde



Policial do An

Cidadão Benemérit

Paladino e

luta contra o crim

Amigo e

Flávio Cavalcant

Comendado

UM CIDADÃO ACIMA DE QUALQUER SUSPEIT

justiça. Ao lado delas, no entanto, aparecem outros símbolos que denunciam a contradição, o lado marginal da vida do policial. Do bolso do paletó surgem cédulas e uma seringa, em uma referência explícita ao envolvimento do detetive com o comércio de entorpecentes. Mais abaixo, o que à primeira vista parece ser uma comenda, é produzido pelo arranjo gráfico de uma moeda ao centro, circundada por armas de diversos tipos - o que denuncia a sua ligação com o mercado ilegal de armas. O recebimento de dinheiro para encobrimento de ações criminosas e relaxamento de prisão de pessoas influentes, além da venda de "proteção policial", são acusações apresentadas no texto da reportagem e que na ilustração de capa são representadas pela faixa que, além de esconder o cano de um revólver, tem na parte central um feixe de balas. Além disso, duas outras medalhas, presas no paletó, são moedas e, também a gravata é feita com cédulas de diversos valores, além das notas que atravessam o colarinho e das que se escondem por baixo do paletó.

A ambivalência da linguagem, porém, excede a imagem da capa. A figura em si já está constituída por uma significação que poderia bastar-se a si mesma e, para muitos leitores, é o limite, o ponto extremo de compreensão que conseguem alcançar. Ocorre que o significante mítico da imagem amplia esta compreensão.

Para o leitor que consegue ir além do sentido manifesto, e apreende a forma mítica da mensagem, cria-se uma compreensão de outra natureza. Apreende com os olhos uma outra realidade, em um plano puramente psíquico, distante da realidade sensorial da leitura da imagem. A história do homem, do retratado da capa, se esvazia da denúncia factual e assume novos significantes,

muito mais amplos, míticos.

A polifonia da imagem da capa assume características de afrontamento e de oposição. Desloca-se da imagem a identidade física do personagem para lhe incorporar novos significantes. Nas deformações provocadas pela leitura mítica da imagem, a figura do policial é investida de um outro poder. Não se trata mais de um detetive qualquer da polícia carioca mas, sim, de todo o Estado militar, todo o poder em sua ambigüidade: o lado aparente de seriedade, respeitabilidade e justiça; e o lado oculto, de corrupção, violência e vícios.

Essa leitura mítica, porém, não suprime o sentido original da história. Barthes diz que, nestes casos, o "sentido perde o seu valor, mas conserva a vida, que vai alimentar a forma do mito. O sentido passa a ser para a forma como uma reserva instantânea de história, como uma riqueza submissa, que é possível aproximar e afastar numa espécie de alternância rápida: é necessário que a cada momento a forma possa reencontrar raízes no sentido, e aí se alimentar; e, sobretudo, é necessário que ela possa se esconder nele. E este interessante jogo de esconde-esconde entre o sentido e a forma que define o mito. A forma do mito não é um símbolo...é uma presença emprestada" (p. 140).

A leitura mítica da imagem não para aí, porém. A compreensão se amplia e abarca a própria materialidade do jornal. Abstrai-se o sentido da história retratada e "uma outra cena" assume como significante para a imagem. A coragem em enfrentar o

Crein-acarores. Scuderie Le Coq. MDB. Arena 151 -
Vietnã. Ceará. Prevenildo. Swift. Poluição. Bethania.
General Prats. Haiti. Portugal. Perón. Bolívia.

Número 4 Cr\$ 2,50

27 de novembro a 4 de dezembro de 1972

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

ESPECIAL: Celso Furtado,
Maria da Conceição Tavares,
Mário H. Simonsen, Carlos Langoni,
Chico de Oliveira, Paul Singer, José Serra.
"MILAGRE BRASILEIRO"



**"SORRY," IBRAHIM,
JÁ NÃO SE COME CAVIAR
COMO ANTIGAMENTE**

Estado policial, colocando a denúncia como matéria de capa, o jogo semântico com ilustrações e texto, indica ao leitor uma nova postura diante das notícias publicadas. Reforça a tendência para que se faça o mesmo tipo de leitura nas edições seguintes do jornal, que nem sempre poderão enviar recados tão explícitos.

O recado é entendido pelos leitores que prestam atenção em todas as informações de capa nas edições subsequentes. Na parte superior do Opinião número 4, por exemplo, são apresentados quinze diferentes nomes, palavras isoladas, referentes às diversas matérias da edição. Um dos nomes - Swift - foi motivo para que um leitor, não encontrando o artigo correspondente, escrevesse a seguinte carta para o jornal, publicada no Opinião, n. 5:

A Swift e o biruta

No número 4 de Opinião, no alto da primeira página (capa) está escrito "Swift" entre as palavras "Prevenido" e "Poluição". Porém por mais que procurasse não encontrei em todo o jornal qualquer artigo que versasse sobre Swift. Há apenas um artigo de Demócrito Moura na página 9 intitulado "A carne que comemos", mas pergunto se aí não seria sutileza demais; ou estou vendo coisas, não existindo realmente nada sobre Swift em todo o número? Mas então o que significa tal palavra na primeira página? Seria erro? Descuido? Chara-

da? Algum poema concreto? Ou estaria OPINIAO vendendo gato por lebre, babaçu por chocolate? Perdoem-me se engano, mas por mais que procurasse não encontrei qualquer justificativa à internacionalmente conhecida empresa de carnes ou àquele biruta irlandês.

Luis Carlos Silva Eiras
Belo Horizonte - Minas Gerais

• Uma matéria sobre uma anunciada compra da Swift pelo "grupo Antunes" está na página 7.

A linguagem ambivalente e polifônica do jornal é ampliada na medida em que o Opinião passa a sofrer os cortes da censura. A primeira edição censurada é, justamente, a de número 9, o primeiro a ser editado em 1973. Em linguagem simbólica, a capa da edição tenta mostrar esta nova condição. Para isto, apresenta uma gravura cujo título - "Nossa imagem atual" - aparece

ESPECIAL: Vietnã, as três derrotas de Richard Nixon

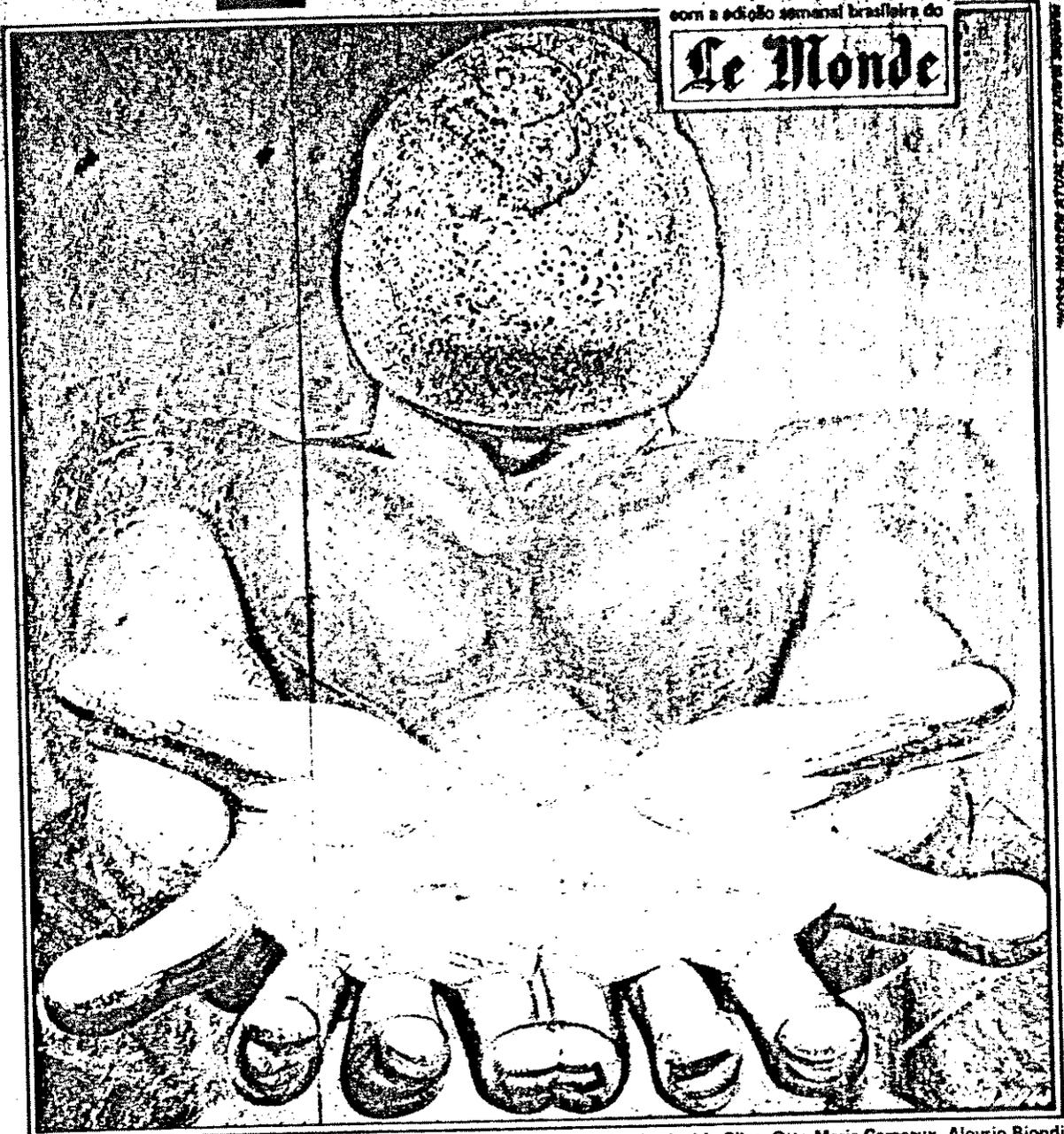
N.º 9 Cr\$ 2,50

de 1 a 6 de Janeiro de 1973

Opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde



Fernando Henrique Cardoso, Nelson Werneck Sodré, Jean Claude Bernardet, Aguinaldo Silva, Otto Maria Carpeaux, Aloysio Biondi

O QUE GANHAMOS COM 1972?

na lateral, junto ao nome do autor, ambos em letras minúsculas. Abaixo da gravura, também em letras pequenas, estão os nomes dos diversos jornalistas e colaboradores responsáveis por este número. Mais abaixo ainda, a grande manchete: **O que ganhamos com 1972?**

A resposta, em termos ilustrativos, parece estar na gravura. De forma exagerada, a gravura reproduz a figura de um homem forte, com as feições do rosto substituídas por uma grande pedra, dando a idéia de embrutecimento e rigidez. Com o tronco nu, o homem tem os braços estendidos e, à frente, as mãos unidas, abertas, espalmadas. Das palmas das mãos brilha uma luz intensa. Ao fundo, porém, apenas um dos lados da gravura é iluminado pela luz. O outro lado permanece na semi-obscuridade.

O jogo com os extremos das cores (preto e branco; claro e escuro), e o uso de figuras míticas vai ter continuidade nos números seguintes do jornal. No número 10, por exemplo, explora-se o retrato do Presidente Médici. A imagem dividida do rosto do presidente mostra, com nuances de claro e escuro, as diversas faces do poder. A face escura, sinistra; e a face clara, triste-nha, secundada por uma sombra maior que o próprio lado do rosto, e que consegue encobrir até mesmo parte do logotipo de Le Monde.

Na parte inferior da capa, melancólico, o jornal proclama: **A POESIA ACABOU.**

(TUDO QUE VOCE PRECISAVA SABER SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL E TEVE VERGONHA DE PERGUNTAR)

- 155 -

O MUNDO EM 1972

Em 10 páginas, um serviço especial Le Monde, The Guardian, Opinião.

Nº 10 Cr\$ 2,50

8 a 15 Janeiro de 1973

Opinião



Médici e suas
estatísticas
de fim de ano
**A POESIA
ACABOU**

As imagens forçam os leitores à reflexão, à apropriação de seu conteúdo em um sentido metalinguístico. A ambivalência da linguagem da capa precisa ser recuperada em um plano intertextual. A linguagem mítica da capa se expressa pela contextualização da imagem, pela apropriação e generalização de seu sentido, e que independe do rosto (ou, por outro lado, precisa da afirmativa do rosto - no caso do Médici) para ser compreendido em seus múltiplos significantes.

A imagem deformada - hiperbolizada - do presidente Médici é novamente tema de capa no número 17 do Opinião. Nesta edição o destaque de reportagem é para a visita de Médici à Amazônia, "o país de Daniel Keith Ludwig", em referência irônica ao projeto do empresário na região. A montagem é feita com uma foto de parte do rosto do presidente e que ocupa totalmente o espaço de capa. Na imagem ampliada, o destaque é dado a uma das orelhas, à boca cerrada, e a uma das lentes espelhadas dos óculos, por onde se vê a imagem distorcida de soldados. No cabeçalho da capa, acima do logotipo do jornal, uma chamada provocativa fala das eleições presidenciais na França e destaca o pensamento mais próximo da linha ideológica da redação: "a esquerda vai tomar o poder pelo voto?"

Em termos de linguagem mítica, a ilustração parece sugerir ao leitor as reais dimensões do poder, impossíveis de serem cobertas pelo jornal, e a própria posição do presidente - e do grupo de informações que o rodeia - preocupados em ouvir muito,

Neste fim de semana na França:

- 157 -

A ESQUERDA VAI TOMAR O PODER PELO VOTO?

n.º 17 Cr\$ 2.50

De fevereiro a 4 de março de 1977

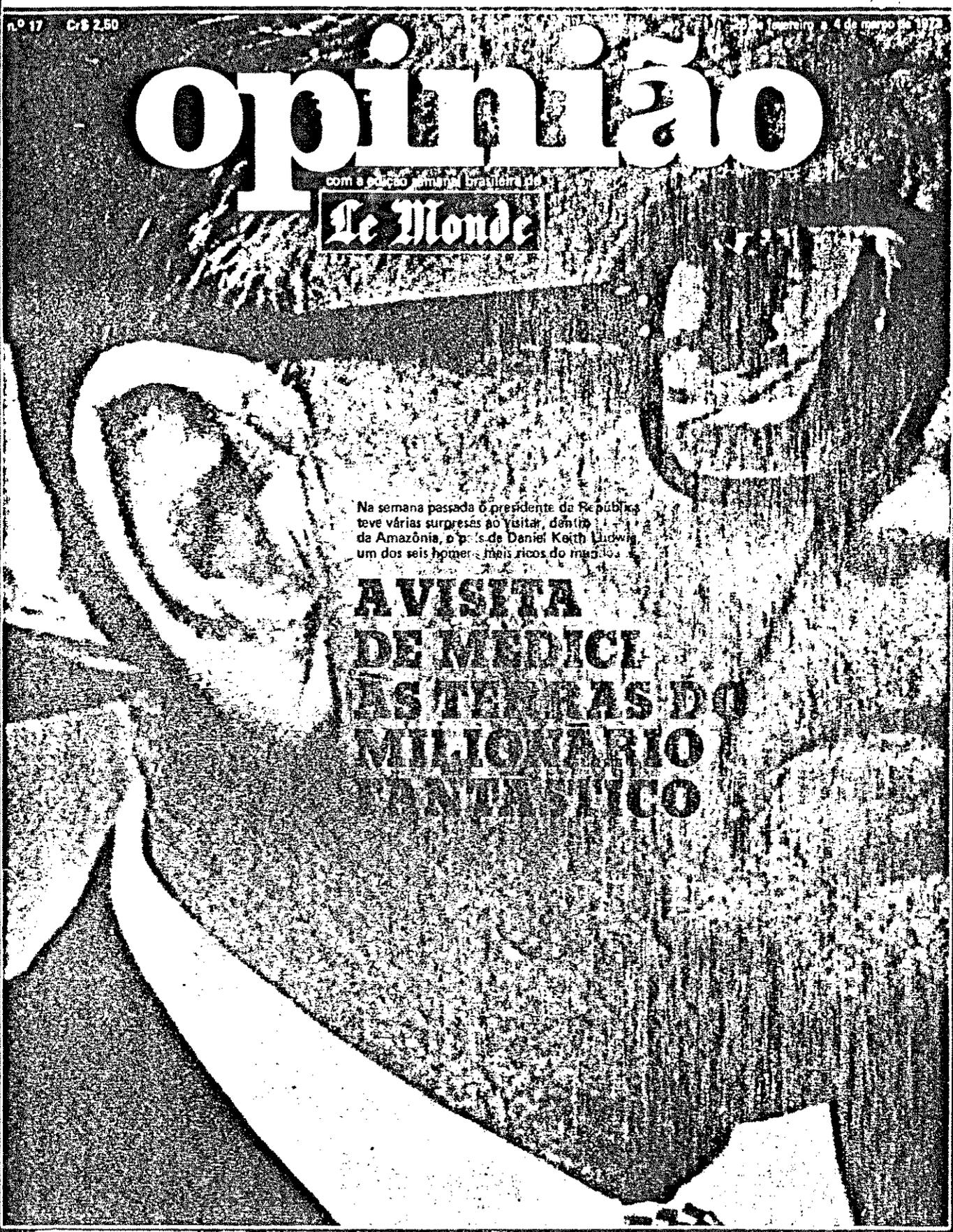
opinião

com a edição semanal brasileira de

Le Monde

Na semana passada o presidente da República teve várias surpresas ao visitar, dentro da Amazônia, o país de Daniel Keith Ludwig, um dos seis homens mais ricos do mundo.

AVISITA DE MEDICE ESTANÇAS DO MILIONARIO AMAZONICO



falar pouco, e se espelhando sempre em imagens distorcidas de si mesmos, militares.

O número 23 do Opinião traz na capa a figura sorridente de D. Paulo Evaristo Arns, e é o última edição do jornal em que a censura ainda é feita na redação. Na semana seguinte, o jornal publica o que seria o seu número 24 (não há numeração na capa e nem nas páginas internas), com apenas 16 páginas e sem a permissão da censura.

A seguir, é publicado o que, pretensamente seria o número 25 do jornal (e que, na realidade, não apresenta numeração), a segunda edição após o conturbado início da censura ao jornal em Brasília. A capa deste número tem o fundo totalmente negro e, em amarelo, aparecem palavras soltas, separadas por vírgulas. Palavras aparentemente sem um sentido global, sem um recado explícito. Mas a esta altura, seis meses após o seu aparecimento, os leitores já sabem interpretar as mensagens. Já conhecem o jornal e o procuram pela identidade que se estabeleceu entre eles, independente do chamariz da capa.

Nº 25 - C\$ 3,20

9 de 16 de abril de 1975

Opinião

com o melhor jornalismo brasileiro

Monde



REVISTA ANTI
DIRETIVISMO
MAGRELA

23 e 29 de abril de 1973 - R\$ 2,50

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

ISRAEL, CESAR CALS, ARACÁ AZUL, FIAT

CORTÁZAR, BORGES,
ASTURIAS, FUENTES,
MACHADO DE ASSIS,
DALTON TREVISAN,
(em Manhattan)

3.2. Páginas internas.

Textos

O formato tablóide do Opinião era semelhante ao dos demais jornais alternativos que existiam na época. Pelas suas vinte e quatro páginas distribuíam-se três editoriais: assuntos nacionais, assuntos internacionais e tendências e cultura, além das quatro páginas da edição semanal de Le Monde.

A diagramação do jornal era tradicional, em cinco colunas, e considerada pesada pelos seus leitores. Já no Opinião número três aparecem as primeiras reclamações quanto à qualidade gráfica do jornal. As páginas são consideradas como "verdadeiros tijolos" e os tipos miúdos, usados nos textos - como comenta um leitor - "obrigam o leitor menos dotado visualmente ao uso de lentes, mesmo que não use óculos." A redação argumenta que o "texto das páginas internas de Opinião é escrito com letras que em tamanho e espaçamento não são muito diferentes das de alguns jornais bem conhecidos. E o mesmo, por exemplo, que o das páginas internas de jornais como o "Le Monde" e "O Estado de São Paulo".

As reclamações, no entanto, não cessam e, no número 7 do jornal, uma nova carta vem protestar da maneira como é composto graficamente o jornal:

A nossa letra pequena

O senhor não me perguntou nada, mas tomo a liberdade de protestar contra a maneira como é composto graficamente o seu jornal (...) não se consegue lê-lo. Por causa do tamanho do tipo, o senhor entende? Tenha dó, é preciso usar lupa para se ler matéria maciça, em corpo 6, sem entrelinhas. (...) Comprei o primeiro número e desisti (...) Quero continuar lendo OPINIÃO. Mas, para isso é preciso que ele seja impresso no mínimo em corpo 8 e, preferencialmente, com separação de parágrafos, como todos os jornais fazem.

O semanário, porém, não altera seu padrão gráfico. Isto só ocorre, pela primeira vez, no número 25 do Opinião, em que, para demonstrar a ação destruidora da censura, o jornal lança mão de diversos artifícios. Um deles é o de ampliar o tamanho do tipo em uma das reportagens centrais que começa no canto inferior direito da página 4, deixando as páginas 5 e 6 totalmente ocupadas com ilustrações de Chico Buarque e Caetano Veloso. O texto continua na página 7 e vai serpenteando as demais reportagens, nas outras páginas do jornal (páginas 8, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18), sempre em um tipo de letra maior do que o habitualmente usado. Na página 24, o texto é subitamente interrompido, não sem antes lançar o último "aviso", em uma manifestação explícita de cumplicidade com os leitores:

ção/digestão,
icas palavras
ficativamente,
tropicalismo,
opofágica de
naneiras, era
to histórico"
rasileira.
nio, era de
ara Caetano,
que João
i havia muitos
eiros sinais: a

teria sido possível a realização deste disco). (S.M.)

continuação

certo ponto, ele o conseguiu.

As esperanças e os medos de Leonardo fazem sentido para um leitor receptivo que tenha absorvido as várias inter-

continua no próximo número

A deformação gráfica do jornal é vista pelos leitores em um outro sentido. Pela deformação faz-se a oposição, enfrenta-se a censura, ridiculariza-se o poder.

Um outro destaque, diz respeito às formas empregadas pelo Opinião para avisar aos leitores que o jornal estava sendo censurado. A primeira delas, aparece na penúltima página do número 8 do jornal, ao lado da coluna de xadrez, que coincidentemente, proclama "os finais de torre" e logo abaixo de um texto intitulado "Eram os deuses seres humanos?"

A maneira indireta como a notícia é informada pelo jornal, e o seu enquadramento na página, fazem com que o pequeno informe atraia a atenção do leitor que, mais atento, entende o jogo existente por trás dos textos e da disposição gráfica do aviso.

força e da busca do Eldorado ou de uma raça superior altamente purificada. Em busca da religião perfeita. Então teremos encontrado algo que se assemelhe à explicação da existência entre nós, simples mortais, de demônios do Bem e do Mal. Alguma coisa a respeito da destruição das várias supercivilizações, cujo grau de inteligência e progresso deve ter ameaçado

Revisão prévia

Na sexta-feira da semana passada, recebemos uma comunicação do Major Braga, do SICAP, órgão da Polícia Federal, de que nosso jornal, a partir do próximo número, passará a receber o que o Major chamou de "revisão prévia".

Nos números 21 e 22, o emprego de tipos diferentes dos habitualmente usados, mais uma vez, vai chamar a atenção para as alterações que o jornal está sendo obrigado a sofrer.

Na página 2, do número 21, o primeiro aviso aparece como "nota da Redação" em resposta à carta de alguns leitores, sobre a continuidade de um artigo, **Os mitos da Oposição**, de Fernando Henrique Cardoso. A resposta da redação garante a publicação da segunda parte do artigo, ainda neste número. Na mesma seção, e na mesma página, porém, uma outra nota da Redação, desta vez datilografada, explica que :

NOTA DA REDAÇÃO

Motivos de força maior nos obrigam, nesta edição, a: 1) não publicar o artigo que continuaria a série "Os mitos da oposição", do prof. Fernando Henrique Cardoso, prometido para esta semana; 2) corrigir algumas páginas sem os recursos gráficos usuais;

As explicações prosseguem no número seguinte (22). Desta vez, o artifício gráfico é a letra miúda e o texto em negrito que, no canto da página 23, a penúltima do jornal, fala sobre o "suicídio de Jânio a idade de Geisel e outros erros gráficos do jornal.

OPINIÃO

O "suicídio de Jânio" a idade de Geisel e outros erros

O último número de OPINIÃO chegou às bancas com vários erros decorrentes em segunda mão, de um atraso gráfico e fechamento de 14 horas. Entre outras coisas na página 8 relacionava-se a influência americana nos negócios do Brasil com o "suicídio de Jânio Quadros" por ter sido pulada uma linha de composição que formaria o texto original correto: "o suicídio de Getúlio Vargas e a resistência de Jânio Quadros". Nesta mesma página foram trocadas duas colunas de texto, a primeira deveria estar no lugar da segunda e vice-versa. Há outros erros e omissões de palavras que o leitor já poderia esperar pela Nota da Redação, da página 2.

Um dos erros mais importantes, é o da idade do general Ernesto Geisel, nascido em 3 de agosto de 1906, hoje com 64 anos, mas que teve sua idade aumentada para 72. O presidente da Petrobrás é mais novo que seu irmão, Orlando Geisel, ministro do Exército, que nasceu no mesmo ano do presidente da República, general Medici, ambos com 67 anos. Além, muitos dos generais mais conhecidos têm sua idade entre os 60 e os 70 anos. O companheiro de turma (1927), amigo do presidente Medici, e presidente do Supremo Tribunal Militar, general Adalberto Pereira dos Santos, tem 68. O general Artur Duarte Candal da Fonseca, esta semana está completando 64. O general da Amazônia, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, tem 62. Os generais Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e Antonio Jorge Correia têm a mesma idade, 60. Mais moço, o ex-superintendente da SUDENE, general Euler Bentes Monteiro, tem 56.

Da mesma forma, o jornal procura dar notícias sobre fatos que aconteciam em sua redação - como a invasão que sofreram por supostos funcionários do "Serviço de Proteção ao Crédito" -, ou sobre o "misterioso" desaparecimento de pessoas, como o do "jornalista, historiador e professor Joel Rufino dos Santos", ou do acadêmico de Medicina, orador da turma de 1972, da Faculdade de Medicina da UFRJ, David Capistrano da Costa Filho, poucos dias após a sua formatura. Na notícia sobre este último insinua-se, inclusive, que o seu desaparecimento tenha a ver com o teor de seu discurso, intitulado *Sede de Justiça, Fome de Liberdade*, e que "obteve aprovação unânime da turma, do diretor da escola e da reitoria da Universidade."

"Proteção ao crédito", ou DOPS

Na quarta-feira da semana passada a redação de OPINIAO foi visitada por seis pessoas que se identificaram inicialmente como funcionários do Serviço de Proteção ao Crédito em busca de informações sobre uma colaboradora do jornal. Como não conseguiram os dados que julgavam indispensáveis, repetiram a visita por duas vezes, à tarde e, finalmente, no começo da noite, quando se identificaram como sendo do Departamento de Ordem Política e Social, da Polícia da Guanabara. Um dos policiais, tratado pelos outros como "Doutor", solicitou ao Editor do jornal que lhe fornecesse as chaves da administração da empresa, onde julgava poder encontrar o endereço da pessoa procurada. Como não foi atendido, pediu então que algum dos jornalistas presentes o acompanhassem, porque ele iria arrombar portas e gavetas da administração e queria testemunhas de que iria se restringir exclusivamente à busca do endereço. O Editor do jornal ponderou que a atitude pretendida não era legal, constituindo uma violação de propriedade privada, legalmente estabelecida, sem consentimento judicial. As ponderações não detiveram os citados indivíduos, que entraram na sala, demorando-se cerca de 20 minutos, sem testemunhas. O jornal está tomando as providências judiciais cabíveis e necessárias para apurar os acontecimentos.

Onde está Joel ?

Encontra-se desaparecido há uma semana o jornalista, historiador e professor Joel Rufino dos Santos. No dia 30 de dezembro, Joel Rufino, editor-contribuinte de *Tendências e Cultura* de OPINIAO, embarcou em um ônibus em São Paulo, não tendo chegado até o dia 6 de janeiro em sua residência no Rio. Sua família preocupada procurou-o nos hospitais, no Instituto Médico Legal e nos órgãos policiais que tratam de crimes comuns, não o encontrando nesses locais.

O médico que sumiu

"A vida, que nos uniu, agora nos separa. Porém a unidade que formamos permanecerá em cada um de nós". Dessa forma, David Capistrano da Costa Filho, acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRJ, iniciou seu discurso de formatura em dezembro passado, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Agora, um mês depois, o Conselho de Representantes dos alunos da escola divulga uma nota oficial, denunciando a prisão do orador oficial da turma de 72 e de sua noiva, "levados por policiais para prestarem informações às autoridades".

Segundo a nota, David está desaparecido desde o último dia 9 e, dias antes, elementos estranhos à vida universitária estiveram na escola a fim de obter uma cópia do discurso de formatura, bem como o seu endereço.

Os estudantes reclamam a localização do ex-colega, da mesma forma que lembram que o discurso de formatura, cujo título era *Sede de Justiça, Fome de Liberdade*, obteve aprovação unânime da turma, do diretor da escola e da reitoria da Universidade.

A família do médico já recorreu ao Ministério do Exército, depois de consultar, em vão, diversas delegacias policiais. Os elementos que prenderam David e sua noiva disseram pertencer à polícia, apesar de não se identificarem.

O jornal também publica notícias sobre a morte "acidental" de vários militantes, presos pela polícia. Em alguns casos, como o do estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme, a notícia é revelada em duas versões. Em uma primeira notícia relata-se, em texto emocionado, o "clima" em que foi rezada a missa "para um estudante morto", sem revelar seu nome. Logo abaixo, na mesma página e separado da primeira notícia por uma tarja negra, aparece a matéria com a "nota oficial sobre a morte do estudante Vannucchi". Ao lado, na mesma página, Fernando Henrique escreve sobre "os mitos da Oposição".

Da mesma maneira o jornal informa - em uma única matéria - sobre a morte do jornalista Carlos Nicolau Danielli, semelhante a de Antônio Benetazzo, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Lincoln Cordeiro Oeste e Luis Ghilardini. Todas estas pessoas eram militantes de esquerda, foram presos pela polícia e mortos "acidentalmente" - assim como Vannucchi -, atropelados, "ao tentar fugir em meio ao tráfego do Rio ou de São Paulo.

Morte de jornalista

Os órgãos de segurança divulgaram um comunicado oficial, na quinta-feira da semana passada, informando sobre o "estouro", em São Paulo, de um "aparelho de imprensa" do Partido Comunista do Brasil e sobre a morte do jornalista Carlos Nicolau Danielli: "no dia 28 de dezembro findo, foi efetuada a prisão, por agentes dos órgãos responsáveis pela segurança interna, de Carlos Nicolau Danielli ("Antonio"), elemento de direção do Partido Comunista do Brasil - o PC do B, da linha "chinesa", que forneceu informações permitindo a prisão de outros elementos". Ainda de acordo com as autoridades policiais, "por volta das 17 horas do dia 30 de dezembro, Carlos Danielli foi conduzido, em diligência, à avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, proximidades da rua Cedros, local esse em que o subversivo preso teria encontro, naquele horário, com elemento de direção do PC do B. Na hora aprazada, um carro de marca volkswagen, de cor branca, placa CN-1006, passou vagarosamente pelo local e estacionou cerca de 10 metros

Danielli ("Antonio"). Sempre atirando, os ocupantes do volkswagen branco empreenderam fuga, ficando Carlos Danielli à mercê de sua própria sorte. A caminho do hospital para onde era conduzido, Danielli, não suportando os ferimentos, veio a falecer".

As circunstâncias dessa morte são semelhantes às notificadas pela polícia no fim do ano passado: no dia 30 de outubro, em São Paulo, os órgãos policiais informavam que Antonio Benetazzo, preso dois dias antes, fora levado a um "ponto de encontro" na rua João Boemer, no bairro do Brás, e "ao tentar fugir, foi atropelado por um caminhão, morrendo no local". No dia 10 de novembro, as autoridades policiais do Rio comunicavam que ao ser levada para o "aparelho" de um seu companheiro, no Mcier, Aurora Maria do Nascimento Furtado "saiu correndo e gritando em direção a um volks que estava estacionado nas proximidades, havendo em seguida intenso tiroteio entre agentes e os ocupantes do carro, depois do qual

Os mitos da oposição (II)

Fernando Henrique Cardoso

O importante é abandonar o mito da inviolabilidade da participação política e procurar definir as condições de participação, mostrando concretamente quais são as alternativas.

É um exagero pensar que só as oposições se enganam ao tentar decifrar os hieróglifos da política brasileira. Entender que o processo de crescimento capitalista, especialmente nas condições de uma sociedade como a brasileira é contraditório, mas nem por isso deixa de ser real, parece um desafio que perturba a todos, governo, oposições, homens de empresa, economistas, sociólogos, etc. A dificuldade vem de longe, desde o momento em que os portugueses — então na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo mercantil — utilizaram a escravidão, forma arcaica de organização da produção, para conseguir produzir para o mercado internacional e assim acumular capitais. Embora estes capitais acabassem por dar seus frutos mais cobizados na Inglaterra e não em Portugal, o fato é que o arcabouço da escravidão colonial foi gerado contraditoriamente pelo desenvolvimento do capitalismo europeu e este, por sua vez, no momento da revolução industrial, beneficiou-se das formas "irracionalistas", "atrasadas", contrárias ao "espírito do capitalismo moderno", que o tráfico negreiro, a escravidão, o colonialismo representavam.

Dando um salto acrobático para o presente, a dificuldade da análise reside em que existe má distribuição de renda, desequilíbrio regional, pauperismo rural e urbano e, por outro lado, o flamante progresso dos bolsões de prosperidade urbano-industrial, a mini-sociedade da abundância. As pessoas que estão habituadas a pensar que as coisas são de um jeito ou de outro, gato ou sapato, e não que podem ser, contraditoriamente, uma e outra coisa, perdem o tempo em vãs discussões acadêmicas, para ver se o governo tem razão ao dizer que os índices econômicos indicam crescimento ou se o cotidiano da dona de casa que vê os preços subindo e dos presidentes-viajantes que ficam pasmos com a população pobre do país ricamente espelham a realidade.

E que o espelho da vida não é como o de Narciso. Se aproxima mais dos espelhos dos parques de diversiones onde num ângulo a gente se vê desformado, grande e gordo, noutro miúdo, magro e não menos deformado. Entretanto, reconhecer que todas as questões têm dois lados, um bom outro mal, pode ser tudo (principalmente acacianismo) mas não leva a análise política para frente. Decifrar a variabilidade das formas pelas quais se dá o processo de transformação da realidade brasileira consiste em perguntar e tentar responder: de que modo se relacionam os diversos lados da situação? Qual o movimento que predomina e como o que hoje é gato amanhã é sapato?

Por abstratas e absurdas que pareçam estas questões, é delas que depende a estratégia política e sem esta última como é possível discutir táticas? E é aí que, sem tomar consciência das implicações subjacentes às estratégias e práticas propostas, as oposições vêm se afirmando a erros crassos de análise e apreciação que estão por trás das políticas propostas.

Ameaça do "mare-magnum"

Além dos mitos da estagnação econômica e do imobilismo social, persistiu depois de 1964 e, especificamente, depois de 1968, a idéia equivocada de que o "movimento" da sociedade brasileira

na sentido de que a miséria frearia a riqueza, o atraso do campo bloquearia o crescimento da economia urbano-industrial, o *mare-magnum* da "marginalidade urbana" (subemprego, desemprego, múltiplos empregos, etc.) consistiria numa ameaça permanente e insuperável para o fortalecimento da ordem social. Sendo assim, decorreram princípios deduzidos de ação política que só se justificariam numa situação pré-revolucionária.

Abstração

Ou seja, olhou-se um dos lados da medalha abstratamente (quer dizer, sem o relacionar com os outros e sem ver a dinâmica que ao mesmo tempo os diferenciava e unia) e a partir dele, estaticamente, foi "racionalmente" deduzida toda uma estratégia e um conjunto de táticas que deram no isolamento das oposições do conjunto da sociedade. Isso não quer dizer que em princípio ou em geral as táticas postas em prática sejam equivocadas. Às vezes faz sentido o voto nulo, às vezes não; às vezes toda a votação é uma farsa, às vezes não, para usar exemplos acritáveis. Mas para saber que tática é correta o MDB (ou outro agrupamento qualquer...) tem que reportar a tática proposta à análise da tendência global da sociedade brasileira.

Ora, no caso partiu-se de que, por sua essência (divina?), o capitalismo brasileiro não poderia avançar; pela fraqueza da sociedade civil (dos grupos sociais, dos sindicatos, das associações voluntárias, das associações profissionais, etc.) não haveria chances — como houve nas outras sociedades industriais — para que as massas urbanas se organizassem e atuassem politicamente. Logo, as transformações da sociedade brasileira deviam vir do campo (atrasado, espoliado e marginalizado do desenvolvimento) e dos núcleos políticos exemplares, conscientes da verdade profunda da inviolabilidade do desenvolvimento.

O livro da História

O dinamismo da economia urbano-industrial, os efeitos da expansão da economia agrocapitalista foram postos entre parênteses, como se fossem, para as oposições, o lado perverso da situação. Como se no âmago deles não existissem também questões a serem levantadas e como se os operários das fábricas, por viverem numa situação mais "adiantada" que a dos "camponeses" pobres ou dos favelados sem emprego (como se as pesquisas não mostrassem todo o tempo que as favelas são também habitadas por trabalhadores!) estivessem de antemão contaminados pela prosperidade, como se os profissionais liberais não tivessem, até por razões puramente ideológicas, como no caso dos magistrados e advogados, boas razões para não se alinharem com o governo, como se os homens das novas profissões (os publicitários, os técnicos, os programadores de computador, os cientistas), só por serem num dado momento parte do sistema, não pudessem, noutro momento, voltar-se contra ele.

Em suma, jogada na lata de lixo da História a maioria da população urbana, escolhida a massa espoliada há 400 anos como a única repositória das virtudes políticas e dos anseios de transformação e, pior ainda, concebida esta massa de oposição potencial como isolada do resto da sociedade e incapaz de agir por si mesma, o resultado não poderia ser outro: além da visão de uma economia estagnada, uma sociedade imóvel, as oposições juntam ao Pantheon dos mitos a idéia da apatia política da sociedade brasileira. Só restariam os punhados de bravos que, em luta técnica e quase direta com o Estado, poderiam mudar algo no país.

Parceria ser mais correto, em vez de postular a apatia dos setores da população que mais podem mover-se politicamente e de sustentar o exemplarismo da ação de poucos que simbolicamente falam pelos setores não perversos da sociedade brasileira, sacudir o beatismo dessa concepção política e, vendo os fatos, perguntar o que move politicamente a sociedade. Só diante de alternativas viáveis, e postas frente a elas, a massa pode deixar de ser o que num dado momento é, massa apática, para transformar-se no oposto: em massa reivindicante.

Participação

Para resumir, o importante é abandonar o mito da inviolabilidade da participação política nas condições brasileiras e procurar definir, ao contrário, em que condições pode dar-se esta participação. O importante é descansar menos na ação do Estado, conceber menos a relação política como se ela se desse diretamente entre cada grupo da sociedade e o Estado, pensar menos (como se a oposição estivesse no governo) quais são as políticas adequadas para o Estado, e procurar definir os objetivos e as políticas para cada agência social, para cada grupo, para cada problema (como pressionar para obter e melhorar a educação, como e por que criticar o Plano Nacional de Habitação, como cada um destes programas é um problema e qual o limite de solução que o regime e a ordem dada impõem a eles; como, portanto, reivindicar não quer dizer aderir, etc.). O importante, por fim, menos do que radicalizar verbalmente e tomar uísque à noite diante do peso morto das condições adversas, é procurar colocar concretamente alternativas e criar forças que permitam uma transformação.

Que a grande transformação não está para amanhã, que mesmo uma mudança sensível no regime não é uma questão posta na ordem do dia é o óbvio ululante. Entretanto, assim como nos anos da retomada do crescimento econômico (1968-1969) os setores radicais da oposição projetaram as tendências anteriores de estagnação e proclamaram uma situação "pré-revolucionária" no estado momento de consolidação do poder e da ordem estabelecida, também os setores situacionistas olham para o espelho pela ótica do ministro Delfim e se vêem gordos de êxito. *Quosque tandem!* Até ao ponto em que a ilusão da permanência da época dos sete anos de prosperidade obscureça a razão e substitua o "pragmatismo" pelo "voluntarismo". Até ao ponto em que, assim como Deus fez o mundo em seis dias e no sétimo descansou, na tranqüilidade da ordem dada se substituíam os fatos da ordem econômica pelos fatos dos decretos: que a inflação seja de 12% ao ano, que a participação estrangeira no PNB seja de 5% que! ...

A hora e a vez

Então será a vez e a hora de a oposição pensar em transformar seus programas em políticas. Quando o mito desenvolvimentista eterno passar a chocar-se com os fatos da vida (é questão de tempo e de ciclo), aí sim, quem sabe, se as oposições não estiverem colhidas nas malhas da visão oposta à de 68-69 e terminem por acreditar, similar e equivocadamente, que ah! no capitalismo tudo dá certo, abrir-se-á uma nova conjuntura política. Quem sabe, então, a sociedade civil e suas organizações (se elas tiverem sido criadas) possam aproveitar a nova chance histórica para substituir a forma de Estado burocrático-tecnocrático que assegura o estilo atual do desenvolvimento capitalista.

Missa para um estudante morto

167

"Pela Igreja de Cristo, para que em todos os tempos e lugares, mais especialmente em momentos difíceis ela pregue sem cessar que todos os homens são irmãos em Cristo Jesus; pelos companheiros da USP e suas famílias para que voltem para junto de seus colegas e possam construir em paz o dia de amanhã rezamos ao Senhor; por nosso irmão, para que sua vida e morte não tenham sido em vão mas que seu exemplo permaneça sempre entre nós, para que também a nossa vida esteja sempre comprometida com o serviço do Bem e da Verdade".

Esta oração foi rezada na tarde chuvosa da última sexta-feira, em São Paulo, durante missa celebrada pelo Bispo de Sorocaba, dom José Melhado Campos, enquanto uma platéia de cerca de 3 mil pessoas, entre as quais um número inusitado de estudantes universitários, com expressões sérias no rosto, lotavam a Catedral da Sé. No altar, o co-celebrante da missa, o cardeal-arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns pronunciava as primeiras frases de sua pregação: "Cristo, mesmo depois de morto, foi devolvido aos familiares e amigos: essa justiça fez o representante do poder romano". Além da pregação de dom Paulo, os fiéis ouviram a música *Calabouço*, cantada por Sérgio Ricardo, no púlpito da igreja.

Os estudantes que compareceram à missa além de seus familiares ouviram

do cardeal a explicação de que a vida do ser humano é tão preciosa que Deus, com o objetivo de engrandecê-la, entrega a responsabilidade de sua preservação aos homens. Em toda a pregação de dom Paulo esteve presente o sentido de grandeza da vida: "Deus confiou a vida dos homens aos seus irmãos". Em seguida, fez perguntas: "A voz do sangue do teu irmão clama da terra por mim? Se a vida é dom de Deus, a dignidade é a lembrança mais visível do homem na terra. Os homens podem estar nus, mas têm dignidade".

Durante a missa os estudantes entoavam cânticos contidos no folheto distribuído na entrada da Catedral e formulado pela Comissão Arquidiocesana de Liturgia. Diria a *Celebração da Esperança*: "Estamos aqui reunidos porque somos cristãos e, por conseguinte, desejamos rezar por nosso irmão desaparecido". E o ato penitencial completava: "Estamos feridos porque um de nossos irmãos nos foi arrebatado prematuramente".

Entre os milhares de fiéis, um casal participava comovido da missa. A mulher, vestida de preto, chorava em companhia de duas filhas. Era a mãe do estudante da Universidade de São Paulo, em memória de quem estava sendo celebrada missa de sétimo dia na Catedral da Sé. Após a cerimônia, o casal foi abraçado pelo cardeal Evaristo Arns e pelo bispo dom José Machado Campos.



Leia e assinine opinião

Nota oficial sobre a morte do estudante Vannucchi

Em um comunicado divulgado no último sábado dia 31 de março, à tarde, o secretário de Segurança de São Paulo, general Servaldo Mota Lima, deu a versão oficial dos fatos que culminaram com a morte de Alexandre Vannucchi Leme, estudante do 4.º ano de Geologia da USP, "tendo em vista a agitação reinante no meio estudantil". O comunicado respondia a um ofício enviado ao secretário pelo reitor da USP, professor Miguel Reale.

De acordo com a nota oficial, Alexandre foi preso no dia 16 de março "por pertencer a uma organização subversiva autodenominada Ação Libertadora Nacional. No dia 17, diz a nota, Alexandre foi levado para o cruzamento das Ruas Bresser com Celso Garcia, no Brás, "onde teria um encontro com um companheiro". Às 11 horas, os agentes de segurança ficaram a distância enquanto "Alexandre dirigiu-se a um bar onde pediu uma cerveja". "Repentinamente — diz a nota — saiu em desabalada carreira, aproveitando-se de que o semáforo, recém-aberto, ainda permitia uma passagem arriscada e impossibilitaria uma perseguição face ao volume de tráfego; a tentativa não

foi coroada de êxito para Alexandre, pois quando ultrapassou a primeira fila de veículos foi atingido pelo caminhão Mercedes-Benz, placa NT-1903, dirigido por João Cascov".

O general Servaldo esclarece ainda que, segundo laudo do Instituto Médico Legal, Alexandre faleceu "em virtude de lesões traumáticas crânio-encefálicas". Relata também a dificuldade da polícia em localizar o endereço de Alexandre, que "foi encontrado com a ajuda do próprio pai do estudante". A demora na divulgação da notícia da morte, feita no dia 23 de março, decorre "da necessidade de aprofundamento de investigações que culminaram com o desbaratamento de parte de uma célula da ALN na USP". Diz o comunicado que após o prazo de 24 horas decorridas a contar da morte do estudante, "não tendo sido o corpo reclamado e foi enterrado".

Ao final de seu comunicado, o general Servaldo fez um apelo "à dinâmica e aplicada juventude estudantil paulista para não se deixar envolver por elementos agitadores, interessados em distorcer os fatos, com o fito de perturbar a ordem, a tranqüilidade e o progresso do Brasil".

O emprego de metáforas nos textos do Opinião era comum. Uma das analogias preferidas pelo jornal é a que relaciona o "clima" político do país com o clima meteorológico.

Logo no início do ano de 1973, são feitas investigações sobre o "clima", a partir dos dados informados pela "Folhinha de Mariana", tradicional almanaque mineiro. Mais adiante, na página 3 do número 25 do jornal, são publicados artigos dos principais jornalistas responsáveis pelas edições das revistas Veja, Visão, Jornal de Debates e Jornal do Brasil, em que é amplamente utilizado este recurso semântico.

Encabeçado pelo texto de Mino Carta intitulado "Os jornalistas e a chuva", as matérias fazem denúncias e comentários. Mais do que informar, estes textos procuravam manter um elo de ligação com o pensamento crítico dos leitores. Em linguagem cifrada, tornavam claro o confronto existente entre jornal e governo e a forma atrevida com que o jornal fazia da notícia uma arma. Em destaque, o texto de Carlos de Lemos é um bom exemplo da forma utilizada pelo Opinião nesta guerrilha contra o poder.

Metereologia do ano político

Investigações sobre o clima de 1973.
Por Nirlando Beirão.

Para o agricultor mineiro, a Folhinha Mariana adquiriu depois de 103 edições a reputação de infalibilidade em assuntos meteorológicos. Mas, por obra da diligente tradução de um velho almanaque francês, fonte de todas as informações, ou, quem sabe, da providencial bênção do arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, sob cujas graças se publica hoje a Folhinha, ela se transformou pouco a pouco num irrefutável guia para oráculos bem mais ambiciosos.

Nas entrelinhas de lacônicas previsões de tempestades ou de ventos benéficos há se tenta desvendar mistérios da vida e da morte. E, ao lado de sóbrios "reclames" de xaropes para bronquite e de um conceituado "defumador que abre caminho do diabinheiro", alguns leitores julgam encontrar verdades preciosas; os seja, revelações fundamentais sobre os rumos da política.

Coincidência ou não, eh anteviu, por exemplo, "ventanias fortes de leste para oeste" no dia 24 de agosto de

o céu apresentar "mostra de água" e "nuvens sombrias".

Esses intervalos no panorama geral de sossego e paz são curtos, mas significativos. A 15 de março, data do reinício das sessões no Congresso, indicações de "tempo carregado com mudanças", com chuvas em todo território nacional. Nas duas semanas seguintes podem ocorrer "mudanças repentinas". Os bons ventos logo voltam a soprar, mas o 1.º de maio é de ver apresentar "trovões".

Ainda uma vez, as previsões para agosto são sombrias. Tradicionalmente convulsionado nas manifestações atmosféricas e igualmente ingrato para a conjuntura política brasileira, este mês deverá apresentar três semanas de "tempo brusco". A partir do dia 21, nuvens carregadas e fortes ventanias varrerão grande parte do país, lembrando talvez na poesia, a lembrança de fatos marcantes nas duas últimas décadas.

Já o 11 de novembro terá "tempo fresco" cheio de brisas suaves e possantes; e o 9 de julho, comemorado todos os anos em São Paulo com uma renovação dos sentimentos e Revolução Constitucionalista de 3, apresentará "tempo firme".

De qualquer forma, há quem

E a primavera?

É comum dizer-se que no Brasil só existem duas estações: verão e calor. Na realidade, isso é uma injustiça. Além do verão, temos um bem definido inverno. No nordeste, esse inverno é a época das chuvas que, às vezes, traz problemas até mesmo às regiões mais áridas. Do centro para o sul, a região mais desenvolvida do país, onde estão as elites intelectuais, as econômicas, as, digamos, políticas, as industriais e os órgãos de decisão e de poder, aí temos um inverno bem marcado. Inverno que nos dá frio, sensação de opressão por seus dias

negros e chuvosos, que nos angustia principalmente porque, com a natural imprevidência brasileira, não nos preparamos com os devidos cobertores e agasalhos.

É certo que temos verão e inverno, além do calor. Mas uma coisa ainda não conseguimos: a primavera. Primavera é flor, é fruta, é alegria, é vida plena, é saúde, é a sensação de liberdade e de igualdade, quando aquele sol morno e gostoso parece — nessa época sim — nascer para todos.

A primavera, no Brasil, apenas se promete. A cada verão mais forte segue-se um inverno ainda

mais violento. E torna-se chuva, noites longas, dias curtos. Mas o verão e o inverno também, a esperança de primavera brasileira.

— Mas nada de primavera. — Esse ano temos, garantem os mais otimistas.

— Primavera, no Brasil, não existe, lamentam os pessimistas.

Alguns departamentos oficiais cuidam do assunto, chegam a ser categóricos: já estamos em condições de ter primavera e virá. Mas não vem. (O Lemos, chefe da redação JORNAL DO BRASIL.)

As denúncias feitas pelo jornal eram diversas e atingiam diferentes instâncias. As mais persistentes se dirigiam a atuação de políticos e burocratas do regime, além das manipulações econômicas efetuadas pelo Tribunal Governo e pelas empresas multinacionais. Nessas reportagens, o título tem grande importância para atrair à leitura da matéria. Apresentam-se, assim, chamadas provocativas que iam ao encontro da curiosidade e da necessidade de informações dos leitores. Denuncia-se tudo. Desde os "escorregões" dos políticos do MDB, às verbas secretas da União, aos atos inescrupulosos praticados pelos governantes.

A fidelidade aos conchavos

Quando se é eleito pela oposição, aderir ao governo é trair?

Durante a época do Estado Novo de Getúlio, popularizou-se o procedimento que defendia "para os amigos tudo, para os inimigos a lei". Entretanto a lei da fidelidade partidária em vigor atualmente foi basicamente elaborada para evitar problemas com os amigos: ela visava manter o habitual apoio da ARENA ao governo na Câmara Federal. Agora o

tos. A vitória foi comemorada nos gabinetes e o prefeito visitou o novo presidente da Câmara, rompendo uma separação entre prefeito e Câmara que durava desde que o presidente da legislatura anterior, da própria ARENA, ingressara em juízo pedindo o enquadramento do prefeito na Lei de Responsabilidades por diversas irregularidades administrativas.

O Diretório Municipal do MDB de São José dos Campos reuniu-se e decidiu representar ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo a decretação de perda dos mandatos dos vereadores infelizes (artigos 72 e 74 da Lei Orgâni-

As controvertidas verbas secretas

O Tribunal de Contas e a difícil tarefa de fiscalizar bem

Com uma curiosidade somente explicada pela aridez do recesso parlamentar, os repórteres políticos de Brasília atiraram-se vigorosamente sobre as discretas atividades do Tribunal de Contas da União. Os resultados dessa pesquisa incomum, divulgados nas últimas três semanas, mostram desta vez algo mais do que as tradicionais revelações a respeito da incompetência aritmética praticada por contadores de municípios obscuros. Talvez a recente eleição do Ministro

dos ou pessoas envolvidas". O silêncio que envolve essas contas - o próprio ministério responsável deverá controlar as verbas, enviando para o Tribunal apenas um laudo técnico - ampliou-se veementemente para o que se convencionou chamar de "exame reservado de processos que possam criar escândalos prejudiciais à administração". Essa norma já está sendo aplicada ao processo, ainda em estudos, sobre a aplicação de recursos pela Delegação do Tesouro, em Nova Iorque. No estreito limite das informações permitidas, o Tribunal revelou que desde junho último foram pedidas providências para a correção de falhas e não houve nenhuma medida concreta.

Segundo o *Jornal do Brasil*, "o

"A luta contra os ratos em Santos"

Acusam o interventor Clóvis Bandeira Brasil de corrupção.

Nos quase quatro anos que o interventor Clóvis Bandeira Brasil está na prefeitura de Santos, todas suas atitudes foram justificadas, por ele mesmo, como tendo a aprovação do presidente da República: - Estou aqui por delegação do presidente Médici. Faço isto ou aquilo em seu nome e em nome da revolução. Não me

mesmas normas que eletores investidos nas funções e por isso devem obter os direitos e obrigações feitos, nada mais. Ele era prefeito e toda a sua vida compromete e desgast. Quando há alguns meses morres de que sua substituição iminente ele imediatamente nos jornais que não homem de confiança de Medici e que permaneceu enquanto o presidente sabe-se que o governo possui duas atitudes no caso."

Oposição dentro do governo?

Diálogos surpreendentes numa reunião dos altos líderes do partido de oposição

Reunião em casa do presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães. O novo líder do partido, deputado Aldo Fagundes, veio a São Paulo, com seu novo vice-líder, deputado Alencar Furtado, para comunicarem oficialmente a decisão tomada em Brasília. O encontro durou quarenta minutos, tempo suficiente para se escolher as palavras mais óbvias que serão ditas aos jornalistas, como: "o partido já está unido".

Os jornalistas estão na sala, um fotógrafo pede para abrir a cortina e deixa entrar uma luz tênue, o sufici-

ente para iluminar os rostos dos três homens que serão citados pelos repórteres em seus jornais: o deputado Ulisses Guimarães entre os deputados Aldo Fagundes e Alencar Furtado. Ao lado deles, mas fora de foco, os seguintes deputados: João Paulo Arruda Filho, conhecido por "Zumbi"; Dias Menezes; Adalberto Camargo; José Camargo e depois, quase no final da reunião, João Facheco Chaves. Há uma apresentação formal, depois as perguntas. A primeira é óbvia, como elas esperavam. E com ela a resposta, igualmente óbvia e repetitiva. Quase no final do encontro, surpresa: uma pergunta sobre o relacionamento da oposição com as Forças Armadas. É a experiência do deputado Ulisses Guimarães que responde e ao mesmo tempo permite intervenções dos deputados. Aproveitando a afirmação

de que os partidos políticos e as Forças Armadas estão inscritos na Constituição, o deputado Adalberto Camargo levanta o dedo e pede um aparte:

- Vocês precisam saber que o MDB, dentro do governo, é o partido da oposição.

Espectro. O partido da oposição faz parte do Governo?

- Como é que é? pergunta o deputado Facheco Chaves, sorrindo ligeiramente e olhando para todos à procura de uma resposta.

Os quatro repórteres começam a anotar o diálogo, principalmente a afirmação do deputado Adalberto Camargo, até que um deles se dirige ao presidente do MDB:

- E para publicar isso?
- Não, por favor, não. (Doi Camargo)

No Rio de Janeiro, onde ficava a sua sede, o jornal Opinião vivia uma situação bastante delicada. O jornal era perseguido pelo governador do Estado (do MDB) e pelo governo Federal. Esta situação não é esquecida pelo jornal que, sempre que possível, investe contra a figura do governador denunciando sua ambivalência política e suas relações com representantes do crime.



Ligações perigosas

As câmaras de televisão mostram com insistência, e os comentaristas louvaram a resistência do governador Chagas Freitas, que passou mais de 10 horas, de pé, na Avenida Presidente Vargas, a acompanhar de perto as evoluções dos ambientistas e a receber as saudações destes. A insistência e a aversão acabaram por registrar - então sem comentários - insólitos momentos de confraternização entre o

fessou tudo - deu até o nome do homem que serviu de intermediário entre ele, Carlinhos e o sócio deste, Manoel Rodrigues Filho, o Nelinho. O inquérito policial, complicando seriamente Carlinhos, foi enviado à Justiça, mas sumiu misteriosamente de lá, e a partir daí os policiais criaram mais uma lenda em torno de Maracanã: também misteriosamente, o inquérito foi parar em sua mansão, onde ele

manente da escola e também personagem fantástico do submundo. Dona de uma frota de táxis, ela mesmo uma eficiente motorista, dizem de si. Pídes que sua profissão é outra, parelela à mais antiga do mundo: ela possui uma série de casas, habitadas essencialmente por pessoas do sexo feminino, e em relação às quais não se poderia nunca, apropriadamente, usar a expressão "lar". A maior destas or... situada numa zona bastante

Os textos mais atraentes, porém, aqueles que criam um certo clima de intimidade com o leitor, são os que comentam, por exemplo, em um delicioso tom de malícia, as especulações quanto à escolha do sucessor do presidente Médici.

Naquele momento, as negociações para a escolha de um novo Presidente da República eram discutidas em reuniões secretas, proibidas de serem divulgadas.

Em duas edições, Opinião vai chamar a atenção para o movimento sucessório. Na primeira, o tom do título é de espanto: "O general disse "sucessão"? Disse, sim." Na segunda matéria, já em outra edição, o tom irônico é quase um recado aos governantes: "Se continuar assim, um dia até o povo saberá".

Revela-se aí, uma forte relação de cumplicidade. A notícia é identificada e relacionada pelo leitor independente das explicações tradicionais (o que, quem, como...). O sentido meta-linguístico do título atinge o leitor, comunica.

O general disse "sucessão"? Disse, sim.

"Haverá assim, na segunda metade desse ano, tempo suficiente para que se suscite a questão sucessória e se lhe encaminhe a necessária solução". Mensagem para a abertura da sessão legislativa desse ano, enviada ao Congresso pelo general de Exército Emílio Garrastazu Médici, na semana passada.

O presidente disse "sucessão"? Disse. A palavra (inútil? mágica? banida? alvissareira?) foi pronunciada finalmente pelo seu representante mais autorizado.

Saiu do limbo onde era manobra reciosamente e adquiriu um âmbito de legalidade. "Oportunamente, disse mais o presidente, o Congresso deverá receber um projeto de lei para regulamentar a composição e o funcionamento do Colegió Eleitoral incumbido de eleger o presidente da República".

Os congressistas - e os jornalistas - mesmo depois do pronunciamento da palavra de qualificação difícil, continuam cheios de interrogações. Algumas são quase acadêmicas. Até o dia 15 de julho, os pretendentes ao

geral, que há poucas semanas recebeu a tarefa de cuidar do problema do menor abandonado, soube da fuga planejada e tomou suas providências: aumentou os muros do recolhimento para cinco metros, reforçou o policiamento inclusive com policiais em roupas civis e forneceu mais viaturas para casos de emergência. Além disso, cuida-se de transferir os funcionários menos hábeis em lidar com os menores e modificar as instalações dos prédios do recolhimento.

Numa outra visita do governador Natel, as constatações não foram menos chocantes. Tanto que o responsável pelo Departamento de Assistência ao Menor (DAM) foi afastado depois da visita do governador. Com capacidade no máximo de 800 vagas, o lugar comprimia 1600 crianças, dormindo até em grupos de cinco por cama. Na enfermaria não se encontrava nem mesmo gaze ou mercúrio cromo. Mesmo abrangendo crianças excepcionais, o DAM não possuía pessoal especializado, utilizando funcionários sem qualquer qualificação.

Se continuar assim, um dia até o povo saberá

Depois que o próprio presidente da República falou oficialmente no assunto, o tema da sucessão presidencial ganhou, na semana passada, novos - e alguns esclarecedores - elementos. O primeiro deles surgiu sob a forma de doutrina, a doutrina do senador maranhense Clodomir Millet, de acordo com a qual o candidato à sucessão de Médici não precisaria atender ao requisito da filiação partidária contido no ato complementar n.º 61. Isso porque, segundo Millet, essa exigência teria sido exclusivamente estabelecida para a eleição de 1970 (que deveria ter escolhido o substituto de Costa e Silva se este não tivesse ficado doente, se o seu lugar não tivesse sido ocupado por uma junta militar e se a junta não tivesse sido posteriormente sucedida por Médici).

McGee, presidente da subcomissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, considerado por seus colegas "um dos democratas mais conservadores da Comissão".

Em entrevista à Associated Press, o senador analisou a democracia na América Latina, as relações entre os Estados Unidos e Cuba e fez previsões sobre o futuro do Brasil que, segundo ele, "está destinado a transformar-se no colosso do sul, apesar dos arcaicos conceitos que presidem seu desenvolvimento político".

Tendo sido, durante 12 anos, professor de história latino-americana, McGee falou ainda sobre a participação dos militares no processo político na América Latina e no Brasil em particular: "Os militares, quando assumem o poder, geralmente o fa-

O espaço gráfico do jornal tem como prioridade a publicação de matérias críticas, em que se expressem posicionamentos políticos consistentes. Para isto são aproveitados todos os espaços, todas as seções, e, através de linguagens mais evidentes ou não, é feita a apropriação das informações em seus sentidos am-

bivalentes. Assim, a resenha de livros, a discussão sobre um filme, ou os comentários feitos na coluna de xadrez, adquirem novas conotações, que levam o leitor a compreensões míticas, que extrapolam, em muito, a linearidade do texto.

Assim, em seu aspecto provocativo, é feita a resenha de livros como, por exemplo, "Bom-dia para os defuntos", de Manoel Scorza. Resenhado por Aguinaldo Silva, o espaço serve para que o autor reflita sobre as influências da literatura na transformação do mundo. E conclui: "Naturalmente que a literatura não vai mudar o mundo. Mas ela sempre profetiza tais mudanças..." E, um pouco antes, na mesma resenha, considera que "...esse é o único caminho - o da publicação - através do qual a literatura pode, se não mudar, pelo menos ajudar na mudança das coisas."

A literatura vai mudar o mundo?

Uma das frases mais em voga entre os escritores jovens brasileiros, atualmente, é esta: "a literatura não vai mudar o mundo". Talvez não. Mas há felizes ocasiões em que ela é capaz de causar uma "reversão das expectativas". Uma dessas ocorreu após a publicação de *Bom dia para os Defuntos*, de Manoel Scorza, no Peru. O romance provocou tamanha comoção que seu personagem principal, o líder camponês Hector Chacon, transcasiado durante onze anos num presidio da selva amazônica, foi libertado pelo governo peruano.

Mas o livro de Scorza, originalmente publicado em Barcelona, Espanha (Editorial Planeta, 1970), acabou sendo editado em Lima: E esse é o único caminho - a publicação - através do qual a literatura pode, se não mudar, pelo menos ajudar na mudança das coisas. Saídos originalmente de Barcelona, vários romances deram a literatura latino-americana o prestígio do qual ela desfruta, agora. *Cem Anos de Solidão*, de Garcia Marquez, e *A Casa Verde*, de Varga Llosa, foram alguns deles. O livro de Scorza foi o último dos "romances de Barcelona" a fazer sucesso.

Bom dia para os Defuntos narra "a crônica exasperadamente real" segundo o autor, da luta que, entre 1950 e 1962, travaram humildes camponeses de sua pátria contra ricos latifundiários e uma empresa norte-americana dedicada à exploração das jazidas minerais da região do altiplano - "luta epopéica que termina com o massacre do povo revoltado contra as injustiças, esbulhos e abusos dos poderosos".

O "exasperadamente real" de Scorza pode afugentar, de saída, alguns leitores que se recusam a aceitar a literatura também como documento da realidade. Não é este o caso. O

BOM DIA PARA OS DEFUNTOS. Manoel Scorza (Civilização Brasileira, 227 páginas, Cr\$ 25,00)

benhado no sofrimento e no folclore do seu povo. Mas é também um humanista que brande a poesia como uma arma afiada nas neves da sua cordilheira. Os gringos que o digam". Os gringos, no caso, são os donos da Cerro de Pasco Corporation, empresa tão real quanto a miséria dos camponeses peruanos, e que, em 1966, obteve um lucro líquido de US\$ 31 milhões, US\$ 5,37 por ação.

Em torno da miséria e da opressão que cai sobre os índios peruanos ("vocês são o câncer que corrói o Peru", diz a eles um funcionário do Governo de Lima, naturalmente da minoria branca), Scorza tece o seu painel.

Naturalmente que a literatura não vai mudar o mundo. Mas ela sempre profetiza tais mudanças. Os camponeses de Scorza terminam esmagados, mortos, massacrados, e a Cerro de Pasco Corporation triunfa em todas as frentes - da Bolsa de Nova Iorque ao seco e miserável altiplano andino. Isso não quer dizer nada. A realidade dos camponeses latino-americanos, todo esse incrível e absurdo jogo entre exploradores e explorados, é complexa demais. É por isso que, ante a brutalidade que sobressai do livro de Scorza e das obras de alguns escritores da AL - Fuentes, Llosa, Carpentier, Rulfo, Asturias e outros -, o estabelecido prefira promover a aparentemente digestiva magia, o delicado requinte, as possíveis pérolas da literatura que podem ser colhidas sem o menor perigo nos cronópios e famas

Do mesmo modo, tendo como base os comentários sobre um filme, Antonio Cândido escreve também um belíssimo ensaio sobre "A verdade da repressão". No preâmbulo, em que é feita a apresentação do autor e do assunto, já se faz a provocação, que vai dar o tom em que o artigo vai ser desenvolvido. Diz assim:

"A função da polícia, definida pelas legislações dos vários Estados, é invariavelmente restrita à proteção e ao serviço dos cidadãos. A realidade, entretanto, é que estes limites legais já não correspondem à realidade. Este fato vem despertando, em todo o mundo, a atenção de todos aqueles que se interessam mais pelos aspectos humanos destas sociedades que com seu progresso econômico ou avanço tecnológico.

No Brasil a preocupação com a atuação dos órgãos que executam funções policiais é extremamente atual. Num ensaio para OPINIAO, o professor Antonio Cândido, catedrático da Universidade de São Paulo, crítico de artes, autor de uma obra vasta e respeitada discute aspectos da repressão policial partindo da análise do filme *Inquérito sobre um cidadão acima de qualquer suspeita*.

Antonio Cândido, veemente, busca em Balzac, Dostoiévski, Kafka, as percepções sobre o papel da polícia no mundo contemporâneo. E em Kafka, porém, que o autor vai encontrar o "aspecto essencial e ao mesmo tempo profundamente social" da polícia. E prossegue:

"...a polícia aparece, então, como um agente que viola a personalidade, roubando ao homem os precários recursos de equilíbrio de que usualmente dispõe (pudor, controle emocional, lealdade, discrição), dissolvendo-os com perícia e brutalidade profissionais. ... a polícia tem necessidade de construir a verdade do *outro* para poder manipular o eu do seu paciente. A sua força consiste em opor o *outro* ao eu, até que este seja absorvido por aquele e, deste modo, esteja pronto para o que se espera dele: colaboração, submissão, omissão, silêncio. A polícia esculpe o *outro* pelo interrogatório, o vasculhamento do passado, a exposição da fraqueza, a violência física e moral. No fim, se for preciso, poderá inclusive empregar a seu serviço este *outro*, que é um novo eu, manipulado pela dosagem de um in-

grediente da mais alta eficácia: o medo, em todos os seus graus e modalidades".

E, António Cândido termina o ensaio, citando Alfred de Vigny, dizendo: "não tenha medo da pobreza, nem do exílio, nem da prisão, nem da morte. Mas tenha medo do medo".

A verdade da repressão

Antonio Candido

A função da polícia, definida pelas legislações dos vários Estados, é invariavelmente restrita à protecção e ao serviço dos cidadãos. A realidade, entretanto, é que estes limites legais já não correspondem à realidade. Este facto vem despertando, em todo o mundo, a atenção de todos aqueles que se interessam mais pelos aspectos humanos destas sociedades que com seu progresso económico ou avanço tecnológico.

No Brasil a preocupação com a situação dos órgãos que executam funções policiais é extremamente actual. Num ensaio para OPINIÃO, o professor Antonio Cândido, catedrático da Universidade de São Paulo, crítico de artes, autor de uma obra vasta e respeitável discute aspectos da repressão policial partindo da análise do filme Inquérito Sobre um Cidadão Acima de Qualquer Suspeito.

Balzac, que percebeu tanta coisa, percebeu também qual era o papel que a polícia estava começando a desempenhar no mundo contemporâneo. Fouché a tinha transformado num instrumento preciso e onipotente, necessário para manter a ditadura de Napoleão, — mas criando dentro da ditadura um mundo paralelo, que se torna fator determinante e não apenas elemento determinado.

O romancista ia pelos dezesseis anos quando Napoleão caiu, e assim pôde ver como a polícia estruturada por Fouché adquiriu, numa espécie de desenvolvimento natural das funções, o seu grande papel no mundo burguês e constitucional que então se abre: disfarçar o arbítrio da vontade dos dirigentes por meio da simulação da legalidade.

A polícia de um soberano absoluto é ostensiva e brutal, porque o soberano não se preocupa em justificar demais os seus atos. A de um Estado constitucional tem de ser mais hermética e requintada. Por isso, vai-se misturando organicamente ao resto da sociedade, atualizando o padrão que se poderia chamar de veneziano, isto é, o que estabelece uma rede sutil de espionagem e de delação irresponsável como alicerce do Estado. Para tal fim, criam-se vínculos íntimos e profundos, a polícia se disfarça e assume organização dupla, bifurcando-se numa parte visível, com seus símbolos e siglas, e uma parte secreta, com o seu exército de espíes e alcaguetes, que podem inclusive aparecer como exercendo outra atividade. Este duplo funcionamento permite satisfazer também a um requisito inabaliável da burguesia, dominante desde o tempo de Balzac: a tarefa policial deve ser executada implacavelmente, mas sem ferir demasiado a sua sensibilidade, ocultando-se, tanto quanto possível, os aspectos desagradáveis da investigação e da repressão.

Em consequência, a sociedade suscita milhares de indivíduos de alma convenientemente deformada. Assim como os "comprachicos" d'O homem que ri, de Vitor Hugo, estropiavam fisicamente as crianças, a fim de obterem alições para divertimento dos outros, a sociedade puxa fora daqueles indivíduos a sua brutalidade, a sua privação, a sua frustração, a sua tara, e os remete à função repressora.

Daf o interesse da literatura pela polícia, desde que Balzac viu a solidariedade orgânica entre ela e a sociedade, o poder dos seus setores ocultos e o aproveitamento do marginal para fortalecimento da ordem. Nos seus livros, há um momento onde o transgressor não se distingue do repressor, mesmo porque antes pode ter sido transgressor, como é o caso de Vautrin, ao mesmo tempo o seu maior criminoso e o seu maior policial.

Dostoiévski percebeu uma coisa mais sutil: a função simbólica do policial como sucedâneo da consciência, a sociedade entrando na de cada um através da pressão ou do desvendamento que ele efetua. Em Crime e castigo, o comissário Svidrigalof, no curso sinuoso da inquirição, vai-se tornando para Raskolnikov uma espécie de desdobramento dele mesmo.

Mas foi Kafka, n'O processo, quem viu o aspecto por assim dizer essencial e ao mesmo tempo profundamente inseparável da justiça, e esta assumindo cada vez mais aspecto de polícia. Viu que de maneira a função de reprimir (mostrada por Balzac como função normal da sociedade) adquire um sentido transcendente, ao ponto de acabar se tornando a sua própria finalidade. E quando isto ocorre, ela desvenda aspectos básicos do homem, repressor e reprimido.

Para entrar em funcionamento, a polícia-justiça de Kafka não tem necessidade de motivos, mas apenas de estímulos. E uma vez funcionando, não pode mais parar, pois a sua finalidade é ela própria. Para tantos, não hesita em tirar qualquer homem do seu trilho, até liquidá-lo de todo, física ou moralmente; põ-lo de qualquer modo à margem da ação ou da suspeita de ação, ou da possibilidade vaga de ação que o Estado quer reprimir, sem se importar se pessoalmente ele está envolvido nela. Em face do progresso punitivo, que acaba tendo este alvo espúrio (simplesmente funcionar, mesmo sem motivo), a materialidade da culpa perde o sentido.

A polícia aparece, então, como um agente que viola a personalidade, roubando ao homem os precários recursos de equilíbrio de que usualmente dispõe (pudor, controle emocional, lealdade, discrição), dissolvendo-os com perfícia ou brutalidade profissionais. Ela opera como poderosa força redutora e traz à superfície tudo que tínhamos conseguido reprimir pensosamente, transformando o pudor em impudor, o controle em desmando, a lealdade em delação, a discrição em trágica busbilhotice.

Daf uma espécie de monstruosa verdade suscitada pela polícia; verdade oculta de um ser que ia pensosamente se apresentando como outro, que de fato era outro, na medida em que não era obrigado a recair nas suas profundidades abissais. Aliás, seria mais correto dizer que o outro é o suscitado pela polícia. O outro, com a sua verdade imposta ou desentranhada pelo processo repressivo, extraído, contra a vontade, dos porões onde tinha sido mais ou menos tran-

De fato, a polícia tem necessidade de construir a verdade do outro para poder manipular o eu do seu paciente. A sua força consiste em opor o outro ao eu, até que este seja absorvido por aquele e, deste modo, esteja pronto para o que se espera dele: colaboração, submissão, omissão, silêncio. A polícia esculpe o outro pelo interrogatório, o vasculhamento do passado, a exposição da franqueza, a violência física e moral. No fim, se for preciso, poderá inclusive empregar a seu serviço este outro, que é um novo eu, manipulado pela dosagem de um ingrediente da mais alta eficácia: o medo, em todos os seus graus e modalidades.

Um exemplo dessa redução degradante é o comportamento do delegado com o encanador no filme Inquérito sobre um cidadão acima de qualquer suspeito, de Elio Petri.

O delegado, que é também o criminoso, resolve brincar com o destino e provar o mecanismo auto-determinante da polícia. Para isso, denuncia-se a um transeunte qualquer, identificando-se pela gravata azul celeste que fora vista no matador e levando-o a ir à Polícia com outras gravatas iguais, que lhe dá, como indício e evindentemente como baralhamento do indício. Chegado à delegacia, o encanador se vê em face do assassino confesso, mas agora no seu papel de delegado. Este o interroga brutalmente e o coage física e moralmente para dizer quem era o assassino que se desvendara a ele na rua. Mas o pobre homem, completamente desorganizado pela contradição inexplicável, não tem coragem para tanto, e por isso vai ficando suspeito ele próprio, vai-se caracterizando legalmente como possível criminoso, até desaparecer de nossas vistas nos corredores sujos. A força que o paralisa, e que nos paralisaria, vem de uma ambigüidade aparentemente misteriosa e eficaz, cuja natureza foi sugerida acima: o repressor e o reprimido se identificam não apenas socialmente (o repressor sendo também o transgressor), mas ontologicamente (o outro é o eu).

Tudo neste episódio é exemplar: a gratuidade com que se escolhe o culpado, — um passageiro qualquer; a impropriedade de um comportamento, — ir à polícia com as gravatas no braço delata um criminoso sem nome, que não interessa; o baralhamento da verdade, quando constata que o homem que se denunciara como assassino é também o delegado; a transformação do inocente em suspeito e do suspeito em delinqüente, aceita pelo próprio inocente.

O fulcro deste processo talvez seja aquele momento do interrogatório em que o delegado pergunta ao pobre diabo, já zonzo, qual a sua profissão. "Sou hidráulico", responde ele. O delegado estraveja: "Qual hidráulico qual nada! Agora toda gente quer ser alguma coisa bonita! O que você é é encanador, não é? En-ca-na-do! Por que hí-dráu-li-co?!" E o desgraçado, já sem fôlego nem apuro: "Sim, sou encanador!". (Cito de memória, porque não tenho o roteiro).

Vê-se que o pobre homem, seguindo toda a sua categoria profissional,

Ilustrações

A criatividade usada na forma gráfica, por onde procuram dar as notícias, é extremamente ampliada nas imagens (textos e ilustrações) apresentadas pelo Opinião em suas páginas internas. Nelas, ressalta-se o caráter polifônico e ambivalente, já evidenciado nas capas. Nesse sentido, é até interessante notar a visão maniqueísta, proposta pelo jornal, em suas ilustrações.

Quando a figura retratada tem relações com o poder, sua "máscara" revela um aspecto sempre disforme, animalesco. São vampiros ou formas em processo de decomposição, próximas da velhice e da morte.

Este é o caso, por exemplo, dos políticos representados na reportagem sobre o "Congresso de Filinto Miller" (Opinião, n. 17).

O Congresso de Filinto

O Congresso Nacional, que volta a funcionar esta semana, presidido pelo senador Filinto Strumbling Muller, é talvez o mais débil que o país jamais conheceu.

Filinto Muller deve estar satisfeito. Ele sempre quis realizar o velho sonho de ser ditador de alguma coisa. Agora, munido da lei de fidelidade partidária e aproveitando-se da situação do país, ele montou um mecanismo para controlar tudo no Congresso Nacional". Quem diz isso é o deputado Thales Ramalho, secretário-geral do MDB, mas outros acham como ele que o velho senador Filinto Muller tem pretensões "de montar seu próprio esquema político de domínio do Congresso, valendo-se das Emendações que se impõe à classe política" (O Estado de São Paulo, 13/1/73).

Isso significa que o Congresso, se reabrir na quinta-feira desta semana, poderá ter um controle a mais. E que, além de uma tendência histórica de crescimento das iniciativas legislativas do Executivo, como comenta a revista americana *Time* em recente maté-



E o que ocorre, também, com as caricaturas dos ex-presidentes Costa e Silva e Castelo Branco, que ilustram o ensaio de Hélio Silva sobre "Março, 1964".

... para o general Castelo Branco e comitiva; d) restabelecer a ordem popular no centro da cidade e Praia do Flamengo". A deflagração do movimento em Minas catalizou as resistências à política de Jango. Era preciso aproveitar a desorientação do governo, a acefalia do Ministério da Guerra, a indecisão de Jango, as restrições do general Amaury Kruel que ainda não se definira a favor da revolução, mas também não vinha em defesa de Jango. Já vimos, pela

O quartel-general revolucionário foi instalado num apto. de luxo em Copacabana, servido por 4 elevadores, 3 escadas e perto de duas embaixadas.

declaração do comandante da Polícia do Exército, que o Palácio da Guerra não seria o quartel-general revolucionário. Ele vai instalar-se em Copacabana, num local prodigiosamente disposto para a função: um conjunto de três apartamentos, ligados entre si, uma área de 500 m2, servidos por dois elevadores sociais, em alas diferentes, dois elevadores de serviço, três escadas, cinco saídas. Mais, nos andares inferiores, duas embaixadas, da Espanha e da Finlândia.

E, sem quererem arriscar uma complicação diplomática, podemos assegurar que, nessa noite, ambas permaneceram de portas abertas, com pessoal de plantão. Local: Rua Duvidier, 43. Seu proprietário — dr.



Costa e Silva e Castelo Branco

aqueles organismos e confia no dispositivo de segurança armado pelo general Assis Brasil. Kruel decide-se a agir.

O fato desencadeante da ação revolucionária foi o discurso de Jango aos sargentos, no Automóvel Clube. E curiosa a origem dessa reunião. Começa em um projeto aprovado, do deputado Adauto Lúcio Cardoso, regulando a transferência dos funcionários de nomeação federal que

O comandante da base de Santo Cruz propôs usar os aviões contra os revolucionários mas o general Assis Brasil disse dominar o levante

quissem permanecer no recém-criado Estado da Guanabara. Foi enorme o número de beneficiários, inclusive sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O expediente era despachado pelo ministro da Justiça. Houve a iniciativa de uma homenagem aos sargentos a ele. O general Assis Brasil sugeriu se transformasse em uma manifestação ao presidente João Goulart, envolvendo também sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. O ministro da Guerra opinou que tal reunião se fizesse em recinto militar, apontando a Vila Militar. Com a doença do general Jair Dantas Ribeiro, prevaleceu o ponto de vista do general Assis Brasil de promover uma festa política, no Automóvel Clube. Foi ouvindo a fala de Jango no TV em julho de 1964 que

Para os que, de alguma forma, são considerados como amigos ou aliados do regime, o tratamento caricatural é o mesmo. Deformam-se, assim, em seu sentido grotesco de linguagem cômica de oposição, as imagens de figuras populares como o apresentador Flávio Cavalcanti (que o Opinião, em seu lado folhetim, apresenta como reportagem de capa dando continuidade à matéria sobre Nelson Duarte); o então campeão de Fórmula 1, Emerson Fittipaldi; e a velha atriz Ginger Rogers, escolhida por uma cadeia de lojas norte-americana para "divulgar a imagem do Brasil no exterior".

A velha imagem

Se alguém pensasse numa pessoa para divulgar a imagem do Brasil no exterior, dificilmente iria escolher uma sexagenária. Mas uma grande cadeia de lojas dos Estados Unidos, trouxe ao Brasil a atriz Ginger Rogers — hoje com 61 anos — e que irá preparar uma grande campanha de divulgação dos produtos brasileiros em seu país.



lávio

inaldo Silva

Imprensa



Uma festa

publicitária nas pistas

O veloz e popular campeão do mundo Emerson Fittipaldi transforma-se num eficiente veículo comercial. Por Reginaldo Leme.

O uso de ilustrações empregando marionetes vai se adequar com perfeição, como metáfora, para identificar as relações dos países subdesenvolvidos com os Estados Unidos. Neste caso, a nação norte-americana é sempre caracterizada como o manipulador dos fantoches, quase sempre tranvestidos de militares, que se movimentam de acordo com os interesses e desejos do "diretor" americano.

Os EUA e os subdesenvolvidos

A caridade americana

Como funciona a ajuda norte-americana aos países pobres? Ela atua de maneira desinteressada e caridosa? Ela visa proteger os interesses dos EUA e das grandes empresas que têm investimentos nos países ajudados? Richard Barnett, um dos colaboradores de OPINIAO, é uma das pessoas mais indicadas para responder a estas perguntas. Atualmente está no México, estudando a ação das empresas "multinacionais" na América Latina. É co-diretor e co-fundador do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Harvard. Foi especialista em direito internacional para o exército americano. Durante a administração Kennedy, foi do Departamento de Estado e consultor do Departamento de Defesa. Escreveu "Economy of Death", "Intervention and Revolution" e "Who Wants Disarmament".



Desenhos de Sine

"93% dos fundos da Agência Interamericana de Desenvolvimento são gastos diretamente nos EUA", diz um de seus ex-diretores

ções). Quanto, e em que...



"Os EUA tornam possível a certos governos em dificuldades evitar concessões, dando-lhes armas, dinheiro e prestígio. Em muitos casos, a própria sobrevivência de governos desse tipo está subordinada aos Estados Unidos"



Os ditadores militares, os oligarcas e latifundiários dos países pobres não têm interesse em promover uma redistribuição de poder nesses países.



Este mesmo recurso serviu para ilustrar outra matéria, escrita por Millor Fernandes contra as feministas, e em que o escritor dizia que elas, também, eram manipuladas pelos interesses dos americanos. Esta afirmação provocou grande celeuma entre os leitores - principalmente as leitoras - e, durante algum tempo o jornal recebeu cartas indignadas contra o autor e sua tese.

22

OPINIÃO DOS LEITORES

A ira das feministas contra Millôr

Uma tentativa de apresentar didaticamente as principais teses do movimento feminista de tendência radical.

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira moram em Nova York, onde trabalham numa pequena estação de TV independente produzindo *tapes* com reportagens e debates sobre o comportamento das minorias étnicas ou sociais. Além disso, mantém contato regular com organizações feministas americanas e europeias. De férias no Rio de Janeiro, elas trouxeram pessoalmente suas cartas à redação e revelaram-se intransigentes defensoras da liberdade de apresentar temas proibidos. Eis a íntegra das cartas:

Um misógino consciente?

Um *cartoon* relativamente recente, Millôr Fernandes coloca as mulheres brasileiras com títeres cujos



E sob a forma de marionete também, que, uma das figuras mais odiadas do regime - o senador Filinto Müller, presidente do Congresso - é apresentado no número 23 do Opinião. Em outras edições, o mesmo político pode ser visto em decomposição ou, na fase de censura mais acirrada, cabisbaixo, silencioso, envolto em sombras.

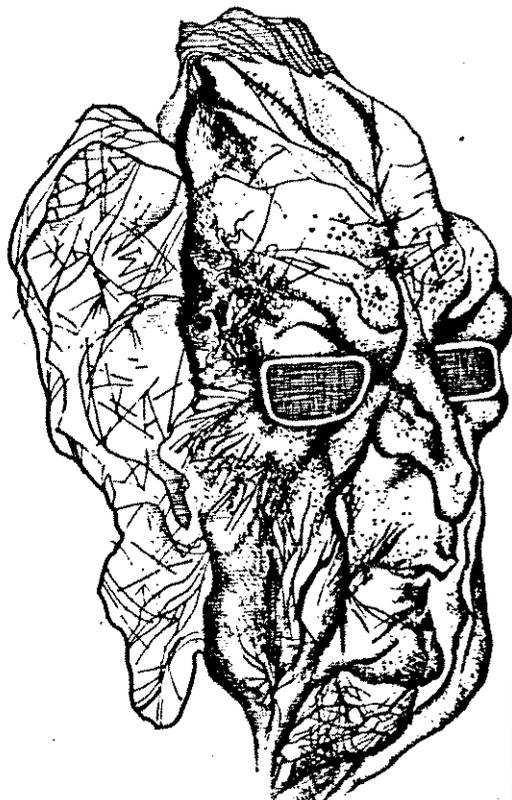
SUCCESSÃO

Filinto Muller adia o debate para quando setembro vier

Se o senador Filinto Strumbling Muller fosse conhecido como um homem independente e com idéias próprias, suas declarações da semana passada teriam chocado os ouvintes. Ao sair de uma "visita de cortesia" ao presidente da República, o senador abordou o tema *sucessão presidencial* para condenar o seu debate através da imprensa (porque "não ajuda") e esfriar o entusiasmo dos políticos que quiserem regulamentar o processo sucessório antes de setembro.

Mesmo que a prevenção contra a imprensa não surpreenda no antigo chefe de polícia do Estado Novo, não era de se esperar que um parlamentar fosse favorável ao adiamento da apreciação pelo Congresso de um assunto de tal importância. Acontece que o senador não está no papel de presidente escolhido do Congresso e sim no mais habitual de incansável servidor do governo. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo* o pensamento do senador "corresponde em gênero, número e grau ao do presidente".

Em todo caso, a nova determinação, comunicada através do infatigável servidor Filinto Strumbling Muller, é mais realista: a ARENA não precisa mesmo perder meses em estérteis discussões quando o que lhe compete é referendar um nome apresentado por quem de direito no momento julgado oportuno.



OSCAR BASTOS/714



OSCAR BASTOS/714

Filinto Muller:
Chefe de Polícia
do Estado Novo,
Grã-Cruz de Portugal,
Grã-Cruz do Paraguai,
Grã-Cruz da Abissínia.

Segundo Flávio Marcílio, o novo presidente do Senado, Filinto Muller, "pela sua alta inteligência e sua inquietante atividade, está abrindo novas perspectivas na vida política brasileira". Embora nem sempre abrindo novas perspectivas, a inquietante atividade do senador de 72 anos, há muito tempo está presente na política brasileira. "Com a vitória da revolução de 30, na qual tomou parte, passou a ser destacada e marcante atuação na vida administrativa do país", informa seu curriculum preparado pela Diretoria de Arquivo do Senado. Eleito para a Assembleia de

Brasil e exterior, mereceu a Grã-Cruz da Ordem de Avis (Portugal), a Grã-Cruz da Ordem do Mérito (Alemanha), a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Paraguai) e a Grã-Cruz de Menelick II (Abissínia na época, atualmente Etiópia).

Os relevantes serviços prestados depois de 64 levaram-no a ser escolhido presidente da Arena. Dessas funções desincumbiu-se com a tradicional lealdade, merecendo ser designado presidente do Senado Federal.

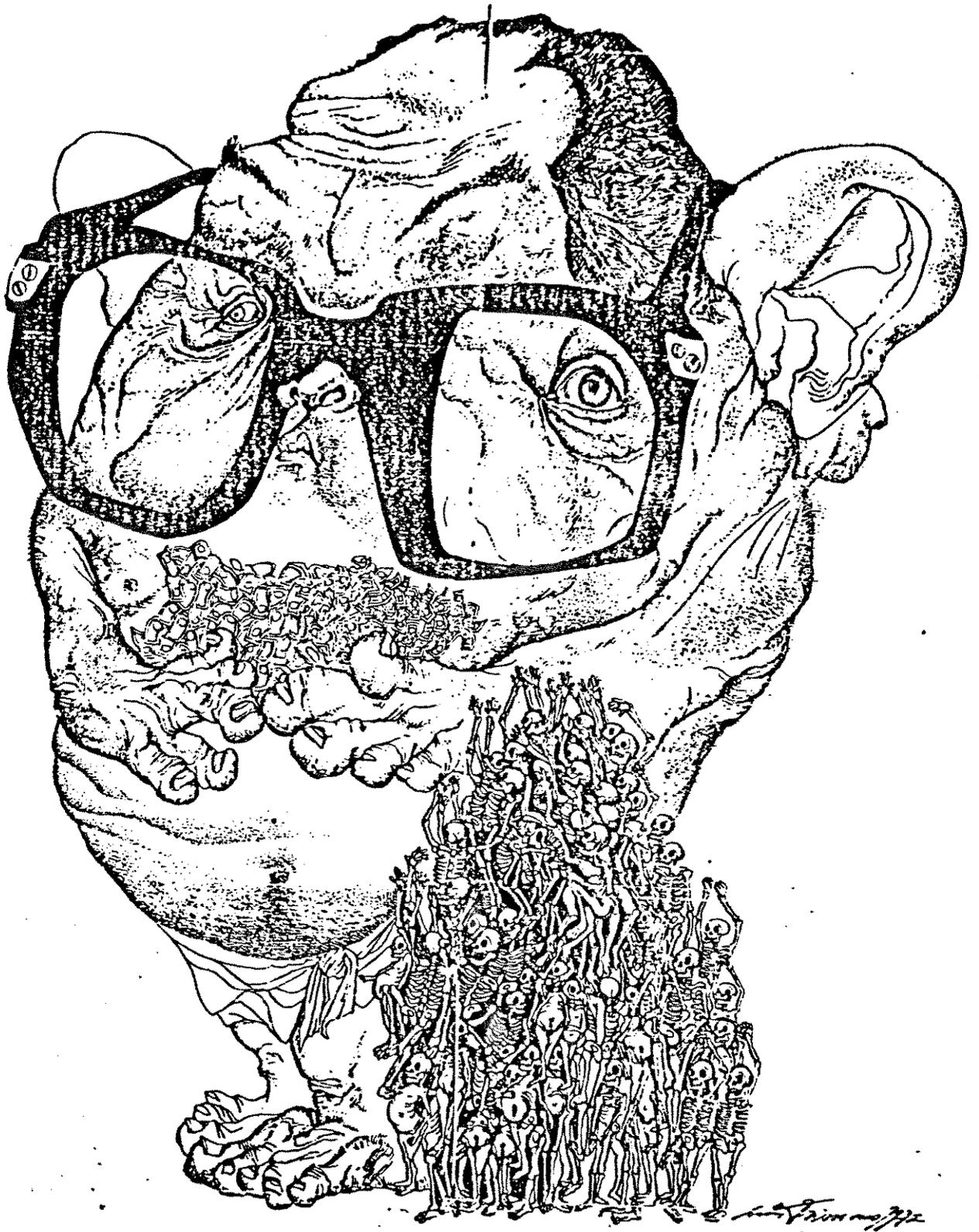
A longa experiência política lhe deu autoridade para rebater críticas da oposição, definindo conceitos com grande segurança. Foi o que fez em seu discurso de despedida como Líder da Maioria do Senado: "Eu quero acentuar que nós vivemos numa democracia, nós vivemos sob a égide de uma Constituição, nós vivemos respeitando leis, e como não conheço modelo rígido de democracia, eu posso afirmar também, que nós no Brasil vivemos dentro da democracia que convém aos interesses nacionais".



A autoridade do governo, porém, que mais aparece em máscaras e figuras críticas é a do Ministro da Fazenda da época, Antonio Delfim Netto. Contrariando a tendência gráfica do jornal, que predominantemente apresenta "máscaras", caricaturas de rostos apenas, o Ministro é retratado, quase sempre, de corpo inteiro. Explora-se sua gordura e barriga. A figura grotesca assume todo o sentido do ridículo cômico e torna-se a maior força a ser explorada, em termos pictóricos, para se fazer crítica à política econômica, à distribuição de renda e ao "milagre brasileiro". Entre todas as caricaturas que representam o Ministro, porém, duas merecem destaque, além da sátira - criada por Aloysio Biondi - que tem em Delfim um de seus personagens principais.

O primeiro desenho sobre o Ministro, apresentado no Opinião número 4, ilustra reportagem sobre a distribuição de renda no Brasil. A figura mostra Delfim Netto, meio Macunaíma, pés no chão e de fraldas, abraçado a um punhado de cédulas. Agarrado ao seu corpo, escalando-o pelo seu lado esquerdo, encontram-se centenas de esqueletos, mãos estendidas para cima, tentando alcançar o dinheiro retido. A expressão de Delfim é de indiferença, passividade.

Explora-se aí toda a carga crítica e carnavalesca do grotesco. Ridiculariza-se a imagem particular do Ministro e, através dela, faz-se a desmoralização da imagem oficial do poder. A imagem de Delfim empresta sua individualidade para que se faça analogia à despreocupação do governo com a sorte dos esqueléticos brasileiros que anseiam alcançar o "bolo" cuidadosamente guardado pelo Ministro-macunaíma.



Handwritten signature or text at the bottom right of the illustration.

O caráter de folhetim do Opinião, acompanha as ilustrações críticas sobre o Ministro. Na caricatura seguinte, apresentada no artigo sobre a dívida externa brasileira (Opinião número 5 - em cuja capa aparece a figura do Tio Sam cobrando a dívida), o rosto de Delfim ganha um outro sentido. Pela imagem, revela-se porque o Ministro estava tão preocupado em reter o "bolo" de dinheiro em suas mãos e despreocupado com a sorte dos esfomeados brasileiros.

Desta vez Delfim Netto é representado em suas relações internacionais. Apresenta-se, então, vestido, com colarinho e gravata, um olhar cínico, enviezado, e uma expressão quase sorridente nos lábios. Pendurado em seu pescoço o ministro segura uma espécie de alforje, aberto nas extremidades, e em que, por cima, estão colocados moedas e cédulas cuidadosamente arrumadas, amarradas. A parte inferior da sacola, totalmente aberta, deixa cair o dinheiro que se dispersa em todas as direções.

O outro destaque de reportagem sobre o Ministro vai ser feito pela sátira de Aloysio Biondi: "A carne, o xerife, e sua filha Polinômia Ecolítica", em que o xerife "poderia ser o Ministro Delfim Netto, Dona poderia ser qualquer dona de casa brasileira e Chefe, um chefe de família." O leitor torna-se cúmplice do autor da história e é convidado a descobrir "quem é Polinômia Ecolítica, o personagem mais importante" (no. 11, p. 8)

DELFIN NETTO

a dívida como estratégia

As reservas brasileiras são de 3,8 bilhões de dólares. Mas a dívida externa já vai a 10,0 bilhões de dólares. Como cobrir essa diferença de 6,2 bilhões de dólares?

Com o avanço das exportações?

O Brasil, pela primeira vez desde 1962, passou, em 1971, a importar mais do que exporta. O endividamento aumenta. Por Marcos Gomes.

Senado dos Estados Unidos, maio de 1971. Reunião da Subcomissão para Assuntos do Hemisfério Ocidental, presidida pelo Senador Frank Church. Diálogo entre o Sr. Holt (assessor de Subcomissão) e o Sr. Ellis (diretor da Agência para o Desenvolvimento Internacional - AID - no Brasil).

Sr. Holt - Quais são as reservas cambiais do Brasil atualmente?

Sr. Ellis - As reservas em moeda estrangeira são aproximadamente de 1,2 bilhões de dólares, mas acho importante frisar a composição dessas reservas. Até certo ponto elas se assemelham a um homem que vai a uma pequena companhia de empréstimos e toma empréstimos, digamos, 1.200 dólares. Ele fica com uma confortável reserva no bolso mas (também) com uma dívida a prazo muito curto para com a companhia financeira. A grande maioria dessas reservas consiste de dinheiro a prazo relativamente curto que se renovou no Brasil nos últimos dois anos.

Em maio do ano passado, o Brasil tinha no exterior 1,2 bilhões de dólares. Hoje, suas reservas estão em torno de 3,8 bilhões - segundo declarações do ministro Delfim Netto, na semana passada, ao abrir o Primeiro Encontro Nacional de Exportadores.

Qual a fórmula mágica que o Brasil vem empregando para aumentar suas reservas no exterior? É a mesma que o sr. Ellis - então diretor da AID no Brasil - explicou em seu depoimento no Senado norte-americano: o país toma empréstimo enorme somas dos banqueiros e organismos de créditos internacionais, fica aparentemente com uma confortável reserva no bolso e com uma dívida também enorme - e às vezes a prazo muito curto - para com esse credores externos.

Esta certa ou errada essa "estratégia de endividamento externo"?

O país precisaria ver, antes de mais nada, o que significa este caminho de desenvolvimento, onde cresce a presença do capital estrangeiro na economia e crescem também as remessas de lucros e de juros, a necessidade de pagar dívidas passadas e contrair novamente outras. Além disso, esta política voltada para o exterior ainda tem um custo pago pela comunidade brasileira, representada pelos incentivos, pelos impostos, pela renda que o governo abre mão para atrair empresas e incentivar as exportações.

É portanto, essa estratégia externa que precisa ser discutida: suas vantagens e seus custos para o país. Os banqueiros internacionais parecem extremamente bem dispostos a incentivá-la.

A Enchente

Nunca em tempo algum, o Brasil recebeu tanto dinheiro do exterior. O próprio ministro Delfim Netto anunciou que vamos terminar o ano de 1972 com um saldo de 2 bilhões de dólares - nada mais, nada menos - no balanço de pagamentos (que engloba as transações comerciais com o exterior, os serviços - fretes, viagens, seguros, rendas de capitais de fora etc. - e o movimento de capitais).

A afirmação permite um ligeiro acionismo aritmético:

- pelas estimativas mais otimistas, vamos exportar este ano 3,8 bilhões de dólares; e também pelas estimativas mais otimistas, importaremos mercadorias no valor de 4,2 bilhões de dólares; nesse caso, terminaremos o ano, na melhor das hipóteses, com um déficit comercial de 400 milhões de dólares;

- no ano passado, para exportações, importações e movimento de capitais bastante inferiores, o déficit na conta "serviços" foi de 978 milhões de dólares; - assim sendo, o déficit comercial, mais o déficit de serviços, somam 1,5 bilhão de dólares; como está previsto um superávit de 2 bilhões no balanço de pagamentos, é preciso concluir que a entrada líquida de capitais (saldo, já deduzidas as saídas) será de pelo menos 3,5 bilhões de dólares no ano de 1972 (para que se avalie o que isso significa, basta lembrar que a última estimativa do Banco Central situava o total dos investimentos estrangeiros diretos no País, mais os reinvestimentos, em pouco mais de 3 bilhões de dólares).

Dois hipóteses para explicar tal enchente de dinheiro de fora:

1) de repente, os investidores estrangeiros descobriram uma fantástica possibilidade no Brasil e saíram correndo atrás dela, trazendo consigo a mala cheia de dinheiro para investir em empresas no País;

2) ou o Brasil está tomando muito dinheiro emprestado.

A primeira hipótese parece difícil de provar: em sete anos, de 1964 a 1970, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil se fizeram à média de 80 milhões de dólares, apenas, por ano; e mesmo que se considere apenas o período 1967/1970, a média será de 99 milhões de dólares. De 100 milhões de dólares para 3,5 bilhões vai alguma distância - a distância que conduz à segunda hipótese: o Brasil está tomando muito dinheiro emprestado no exterior. E convém notar que 3,5 bilhões de dólares é a entrada líquida, já excluídas as saídas.

Cabem, então, as perguntas: por que o Brasil está fazendo empréstimos tão volumosos? Para que está assim fazendo? E a que custo?

Bases da Estratégia

De qualquer forma, há uma premissa implícita - e a discussão em torno tem sido considerada indezível - na política econômica: é preciso aumentar a taxa de investimento do país, para que o PIB possa crescer a taxas altas; mesmo concentrando a renda e estimulando fortemente o aumento do consumo e da poupança de uma parcela reduzida da população (os compradores dos chamados bens de consumo duráveis - automóveis, etc., etc. - e os aplicadores de dinheiro em letras de câmbio, letras imobiliárias, etc.); mesmo com o governo abrindo mão de parte de sua receita em favor dos investidores (Sudam, Sudene, Sudepe, Embratur, etc. etc.); mesmo assim a taxa de poupança interna é insuficiente para fazer o PIB crescer às taxas desejadas.

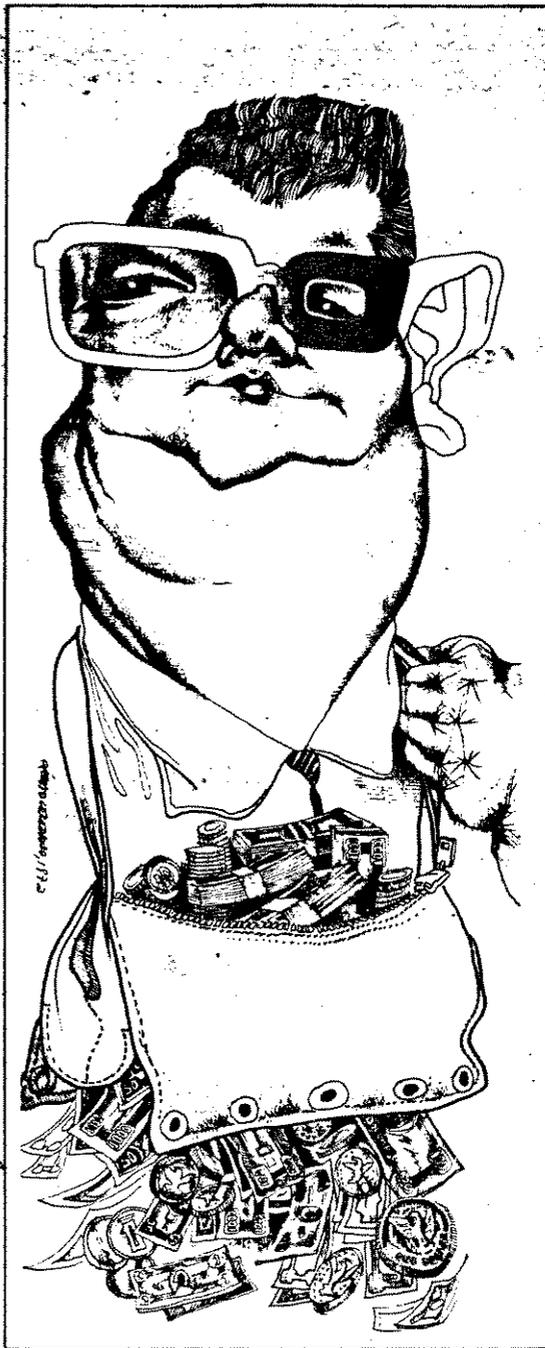
Nesse caso - a resposta está sempre pronta - é preciso recorrer marginalmente à poupança externa.

Muitos economistas têm-se cansado de mostrar que há outras soluções, a nível interno. Mas essas, evidentemente, exigiriam uma reorientação da economia e, fatalmente, uma desconcentração da renda.

O fato é que a poupança externa passou a ser considerada indispensável. E a partir daí, está montada toda uma estratégia:

a) é preciso exportar cada vez mais, para não só termos capacidade de pagar as importações necessárias (o conceito importações necessárias também não entra em discussão), como para amortizarmos as dívidas que forem sendo contraídas ao longo do caminho, mais as anteriores;

b) para que possamos exportar mais, é preciso conceder uma série de



ser: **Até maio no balanço comercial, passamos ao déficit (363 milhões de dólares, em 1971; pela primeira vez desde 1962, passamos de credores a devedores comerciais a 1972 certamente se encerrar com déficit também).** Segundo, porque as taxas de crescimento da importação são bastante mais altas que as de crescimento da exportação: de 1967 a 1971, a exportação cresceu 75,5 por cento, enquanto a importação aumentou de 125,1 por cento; ou ainda, de 1969 a 1971 a exportação cresceu 25,6 por cento, enquanto a importação subiu 62,8 por cento. Em resumo, mesmo com os incentivos fiscais, já não somos capazes de exportar o suficiente para pagar nossas importações.

Além disso, uma explicação para o recurso ao capital do exterior: se temos déficit, significa que devemos a outros países; para pagá-los é que vamos tomar empréstimo fora - lá mesmo, nos países dos credores. Se tomarmos empréstimo apenas para pagar o déficit comercial, o problema não seria nem outras contas com o exterior: os fretes, as viagens, as remessas de lucro e dividendos, os seguros de mercadorias, as amortizações de dívidas, o pagamento de royalties e de assistências técnicas, os juros, etc. ... Englobados na conta "serviços", esses itens todos representam um fluxo sério para o país a cada ano: 527 milhões de dóla-

De 1967 a 1971, a exportação cresceu 75,5%. A importação saltou em 125,1%. Nos dois últimos anos, pior ainda: mais 25,6% para a exportação, e 62,8% para a importação.

res em 1967, mais 556 milhões no ano seguinte, 630 milhões em 1969, mais 815 milhões em 1970 e 968 milhões de dólares ano passado (os números representam o saldo negativo a cada ano, já deduzidas as receitas). Ou seja, em cinco anos um saldo devedor de 3.506 milhões de dólares.

Além disso, o segundo problema: se em cinco anos (até 1971) tivemos um saldo comercial de 448 milhões de dólares e um déficit de serviços de 3.506 milhões de dólares, ficamos com um déficit conjunto de 3.058 milhões de dólares. Com a agravante de que a taxa de crescimento do déficit de serviços também é maior que a taxa de crescimento das exportações: de 1967 a 1971, o déficit de serviços subiu 55,2 por cento; de 1969 a 1971 cresceu 85,3 por cento.

Essa situação tápor o buraco. Como? Uma solução seriam os investimentos estrangeiros diretos, já se dizia nos idos de Roberto Caruppi. Mas de 1967 para cá, os investimentos estrangeiros (não empréstimos) não devem ter chegado a 600 milhões de dólares. Como havia um buraco de 3.058 milhões a tapar, sobriam ainda aproximadamente 2,5 bilhões de dólares.

As Borboletas

Em 1967, o ingresso líquido de capitais no Brasil foi de apenas 27 milhões de dólares; no ano seguinte, pulou para 541 milhões; em 1969, 1.832 milhões; este ano, a julgar pelas últimas declarações oficiais sobre o balanço de pagamentos, pulará para 3.500 milhões de dólares líquidos (o ingresso bruto deverá ficar em torno de 5 bilhões de dólares, já que o esquema de amortização da dívida externa previa, só para "amortização do principal" (fora juros etc.) o pagamento de 1.477,5 milhões de dólares este ano).

Por que caminhos o dinheiro chegou assim, aos borbotões, ao Brasil? Por três vias, essencialmente fechadas: os investimentos diretos, que já representam parcela muito pequena do total de recursos externos;

d) é preciso atrair mais investimentos estrangeiros, para aumentar a taxa de poupança, a taxa de investimento e os níveis de produção.

No Fim, Um Buraco

Vale a pena, então, examinar os resultados dessa estratégia externa. De 1967 (quando a estratégia começou a tomar contornos bem mais definidos) para cá, o Brasil, com o sistema de incentivos já em montagem e execução, exportou (até 1971 inclusive) 11.488 milhões de dólares; nesse mesmo período, importou o equivalente a 11.040 milhões de dólares; portanto, teve um saldo em suas transações comerciais com o exterior de 448 milhões de dólares.

Poderia parecer uma posição tranquila. Mas não é. Primeiro, porque a

vantagens - os chamados incentivos fiscais, sistema pelo qual se transfere a receita de impostos (que pertence a toda a comunidade de um país) para as empresas exportadoras; com isso, é possível reduzir o preço de nossas mercadorias e torná-las "competitivas" no exterior (com os incentivos fiscais, os produtos manufaturados brasileiros são colocados no exterior, em média, a um preço 50 por cento inferior ao do mercado interno;

c) como a inflação ainda está presente e deteriora o valor da moeda (os cruzeiros que os exportadores recebem) é preciso também encontrar uma fórmula de manter a remuneração desses exportadores, para incentivá-los; daí, o sistema de câmbio flexível - desvalorizações da moeda a prazo curto, para que os exportadores recebam mais cruzeiros e sejam com-

A carne, o xerife, e sua filha Polinômica Ecológica

(Uma história de algum suspense e nenhum mistério sobre a crise da carne, onde o Xerife poderia ser o ministro Delfim Netto, Dona poderia ser qualquer dona de casa brasileira e Chefe, um chefe de família. O leitor deve descobrir quem é Polinômica Ecológica, o personagem mais importante)

Aloysio Biondi

calor não era infernal, porque a ante-sala do gabinete do Xerife se arrefrigerava. Mas todos aqueles homens suavam em bicas. Nos últimos dias, haviam chegado a seus ouvidos rumores muito inquietantes. O Xerife estava descontente, dizia-se. Havia recebido ordens terminantes para policiar certos abusos, certos enfiados de mão na bolsa das donas de casa. E o Xerife, subitamente, abandonava seus aliados. Um comportamento inexplicável. Ou não tão inexplicável, já que se falava em eleições para os próximos anos — e o Xerife sempre demonstrara gigantesca habilidade política, livrando-se de todas as crises e papando todos os adversários, em seus cinco anos de exercício do cargo. Habilidade invejável a dele, lembravam os homens suados. Por exemplo: em 1968, havia criticado à sua atuação, em fortes correntes do sistema. Ele saiu-se brilhantemente, fazendo concessões no superficial, e mantendo o essencial. Em 1968? É, quem não se lembra? Ele mandou prender, por exemplo, os diretores de uma financeira, a Credence, fotografados e com suas fotos estampadas na imprensa como se fossem criminosos comuns, em retratos 3 por 4, com data em baixo e tudo o mais. Qual a culpa dos homens da Credence? Do mesmo tamanho que a culpa de dezenas de outras financeiras que "estouraram" porque os auxiliares do Xerife permitiam que elas operassem de forma totalmente proibida pela lei. O sacrifício dos homens da Credence satisfizesse ao moralismo das salas fortes do sistema — e o Xerife pôde manter sua aliança com o mundo financeiro, contribuindo, daí a dois anos, para uma explosão sem precedentes nas Bolsas, fechando os olhos a todos os abusos. Desfecho? Sacrifício, ainda que não tão dramático, dos presidentes das Bolsas do Rio e São Paulo. E, o Xerife é mesmo muito hábil, refletiam os homens suados. E lembravam-se ainda, que recentemente, em 1972, num momento também delicado politicamente, o Xerife soubera anunciar a prisão preventiva de pequenos fabricantes de bebida de São Paulo, os Merino — cujo crime, certamente, também não fora maior, por exemplo, que as remessas clandestinas de lucros por laboratórios estrangeiros, anunciadas em princípios do ano pela própria assessoria do Xerife — só que, neste caso, nunca se soube o nome dos diretores dos laboratórios envolvidos, ou as penas a que eles foram sujeitos.

Era por tudo isso que os homens de terno escuro suavam. Teria chegado a vez deles? Seriam eles apresentados como autores de abusos contra as donas de casa e chefes de família, como inimigos do país?

Na sala de Imprensa, Juca Lobato aguardava impacientemente o final da reunião, fechada para a Imprensa, à exceção da revista Escuta e do Jornal do Brasil, por motivos óbvios. Até que ponto o Governo iria para conseguir rebaixar os preços da carne? Cigarro entre os dedos, procurava adivinhar como seria o noticiário da imprensa no dia seguinte. A demissão do presidente da Sunab, já conhecida àquela altura, seria atribuída, evidentemente, à liberação dos preços da carne. Haveria manchetes fortes contra os donos de frigoríficos e pecuaristas, de repente acusados de especuladores. Mas, como sempre, nos últimos anos, nenhuma palavra sobre aquilo que até Dona, sua amiga de tempos de universidade, sabia: os preços de carne já haviam disparado há muito tempo. Desde os idos do mês de setembro que eles haviam começado a avançar, para passarem de 5,30 para 8,00 cruzeiros, e depois até 9,00 cruzeiros, a carne de primeira; até a carne moída, tradicionalmente vendida até pela metade do preço da carne de primeira, também chegara aos mesmos 8,00 em companhia do fígado, outora mais barato. Assim, a demissão do presidente da Sunab não podia resultar disso. Tampouco haveria qualquer referência ao fato de os frigoríficos virem estabelecendo seus preços, há meses, sem que os auxiliares do Xerife os incomodasse.

Os devaneios de Juca Lobato foram subitamente interrompidos. Uma exótica mulher, ainda jovem, estava

companies" e "export drive" à altura dos fartos seios, pendentes do pescoço, correntes da linha FIB, sustentando ainda medalhões tipo inflação, com o número 14 escrito. Polinômica Ecológica nunca andava só. Uma fanfarrã a acompanhava, tocando hinos em voga como "O PIB é eterno", de colocar lágrimas nos olhos, ou "O Japão no coração". Às vezes a fanfarrã, composta de jornalistas, corretores, empresários, se distraía, e atacava "Nossa Bolsa é a Maior", em grande voga em 1971, mas um simples ar de desprezo de Polinômica era o suficiente para que os acordos cessassem.

Juca Lobato voltou à meditação. Minutos depois, via os homens dos

os frigoríficos, já estão tendo a lição que merecem.

A palavra mistério mexeu com Juca Lobato.

Beijou Dona, apertou a mão de Chefe, e preparou-se para sair. Foi antes mesmo de cruzar a porta que sua intuição lhe deu a primeira pista: só uma brecha, estava um colete "Lee" que Dona usava.

— O colete. O colete de Polinômica Ecológica — murmurou para si mesmo. Em passos ágeis, sumiu na dobra do corredor.

— Vamos lá?
— Toca.
— A nossa primeira pista foi o medalhão de Polinômica, sobre custo de vida, lembra-se? Resumidamente, o tempo é curto, um índice de custo de vida é apenas um "meio", uma "medida", para verificar variações de preço, e, a partir dessa constatação, verificamos os excessos e corrigimos distorções.

— O Xerife disse que quem duvida dos índices da Fundação devia aprender aritmética.

— Eu vi, na revista Escuta. E vi também a piada sobre o que é uma métrica (o sujeito com a cabeça no forno, os pés em uma geladeira tem óti-



frigoríficos desfilarão pelo corredor, pouco alegres. Levantou-se, para tentar arrancar alguma declaração. Foi quando viu Polinômica deixar a sala do Xerife. Embora acompanhada pelo seu séquito, o semblante já não era tão radioso. A maquiagem, evidentemente, tinha sido retocada. Um traço amargo na boca, um quê de insegurança tomara conta de sua fisionomia. No vestuário, algo mudara, mas Juca Lobato não conseguiu identificar de imediato:

— Não se meta em negócios de família, Juca Lobato — disse a si mesmo enquanto rumava para a mesa da sala de Imprensa, a fim de apanhar o noticiário redigido pela assessoria do Xerife.

No dia seguinte, Juca Lobato foi almoçar em casa de Dona e Chefe. Engolidos o arroz com feijão, ovos mexidos e salada de sardinhas, a provocação veio de Dona:

— Você viu as manchetes de hoje, Juca? Os preços da carne vão ter que cair de qualquer forma. Até o presidente da Sunab que não ligou para a alta, foi demitido. E o Xerife está tirica com os frigoríficos. Disse a eles que, se for preciso, até probe a exportação de carne. Falou uma coisa que eu gostei muito: que a carne está subindo, dentro do Brasil, por causa da alta dos preços no mercado mundial. Mas que não é justo que o consumidor brasileiro, que é pobre, pague o mesmo preço que o consumi-

Juca fechou a porta, sentou-se em uma almofada no chão logo à entrada da sala de seu apartamento.

N o colete. No colete está a pista inicial. Mas qual, exatamente? Levantou-se, apANHOU os jornais do dia. A leitura estimulou sua memória fotográfica: era isso. Era isso: o colete de Polinômica estava meio rasgado à altura da frase "Exportar é a solução". E o medalhão, o medalhão da linha inflação, já não trazia o número 14 por cento, mas sim um ponto de interrogação. E, agora se lembrava: a maquiagem de Polinômica já não fazia tanto o tipo oriental: apelava para a linha "defesa do consumidor interno".

As peças começavam a se encaixar, como num quebra-cabeças. De um salto, rumou para seus arquivos, certo de que lá conseguiria a resposta. Antes de mergulhar na papelada, ligou para seu auxiliar, o Jovem, e pediu-lhe que checasse certas informações, e, de posse dos resultados, viesse conversar com ele, qualquer que fosse a hora da madrugada.

Amanheceu quando Juca Lobato e Jovem tocavam à campanha da porta de Dona.

Sentados no sofá, Dona e Chefe procuravam seguir o raciocínio de Juca:

— Eu quero que vocês me interrompam, quando não me entenderem. Quando se analisa um tema —

ma temperatura média mas não pode se sentir confortável), contada pela centésima vez por um tecnocrata brasileiro, causando o mesmo transe de sempre nos jornalistas que a registram.

— Mas, prosseguiu Juca Lobato, não é isso que importa. Eu não duvido dos índices da Fundação — apenas explico sua precariedade, que é reconhecida pelos próprios economistas. Ou, como no caso da carne, sua maleabilidade.

— Explica isso.

— É o que eu estava tentando fazer, ao ser interrompido. Mas vamos lá. Voltemos à tabelinha, e sua explicação sumária. Para calcular o índice de custo de vida, a Fundação tomou como exemplo uma família com renda de quatro salários mínimos, isto é, cerca de 1.680,00 cruzeiros. Verificou, através de pesquisas, a forma que esse orçamento é gasto, e chegou à seguinte conclusão: do total de gastos de uma família desse padrão, nada menos de 48,07% vão para a alimentação. E, segundo os cálculos da Fundação, cerca de 7% são gastos com carne bovina de primeira, e 13% com gastos com carne em geral.

— O que isso significa?

— Que uma família com renda de 100 cruzeiros, para simplificar, gastará 7,00 cruzeiros por mês com carne, isto é, 7% de sua renda. Ou, ainda, que em cada 100 cruzeiros gastos por

Com isso, o que é que acontece, na prática? Se o preço da carne subir 20 por cento, esse aumento, sozinho, mesmo que os preços de todos os demais produtos e serviços se mantivessem estáveis, determinaria um aumento de 1,4% no custo de vida.

— Como assim?

— Você vai entender. Se uma família gasta 7,00 cruzeiros mensais com a carne, e o produto aumenta em 20%, esses gastos cresceram em 1,40 cruzeiros (20% de 7,00 cruzeiros), passam de 7,00 para 8,40 cruzeiros. O que acontece com seu orçamento, que é a forma de medir o seu custo de vida? Ele passa de 100,00 cruzeiros para 101,40 cruzeiros, ou, em outras palavras, ele aumenta de 1,4 por cento. Entendeu?

— Entendi e acho que...
— Um momento. Primeiro, sirva aquele cafezinho à gente, que V. está às portas da primeira descoberta.

— O mistério da carne começa a dissipar-se, reiniciou Juca Lobato. Você, Dona, pode entender agora porque é que às vezes os preços sobem, e o índice da Fundação, não. Tudo depende do "peso". Se um produto de peso baixo dá um salto, de 40, 50 por cento, praticamente nada acontece ao índice. Se um produto de peso alto avança 10%, o índice se movimenta acentuadamente.

Assim, mesmo em condições normais, os índices não seriam precisos para retratar os ombros reais sofridos pelos orçamentos das famílias.

— Por que condições normais?
— Porque há condições anormais. Entenda: quando um preço é "tabelado", como aconteceu com a carne no ano passado, a Fundação, ao calcular os índices, não pode levar em conta o preço real que está sendo cobrado do consumidor. Ela tem que fazer seus cálculos com os preços tabelados, como os preços oficiais, como se eles não tivessem mudado.

— E daí?

— Daí que todas as Donas sabiam que a carne não estava a 5,30 cruzeiros, e sim a 8,00 cruzeiros. Mas, se a Fundação fosse levar em conta esse aumento, o cálculo do índice de custo de vida iria mostrar o seguinte: um aumento de 45%, para um produto que pesa em 7% no orçamento, significaria um aumento de 3,15% (60% de 7%), no índice do custo de vida.

— A carne, sozinho, provocaria um aumento de 3,15% no custo de vida?

— Exatamente. Então, o negócio era fazer de conta que a tabela valia.

— Espera aí. Mas não seria mais fácil, então, exigir que os preços da carne não subissem, em lugar de toda essa encenação? É aí que eu acho que a Sunab é culpada. É aí que eu acho que os frigoríficos são abusados. Eles deviam pensar primeiro no mercado interno, não?

— Espera aí, digo eu. Você já entendeu o mistério dos índices que não andam, em condições normais, e em condições anormais. Um copo d'água, que vamos fazer um longo parêntese. Vamos pegar outra pista: os dígitos do colete da Polinômica Ecológica: exportar é a solução.

— A gente tem que voltar para os anos de 69/70, que foi quando a filha do Xerife começou a deixar a adolescência e a definir sua personalidade. Até então, ela ainda admitia que se debatesse seu futuro, embora às vezes calasse a boca de quem não aprovava totalmente. Dois caminhos lhe eram apresentados: que ela se dedicasse ao mercado interno, como foi feito no desenvolvimento dos Estados Unidos, isto é, que ela fosse aumentando a renda dos próprios brasileiros (através de maiores salários, por exemplo), para aumentar o consumo e, conseqüentemente, levasse ao aumento da produção e ao aumento dos investimentos, à criação de novas empresas e novos empregos. Para essa corrente, era importante que houvesse altas taxas de crescimento, mas que, no mesmo tempo, houvesse melhores condições de vida, principalmente para as camadas mais pobres da população — inclusive os milhões de brasileiros da zona rural.

— A outra corrente, prosseguiu Juca Lobato, advogava a "abertura

O sentido maniqueísta das imagens do jornal é ressaltado quando se compara as caricaturas dos governantes com as figuras dos que eram simpáticos ao jornal. Estas últimas, mesmo quando exageradas em suas formas, não demonstram o caráter grotesco e aversivo que é empregado nas primeiras. Pelo contrário, o caráter deformativo das imagens procura torná-las mais humanas, transmite uma sensação de aceitação e afeto, mesmo quando exagera em alguns dos traços marcantes do rosto do representado.

Isto é o que ocorre, por exemplo, na figura de João Goulart, que ilustra a mesma reportagem - "Março, 1964 - em que aparecem as caricaturas dos ex-presidentes, já referidos acima. E também o que acontece com o retrato de D. Helder Câmara, publicado no centro da reportagem em que é reproduzida sua entrevista à revista inglesa, *The Internationalist*.



João Goulart



"Eu disse que respeito aqueles que, depois de pensarem com cuidado e sinceridade, optam pela violência".
"Ninguém gosta de viver numa situação sub-humana. Ninguém procura sofrer humilhações e injustiças, dia após dia. Aqueles que os levaram a essa situação (...) já estão cometendo uma violência. Essa é a violência número 1".

O acirramento da censura impõe a alteração do nível crítico que as ilustrações deixavam transparecer. Os textos censurados são substituídos por tarjas negras, algumas reproduções de imagens de antigas capas, ou mesmo a reprodução de ilustrações já apresentadas em edições anteriores - silhuetas de artistas como Caetano Veloso ou Chico Buarque - que vão tomar o lugar de páginas inteiras que foram censuradas.

Para ilustrar as matérias de algumas das edições censuradas são empregadas montagens com fotos ou silhuetas em pequenos quadros negros. Nelas, aparecem fileiras de militares marchando, mãos estendidas, etc...

A esfinge fantasiada

seus resultados (embora não em suas intenções declaradas) que toda a discussão havida em torno do problema eleitoral, da questão dos partidos, enfim, da forma de participação política, correu paralela e foi irrelevante para a prática do poder. O regime parece dispensar os apoios da maioria. Entre o Estado e a Nação, entre o regime e a sociedade aumenta a distância se a medirmos em termos de participação. Não se cria, entretanto, um vácuo: a relação entre a ordem política e a sociedade é preenchida por meio de formas simbólicas e ritualizadas de ação e pelo erroz da política que a tecnocracia e planocracia pretendem estabelecer.

O risco da excomunhão

A ponte entre as massas, a vida privada e a ordem pública se está constituindo em torno de uma mitologia leiga que dispensa sacerdotes, consubstanciada nas idéias de crescimento econômico, imagem externa de um Brasil poderoso, coesão de todos em volta do Estado. Quem a estas metas se opuser incorrerá nos riscos da excomunhão será acusado de estar maquiando as maquinções dos inimigos extremos. (Cf. ...)

E se, com o Ano Novo, se desse a almejada "Reabertura"? Quem e com que proposta assumiria o poder? Por Fernando H. Cardoso

72 POLÍTICA



... brasileiro é surpreendido com alguma decisão que, boa ou má, segundo as perspectivas de cada um, jamais foi tornada questão pública. Impõe-se a decisão política de algum grupo de poder como se ela fosse a decorrência necessária de uma análise

O regime conservado

A ação política das Forças Armadas em 72 Nelson Werneck Sodré

72 MILITARES



de causa e efeito que se destaca à análise menos atenta. Isto significa, em última palavra, que as Forças Armadas e o regime se confundiram tão intimamente e tão profundamente que a sorte daquelas e deste se tornou comum. É preciso não esquecer que as intervenções militares na área política, afastando governantes ou alterando a vigência constitucional, assumiram, no passado, aspecto transitório, retraindo-se os militares, tão logo consumado o ato cirúrgico da intervenção, e deixando aos políticos a tarefa de definir as alterações, a profundidade e o alcance das reformas, quando era o caso. O atual regime nasceu de intervenção de caráter diferente, e inédito: os militares realizaram a intervenção e assumiram, pela primeira vez, o missão de realizar a tarefa reformadora. O fato de terem sido acompanhados, de início, por forças políticas tradicionais, importa pouco. Elas passaram a segundo plano, pouco depois, e a plenitude do poder coube às Forças Armadas. Esse traço destaca o ineditismo, que seria, depois, aprofundado. O movimento de 1964 não foi mais um movimento militar, na vida brasileira: foi movimento militar diferente, qualitativamente diferente. Isso não foi percebido por muitos, particularmente quando o regime dava os primeiros passos.

com história diferente - os militares

Em relação à exploração gráfica do jornal para mostrar sua rebeldia diante do poder, Opinião apresenta formas criativas e expressivas de ridicularizar a censura. Uma das mais interessantes é a encontrada no número 32 do jornal.

A capa desta edição apresenta uma mensagem clara, linear, uma homenagem aos "dez anos do cinema nacional". A imagem principal é composta por um retângulo, como se fosse uma parte de um filme, com dois quadros: no primeiro, aparece uma cena de canção e uma filmadora; no segundo, o nome de alguns diretores do cinema nacional.

Na página 3, porém, aparece o que supostamente deveria ter sido a verdadeira capa deste número. O desenho mostra a mesma disposição da capa, apenas abstraindo todos os nomes e chamadas para matérias apresentadas na edição. Substituindo os quadros do filme, no entanto, e ocupando o mesmo espaço, aparece uma parte do rosto, em "close", do presidente Médici.

O exagero da imagem, em que predomina o nariz e os grandes óculos escuros e espelhados (nos quais são refletidas as imagens de militares, em perspectiva), compõe a cena para a chamada escrita: "Teremos nesta semana o nome do sucessor do General Emilio Garrastazu Médici?" Nada mais precisa ser dito. A mensagem foi encaminhada, apesar dos entraves da censura.

Porque persiste a crise do leite
A história secreta dos bombardeios do Camboja
Como funciona a economia chinesa

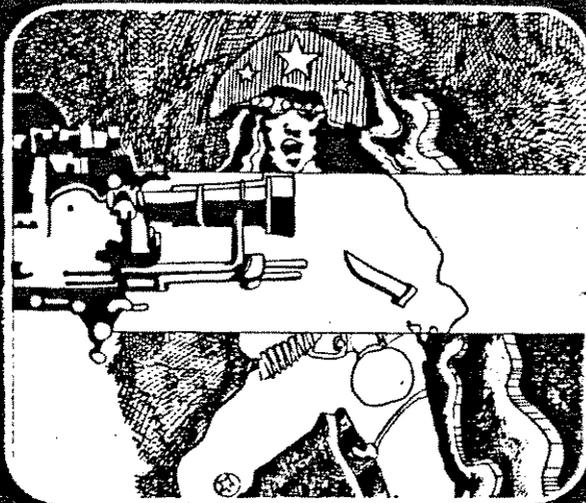
11 a 18 de junho de 1973

Cr. 930 n. 37

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde



Joaquim Pedro Arnaldo Jabor Cacá Diegues
Geraldo Sarno Zélio Viana Davi Neves

DEZ ANOS DE CINEMA NACIONAL



TEREMOS NESTA SEMANA
O NOME DO SUCESSOR
DO GENERAL
EMILIO GARRASTAZU MEDIC

Desde o seu início Opinião se posiciona contra o uso de fotos em suas páginas. Na verdade, pelo menos nos primeiros números do jornal, o uso de fotografias é bem raro, a não ser em montagens em que se misturam com ilustrações.

Uma das raras fotos publicadas pelo jornal em suas primeiras edições (Opinião no. 2) faz parte de uma composição e possui um grande teor de inovação. Trata-se de ilustração para uma reportagem sobre as expectativas de diversas pessoas - de diferentes segmentos sociais - sobre as eleições para prefeitos e vereadores "em 3.949 municípios do país".

A primeira inovação que a foto-montagem apresenta está em seu enquadramento gráfico. Ao fundo, aparece o desenho de faixas eleitorais. Sentadas, à frente das faixas, é colocada a fotografia de um grupo de mulheres. E, em primeiro plano, a foto de um homem, também sentado, invade o espaço do texto e do título da reportagem.

A outra inovação que esta mesma composição apresenta é a utilização de pontilhado sobre as fotografias. Desta forma, sugere-se a idéia de anonimato. O indivíduo ali sentado poderia ser qualquer um, não necessariamente o sujeito fotografado.

AS NOSSAS ELEIÇÕES

VOTE NOS CANDIDATOS



Neste dia 15 de novembro supõe-se que as pessoas irão votar para eleger seus representantes para as prefeituras e câmaras de vereadores em 3.949 municípios. Normalmente, este seria o passo inicial do grande processo democrático brasileiro. Dos vereadores e prefeitos se passaria para as eleições de deputados e senadores, de governadores e, finalmente, do Presidente da República. Por motivos que o governo diz serem de "segurança nacional" a seqüência está — acredita-se temporariamente — interrompida nos dois primeiros estágios. Mesmo o processo das eleições municipais não pode ser considerado democraticamente sadio: é disputado entre um partido gigantesco — a Aliança Renovadora Nacional, do governo — e o Movimento Democrático Brasileiro, uma organização frágil que não conseguiu apresentar candidatos em pelo menos 50% das cidades brasileiras. Num dos Estados mais politizados, como o de São Paulo,

por exemplo, o MDB só disputará eleições para prefeito em 171 dos 571 municípios. As desgraças dessa modesta oposição não param aí. Atraídos por supostos favores dos governos estaduais ou federal, cerca de 400 dos 540 prefeitos eleitos pelo MDB em 1970 estão atualmente nos quadros da Arena. Dentro desse panorama de melancólica consistência política, não causa surpresa que as eleições desse dia 15 encontrem muitos eleitores indiferentes e que as paixões despertadas por elas tenham mais a ver com mesquinhos interesses locais que com os ideais democráticos. O que significam eleições realizadas nessas circunstâncias? Três depoimentos:

* Não há eleições para prefeito em 117 municípios, considerados áreas de "segurança nacional" e 31 "estâncias hidrominerais".

de crítica da realidade. Para que se possa tomar uma decisão, é preciso ter opinião. E para ter opinião, é preciso ter acesso à informação. Com as restrições à informação, as opiniões não estão baseadas no conhecimento da realidade. Sou favorável a um processo de decisão democrático em todos os níveis, no qual os representantes eleitos estabelecem as diretrizes para o executivo. E se esse processo que adotamos aqui na finalidade para eleição do Conselho de Representantes. Discordo das limitações que existem hoje em dia no Brasil e sou favorável a "volta da normalidade democrática".

Regina Lúcia de Castro
21 anos, Vice-Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Comunicações da Universidade de São Paulo.

As eleições são um charme cívico-patriótico. Eu me candidato porque sou patriota e tenho um dever a cumprir. Meus companheiros do partido não gostam de aparecer e comigo não gostam de televisão porque dizem que sou muito radical. Mas não sou comunista nem direitista. O povo precisa saber que as eleições estão prejudicadas pela vigência dos Atos Institucionais, que permitem ao governo cassar o mandato de um representante eleito.

Eden Arruda
41 anos, candidato a Vereador em São Paulo, pelo MDB

Em qualquer processo político, as eleições são muito importantes. Para a população deveria estar motivada a votar. Causa espanto a indiferença que vejo entre professores e alunos com os quais convivo. Esse desinteresse é doloroso, principalmente em São Paulo, uma cidade com tantos problemas.

Ruy Laurenti
41 anos, professor assistente da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Apesar das limitações pelas quais passa o Legislativo, a eleição é um ato prático dinâmico. A ninguém é concedido o direito de abster-se quando chamado para influir nos destinos da sociedade, sob pena de submeter-se a uma estrutura social injusta para a qual não contribuiu. A desistência para a democracia ainda não foi alcançada, mas as eleições irão constituir numa demonstração de vontade e da índole natural do povo brasileiro.

Eros Antonio de Almeida
35 anos, presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo.

Estou mais preocupado com as eleições nos Estados Unidos e com as negociações de paz. Sobre a eleição no Brasil, sei muito pouco. Vou votar em quem estiver mais perto da honra.

Gostaria de escolher o presidente da República, como aconteceu nos Estados Unidos. A campanha está muito fria e não sei nem quem é candidato.

Eleições de quê? Para deputado. Não estou interessado nisso. Estou mais preocupado com meu Imposto de Renda. Depois, acho que quanto menos gente mandando, melhor.

Concentração do Crifim em 8/11. Zé Maria, Ado Sidnei.

O HOMEM DO GOVERNO

Deputado Pereira Lopes, presidente da Câmara, amigo pessoal do presidente Médici e um dos mais importantes políticos brasileiros da atualidade. Declarações gravadas na semana passada e que serão transmitidas nesta segunda-feira pela TV Cultura de São Paulo:

"As eleições municipais são muito importantes para quem, como eu, deseja alçar as bases de nossa Revolução. É natural que o processo revolucionário procure institucionalizar-se e há de conseguir por vias políticas, sem o que a Revolução corre o risco de perder-se (...). Devemos conciliar o povo para este trabalho que deve ter início nas comunas, nas pequenas áreas dos nossos municípios para que todos os brasileiros tomem consciência do que ainda é necessário fazer a fim de que nosso país possa logo alinhar-se com aqueles países inteiramente desenvolvidos... Nossos adversários dizem que isso vale pouca coisa porque não temos liberdade. Mas eu respondo aqui que no Brasil não se tem liberdade para subverter e corromper... para trabalhar, progredir todos nós temos liberdade (...). É preciso dar ao partido sustentação popular para se falar das coisas que o povo quer e aspira. É preciso realizar este trabalho desde a área municipal, então estamos fortalecendo a Arena (...). Uma de nossas atribuições é legislar. Somos e devemos ser um grande fórum de debates dos problemas nacionais".

O EX-VICE-PRESIDENTE

Instalado no amplo escritório de sua residência em Belo Horizonte e cercado por prateleiras cheias de livros, o prof. Pedro Aleixo, ex-vice-presidente da República, declarou a OPINIÃO: "Essas eleições têm um caráter meramente ilusório, para efeito externo. Pretendem dizer que existe uma democracia entre nós". Orgulhoso em confessar-se um liberal democrata, o prof. Pedro Aleixo se recusa a acreditar que sua batalha está perdida. Acha mesmo que as eleições reforçarão suas teses, entre as quais a da necessidade de criação de um novo partido — o Partido Democrático Republicano — que ainda não conseguiu atender às exigências legais para ser reconhecido. "Haverá uma acentuação das tendências inanimadas pelo eleitorado em 1970, como a de votar em branco ou anular o voto, forma que ele adota por não poder eleger o candidato de sua preferência".

Afirmando que as eleições não têm a menor importância dentro da conjuntura política atual, ele também responsabiliza a presente situação do país pelo baixo nível das campanhas e dos candidatos, que são obrigados a basear suas plataformas em problemas como o de mudar o nome de um grupo escolar ou ser torcedor ou atleta de um time de futebol.

"De qualquer forma, diz com alguma esperança, sempre que se faz uma eleição, há um pequeno exercício de democracia".

A "OPINIÃO PÚBLICA"

As eleições de 15 de novembro representam muito pouco. Elas pretendem manter a aparência de alguma coisa que não existe. Na realidade, as eleições se transformaram em um rito que só tem significado para aqueles que exigem sua realização. Do ponto de vista da população que vai votar, nada significam. Ninguém sente que seus interesses ou necessidades estão em jogo, daí, a total apatia em relação a elas. Trata-se de um ritual que não envolve efetivamente decisões. Um ritual poderia ter importância para aqueles que o praticam. Entretanto, não é o caso, nas atuais eleições. O desprestígio que sempre teve a Câmara Municipal de São Paulo, o regime de exceção em que vivemos, explicam esse desinteresse. Do ponto de vista do Sistema em vigor, trata-se de um rito importante.

Luis Carlos Bresser Pereira
Professor de Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

As eleições para as Câmaras Municipais representam uma excelente oportunidade para que o povo brasileiro demonstre sua vocação democrática e o seu amor ao direito de escolha. Nosso maior desejo é que o exemplo que o povo dá nessas oportunidades sirva para o endosso de modificações da estrutura política atual, a fim de que o povo participe efetivamente não apenas das escolhas regio-

nais, mas de todos os escalões da vida política nacional. A democracia, em nossa opinião, não é regime que se apromora nas poltronas dos gabinetes. O aprimoramento do regime democrático está fundamentalmente ligado ao seu total exercício.

Joaquim dos Santos Andrade
45 anos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

Eu considero as eleições mais um fato administrativo que político. É mera substituição de pessoas no poder, em nível municipal, do que uma tomada de posição política. Penso assim porque não há sinais de alteração do quadro político institucional por parte da Revolução. Se a redemocratização plena estivesse na cogitação do governo e as eleições municipais fossem um teste dentro desse novo quadro, então sim, elas teriam um significado político. Tendo o governo o controle absoluto de todos os aspectos da vida econômica, política, social, cultural, de comunicações e de segurança, não há nenhuma possibilidade de alteração do quadro.

Albertino de Souza Olivo
45 anos, Assessor Jurídico dos Sindicatos de Metalúrgicos e de Químicos de Osasco, SP. Membro da Frente Nacional do Trabalho.

O que está acontecendo hoje em dia é que as pessoas perderam o nível

A criatividade da redação amplia as formas como o jornal vai dar continuidade ao seu diálogo mítico com o leitor e, ao mesmo tempo provocar os donos do poder. As formas alteradas de comunicação levam o Opinião a veiculação de pseudo-editoriais com trechos da Declaração dos Direitos do Homem e do Hino da Independência. Não raro, surgem expressões soltas no espaço do jornal, em destaque, como a frase, em latim: "quosque tandem abutere Catilina patientia nostra".

A fala mítica, nesses casos, é exemplar. Esvaziadas de seu significado primeiro, a segunda interpretação dessas expressões é feita, pelo leitor, em seu sentido ideológico e conjuntural. O próprio fato de estarem dispersas, sem maiores explicações já lhes atribui um outro conceito. Sua força está na apropriação simbólica da fala, e não em uma explicação lógica. O não dito, o inusitado de sua veiculação, passa a ter uma carga comunicacional altamente significativa. Tanto assim que também são censuradas, proibidas de serem veiculadas pelo jornal.

Mas, qual é a força política de uma simples expressão de desabafo em latim? O que a faz ser perigosa, subversiva diante dos repressores se, para o público do Opinião, a sua leitura vai ocasionar apenas uma constatação feliz, a manutenção da cumplicidade, a imaginação da posição moleque do jornal - publicando coisas deste tipo - diante dos poderosos do dia?

Neste, como em muitos dos outros exemplos espalhados pelo jornal, o objetivo da veiculação estava ligado à uma reação, sim, mas de direita. O sentido mais uma vez é invertido. A provocação da mensagem, a esquerda se pronuncia solidária, com-

preensiva, sorridente e passiva. Já a direita, ou melhor, os militares, para quem a mensagem é feita, se exasperam e reagem. Repri-
mem e bloqueiam a informação.

No jogo político, porém, pela reação violenta contra o jornal, quem sai "perdendo" é o governo. O jornal ao ter suas mensagens cortadas, torna-se vítima e, desta forma, garante para si, a simpatia dos inimigos do regime e adeptos das mais diversas ideologias. Forma-se a "frente" de leitores e, diante deles, o jornal sai politicamente fortalecido.

VANI MOREIRA KENSKI

O FASCÍNIO DO OPINIÃO

(Volume 2)

BC/9100-826

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

V.
ANALISE

O FASCINIO DO OPINIAO

Encontrar explicações plausíveis para os sentimentos existentes entre os leitores e o jornal Opinião não é tarefa das mais fáceis. A tese do fascínio é sustentada, principalmente, pela vivência destes leitores e admiradores do jornal. O fascínio que o Opinião exerceu era real e pode ser comprovado através das declarações dos entrevistados e em conversas informais com pessoas que viveram a época e se emocionam, ainda hoje, com a lembrança ou apenas a alusão ao nome do jornal.

Antes de tudo há necessidade de se esclarecer o sentido em que a expressão fascínio está sendo empregada. Segundo o sociólogo alemão Dieter Prokop, o estado de fascinação exercido pelos diversos meios de comunicação de massa pode ocorrer em muitos sentidos (1986, p.150). O autor preocupa-se, principalmente, em analisar as formas alteradas com que os meios de comunicação são utilizados para a "domesticação da fantasia" dos sujeitos, ou seja, para "imobilizar o receptor, torná-lo incapaz de ação". Prokop se refere, principalmente, à fascinação passiva das massas, pouco críticas, aos produtos triviais oferecidos pelos meios de comunicação. Neste sentido, a fascinação é vista como algo negativo, ligada a clichês que evocam fantasias estandardizadas no público. Para alcançar estes resultados, a cultura monopolista de massa procura criar "signos", modelos míticos, nos quais as pessoas encontrem respaldo para as suas fantasias.

Nestes mitos, conforme reforça Marcondes Filho,

"...faz-se uma espécie de condensação da realidade: abstraem-se as contrariedades e tudo se torna pura positividade. A realidade reproduzida apenas no que tem de aparente ordem, beleza, tranqüilidade. Uma visão ideológica que pretende apresentar o mundo como o todo harmônico positivista" (1985, p.125/126)

O sentido de fascinação como algo negativo é apresentado também pelo filósofo francês Jean Baudrillard. Crítico da modernidade, o autor analisa as manifestações da sociedade de consumo e as formas com que o homem se posiciona para sobreviver nesta "cultura da simulação". Para Baudrillard, o fascínio exercido pelos meios de comunicação nas massas tem o sentido de uma "sedução fria", anestésica, efetuada por signos vazios de significado que provocam uma simulação encantada onde se libera "o pensamento dos princípios de realidade e de identidade" (MELO, 1988, p.225). Considera ainda que o fascínio é uma catástrofe, um comportamento obscuro, alienante, reflexo do momento atual das massas em que, segundo o autor, há um esvaziamento de conteúdos, e a paixão se dá pela aparência, pela simulação.

O estado de fascinação provocado pelos meios de comunicação, de acordo com a análise de Baudrillard é, portanto, uma forma de violência onde se dá a manutenção em êxtase das massas, a maneira passiva como realizam a recepção das mensagens, através da supressão do sentido, do significado da informação. Ainda segundo este autor, nesta fase de "glaciação do sentido" em que se encontra a humanidade beneficia-se a fascinação do meio, em detrimento à "exigência crítica da mensagem. Pois a fascinação não depende do sentido, ela é proporcional à insatisfação com o sentido" (BAU-

DRILLARD, 1985, p. 33).

Estas formas de se entender a fascinação exercida pelos meios de comunicação, tanto a apresentada por Prokop como por Baudrillard, estão distantes do modo como o fascínio foi considerado na pesquisa. O sentido de fascínio exercido pelo jornal Opinião está mais próximo de um conceito corrente de fascinação. Considerou-se fascínio como um sentimento ativo, um estímulo para se dispor as energias em uma nova forma de ação, plena de sentido e coerente com a relação de identidade de pensamento existente entre o jornal e os seus leitores.

Esta concepção de fascínio se aproxima, até certo ponto, de um outro significado, também apresentado por Prokop, ou seja, o que engloba os momentos vividos pelos espectadores e que provocam excitação, temor, a mobilização de sentimentos ou mesmo o prazer de se jogar com a fronteira entre a "realidade de superfície" e a "realidade secreta, sutil", sem ultrapassá-la" (PROKOP, 1986, p.151).

O fascínio assim descrito por Prokop, porém, refere-se ao interesse encontrado nos receptores em experimentar "um repousante êxtase de sentimentos", alguma coisa que lhes tire da condição de seres rotineiros, que lhes provoque a mobilização de afetos, quase sempre desgatados na rotina cansada de suas vidas. Esse fascínio é o que lhes leva a assistir, por exemplo, aos programas mais monótonos na expectativa de que ainda possa aparecer o "secreto", aquilo que possa levar-lhes a "uma ligeira ruptura com o mundo rotineiro" (PROKOP, 1986, p.151).

A fascinação exercida pelo Opinião também está li-

gada à forma como o jornal conseguia provocar esta "ruptura com a realidade", ao apresentar um lado secreto, não revelado, da situação existente na época. Ocorre porém que, no caso dos leitores do Opinião, ao contrário dos espectadores referidos por Prokop, esta ruptura com a realidade tem um sentido de engajamento, de posicionamento político, de envolvimento com uma outra realidade, impedida de se posicionar mas que, no entanto, permanece latente e potencialmente forte, disposta a irromper e mudar, inclusive, a ordem política imposta.

Os leitores fascinados pelo Opinião não eram seres acomodados, ideologicamente desmotivados, para quem o jornal funcionava como uma forma de preenchimento do espaço vazio e sem sentido de suas vidas. A ligação emocionada dos leitores com o jornal é sentida como uma forma simbólica de compromisso e de luta, canalização da energia revolucionária que os caminhos da repressão política impediam na época que se manifestasse de outra forma.

Neste paralelo entre o estado de fascinação estudado por Prokop e o fascínio despertado pelo Opinião ainda existe um outro ponto com alguma concordância. É que, para ambos, essa relação de fascinação não é uma relação de domínio. Ao contrário, "quando se é fascinado por alguma coisa, não se é inteiramente manipulado pelo respectivo objeto. A atenção está fixada, mas com o ego desperto" (PROKOP, 1986, p.149).

A questão fundamental torna-se, então, a de procurar uma base, uma teoria que leve à compreensão das razões porque, em um determinado momento, um grupo de pessoas, uma massa intelectualmente capacitada e ideologicamente comprometida com um

pensamento de oposição ao governo, se deixou seduzir, aparentemente de forma consciente, não apenas por um tipo qualquer de imprensa de oposição, mas pelo jornal Opinião, especificamente.

1.

A primeira tendência foi a de ir buscar, na materialidade do jornal, os atributos que garantissem essa ligação emocionalmente forte com os leitores. Esta preocupação decorre de uma outra afirmação de Prokop, a de que "ao lado da fascinação da cultura de massa, dos seus momentos que fazem brilhar também diversos produtos muitos ruins, há ainda outro tipo de fascinação que vem dos *bons* produtos" (PROKOP, 1986, p.154).

Traçando um paralelo com a arte, Prokop considera que os *bons* produtos existentes na cultura de massa são aqueles produzidos livremente, "não-regulamentados burocraticamente, não-previsíveis em função de ponderações mercadológicas" (1986, p.155) e que, em geral, não repercutem no meio das massas. Segundo Prokop, a maioria das pessoas rejeita estruturas autônomas de produtos, preferindo formas instrumentalizadas de cultura, que não provoquem nenhuma recepção dissonante.

Ao se deslocar estas reflexões para a análise do Opinião, há necessidade de se considerar, inicialmente, a repercussão que o jornal obteve no público-leitor em sua totalidade. Neste sentido, realmente, o jornal não repercutiu no meio das massas mas, sim, em um determinado grupo de pessoas.

Para o seu público-leitor, o Opinião era considerado como um "bom produto", pela sua forma e pela capacidade de adequação às necessidades de informação da época. Em termos concretos, o jornal é considerado pelo estilo, pelas inovações em seu projeto gráfico, pelas informações relevantes que trazia sobre o momento político, econômico e cultural e pela identidade ideológica existente entre o pensamento dos leitores e os textos e artigos produzidos pela equipe de jornalistas e colaboradores.

Neste sentido, uma das principais fontes de atração exercida pelo jornal foi, sem dúvida, a sua ambivalência, os múltiplos significados de suas imagens - textos e ilustrações - que pretendiam, com isso, marcar posições, comunicar intenções. Ao lado da complexidade das teses políticas e econômicas defendidas, surgiam caricaturas, títulos de reportagens, capas e inserções nos textos que exploravam o lado sarcástico, irônico, pelo qual o que estava sendo informado podia ser visto. Esta sua característica abrandava a conotação acadêmica (em um sentido estereotipado ligado à imagem de coisa "chata", pesada), que o hermetismo de algumas matérias podia deixar passar. Ao contrário, o Opinião não era visto como um jornal chato e nem pesado.

Em sua ambivalência, no entanto, o Opinião não pode ser considerado, assim como o Pasquim, como um jornal que se propõe explicitamente a fazer oposição política através do humor. Não há dúvida de que as matérias que o Opinião publicava eram sérias, análises densas da realidade. Mas no corpo das matérias ocorriam rupturas, espaços em que através da sátira, do comentário irônico, de insinuações, era feita a crítica à realidade retratada.

Este jogo dúbio atraía o leitor, fascinava. Havia uma curiosidade permanente para se saber como o jornal ia informar, como ia apresentar o tema a que se propunha. Ao lado do interesse pela informação, havia o desejo de se ver como a notícia estava sendo transmitida.

Esta relação ambivalente com a informação apresentada pelo jornal despertava sentimentos diferenciados em seus leitores. Ao lado do prazer despertado pela leitura da informação crítica havia o prazer sádico de saber que o que estava ali escrito, na forma como estava sendo apresentado, iria despertar a ira dos militares, o inimigo comum a quem todos - leitores e jornalistas - queriam derrubar.

O jornal não estimulava a passividade em seus leitores. As contradições espelhadas no corpo das notícias, as deformações propositais de autoridades em caricaturas grotescas, mobilizam sentimentos e afetos. A relação dos leitores com o jornal torna-se cúmplice, apaixonada, fascinante.

E assim que o Opinião, mesmo nos momentos de crise e apesar de todas as imperfeições decorrentes da ação da censura em muitas de suas edições, continuou a ser procurado, ansiado, quase endeusado.

O apoio que os leitores davam ao jornal transcendia às notícias publicadas e aos artigos que intelectuais e jornalistas famosos escreviam. Como afirma Marcondes Filho

"... era como se o jornal se compusesse de duas dimensões: dimensão física, material, palpável e uma dimensão imaginária carregada de força, de energia, um investimento muito grande que, inclusive, tinha a função de unir os leitores. As pessoas usavam o jornal como uma espécie de senha para se integrarem..." (1989a).

A materialidade do jornal, portanto, não era o fator determinante para a existência da relação afetiva com o Opinião. Os leitores não estavam ligados apenas à concretude das informações publicadas, mas, também, ao jogo de como estas notícias eram divulgadas no contexto repressivo dos anos 70.

Nesse sentido, a explicação para a dimensão mágica que o jornal vai ocupar junto aos leitores fascinados precisa ser procurada em uma outra direção. Há necessidade de se recorrer, em princípio, às relações existentes entre esses sujeitos sensíveis ao jornal e a conjuntura da época. A análise do momento político, a partir da ótica dos entrevistados, permite a identificação de pontos relevantes à compreensão das causas que possam ter levado os leitores à relação de fascínio com o Opinião.

2.

O clima político-emocional existente em 1972, ano em que surgiu o Opinião, era de repressão e sufocamento. A insegurança em que viviam as pessoas, diante das ameaças do Estado autoritário, gerava a necessidade de se criar um "isolamento defensivo", comportamento muito próximo da "mentalidade sitiada", apresentada por Lash no livro "O mínimo eu" (1986), e que vai ocasionar uma preocupação obsessiva do sujeito com a sua própria sobrevivência.

As pessoas, desiludidas, não acreditam mais que a situação de truculência implantada pelo regime militar possa ser alterada com facilidade. Ao mesmo tempo, o governo não consegue

garantir que a totalidade da população confie nos princípios "democráticos" que regem as suas ações.

Os indivíduos, principalmente os que pertenciam aos segmentos mais esclarecidos das massas, sentiam-se enganados. Percebiam que o que lhes era oficialmente apresentado fazia parte de uma representação, que o discurso político era meramente retórico. A busca pela informação confiável começa a ser considerada uma questão de sobrevivência, uma forma de estar em comunicação com outras pessoas com idéias semelhantes e com o restante do mundo.

A desinformação e as ameaças constantes geravam no pensamento das pessoas certos tipos de fantasias onde o poder dos órgãos de repressão eram exacerbados. Na imaginação coletiva era como se os agentes do governo fossem capazes de ter o controle total sobre as ações (e até mesmo o pensamento) de toda a população. O terror instalado de forma subjacente à euforia do "milagre brasileiro" tornava o clima ainda mais propício à criação de certos tipos de "fantasmas", ligados aos sentimentos de ansiedade e medo generalizados.

A análise do clima político da época, porém, embora ofereça argumentos para tentar compreender o medo, a angústia e a ansiedade vividos pela sociedade como um todo, não apresenta as respostas necessárias à compreensão do fenômeno do fascínio pelo jornal alternativo. A repressão existente no início dos anos 70, certamente, foi um dos aspectos determinantes para o afloramento dos sentimentos de afeto em relação ao Opinião mas, por si só, não explica o sucesso deste jornal especificamente, no meio de tantas outras manifestações jornalísticas alternativas e de oposição ao regime.

Em um momento em que na imaginação dos leitores a relação com o Opinião era considerada como um ato político de oposição, o fato de se expor concretamente, lendo ou comprando o jornal, despertava sentimentos. O jornal fazia com que essas pessoas se desligassem da "realidade de superfície" - repressiva, ameaçadora - e penetrassem em uma outra realidade - "secreta, sutil" - onde se sentiam participantes, em militância.

Conforme afirma Marcondes Filho,

"o sentimento de "saber das coisas", a aparência de estar informado e de ter realmente uma ação no mundo não de todo conformista, corresponde a necessidade, no que se refere à informação, de participar, mesmo que de forma aparente, da resolução das questões sociais" (1986, p. 20).

Desta forma, os leitores acreditavam que estavam

"rompendo com a aceitação passiva de tudo, com a mera submissão aos homens e às instituições" (idem, p. 20).

3.

Entre os entrevistados a lembrança do clima de medo e ansiedade em que viviam, na época em que surgiu o jornal, aparece espontaneamente, de forma difusa e ampliada. São percepções comuns a todos, vinculadas à necessidade de tornar inconscientes os sentimentos de oposição ao regime e ao mesmo tempo procurar alguma forma alternativa de expressar o descontentamento com a situação vigente, mesmo que para isso tivessem que correr algum risco.

O caminho para se refletir sobre o fascínio do Opinião se orienta, dessa forma, para a interioridade dos leitores

fascinados. A partir do exame dos depoimentos obtidos sobre o clima emocional da época torna-se possível esboçar uma tentativa de interpretação para as emoções que o jornal despertava.

Há necessidade, porém, de se perceber que as relações emocionadas com o jornal Opinião não ocorreram de forma esparsa, comportamentos isolados e diferenciados entre si. A análise das manifestações apresentadas pelos entrevistados vai mostrar que, naquele momento, os leitores fascinados pelo Opinião formavam um grupo distinto. O jornal, ao se apresentar como um espaço declarado de oposição ao regime, vai atrair, de forma inconscientemente organizada, a atenção e os sentimentos recalcados de uma parcela de leitores que passam a agir, em relação ao jornal, como se estivessem em massa ou seja, "através de reação massificada, padronizada, automática e repetitiva".

Para Marcondes Filho, o conceito de massa não tem a ver com o volume, a extensão ou a concentração de pessoas. Massa é, sobretudo, um comportamento, "uma forma de reagir diante dos acontecimentos." Para Baudrillard, também, o termo massa não é um conceito, mas "uma noção fluida, viscosa, "lumpen-analítica" ...referente esponjoso" por onde se move "todo o confuso amontoado do social" (1985, p. 11/9)

As massas possuem energia própria, uma ligação subjetiva entre seus componentes que investem coletivamente em um mesmo sentido. A este movimento de investimento coletivo em um determinado objeto Elias Canetti chama de "descarga". Para Canetti, o acontecimento mais importante que ocorre nas massas é exatamente essa "descarga", "momento no qual todos os que pertencem a ela se

despojam de suas diferenças e sentem-se iguais" (1983, p.14).

A semelhança dos comportamentos manifestados pelos leitores em relação ao Opinião faz com que se possa considerar que eles reagiam ao jornal como se estivessem em massa. Para os leitores, o Opinião funcionava como local onde começaram a descarregar seus sentimentos reprimidos de insatisfação com o regime, suas emoções por saberem que já não estavam mais sozinhos na luta contra a ditadura. Identificados com os nomes e as idéias dos que escrevem no jornal, sentem-se irmanados a estes e aos demais leitores e comunicam isso. O jornal torna-se veículo de identificação de opiniões, de aproximação entre aqueles que tinham os mesmos pensamentos de oposição.

Os leitores realizaram, assim, um "investimento coletivo" e, embora se sentissem em "recesso", como afirma Miriam Warde, o jornal de certa forma os acionava em um sentido de união de sentimentos, de pensamentos, de força contrária às disposições do poder. O comportamento dos leitores em massa vai mostrar que, naquele momento, o medo imposto pelo regime truculento, a angústia de não poder manifestar, de alguma forma, sua oposição ao regime, vai gerar em cada um desses indivíduos uma energia livre e sem objeto.

"Os objetos que poderiam receber esse investimento estavam esvaziados, não representavam mais nada... então, em certos momentos históricos, surgem determinados objetos que tem a capacidade de absorver essa energia. E esses objetos se tornam catexizados" (MARCONDES FILHO, 1989a).

Em sua forma de se relacionar com o poder através das notícias, no sentido ambivalente com que expõe suas críticas, na forma persistente e corajosa com que revida aos golpes da cen-

sura e dos governantes, o jornal Opinião vai mobilizar os sentimentos da massa de leitores. A catexização, o investimento emocional em um objeto, no caso, o Opinião, cria o clima propício para o fascínio.

Neste sentido, o encaminhamento do estudo para se chegar às causas do fascínio vai ser orientado para identificar, em princípio, a origem e as formas de manifestação das pulsões de angústia e medo nas relações dos indivíduos e das massas com a cultura, sob o signo da dominação.

O direcionamento da análise para este caminho, porém, precisa ser entendido não como a única forma de se compreender o fenômeno do fascínio. Não se trata, portanto, de buscar a única interpretação possível, mas encontrar, no plano das relações sócio-emocionais dos personagens envolvidos com o Opinião, uma das possíveis respostas para o comportamento dos leitores face ao jornal. Neste sentido, há necessidade de se estudar como estas manifestações ocorrem, até mesmo de forma inconsciente, na interioridade dos sujeitos envolvidos.

Para isto, é preciso recorrer aos conhecimentos da teoria cultural psicanalítica - nos termos propostos por uma nova geração de teóricos críticos - sem, no entanto, deixar de compreender que estas racionalizações, por mais profundas e detalhadas que possam vir a ser, não vão dar conta integralmente desse objeto.

É necessário porém que, antes de se deter no estudo de como essas forças ocorreram, seja feita uma breve reflexão sobre a teoria que servirá de base para a análise do fascínio do Opinião.

4.

A opção teórica inicial foi a de compreender como se dá a relação do ser social numa situação de dominação. Para isto, foram utilizadas as teses do pesquisador Mario Erdheim sobre a relevância do inconsciente para a evolução cultural dos sujeitos.

Para Erdheim, a evolução cultural dos indivíduos não está vinculada apenas ao desenvolvimento e aumento de complexidade das suas estruturas cognitivas, ou seja, à evolução da consciência mas, também, à produção da inconsciência. Segundo o autor, esta evolução realizou-se "sob a marca da dominação e se instala, não tanto sob a pressão da razão, mas da violência" (1984, p.4).

Erdheim afirma que o desenvolvimento social do homem se dá através de uma relação antagônica existente entre família e cultura. Para ele, família e cultura,

"ambas, são formas necessárias de vida humana em comum, mas que não podem - por respeitarem princípios básicos diferentes - nem trasladar-se uma à outra, nem separar-se uma da outra. O ser humano permanece sempre puxado por uma e por outra sem poder, com o tempo, conciliá-las" (1984, p.6).

Esta concepção é resgatada por Erdheim em Freud, para quem a família representa "aquelas forças que resistem ao movimento cultural", ou seja, aquela instituição que "tende a se fechar incestuosamente, impedindo os indivíduos de formar novas dependências com estranhos, ao mesmo tempo que reforça as velhas dependências internas e transmite o acolhimento costumeiro" (idem,

1984, p.6). Já o conceito de cultura é visto por Freud com um sentido dinâmico, "antes como movimento, como história, do que como estrutura". Cultura é, desse modo, concebida como "um processo que transcorre acima dos homens, que leva os indivíduos cada vez mais em dependência uns dos outros", à aquisição contínua de experiência e de ação social.

"A esse conceito de cultura pertence tudo o que compõe esse movimento: o desenvolvimento das forças produtivas da mesma forma que as relações de produção, a criação de formas de socialização, da tribo à nação; às esferas culturais que o levam, finalmente, à humanidade; mas, também, à produção de novos sistemas simbólicos universais, que possibilitam uma comunicação supra-abrangente." (ERDHEIM, 1984, p.6)

Erdheim explica que o desenvolvimento social humano é caracterizado por um transcurso em duas fases. A primeira fase inicia-se com o nascimento e termina lentamente com o quinto ou sexto ano de vida. O processo de amadurecimento biológico e social é desenvolvido neste período por meio de mecanismos de dominação, que variam de cultura para cultura e, através dos quais, se dá a adaptação da criança à ordem familiar.

A segunda fase ocorreria após o período de latência, já na adolescência, quando se dá a "segunda chance", "ou seja, quando os danos produzidos anteriormente na evolução cultural dos indivíduos podem ser superados, pelo menos em certa medida. O jovem tem, neste momento, uma nova oportunidade para sanar os danos sofridos no início de sua vida. "Aquilo que foi recalçado durante a infância e a latência reaparece nesta fase com plena energia, como fator de mudança social" (ERDHEIM, 1989, p.239). O narcisismo infantil é, então, reabilitado em um outro sentido, fun-

cionando nos sujeitos de forma ambígua, tendendo ora para a autovalorização, ora para a autodestruição. Esse sentimento narcísico orienta a energia psíquica - a libido - para a "alimentação ou liberação de impulsos sexuais, impulsos hostis e para aspirações narcísicas sem limite" (idem, p.238). O adolescente assume uma postura questionadora, "desenvolve idéias de grandeza e fantasias de onipotência" que vão ser responsáveis pelo afloramento da criatividade e "pela sua energia de transformação do mundo" (idem, p.238). A adolescência é, assim, "um dos pressupostos para que o ser humano faça a história, ou seja, não apenas possa transmitir as instituições tradicionais, mas também mudá-las...desta forma, a crise da adolescência é expressão histórica de vida, de relação antagônica existente entre cultura e família." (ERDHEIM, 1984, p.7)

Assim é que o afrontamento às instituições existentes, as manifestações de protesto, os movimentos estudantis são algumas das formas que os jovens encontram para "liberarem o potencial de transformação que se encontra na adolescência" (idem, 1984, p.8) e que contribuem para a evolução cultural dos indivíduos. No final da adolescência, porém, a integração no mercado de trabalho obriga os indivíduos, segundo Erdheim, "a adaptar sua organização do ego às contradições profissionais, isto é, id, ego e superego devem ser levados a estruturas hierarquicamente severas, apropriadas às relações de poder (anteriormente as três instâncias comunicavam-se livremente entre si)" (ERDHEIM, 1989b, p.239).

O conflito ocasionado entre a necessidade de integração no mercado de trabalho ao final da adolescência e as fantasias narcísicas de grandeza e onipotência, obriga os sujeitos a

tornar inconsciente, tudo aquilo que possa alterar a sociedade contra seus desejos, ou seja, tudo o que ameaça a cultura, o poder instituído, e que precisa ser recalçado. Neste caso,

"o que põe em perigo a estabilidade social não é destruído mas tornado inconsciente e as antigas fobias - funcionando como cães de guarda - detêm o aparecimento desses conteúdos de volta à consciência. O interesse da dominação, portanto, não é o de massacrar as contradições que levam à mudança e que agitam os pressupostos da dominação, mas de neutralizá-las." (idem, p. 213).

A angústia, desencadeada pela impossibilidade de manifestação dos sentimentos reprimidos, gera energia que se exterioriza através de mecanismos de defesa, nem sempre conscientes.

5.

O estudo de como essas energias são formadas, suas manifestações através de afetos negativos de ansiedade, angústia e medo e as funções que exercem no desencadeamento do processo psíquico dos sujeitos, reapropriados por Erdheim, foi desenvolvido por Freud para quem, porém, os termos "ansiedade", "angústia" e "medo", não são empregados como sinônimos. As diferenças existentes entre os termos "angústia" e "medo", por exemplo, que a princípio parecem se referir às mesmas manifestações, são consideradas por Freud em "Além do Princípio do Prazer".¹

1. Neste texto Freud esclarece que "medo e angústia são termos usados erroneamente como sinônimos, pois podem ser perfeitamente diferenciados de acordo com a relação com o perigo. A angústia constitui um estado caracterizado pela expectativa e de preparação para o perigo, mesmo que este nos seja desconhecido. O medo pressupõe um objeto determinado que o inspire..." (FREUD, 1986, p.89).

Em relação ao termo ansiedade, porém, na literatura freudiana pesquisada, não foi encontrada uma distinção que o dotasse de um sentido específico, diferenciando-o de angústia ou de medo. Para o objetivo da pesquisa, porém, o termo "ansiedade" vai ser usado como sinônimo apenas de "angústia", ou seja caracterizando um estado de expectativa diante de um perigo, real ou não.

Para Freud, portanto, o medo se dá em uma relação direta com um objeto, enquanto que a angústia está relacionada com um estado no qual pode ocorrer, inclusive, a própria abstração do objeto. Essa caracterização não significa, porém, que não possa existir relação entre esses sentidos, pelo contrário, pois, segundo Laplanche,

"em *Angst*, simultaneamente medo e angústia, podemos verificar a contaminação do medo pela angústia, de um medo aparentemente motivado ou, inversamente, a fixação da angústia num sintoma que se assemelha ao medo, que pode passar por medo e, portanto, fazer crer em seu caráter racional. Todo medo aparentemente motivado teria, na realidade, um fundo de angústia, e toda angústia se revestiria, a prazo mais ou menos curto, com a máscara do medo." (1987, p.58)

Ao analisar os mecanismos que deram origem aos sentimentos de ansiedade, angústia e medo, Freud formulou duas teorias: a primeira, estruturada nos anos 1895- 1900, é uma teoria econômica onde a angústia é considerada como energia sexual não-elaborada, "que se descarrega de maneira mais ou menos anárquica... ou ainda: é uma libido, desligada de suas representações, especialmente pelo processo de recalque, liberada e que novamente se descarrega sob a forma de angústia" (LAPLANCHE, 1987, p.42).

A segunda teoria, de acordo com Laplanche, é apresentada no estudo *Inibições, Sintomas e Ansiedade* e tem como coordenadas principais a noção de perigo, onde "a angústia é colocada na perspectiva da reação ou da preparação para o perigo" (idem, 1987, p.43); e a noção de ego, é reenfaticada por Freud.

Nesta segunda teoria, Freud considera o ego como a sede real da ansiedade.² Em um estado de opressão, "o ego percebe

que a satisfação de uma exigência instintual emergente recriaria uma situação de perigo ainda viva na lembrança..e que deve, portanto, ser de algum modo suprimida, paralisada, inativada" (FREUD, 1976, p.112). O ego, então, utiliza seus mecanismos de defesa para buscar uma compensação enfraquecida de forma a continuar controlando a situação e, ao mesmo tempo, continuar emitindo um sinal de ansiedade.

Nesta nova versão, porém, Freud não rejeita integralmente a primeira teoria da angústia. Segundo Laplanche, "o que se encontra, por momentos, é uma tentativa de conciliação entre os dois aspectos" (LAFLANCHE, 1987, p.135). A angústia que se situa como reação a um perigo existente na realidade exterior é, segundo Freud, em um primeiro momento, perfeitamente racional. Mas, em um segundo momento, demonstra a existência de um elemento subjetivo, de um afeto, que na presença de um sinal mínimo, faz com que os sentimentos vinculados à angústia se manifestem.

Posteriormente, em *Ansiedade e Vida Instintual*,² Freud apresenta a evolução de suas investigações sobre ansiedade. Conclui então que as três principais espécies de ansiedade, ou seja, a realística (como reação a um perigo externo e que se manifesta através da relação do ego com o mundo); a neurótica (como um estado de apreensão difusa, interno, e que se correlaciona com a ligação existente entre ego e o id); e a moral (reação angustiada baseada na interdependência do ego com o superego) têm uma mesma origem. Esta origem estaria ligada, "como protótipo e como causa",

2. Isto foi enunciado por Freud pela primeira vez em *O Ego e o Id* (ESB, v. XIX, 1976).

3. Conferência XXXII, publicada em *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros Trabalhos* (ESB, v. XXII, 1976).

ao "trauma do nascimento" ou seja, ao estado de angústia experimentado no momento do parto, quando se imprime

"à experiência mental um estado de excitação marcadamente intenso, que é sentido como desprazer e que não é possível dominar, descarregando-o...o que é temido, o que é objeto da ansiedade, é invariavelmente a emergência de um momento traumático" (FREUD, 1976, p.118)

Otto Fenichel descreve que "no momento de nascer, o organismo emerge de um contorno relativamente tranquilo para entrar em estado de forte estimulação com o mínimo de proteção frente aos estímulos." (FENICHEL, 1989, p. 75) Ou seja, antes do parto existe uma espécie de equilíbrio homeostático entre o corpo da criança e o corpo da mãe. No momento do nascimento, o impulso de liberação do corpo do meio estável em que se encontrava no útero, o rompimento do cordão umbilical, a separação repentina da mãe, vão constituir experiências traumáticas que criam nos sujeitos, segundo Freud, as sensações originais de ansiedade, angústia e medo.

6.

A pesquisadora alemã Marina Neumann-Schoenwetter, ao analisar a socialização familiar na sociedade burguesa, considera que o modelo para a situação de medo, como sinal de afeto negativo, também se encontra no trauma do nascimento. A sensação de medo original funcionaria nos indivíduos como experiência traumática, difusa, vinculada à sensação de separação da mãe. E somente a partir da vivência na primeira infância do fenômeno da cas-

tração - ou seja, da sensação de ameaça de perda do pênis - que o medo passa a ser materializado em um objeto.

O medo seria, então, para a autora,

"uma reação a uma situação de perda e que, de acordo com o desenvolvimento psico-sexual, transforma o seu conteúdo em reação à separação da mãe, em medo da castração e, por fim, em medo da consciência" (NEUMANN-SCHOENWETTER, 1989, p. 252).

Segundo ainda Neumann-Schoenwetter, o indivíduo adulto conservaria as antigas condições de medo e, ao enfrentar alguma situação de perigo, deslocaria o conteúdo da situação para a sua condição original de perda do objeto, reproduzindo, simbolicamente, suas experiências traumáticas da infância.

O filósofo alemão Wolfgang Fritz Haug baseia-se também em Freud para desenvolver sua teoria sobre o medo. Para Haug, o medo existe em dois momentos diferentes. Em um primeiro momento seria o medo original, representado pela perda do amor, e que corresponderia na criança ao temor da perda do amor dos pais e, ao medo da castração, paradigma freudiano para o medo. Em um segundo momento o medo se transformaria em "sentimento de culpa", interiorizado posteriormente no indivíduo como "medo do superego".

No primeiro momento, a situação de desamparo diante dos perigos externos gera na criança a necessidade de comportar-se de forma que possa "inspirar amor para obter proteção". Para Haug, existe uma certa adaptação mimética da criança, que procura fazer o jogo da "estética da obediência", a fim de agradar os pais e não perdê-los. O medo torna-se, assim, uma espécie de moeda, um valor através do qual a criança e, mais tarde o adulto também, se comu-

nica e se adapta aos valores existentes na cultura.

No desenvolvimento psíquico da fase adulta, o indivíduo já não necessita da dependência familiar mas, mesmo assim, o princípio de autoridade fica internalizado no superego, embora "sem objeto". O superego torna-se, assim, instância de dominação, núcleo onde persiste o temor da castração, transformado no adulto em medo da consciência.

O medo do superego não termina, no entanto, pois, segundo Haug, é indispensável como medo da consciência nas relações sociais. Para Haug,

"adultos comportam-se como se atrás dos fatos de sua vida houvesse um poder misterioso que devesse ser exorcizado, como os pais. Nesse poder retornam as autoridades de sua infância, como fantasmas." (idem, 1989, p. 261)

Desse modo, o superego torna-se, assim, o espaço interior da lei e da ordem, instância de dominação social internalizada nos sujeitos. Para Haug, "desobedecer ao superego representa, na consciência, a desobedecer às normas da sociedade interiorizada, a ir contra a corrente social, o que gera angústia".

De acordo com estes teóricos, portanto, apesar das diferenças existentes entre "medo" e "angústia", existe uma relação direta entre ambos, estando o medo impregnado de angústia e quase toda a angústia a procura de "fixar-se, limitar-se e controlar-se enquanto medo" (LAPLANCHE, 1987, p. 64). Ambos, tem origem no recalque, no que é tornado inconsciente e que se liga às formas originais do afeto, encontrado no trauma do nascimento e, objetivado através da angústia da castração.

A angústia seria, então, o transbordamento interno de uma energia que procura formas de se expressar - ainda que simbolicamente - uma vez que os canais naturais para fluência das necessidades que a originaram se encontram reprimidos, impedidos de se manifestar.

Neste sentido a angústia seria "o aspecto inconciliável do desejo, de todo o desejo e, no melhor dos casos, o restante, reduzido ao mínimo, mas o restante inconciliável deste." (idem, p.142)

7.

Esse desejo desnaturalizado é explicado por Lacan como orientado, "não para um objeto empiricamente considerado, mas para uma falta".

Para Lacan, a relação do sujeito com o universo que o circunda é dada em três dimensões. A primeira delas é a do imaginário, a "dimensão ilusória e subjetiva" do indivíduo; a segunda, é a do simbólico, em que se dá a clivagem, a separação entre o lado inconsciente e recalcado do sujeito e o lado consciente, estruturado a partir de regras, leis e códigos instituídos pela cultura e aos quais o indivíduo precisa se adaptar para viver socialmente.

"Simbólico e imaginário não são fatos concretos mas uma relação, um valor, um modo ou forma de transcender a relação com o mundo circundante" (MARCONDES FILHO, 1989b, p. 198).

A terceira dimensão é a do real, que se perde na dimensão simbólica, pela tentativa de apropriação de seu conceito pelo indivíduo.

Para Lacan o sujeito empreende no decurso de sua existência uma busca interminável a procura de um objeto perdido, "abstrato, indefinível, puramente indeterminado". Nessa procura o sujeito encontra "suportes", objetos materiais que supostamente parecem realizá-lo mas que não dão conta de suas necessidades e nem de suas ansiedades, tornando a busca permanente. Em sua teoria do Desejo, Lacan vai afirmar que o desejo "se realiza nos objetos mas o que os objetos assinalam é sempre uma falta". (GARCIA-ROZA, 1988, p.144)

O objeto do desejo porém, não é, necessariamente, algo concreto que se oferece, mas alguma coisa que possui uma relação subjetiva, simbólica com o sujeito. Para Freud, a aflição decorrente do desejo insatisfeito é, geralmente, "a reação a perda de um ser amado ou de uma abstração equivalente: a pátria, a liberdade, o ideal...". (FREUD, 1986, p.215)

O desejo apresentado por Freud se caracteriza, segundo Lacan, por um deslizamento constante, "numa série interminável na qual cada objeto funciona como significante cujo significado, uma vez atingido, se revela como um novo significante, reabrindo a série" (GARCIA-ROZA, 1988, P.147).

"O que caracteriza o desejo para Freud é esse impulso para reproduzir alucinatoriamente uma satisfação original, isto é, um retorno a algo que já não é mais, a um objeto perdido cuja presença é marcada pela falta...o desejo é a nostalgia do ob-

reto perdido" (idem, 1988, p.145).

O desejo colocado nessa função simbólica é, nos dizeres de Lacan, o desejo do Outro, onde esse Outro, segundo Garcia Roza, "não representa mais o ente imaginário, mas o campo da palavra, espaço da lei e da ordem" (GARCIA-ROZA, 1988, p. 148).

O desejo não realizado, não alcançado em sua plenitude, retorna ao seu ponto de apoio na consciência e, aí, torna-se superdimensionado, estimulando a criação de fantasias. Segundo Prokop, "a fantasia é, antes de mais nada, a força para a satisfação alucinatória dos desejos" (1986, p. 171).

Para Peter Schneider,

"a fantasia, aprisionada por não ter levado em consideração a realidade, amplia-se enormemente por meio deste impulso de desejo e conduz o ego a contradições cada vez maiores com a realidade. A fantasia será obrigada a buscar o material de sua satisfação nas utopias situadas muito no passado ou num futuro longínquo... em suma, a fantasia é prisionada para a irreabilidade, torna-se estranha, incapaz de viver a realidade louca. Visto que sua força pulsiva é exatamente a fuga da realidade por parte dos desejos, ela não realiza mais nenhuma relação dialética com a realidade" (1988, p.25).

Não podendo realizar os desejos, os indivíduos vão procurar canais por onde possam, pelo menos aparentemente, satisfazer suas necessidades. "Esses canais conduzem inevitavelmente ao consumo, à ilusão do desfrute e do bem-estar" (MARCONDES FILHO, 1988, p. 26).

8.

A dominação dos indivíduos pela cultura vai se dar, exatamente, pela manipulação dessas fantasias. Segundo Erdheim, o inconsciente social, "parte do inconsciente que o indivíduo tem em comum com a maioria dos membros de sua classe, é o que explica a dominação:

toda a cultura permite o ingresso de certas fantasias, pulsões e outras manifestações, assim como percepções da realidade no psiquismo e exige que outras sejam recalçadas. Tudo o que ameaça a cultura precisa ser recalçado. O inconsciente social atua como um container que precisa sugar tudo o que possa alterar uma sociedade contra seus desejos" (ERDHEIM, 1989b, p. 212/213).

Helmut Dahmer vai buscar também em Freud a afirmação de que "o processo cultural é essencialmente um processo de renúncia e autodomesticação". De acordo com este autor, "... a cultura não é o reino da ordem e da solidariedade mas é construída ao preço da infelicidade e do mal-estar geral de seus membros" (DAHMER, 1989b, p. 224).

A diferença entre o posicionamento de Freud e os dos críticos da sociedade capitalista, principalmente os marxistas, é que, para estes últimos, a dominação se dá, basicamente, através da dependência econômica enquanto que, para Freud, ocorre uma dependência libidínica.

Para Peter Schneider, a força transformadora vinculada à fantasia, à energia reprimida pelo não satisfação dos dese-

jos, quando orientada para as transformações políticas da sociedade, para a "capacitação dos dominados ao domínio da palavra e da ação", gera uma energia revolucionária, "um meio de politização muito mais eficaz que o discurso clássico do socialismo" (SCHNEIDER, 1988, p.27).

O pesquisador alemão Michel Buselmeier critica justamente a esquerda por não perceber que para que haja uma conscientização política revolucionária há necessidade de se penetrar na estrutura pulsiva, no inconsciente dos indivíduos, atuando "sobre as aspirações e os desejos que vão além dos interesses imediatamente políticos" (1988, p.27).

Esses desejos reprimidos existentes na interioridade dos sujeitos são passíveis de manipulação e, segundo Ulrich Reyer, é deles que projetos políticos mais radicais - como os fascismos europeus e o populismo latino-americano - se utilizam para "fascinar" as massas.

"As "massas", o povo em geral, depositam nas mãos de seus líderes carismáticos as esperanças de que não encontram satisfação na sociedade real. Esses líderes, assim como, de outra maneira, os ídolos da cultura massificada, absorvem esse potencial e o trabalham de forma reacionária. Sua função estabilizadora está, exatamente, no desvio que promovem dessas energias puras, matérias primas que vão compor o gosto de massa no capitalismo tardio" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 152)

9.

A organização burguesa da cultura, através das criações produzidas pela indústria da consciência: televisão, rádio, cinema, jornais, revistas etc, procura desviar as necessidades "subversivas" das massas de seus objetivos, canalizando-as para a sua satisfação aparente, representadas pelo consumo de mercadorias e o estímulo à fantasia padronizada dos sujeitos.

"Completamente reprimidos por essa luta nas trevas são os desejos infantis originais. O novo Volkswagen, o aparelho de tv em cores, as viagens programadas, quer pertençam ao trabalhador como desejo ou como realidade, constroem permanentemente as barricadas progressivas contra os desejos originais e humanos" (SCHNEIDER, 1986, p. 155)

A forma pela qual alguns produtos da comunicação massificada cria ressonância em seu público a ponto de fasciná-los, não se dá pela imposição "ideológica" de um determinado conteúdo. Ao contrário, ela ocorre, segundo Reyher, pela "pressão mágica das necessidades dos dominados" (REYHER, 1988, p. 100), não em seu sentido real, ou seja, as suas necessidades concretas, mas a satisfação ideal, abstrata, fantástica, de suas necessidades. Analisando as causas que levam ao fascínio das massas por determinados programas de televisão, Ulrich Reyher considera que,

"emissões, "nas quais as pessoas se encontram", caracterizam-se pelo seu caráter não-real, distante da vida. Contudo, seu consumo em massa mostra que elas são partes da vida, muito embora puramente ideais, como o sonho. O "outro mundo", que a TV apresenta, atinge de forma clara, a fascinação porque a crua realidade, ela própria, produz necessidades que a ultrapassam e não são satisfeitas por ela" (REYHER, 1988, p. 100).

Não podendo atingir o pensamento, o sentimento das massas em sua totalidade, os profissionais de comunicação procuram, através de "sondagens", identificar grupos determinados de público e suas "necessidades", desejos, vontades, a fim de criar signos, modelos idealizados, que correspondam aos anseios desses grupos-alvo.

Para Prokop, "a fascinação dos signos consiste no fato de que eles, especialmente nos produtos populares, absorvem estas fantasias e as permitem, até certo grau" (PROKOP, 1986, p.125).

A cultura monopolista de massa trata, assim, de produzir artificialmente condições para que essas fantasias sejam trabalhadas pelos sujeitos. Através de signos, de esquemas e de clichês procura orientar e controlar a forma de manifestação dos desejos embutidos nos sujeitos. Assim, a fantasia das massas é mantida "em sua forma regressiva, agressiva, sadomasoquista, difusa e abstrata" (idem, p. 125)

Existem, porém, condições para que se dê, uma outra forma de exploração das fantasias, dos desejos - atuais, passados ou futuros - existentes nas massas. Uma forma que não se vincule à dominação, mas, pelo contrário, possa levar à liberação. Que vá de encontro às necessidades dos indivíduos, ou de grupos de indivíduos, que os estimule à reflexão, à discussão de "seus medos, racionalizações, sensações de impotência e possam, por meio disso, superar as barreiras para a prática real. Esse é o objetivo mais

decisivo e, por isso mesmo, o menos atingível. De que mecanismos deverá se utilizar essa comunicação emancipatória para levar os indivíduos a discutirem e romperem com seus medos, suas racionalizações, etc?" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 154)

O que ocorreu entre o jornal Opinião e os seus leitores parece ser uma das formas de resposta para esta preocupação com a produção de um tipo de comunicação emancipatória.

O jornal Opinião, ao se posicionar criticamente em relação ao governo repressivo, canalizou para si os anseios reais, reprimidos de seus leitores. Além disso, criou oportunidades para que os sujeitos se unissem em torno de um ideal de libertação, de emancipação. Tornou-se o elo através do qual, superando os medos - reais e imaginários - existentes nas massas, as pessoas com idéias progressistas se uniam. Movimentou afetos, estruturas pulsivas tornadas inconscientes na interioridade dos sujeitos. Libertou nos leitores fascinados os sentimentos de apoio, solidariedade, compreensão e aproximação, de uma forma simbólica, em relação ao jornal, à equipe que o representava e aos outros leitores com os quais, através do Opinião, se identificavam. Estes foram alguns dos aspectos que ocasionaram o "fascínio" que, mais detalhadamente, vai ser agora estudado.

10.

O comportamento dos leitores do Opinião, no contexto repressivo dos anos 70, era definido pelos sentimentos de angústia e de medo. O "clima da época", recuperado pela pesquisa através das lembranças dos entrevistados, vai mostrar que o perigo era real e se concretizava através das violências praticadas pela polícia contra todos os que, supostamente, apresentassem qualquer posicionamento contrário ao governo.

Abortados de movimentos embrionários de rebelião contra o sistema político, um segmento significativo da população urbana é obrigado a reprimir seus desejos de emancipação e de libertação social. Isolados, ameaçados, enfraquecidos e sem condições emocionais para se envolver em novas articulações, os indivíduos se tornam preocupados, antes de tudo, com a sua proteção, com a sua sobrevivência. A própria impossibilidade de ultrapassar a dimensão subjetiva das pessoas através da fala, da comunicação, constantemente vigiada pelo poder, faz surgir no íntimo destes sujeitos a angústia de não poder, pelo menos, manifestar os seus desejos de mudança.

Esta situação de desmobilização e de repressão generalizada vai repercutir nos sujeitos através da criação de um "estado paranoico", condição psíquica em que se encontrava a quase totalidade da sociedade brasileira.

Para tentar compreender as características desta paranóia coletiva, é importante se recorrer à "leitura" que Canetti faz sobre as relações entre poder e paranóia, através da análise do "caso Schroeber".

Schroeber era o antigo presidente do Senado de Dresden que, após longos anos internado em várias clínicas, como paranóico, escreve suas *Memórias*, analisadas também por Freud. Para Schroeber, Deus impossibilitado de se aproximar dos homens vivos, conspira contra eles e acaba por exterminar a quase todos. Deus tenta aniquilá-lo também, com a ajuda de seu médico, mas não consegue. Schroeber torna-se, assim, o escolhido, o único sobrevivente com possibilidade de reinstalar a ordem perdida e, contando com o apoio integral de Deus, assumir o poder diante da humanidade.

O sentimento básico que define a paranóia, para Canetti, é a sensação do indivíduo de sentir-se "cercado por uma malta de inimigos que estão todos interessados no que se faz" (1983, p. 507)". O paranóico vê conspirações em toda a sua volta, "ela se expressa da maneira mais pura nas visões de olhos: vêem-se olhos por toda parte, por todos os lados; estes olhos não se interessam por qualquer outra coisa além da nossa pessoa, e fazem isto com um empenho por demais ameaçador. As criaturas às quais pertencem esses olhos têm a intenção de vingar-se de nós" (idem, p.507).

Estas criaturas diluem-se em uma massa inimiga, na qual perdem as suas individualidades - "todos" podem pertencer a

ela. O inimigo está em toda parte, ninguém mais é totalmente confiável.

Nesta massa o paranóico, de acordo com Canetti, "costuma ver coisas que realmente são distintas como se fossem a mesma coisa. Ele torna a reencontrar seu *inimigo* nas mais diferentes figuras.

Em qualquer lugar onde ele arranque uma máscara, sempre aparece o seu inimigo. Por causa do segredo que supõe existir por trás de tudo, por causa do desmascaramento, tudo se torna máscara para ele. Ele não se deixa enganar; ele é quem percebe isso tudo; o tudo é apenas um" (*idem*, p.504).

Mas o que essa massa ameaçadora e onipotente pretende de cada um destes indivíduos isolados, "sobreviventes"?

Na interpretação do caso Schroeber, por Canetti, esta malta inimiga representaria o poder divino, disposto a acabar com a raça humana, "a aniquilar um homem que lhe fosse incômodo, por meio de uma doença mortal ou de um raio" (*idem*, p.493).

No clima social dos anos 70, a malta inimiga representaria também o poder, no caso o político, dos militares, dispostos, assim como Deus para Schroeber, a aniquilar qualquer um que lhes fizesse oposição.

A diferença fundamental entre a análise de caso Schroeber e a paranóia social brasileira dos anos 70, parece estar na visão do "poderoso". Schroeber sente-se iluminado e assume em seus delírios a condição do poderoso, redentor do mundo. Os indivíduos, no caso brasileiro, assumem o outro lado da percepção paranóica. São eles os dominados, os que estão a um passo de serem

sacrificados pelo poder. Em ambos os casos, porém, dentro desta linha de raciocínio defendida por Canetti, pode-se considerar que "a paranóia é, no sentido literal, uma *enfermidade do poder*" (idem, p.498).

Também do lado do poder - ou seja, no caso, o lado dos ditadores - havia, e forte, uma paranóia coletiva (esta bem mais próxima dos sentimentos apresentados por Schroeber). A paranóia dos poderosos, em luta permanente para manter sua hegemonia diante das massas, conduz ao uso de estratégias de atemorização, à instituição dos órgãos de segurança, dos serviços secretos de informação. A este estado paranóico do poder corresponderia, em contrapartida, o estímulo à manutenção de um "sentimento paranóico" coletivo, calcado, principalmente, no amedrontamento das massas, na exaltação do poder dos ditadores.

Dentro desta total impossibilidade de reação coletiva contra o poder, os indivíduos vão reagir - até mesmo por uma questão de sobrevivência física e psíquica - e assumir posições aparentemente isoladas diante do status quo. Para uns, a reação se dá pela "cumplicidade com o poder"; para outros, pela adoção de "suportes", estruturas simbólicas que possam garantir a sua autonomia diante do poder, e manifestar ainda que de forma velada e metafórica o seu descontentamento.

Nesse contexto de total desestímulo, de descrédito institucional, o "valor das palavras" assumem um significado extraordinário.

Para o poderoso, o ditador, as palavras incomodam.

Tudo o que ele deseja, é *libertar-se das palavras*, é anulá-las, para que possa manter-se no poder, sem conflitos de consciência. Ao contrário, para os que se encontram em perigo, em risco de serem dizimados pelos poderosos, a palavra torna-se instrumento e veículo de salvação. Falar significa ser ouvido, significa a possibilidade de encontrar outros indivíduos que estejam em situações semelhantes e, com eles, começar a firmar posições diante do poder.

Na paranóia social estimulada pelo poder, e incorporada pela massa, a possibilidade de uso da palavra torna-se, assim, uma questão de sobrevivência. Nestas condições, a imprensa assume importância estratégica fundamental para os que se posicionam em oposição ao governo. Para estes, a grande imprensa é vista também como inimiga, a forma impressa como o regime se apresenta diante da população e, portanto, não confiável. Orientam-se assim para as formas mais "confiáveis", por onde a palavra possa ser recuperada em um sentido de se libertarem da opressão imposta. E nesta condição que, em meio a uma variedade de jornais alternativos de oposição, a maioria com tiragens limitadas e repercussão restrita aos locais onde são editados, surge - em todo o território nacional e nas principais capitais da Europa e América - o jornal Opinião, e obtém repercussão imediata.

Pelas suas principais características, e pela luta que desencadeia frente à censura e ao governo, o Opinião passa a ser visto pelos seus leitores como a "oposição possível" de ser realizada naquele momento. O jornal é percebido como uma Frente,

um projeto político reunindo várias tendências de oposição ao regime, e se identifica com as expectativas e necessidades de um amplo segmento de leitores mais progressistas que ansiavam por um condutor.

Assumido pelos estudantes, políticos, grande parte dos militantes de esquerda e intelectuais, Opinião torna-se representante do pensamento de oposição nacional. Diante de uma parcela significativa destes leitores o Opinião passa a ser visto como aquele que, em nome das pessoas, ia brigar com os militares. "Era o herói que vence o medo, que enfrenta aquilo que nos está causando medo" (MARCONDES FILHO, 1989a).

O estado paranóico em que se encontrava a maioria da sociedade, vai desencadear - nos leitores do Opinião, em particular -, um novo tipo de angústia. Uma espécie de ansiedade paralela ligada ao medo de se identificar com o jornal de oposição.

Esta nova condição do sujeito - a de leitor identificado com a proposta do jornal "subversivo" - desencadeia, na interioridade dos sujeitos, uma carga de sentimentos em que se misturam o medo real, imposto pela violência do Estado repressivo, e o medo paranóico, incutido na consciência - o "temor de desobediência à ordem" - o medo do superego.

Esta carga psíquica criada pelos sujeitos vai ser descarregada através de "fantasmas", satisfações substitutas em que os perigos reais são superdimensionados.

Nestas fantasias os leitores se veem "em ação",

quando se dispõem a enfrentar os riscos e chegar às bancas para comprar o jornal. Da mesma forma, a opção pela assinatura do Opinião é vista como um risco calculado, uma forma explícita de engajamento e militância, ao vincular seus nomes ao nome do jornal. Portar o jornal, lê-lo em local público, enviar cartas à redação, são formas ostensivas de "militância" imaginária.

A identificação com a luta do Opinião ultrapassa o jornal em si e se estende também à equipe de jornalistas e colaboradores.

Em um primeiro momento o Opinião foi beneficiado pela presença de personalidades respeitadas na esfera intelectual da sociedade, que garantiram a seriedade e a respeitabilidade do empreendimento, atraindo leitores. Após a consolidação do nome do jornal, porém, a identificação de seus propósitos, a equipe passa a ser considerada, os jornalistas prestigiados, pelo simples fato de pertencerem aos quadros do Opinião.

Nesta relação idealizada, os leitores identificam os jornalistas como "cristais de massa", em um sentido próximo ao definido por Canetti.

Para este autor, o que define um grupo de homens como "cristal" não é tanto o tamanho do grupo, mas a sua *unidade*, "que se manifeste como uma totalidade", como uma orquestra. "Quem os vê ou os vir deve sentir, antes de mais nada, que eles jamais se desintegrarão. Sua vida fora do cristal não conta" (CANETTI, 1983, p.79). Assim também, independente das alterações que ocorreram nas diversas fases do Opinião, ou mesmo dos posicionamentos

políticos de seus membros, a equipe do jornal era sentida pelos leitores como um "cristal" - um grupo forte, coeso, unido diante de um ideal e ideologicamente comprometido com o pensamento de esquerda.

Para o governo o Opinião, em certo sentido, também deu sua contribuição. De acordo com Dahmer, o processo de socialização conduzido pelos sistemas repressores vai necessitar que sejam criados mecanismos de controle por meio da moral e da violência. Na medida em que esses mecanismos se distanciam das aspirações por "uma vida melhor", existentes em determinados segmentos da massa, são geradas "tensões" no seio desses grupos que, não controladas, podem dar origem a revoltas, colocando em risco a própria sobrevivência do grupo que detem o poder.

Conscientes da existência desses sentimentos recalcados em determinados setores do povo, os detentores do poder possibilitam o aparecimento de formas alternativas de "satisfação" dessas ansiedades socialmente reprimidas. Para isso, criam no plano social mecanismos de liberação das angústias das massas, do mesmo modo como ocorre no plano psíquico dos sujeitos.

Esses mecanismos de liberação da ansiedade precisam ser, porém, suficientemente poderosos para aliviar as tensões existentes nessas massas descontentes e, ao mesmo tempo, controlados com o rigor necessário para que não sejam capazes de conduzir os insatisfeitos a um processo de revolta.

Dahmer apresenta como exemplo desse "consolo" dos

dominados, a produção de piadas maliciosas, de chistes que possibilitam "... a agressão ou crítica àqueles situados entre altas posições, às autoridades..." (DAHMER, 1975,p.11)

Este procedimento parece ter sido também considerado pelo poder em relação ao jornal Opinião.

Para as massas pouco críticas o regime repressivo oferecia as ilusões de um "Brasil Grande", utopia ligada às noções de "crescimento, progresso e desenvolvimento", exploradas pelos órgãos de governo na mídia.

As massas politicamente mais conscientes, porém, que não se deixavam manipular pelos informes do governo, tornavam-se perigosas em sua virtual capacidade de se revoltar contra o poder. Uma das opções, portanto, para aplacar a ansiedade dessa massa, intelectualmente capacitada e politicamente revoltada, é permitir que veículos alternativos de informação - sem grande expressão na totalidade da população - sejam consumidos por esta elite intelectual.

Desse modo, o Opinião pode ter exercido para o governo a função de "válvula de escape", neutralizando a energia "subversiva" existente nas massas, através do "estímulo" à formas fantasiadas de oposição ao regime, via jornal.

Estas formas alteradas de participação, manifestadas por diversos leitores, em locais diferentes, como se estivessem "em massa", vai confirmar a tese de Erdheim, sobre a existência de uma "inconsciência social", parte do inconsciente que o in-

divíduo tem em comum com a maioria dos membros de sua classe. É esta "inconsciência" que vai levar com que os leitores usem o jornal como um fator de aproximação e de identificação. Ligados a uma imagem idealizada do jornal, os leitores consideravam que a simples posse do jornal, ou a referência de que era seu leitor, definia posições, demonstrava ligação com posicionamentos políticos e ideológicos com os quais os outros leitores se afinavam.

O fascínio desencadeado pelo Opinião, portanto, não vai estar restrito às qualidades do jornal em si, mas em uma "outra cena". O jornal, neste caso, vai ser o "suporte", o "sache", o objeto no qual a massa de leitores encontraram as condições necessárias para investir os seus desejos - a sua paranóia coletiva - e, através da *palavra*, demonstrar sua posição política de oposição ao governo.

O jornal, encarado como "oposição possível" foi aceito no plano do simbólico - nos dizeres de Lacan - como forma de satisfação às necessidades reprimidas das massas.

Ocorre que a própria materialidade do objeto - seu discurso ambivalente e polifônico, sua luta e coragem de manifestar opiniões diante do poder estabelecido - vai desencadear nos indivíduos carentes de ação política, uma carga suplementar de investimento, ocorrida no plano do imaginário - espaço do recalçado, dimensão em que se situa tudo o que é inconsciente.

E neste espaço psíquico - o do imaginário - que vão ser construídos os afetos, as formas alteradas de identificação dos leitores com o jornal, com a equipe que escrevia nele, e com

os demais leitores. A partir dessas identificações vai se efetuar a idealização "apaixonada", o fascínio que, em um sentido de inconsciência coletiva, é assumido por toda uma massa de leitores, culturalmente semelhantes.

Esta forma ativa e fantasmática de fascínio despertada pelo Opinião vai ser confirmada, também, pelo próprio desengajamento destes da procura compulsiva pelo jornal, a partir do momento que já conseguem participar de movimentos concretos de oposição. Se o Opinião atuava sobre a consciência do leitor, mantendo-o unido à posições de oposição ao regime, é natural que, no momento em que houve um mínimo de condições favoráveis à ação, os leitores se desligassem afetivamente do jornal (ainda que permanecessem fiéis à sua leitura) e investissem essa energia em formas mais concretas de participação.

Naquele momento, ficar afetivamente atrelado ao jornal, seria se acomodar. Seria, aí sim, manter uma relação psicologicamente alterada - em um sentido patológico - diante do jornal e das circunstâncias existentes na realidade social. Seria ir contra à própria ideologia preconizada pelo Opinião.

O ideário apresentado pelo jornal, e que serviu de alimento à consciência progressista de seus leitores, torna-se fermento para a ação e, na medida em que os leitores avançam em termos de participação política efetiva, o jornal deixa de responder aos seus anseios. Além da ação violenta da censura, o Opinião foi vítima - em termos de manutenção do pensamento de oposição ao regime unido em torno da sua figura - de seu próprio discurso.

Pelas suas características de liderança, porém, de investimento dos desejos de oposição e participação reprimidos na massa, o Opinião, na medida em que se extingue, vítima dos desmandos finais da censura (a mesma que permitira sua circulação - com cortes drásticos, certamente, mas de alguma forma ainda potencialmente radical - em momentos de repressão política mais intensa), torna-se um mito para os seus leitores. A mística do herói, que lutou bravamente contra o poder dominante, torna-se mais forte ainda com a sua "morte".

Para os leitores, mesmo para os que nos momentos finais do jornal "já estavam fazendo outras leituras", criou-se uma espécie de "fetiche", Opinião tornou-se algo desvinculado de seu conteúdo intrínseco, de sua materialidade. O sentido que o jornal passa a representar assume "vida própria". Torna-se semelhante ao "fetichismo de mercadoria", fenômeno que ocorre em economia política e sobre o qual Marx se expressa, como sendo o processo segundo o qual, "o produto do trabalho humano torna-se figura autônoma que funciona por si mesma, mantendo relação entre si e os seres humanos."

O Opinião, abatido pela censura, torna-se ainda mais idealizado. Assume características que não lhe pertenciam mas que faziam parte da imagem criada pela fantasia de seus leitores e que, de certa forma, representam os sonhos, os sentimentos, a energia reprimida no inconsciente de cada um e que vai ser investida, ainda hoje, na lembrança nostálgica do jornal, visto como

AS LEMBRANÇAS DO OPINIAO

"Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois" (Walter Benjamin).

Pedir aos leitores fascinados que retornassem ao passado, ao início da década de 70, e descrevessem o que faziam e, principalmente, o que sentiam no mesmo período em que se relacionavam com o Opinião foi, em alguns casos, tarefa difícil de ser encarada com uma certa objetividade.

As pessoas conseguiam regressar ao passado mas, geralmente, precisavam fazer retornos mais profundos no tempo. Procuravam explicar suas formas de atuação, nos anos 60/70, a partir de fatos que marcaram suas infâncias - como a morte de Getúlio Vargas, por exemplo - e que, de certa forma, foram responsáveis pelas suas opções políticas.

Na medida em que as recordações alcançam a época de maior repressão e truculência do regime militar - a partir do final dos anos 60 - as lembranças foram recuperadas em um sentido bem mais subjetivo em que emoção e razão se mesclam com frequência. Em muitos casos os comportamentos se alteram. Os leitores tentam se posicionar. No esforço com que procuram reconstituir o passado fazem reavaliações, buscam justificativas para suas idéias e seus atos.

A própria postura física do corpo se modifica. As

pessoas se contraem, cruzam as pernas, o tom da voz se transforma - torna-se mais intimista- a fala é lenta, pesada - demonstrando o esforço para transformar em palavras as lembranças da época- os ombros são flexionados para a frente, o olhar poussa fixo em um ponto qualquer, vazio - retornam em pensamento ao que sentiam e, em muitos casos, se emocionam. Nestes momentos, o corpo torna-se tão eloquente quanto o próprio discurso e mesmo os silêncios, as pausas para reflexão, são significativas.

Em algumas situações e, muitas vezes, com pessoas desconhecidas anteriormente pelo entrevistador, criou-se uma certa empatia, uma identidade, que tornava o momento da entrevista carregado de energia como se, talvez, a "aura" de que foi revestido o jornal estivesse ali presente e preenchesse os espaços vazios da conversa de um significado que, assim como o Opinião, transcendia o propósito objetivo do encontro.

As pessoas queriam falar e tinham o que contar. Os momentos vividos pelos que participaram de movimentos políticos clandestinos, as passeatas, as ações de confronto ao regime repressivo, são evocados com um indisfarçável prazer, um certo orgulho de quem identifica seus atos como manifestações corajosas, heróicas, de não se deixar abater - integralmente - pela situação. Os mais jovens, ou aqueles que não tiveram participação direta nos movimentos de oposição ao regime, procuravam falar de si na terceira pessoa, ou seja, transferiam seus relatos para fatos que ocorreram com amigos, conhecidos, notícias que souberam de terceiros, ou os próprios fatos que ocorreram com o jornal, a morte do Herzog, a referência a companheiros, ou mesmo a pessoas desco-

nhecidas, que foram presos, mortos, desaparecidos.

Os momentos vividos não são trazidos à consciência e exteriorizados como se fossem transcurso lineares e progressivos. Pelo contrário, os fatos se articulavam de uma forma atemporal - onde episódios ocorridos em 75 antecedem os de 68 - ou podendo existir ainda, uma absoluta incapacidade de saber exatamente quando determinadas situações aconteceram.

No esforço para lembrar do passado, são feitos destaques para ocorrências que, na época, foram consideradas sem importância. O lado humano flui com mais força e a ênfase na narrativa passa a ser não mais as situações de tortura sofridas, ou os sofrimentos físicos e as humilhações recebidas, mas o auxílio inesperado recebido em um momento de aflição: "uma atadura, um comprimido, um cigarro, um pouco de água, o envio de uma carta ou um bilhete..." As pequenas gentilezas que, na recuperação da memória, tornam-se mais fáceis de ser ditas do que as marcas deixadas pela repressão.

A medida porém que os momentos mais angustiados do passado vão sendo recuperados, são perceptíveis as manifestações da emoção que essas recordações provocam. O tremor das mãos, das pálpebras, a procura de refúgio no cigarro sugado fortemente, a fumaça lançada com força para o alto, o balançar nervoso das mãos tentando dispersar uma fumaça que já deixou de existir. São frequentes as manifestações de gagueira, os "esquecimentos" momentâneos, os atos-falhos, os silêncios cheios de sentido, o aparecimento de alguma lágrima discreta - que não consegue interromper o

discurso - ou mesmo o choro comovido.

Tornou-se claro também para o pesquisador que mesmo aqueles que não tiveram marcas profundas de sofrimentos nessa época, tinham consciência do perigo que corriam, principalmente por se posicionarem (ainda que não explicitamente) em oposição ao regime. Todos sentiam medo. Nas expressões dos entrevistados transparece o quanto se sentiam frágeis, vulneráveis diante do poder.

Essa massa de leitores ainda não conseguiu descarregar as energias reprimidas e as recordações da época tornam explícitas essas manifestações dolorosas, como se um investimento aversivo, uma energia negativa tivesse ficado aprisionada e as lembranças da época avivassem essas expressões.

2.

Os depoimentos e as emoções que se tornaram transparentes nas entrevistas orientaram para que novas questões fossem levantadas. Até que ponto os relatos efetuados representam exatamente as formas como essas pessoas se posicionavam na época? Mais ainda, será que eles já sentiam, naquele instante, a força do Opinião no momento histórico vivido, o papel desempenhado pelo jornal, como formador de consciências, como "oposição possível" em um período de extrema repressão?

Será que já tinham consciência da importância dos atos de manifestação explícita de apoio ao jornal? Será que realmente alguns desses atos - como a leitura em público, a divulgação das idéias apresentadas no Opinião, etc.. - eram feitas na época

de forma consciente para alcançar os objetivos apresentados nos depoimentos, ou seja, como formas de se afrontar a ditadura?

E, também, como explicar a participação emocionada de alguns - os atos falhos, a lembrança dispersa, o "esquecimento", a indignação e o ódio ainda presentes, os silêncios, os gestos cheios de significados, o choro - quando começam a lembrar de situações que já ocorreram a cerca de duas décadas atrás?

Para responder a essas questões, a metodologia utilizada para a coleta de informações - ou seja, a entrevista - foi sentida como um instrumento precário, incapaz de identificar, por exemplo, os limites entre as manifestações reais - de luta, de envolvimento político, de identificação com posições ideológicas de esquerda, por exemplo - e as fantasias dos leitores que procuraram no relato se posicionar o mais próximo possível da presumida imagem que um "típico leitor" do Opinião deveria ter.

A impressão que se tem, pela análise dos depoimentos, é que, em alguns momentos, o passado foi retratado de uma forma idealizada, em que os personagens, ficaram mais próximos de uma leitura atual do que aconteceu, do que uma ação plenamente consciente dos indivíduos na época.

O que vai garantir, porém, a confiabilidade dos fatos e situações relatadas na recuperação do passado são as coincidências, as semelhanças existentes nos depoimentos tomados de diferentes pessoas que, em princípio, possuíam em comum apenas o fato de terem sido leitores do jornal. Pode-se pensar, neste caso, até mesmo na existência de uma "inconsciência coletiva", no senti-

do proposto por Erdheim, ou seja, estruturas mentais comuns que se manifestaram nesse grupo específico e que determinaram uma forma particular de reconstruir o passado, baseada em uma identidade de formação, de valores comuns, de posicionamentos políticos semelhantes.

O que não pode ser confirmado são as formas explícitas, "heróicas", de apoio e de engajamento à luta, relatadas pelos entrevistados quando se expressam sobre as suas relações com o jornal. De qualquer maneira, reais ou não, as formas concretas de desafio à ditadura apresentadas (como a leitura do jornal em locais públicos, a compra destemida do jornal nas bancas, etc.), eram mais benéficas à estrutura psíquica dos sujeitos (diante do grupo de amigos e, principalmente, diante de si mesmos), do que como atos efetivos de contestação ao regime. Esta percepção é reforçada pela inexistência, entre os vários depoimentos coletados, de qualquer referência à situações de constrangimento sofridas pelos depoentes, pelo fato de estarem lendo o Opinião. O relato mais próximo de uma situação concreta de enfrentamento devido ao porte do jornal, é apresentado pelas advertências - do jornaleiro, de policiais - pelo perigo que a pessoa estaria correndo ao ler "este tipo de imprensa".

No entanto, a ênfase colocada nestas ações de militância simbólica, via jornal, não foram fatos isolados. A análise das formas semelhantes como os indivíduos se comportavam reforça o caráter de comportamento em "massa", existente entre os leitores, em relação ao jornal e à época.

Do mesmo jeito, há necessidade de se refletir sobre a maneira como os depoentes manifestaram suas emoções. Como pode ser entendida a semelhança com que reagem às lembranças da época, as manifestações corporais e de linguagem que essas lembranças provocaram, no momento das entrevistas? Essas emoções estariam presas apenas ao passado, ou fariam parte das manifestações psicológicas dos indivíduos no presente?

3.

Mais uma vez há necessidade de se procurar conceitos teóricos que possam explicar as razões que levaram ao "aflorescimento" dessas manifestações. A tentativa de procurar explicações para estas questões vai ser investigada, inicialmente, seguindo o caminho proposto por Erdheim, na teoria freudiana da memória.

O processo memória-esquecimento, para Freud, está vinculado aos afetos e desejos reprimidos. Erdheim baseia-se em Freud para afirmar que "a memória não é apenas um procedimento individual. Ela tem a ver com uma relação determinada pela cultura e pela dominação" (ERDHEIM, 1989, p. 210).

Erdheim busca também em Nietzsche as explicações para as formas como a memória é construída. Partindo da visão dos dominantes, Nietzsche afirma que a questão da fixação da memória na consciência dos dominados precisa ser efetuada com violência, ou seja, "não foi precisamente com respostas e meios delicados que esse antiquíssimo problema foi solucionado..."

Também para Freud a memória é um fato cruel. Os ho-

mens não querem se lembrar dos fatos dolorosos, "marcados a fogo na memória", e procuram bloquear as lembranças desagradáveis através do esquecimento, da exclusão no consciente daqueles conteúdos que representam impulsos indesejáveis. Para proteger o aparelho psíquico desses impulsos, o Ego lança mão de mecanismos de defesa - o "esquecimento", as fantasias, a negação do fato, por exemplo - na tentativa de inibir a percepção das representações dolorosas. Para Freud, a força motriz da defesa é o princípio do prazer/desprazer:

"confrontado com uma realidade geradora de desprazer, o Ego desinveste a percepção a ela associada, num movimento análogo à fuga, e torna invisível a representação ou a deforma. A primeira via é adotada pelo recalque; a segunda, pelos demais mecanismos defensivos: a regressão, a formação reativa, a anulação retroativa, a inversão e o retorno sobre a própria pessoa, a identificação, a projeção, a negação e a racionalização" (ROUANET, 1987, p. 122).

Os mecanismos utilizados pelos homens para a sua defesa psíquica procuram regular o acesso de recordações indesejáveis à consciência pela utilização de dispositivos de controle cognitivos, seja através da "exclusão completa da representação disfuncional, seja sua falsificação parcial" (idem, p. 122).

Para conseguir os efeitos desejados, os mecanismos de defesa operam no conjunto da vida mental dos sujeitos, interferindo com as atividades do pensamento, impondo certas conexões, criando novas representações e excluindo outras.

Esses comportamentos de defesa psíquica não são, porém, atributos patológicos existentes apenas em sujeitos neuró-

ticos ou psicóticos. Ao contrário, essas manifestações, segundo Freud, existem indistintamente em indivíduos sadios e enfermos. Para ele, inexistente fronteira qualitativa entre os processos psíquicos normais e patogênicos. A utilização de mecanismos de defesa como meio de proteção psíquica do Ego é comum a todos os homens. Sobre este assunto, Freud chega mesmo a afirmar que

"as neuroses de nossos enfermos não tem nenhum conteúdo que lhes seja próprio, particular e exclusivo [...] Eles sofrem dos mesmos complexos que nós, os sadios, temos que enfrentar" (idem, p. 133).

A diferença na utilização dos mecanismos de defesa pelos indivíduos normais e os doentes é que, nos casos patológicos, a defesa se frustrou e procura obter compensação, tendo em vista o insucesso do recalque.

Os motivos que levam o Ego a sentir necessidade de utilizar mecanismos de defesa foram estudados, também, por Anna Freud, que vai identificar, como situação defensiva mais familiar entre os adultos, a "ansiedade do superego." Para ela, "a posição, neste caso, é que um desejo instintivo tenta penetrar na consciência e, com a ajuda do ego, obter gratificação.

"O ego não se oporia à admissão desse desejo, mas o superego protesta. O ego submete-se, pois, à instigação superior e, obedientemente, trava combate contra o impulso instintivo, com todas as consequências que tal luta acarreta." (FREUD, A., 1986, p.46)

O embate entre as forças psíquicas, entre o desejo de tornar consciente alguma sensação negativa - uma pulsão ou lembrança reprimida - e a força com que o superego impede que o ego acolha as sensações proibidas, vai ocasionar no indivíduo um des-

controle emocional, percebido através de manifestações de angústia, de ansiedade.

As pulsões tornadas inconscientes não são expressadas mas deixam "sinais" de existência através das expressões emocionadas incontidas. Assim, a lágrima, o tremor das mãos, os gestos, a forma de olhar, etc...vão marcar a presença de algo negado, reprimido, sufocado no inconsciente do sujeito mas potencialmente forte, principalmente porque, não foi resolvido no plano do consciente.

A compreensão de como atuam os mecanismos de defesa nos indivíduos não teria importância para o estudo se resultassem de mecanismos puramente internos, "com o objetivo exclusivo de manter o aparelho psíquico em estado de equilíbrio." Porém, o essencial da defesa é que ela é mobilizada pelo Ego em função de perigos, reais ou imaginários, localizados no mundo exterior.

"E para evitá-los que o Ego, recorrendo aos automatismos de prazer/desprazer, bloqueia percepções externas, afasta da consciência certos conteúdos internos, interfere com a atividade do pensamento, colabora com o Id na formação de um imaginário repressivo" (ROUANET, 1986, p.135).

Para Anna Freud parece ser indiferente apurar com que tipo de realidade a ansiedade está relacionada. Segundo a autora, o ponto crucial é que,

"quer se trate de medo do mundo exterior ou medo do superego, a ansiedade é que desencadeia sempre o processo defensivo. Os sintomas que penetram na consciência como resultado final desse processo, não nos habilitam a determinar qual o tipo de ansiedade, no ego, que os produziu" (FREUD, 1986,p.49).

5.

Parece, assim, que as manifestações emocionadas, os bloqueios de memória, os tiques nervosos e mesmo as fantasias criadas pelos entrevistados, enquanto recuperavam as lembranças vinculadas ao passado, constituem-se como mecanismos de defesa, formas catárticas de manifestar o desprazer que essas recordações lhes causam. Os momentos desagradáveis por que passaram não foram ainda superados e, pelo contrário, as lembranças reprimidas, tornadas inconscientes, não conseguem ser recuperadas sem dificuldade.

O fato de os indivíduos não se libertarem das energias investidas nos episódios do passado faz com que ocorram repetições, "o eterno retorno do igual". As energias reprimidas retornam e, uma vez que não resolvidas, continuam provocando alterações, formas de defesa que aparecem espontaneamente, seja no discurso dos sujeitos - através de atos falhos, apresentação de fantasias, distorções da realidade, etc.- seja através das formas gestuais com que os indivíduos também se comunicam.

Para Freud, o discurso consciente é feito de lacunas ou brancos, originários do recalque. "Quando o discurso inconsciente fala, ele o faz, justamente, irrompendo através dessas lacunas, subvertendo e desmantelando a suposta racionalidade do discurso consciente." (NAFFAH NETO, 1985, p. 59)

Esses comportamentos de defesa são manifestações comuns aos indivíduos, diante da complexidade dos fatos, sentimentos e desejos não alcançados com que se defrontam no decurso de

suas "histórias de vida."

Sobre este problema, Dahmer considera que "a história de vida é espaço das neuroses.

Ela é o processo socialmente organizado de formação de uma identidade do ego, mediada entre desejos pulsivos de prazer, normas de comportamento internalizadas pela tradição e exigências específicas da situação, que se conserva ou não se conserva cumulativamente, de estágios de vida para estágios de vida, na solução de conflitos específicos de fases, sedimentados nas matrizes sociais de diferenciação e heterogeneidade crescente" (Dahmer, 1975, p.1/2).

Os mecanismos de defesa empregados pelos entrevistados constituem-se assim como "choques" - na fala de Benjamim - respostas provocadas pelos indivíduos, quando são acionadas as estruturas ainda cristalizadas ("mônadas" saturadas de emoção), reprimidas no pensamento.

A angústia gerada pela energia reprimida, e que não foi eficazmente descarregada, retoma o seu lugar no inconsciente. Reaparece, a seguir, através do investimento afetivo, em um novo objeto. Este objeto, por sua vez, assume uma função simbólica, que ultrapassa a sua própria materialidade.

Nesta perspectiva, o investimento da energia da massa oprimida, como o que ocasionou o fascínio pelo Opinião, é um fato social que parece existir em outros contextos, inclusive em manifestações de massa bem ampliadas, e que não estão, por sua vez, ainda elucidadas.

Fenômenos da mesma espécie podem ter ocorrido em outros acontecimentos que catalisaram a participação dos sujeitos, provocando uma grande euforia e, ao mesmo tempo, uma certa ligação entre as pessoas. Em manifestações políticas de massa surgidas no Brasil, após 1970, por exemplo, existem alguns elementos próximos aos que deram origem ao fascínio pelo jornal Opinião.

Parece haver algo de semelhante, por exemplo, entre o investimento dos leitores no Opinião e as eleições de senadores e deputados federais ocorridas em 1974.

A maioria da população, revoltada com os desmandos praticados pelos militares no poder, vota no partido que representa a oposição, causando uma espécie de "explosão" do MDB. De repente, inexplicavelmente, e contra todas as manipulações executadas pelos governantes, a massa de eleitores vota no "MDB" e ele se torna muito maior do que de fato era. A legitimação popular do MDB, como representante oficial da oposição ao governo, não era esperada pela própria liderança do partido que sente necessidade de "pedir desculpas por ter vencido as eleições, diante dos militares.."

Outras situações recentes que podem ser consideradas como investimentos das energias reprimidas nas massas seriam, possivelmente, o movimento das "Diretas-Já" e a repercussão da morte de Tancredo Neves.

Maria Rita Kehl descreve o Movimento das Diretas

COMO

"uma manifestação de um milhão de pessoas na rua, de diferentes classes sociais, irmanadas, em paz, entregues ao "sentimento oceânico" que anima as grandes massas: um fato extraordinário. A festa das diretas foi muito maior que sua finalidade- mesmo se esta tivesse sido alcançada. O desejo de liberdade, de participação, de uma vida menos medíocre, que animou milhares de pessoas a ganhar as ruas exigindo as "Diretas -Já" foi, ainda que inconscientemente, maior que os seus objetivos explícitos...tudo o que anima uma grande festa ou manifestação de massas parece ter saído diretamente dos grandes sonhos utópicos para a realidade" (KEHL, 1989, p. 54).

Assim também, a massa investiu em Tancredo e, como afirma Marcondes Filho,

"a figura de Tancredo Neves ocupou rapidamente a adoração mística e fiel das massas, como a "salvação nacional". Evidentemente aí estava acumulada uma quantidade de energia de massa.[...] Ele, ali, assumindo a figura de carisma, do ente místico, simplesmente materializando a idéia da redenção, apenas corporificava a massa gigantesca de energia popular, buscando algo em que se apoiar. Por isso sua morte foi um choque tão grande, pois trouxe de volta às massas a idéia da frustração, da sua própria dor" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 23).

Todos esses objetos não deram conta das fantasias da massa e a frustração do que não se realizou, conduz os sujeitos, em movimentos de "deslizamentos constantes", a buscas incessantes a procura de projetos que possam garantir a satisfação de seus desejos.

A consumação dessas energias apenas em formas substitutas, fantasiosas, sem um sentido concreto de realização implica que, no caso específico das relações dos leitores com o jornal Opinião, a magia permaneça ainda hoje em torno do nome, como

um tabu. Para quem viveu a época, criou-se uma espécie de linguagem particular, um código comum em que todos se entendem. Permanece implícito no nome do jornal toda uma atitude, um sentimento, um posicionamento de luta contra o poder instituído e, de acordo com as vivências e as fantasias de cada um, muitos outros significados particulares, ligados a momentos marcantes ocorridos com essas pessoas, na mesma época em que se relacionavam com o jornal.

O jornal, tornado fetiche, é visto como objeto simbólico de investimento dessa energia sublimada existente na massa de leitores, e que permanece.

EM DIREÇÃO A UM NOVO OPINIAO

As diversas respostas dadas pelos entrevistados sobre a questão de "quem estaria na atualidade ocupando o lugar deixado pelo Opinião", vem mostrar que não existe um consenso quanto a "falta" presumida que um jornal deste tipo estaria fazendo entre os seus leitores.

Um ponto, porém, chama a atenção. Todos os entrevistados sugeriram alguns aspectos que deveriam ser observados quando da realização de um "novo" Opinião. Isso significa que admitem o seu "renascimento" e, inclusive, consideram que o jornal poderia retomar o mesmo espaço - diante do público-leitor - ocupado pelo "velho" Opinião.

Leitores e jornalistas fazem sugestões quanto à estrutura do novo jornal, idealizam projetos possíveis de atrair novos leitores - a juventude, por exemplo -, recuperam características do Opinião que gostariam que fossem mantidas. Discutem equipes e formas de organização da hipotética empresa responsável pelo empreendimento.

As principais dificuldades, porém, não dizem respeito explícito à materialidade do jornal. Os entrevistados têm consciência de que, por uma questão de sobrevivência, um novo jornal precisa considerar, antes de tudo, que o tempo mudou - e as

pessoas mudaram, também - e que os problemas para os quais o novo Opinião teria que se voltar, são outros. Portanto, "para ser novo, ele precisaria ser "diferente".

Surge, assim, uma preocupação que percorreu muitos dos que foram consultados: quem seria este novo homem - leitor virtual -que se encontra escondido no meio das massas? Quem será o leitor para o qual o "novo Opinião" deverá tender? Será o jovem universitário - que está ocupando o lugar da maioria dos antigos leitores fascinados de vinte anos atrás? Ou os mesmos antigos leitores, uma parcela de uma geração ainda a procura de sua identidade, ainda em luta, "o Brasil que a gente queria ainda não aconteceu"? Ou será ainda, uma outra parcela de leitores ontem fascinados, hoje integrados em suas individualidades e em seu prazer de consumir, e esquecer?

Na impossibilidade de "prever" a repercussão que um jornal, nos moldes do Opinião, poderia acarretar no público-leitor, recorri aos teóricos, principalmente aos que assumem posições críticas diante da modernidade, para tentar identificar o homem, que se esconde na massa e que, de certa forma, poderia ser sensível aos apelos do Opinião.

Uma tentativa em responder a esta questão foi buscada em Jean Baudrillard que declara a "morte do sujeito" na atualidade, e o aparecimento do "sujeito fractal" que, à semelhança do objeto fractal, "não é apenas fragmentário, mas despedaçado".

Para Baudrillard, esse "indivíduo sem sujeito", característico da modernidade, "já não mais possui transcendência ou representação de si mesmo" (1987, p. 1). Sua representação não é mais a do indivíduo, em seu sentido tradicional, "mas estilhaçado em múltiplos fragmentos, dos quais cada um se assemelha a outro".

"No cenário de nossas megalópolis o que ocorre é uma multiplicação de pessoas cuja riqueza de facetas leva, da mesma forma, à idéia de fractalidade. O termo "pessoa" permite ver a superfície e determinar aquilo que somos numa série de facetas; ao mesmo tempo ele permite compreender que cada pessoa pode entrar em contato com outra. Desta maneira surge de pequenas partes cênicas do palco do mundo aquilo que eu chamo de "tribus". (idem, p.3)

Dentro dessa nova realidade, o homem comum, que se encontra (ou se perde?) nas massas, é permanentemente solicitado a falar, a emitir opiniões, através das quais possam se definir "tendências", grupos-alvo para os quais vão ser orientadas as produções dentro da sociedade capitalista.

Por outro lado, as pessoas já não apresentam suas formas autênticas de ser sujeito, dentro da sociedade de massas. Em geral, as pessoas procuram aproximar seus gostos, seu "look", conforme afirma Baudrillard, dos gostos estereotipados das "tribus" com as quais desejam ser identificados.

Nesta perspectiva, os jornais - e os meios de comunicação de massas, de modo geral - aumentam de importância pela sua capacidade de veicular informações, apresentando-as já esteticamente acessíveis aos grupos-alvo com os quais se identificam, e para os quais são feitos.

As pessoas querem estar informadas, precisam consumir informação, pelo menos para ter o que opinar, quando lhes for solicitado. Na avidez pelo consumo da informação sempre nova, os indivíduos não querem perder tempo. Solicitam permanentemente que as notícias já venham interpretadas, analisadas, exigindo-lhes o mínimo de esforço para se manter informado.

Na massa acrítica de leitores predomina uma necessidade permanente de atualização da informação, uma curiosidade pelo novo, o diferente, o inusitado.

Para ir ao encontro das necessidades de informação destes "sujeitos fractais" a grande imprensa, por questões ligadas à sua própria sobrevivência, procura se adaptar às necessidades manifestadas pelos seus leitores e, assim, satisfazê-los plenamente. A maioria dos periódicos disponíveis na atualidade apresentam, dessa forma, um leque ampliado de "notícias", formas simuladas de informar ao público-leitor, através da exposição indiferenciada dos fatos (a guerra, a moda, a festa...) que mais atraem os leitores-compradores da mercadoria-jornal.

Seguindo as regras da fracionalidade, o jornal se obriga a permanente veiculação de notícias novas e variadas, dentro do mesmo espírito observado por Prokop nos noticiários de televisão, ou seja, segundo o princípio de apresentar "para todos, o mesmo, sempre diferente".

As pessoas, porém, não são tão ingênuas. Na verdade, como afirma Prokop, "as massas são mais espertas, mais maldo-

sas, mais conscientes do poder, mais adaptadas à realidade do que muitos moralistas pretendem vê-la" (1986, p. 170).

O homem comum existente nas massas tem consciência das necessidades sociais e das exigências para transformá-las, mas prefere entregar esse esforço a um poder mais alto, a alguém que assuma por ele, a incubência da transformação.

Para Reich, o homem comum, está mais preocupado com suas pequenas questões do cotidiano, do que com "a liberdade obscura, inimaginável, de determinar a vida social" (1937, p.5/6).

"Excetuando-se grupos de trabalhadores bastante conscientes, a massa não pensa a mudança de sua vida, senão da forma que a tem vivenciado: obrigada" (idem, p.6)

Nessa perspectiva, o homem comum da massa ainda que se sinta marginalizado, enredado em estruturas sociais que o determinam, com fins meramente especulativos, coloca em um plano mais alto, as decisões sobre a transformação do sistema. As resoluções sobre suas próprias vidas (seus trabalhos, suas economias, seus destinos), são decididas em outros níveis, os quais ele já não alcança, não entende e não quer entender.

Em sua pretensa passividade, os homens em massa têm consciência de sua fragilidade, sentem-se como objetos manipuláveis, transformáveis, permutáveis, e passam a olhar o mundo, como afirma Vattimo, "como fábula".

O mundo é fábula. Assim também tornam-se "fábulas" o jornalismo, as notícias veiculadas pela mídia, as informações que não atingem diretamente as suas vidas, ou, quando o fazem, são mais uma forma de captação do novo. Uma nova posição que a pessoa

vai ter que assumir, a inauguração de uma nova máscara, fragmento em que encontra de forma diferente, a si mesmo.

A compreensão do mundo como fábula possibilita ao homem moderno a liberdade de construir sua própria realidade, a relativizar suas posições pessoais e sociais. O desaparecimento dos antigos heróis, das estruturas sociais consideradas estáveis, rompe na consciência dessas pessoas com as certezas, com o direcionamento progressivo com que era encarada a própria trajetória da civilização. As revisões históricas efetuadas pelos países socialistas, a crise de credibilidade de todas as ideologias políticas, os seguidos desencantos com pessoas, partidos, governos e tendências filosóficas, no plano mais geral das sociedades modernas, se reflete como a perda de ídolos cristalizados, dogmatizados.

Essas rupturas fazem aflorar nos indivíduos mais conscientes antigas angústias, ainda não resolvidas na esfera do social. "Uma consciência inquieta com o status quo e com o consenso que ele nos propõe" (KRISTEVA, 1977, p. 92).

Os que estavam preocupados com a instalação de uma nova ordem social, sentem-se desconfortáveis por estarem apartados das decisões, de certa forma, esvaziados, orientados para construir suas próprias realidades, sem modelos comuns, sem heróis.

Para esse desconforto o homem vai procurar respostas, por diversos atalhos, caminhos sinuosos onde tentam saciar seu inconformismo e seu vazio interior. As respostas não encontra-

das nas complexas relações com a realidade, vão ser especuladas através do apelo ao irracional, ao mito, à mágica.

Descrentes, essas massas percebem as manipulações da mídia e se deixam envolver pela "fábula". Sabem que estão sendo lesadas, manipuladas, nos mais diversos sentidos e, raramente, procuram formas de reagir coletivamente. Na maioria das vezes, as reações são breves e isoladas e, mesmo quando informadas, não despertam por muito tempo a atenção, além dos diretamente envolvidos na questão.

Existe, no entanto, pelo menos um hiato informacional. Para essa massa intelectualizada, acostumada nos últimos vinte anos ao combate a um inimigo ideologicamente definido, os meios de comunicação de massa não conseguem satisfazer as suas indagações. Sentem que o contraponto ideológico, em torno do qual podiam ser explorados os vícios da sociedade liberal, precisa ser refletido e discutido, com vitalidade e crítica, em uma profundidade que a imprensa diária não consegue responder e com a velocidade que a literatura especializada é por demais lenta para acompanhar. Para essas pessoas, existe uma possibilidade de acatamento de um novo jornal, do tipo do Opinião.

Para esse homem intelectualmente carente e ansioso de explicações, mais do que de notícias, faça ele parte da juventude mais interessada, ou seja ainda um dos "velhos" leitores dos anos 70, há necessidade de se criar um novo jornal, essencialmente novo, com o qual este leitor possa se identificar.

O novo jornal que ocupar esse espaço, para ser vanguarda, precisa levantar polémicas, trazer novos caminhos, alternativas, reflexões sobre as notícias correntes, proposições diversas sobre as mesmas questões, em que os leitores possam refletir, discutir, tomar partido e seguir adiante, identificados ou não com a questão proposta, mas, jamais, indiferentes.

VI.
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao Fascínio

"Assim é que eu deveria ter escrito", dizia consigo. "Meus últimos livros são demasiado secos, teria sido preciso passar várias camadas de tinta, tornar a minha frase preciosa em si mesma, como este panozinho de muro." Proust

A preocupação central deste trabalho foi a de procurar saber por que o jornal Opinião despertou um certo tipo de "fascínio" em seu leitores. Foi visto, então, que esta relação emocionada não se deu no vazio. Um conjunto de circunstâncias fizeram com que este fenômeno ocorresse em um sentido coletivo, na massa de leitores que mais se identificaram com o jornal.

O clima repressivo da época foi o elemento desencadeador - o pano de fundo - de todo o cenário em que surgiram os leitores angustiados e ao mesmo tempo com medo de manifestar suas indignações. O mesmo quadro serviu para viabilizar a existência de diversos jornais alternativos de oposição e, entre eles, o Opinião.

Para o segmento de leitores pesquisados, o Opinião foi, na época, de extrema importância. Na maneira como o jornal procurava se apresentar e demonstrar suas opiniões estes leitores encontravam respostas que satisfaziam as suas necessidades mais imediatas de informação e de participação.

A forma idealizada como os leitores viam as lutas

do jornal com os governantes influi para que suas relações com o jornal se deem também num plano idealizado. Diante deles, o Opinião passa a ser encarado não apenas como um bom jornal, mas como um fetiche, um herói mítico abatido pela ditadura. Nessa idealização, são englobados todos os que, de alguma forma, tinham relações com o jornal: jornalistas, intelectuais, políticos e, leitores.

Na opinião dos entrevistados são apresentados argumentos que favoreceriam esta relação fascinada com o jornal. Estes aspectos, investigados a fundo na pesquisa, mostram, no entanto, uma outra realidade, não imaginada pelos leitores, na época.

Nesta procura das razões do fascínio pelo Opinião descobriu-se que, os leitores tinham uma grande admiração pela equipe do jornal. Na suposta "unidade da equipe", porém, haviam grandes divergências, principalmente ideológicas, e que foram responsáveis pelas constantes brigas internas, causa das muitas rupturas, e que não eram captadas pelos que liam o jornal.

Assim também, a falsa idéia de que todos os que escreviam no Opinião tinham o mesmo perfil ideológico, o mesmo "pensamento de esquerda". Como "frente" de oposição, o semanário absorvia colaborações que iam da mais alta burguesia à extrema esquerda, e que, de muitas formas, lutavam entre si pelo predomínio político dentro do jornal. Desta forma, o mito da "unidade" da equipe é o primeiro a ser derrubado.

Em seu isolamento, apresentando formas semelhantes e solitárias de se comportar diante do jornal, os leitores parecem demonstrar que havia mais unidade entre eles, mais comportamento

"em massa", do que entre a admirada equipe responsável pelo Opinião.

Um outro ponto levantado sobre as razões do "fascínio" diz respeito à qualidade das informações apresentadas pelo Opinião. As notícias e opiniões emitidas por grandes nomes da intelectualidade nacional geravam admiração e respeito, "formavam consciências". Muito pouco, porém, houve de exemplos concretos, apresentados pelos entrevistados, que mostrassem o quanto essas notícias haviam causado de impacto em suas compreensões. No entanto, estes mesmos leitores são pródigos em relatar exemplos de capas, de ilustrações com sentidos ambiguos, de sarcásticos títulos de reportagens, de frases e desenhos aparentemente sem sentido, jogados no "corpo" do jornal. As lembranças das formas sutis com que o jornal dava o seu recado é lembrada com humor, tornaram-se marcas. Mobilizaram afetos, não pelo riso, mas pela provocação. Não pelo que elas, pretensamente, querem comunicar ao leitor, mas pela ridicularização do opositor. O elemento desencadeador do fascínio, nesse caso, vai estar no outro. Quanto maior a presumida irritação dos governantes com o jornal, maior o seu potencial de desencadear afeto na massa de leitores.

Um outro aspecto controvertido apontado para o fascínio põe em confronto as opiniões de jornalistas e leitores. Os leitores afirmam, categóricos, que nas fases mais cruéis da censura, quando o jornal era apreendido, a redação invadida, etc.. eles procuravam participar "dando uma força", comprando e divulgando

com mais intensidade o jornal. Esta informação não é confirmada pelos jornalistas. Na realidade da redação sabia-se que, quanto mais o jornal era sacrificado, menos vendia. Tanto é que, no final, o jornal praticamente não tinha mais leitores.

Esta divergência vem reforçar o quanto as recordações dos leitores têm um caráter de "leitura" da época e o quanto que, na realidade do passado, as suas ações em relação ao jornal eram comandadas pelo medo.

Enquanto o Opinião era visto como uma forma de se identificar com um perfil "possível" de oposição ao regime, não havia tantos problemas. Embora com cautela, havia até uma certa disposição narcisica de ser visto como "progressista", por estar fazendo "este tipo de leitura". Na medida em que o risco se tornava evidente, em que havia a possibilidade de ser preso ou vítima de qualquer outro tipo de violência por comprar ou ler o Opinião, dava-se o recuo. Naquelas semanas próximas a que o jornal estava sendo empastelado pela censura, não se comprava o jornal. O perigo era concreto.

Por outro lado, se a consciência ficava tranquila por se estar a salvo da identificação com o jornal, havia a preocupação com o efetivo abandono ao semanário, no momento em que mais precisava de apoio. O sentimento diante da situação de risco em que se encontrava o jornal humaniza as relações. Opinião passa a ser visto como um companheiro ("tão culpado quanto eu"), abandonado diante do perigo.

Isso não impede que, a cada momento de violência concreta contra o Opinião, os leitores novamente recuem, para re-

tomar a "militância", mais tarde.

Na identificação com a luta do jornal, os leitores assumem formas simbólicas de participação. O leitor precisa sentir que, também, está ligado ao movimento desencadeado pelo jornal. Procura compensar sua impossibilidade de militância concreta contra o governo, através das ações, sentidas como não menos perigosas, de comprar, portar, divulgar o jornal entre amigos. Arrisca-se, dessa forma, duplamente: em termos concretos, em relação ao governo autoritário; e em termos simbólicos, ao afrontar o medo, internalizado em suas consciências, de se estar ligado ao jornal "subversivo".

Por ser uma forma alterada de medo, a "descarga" via jornal, não esgota os sentimentos concretos de participação, reprimidos na massa de leitores. O Opinião deixa de circular e a angústia se mantém. Em sua concretude o jornal não foi capaz de satisfazer às necessidades da massa que, através de uma *busca interminável*, continua depositando em novos objetos, o desejo de completude, de realização e participação, que possa preencher o "vazio" de sua existência.

A tranculência do ditadura, sua duplicidade de funcionamento, sua imoralidade e seus vícios, conduz não apenas essa massa de leitores, como todo o povo, a se voltar para uma suposta oposição que, no poder, frustra as expectativas de mudanças na esfera de governo.

Com o tempo, e por uma questão de sobrevivência, os sofrimentos e medos sentidos na época são "esquecidos", recalcados

em algum ponto da memória. E, como diz Erdheim, compreendemos que estas lembranças, "que põe em perigo a estabilidade social, não são destruídas, mas tornadas inconscientes. (1989b, p.213).

O jornal Opinião porém, funcionando como contraponto de prazer em uma época de tão duras recordações, consegue ser um canal por onde uma parte dessas lembranças e emoções negativas têm condições de aflorar. E essa possibilidade despertada pelo jornal aumenta, ainda hoje, o seu fascínio.

Ainda aqui, o sentido do fascínio despertado pelo jornal pode ser visto como um sentimento ativo pois, embora as recordações da época - via lembrança do jornal - não levem a mudanças estruturais nos indivíduos, permite que eles reflitam sobre o passado, que assumam posições e façam comparações com os seus momentos na atualidade. As lembranças do Opinião mobilizam sentimentos, não permitem que o passado seja visto em um sentido estático, passivo.

O fascínio desencadeado pelo jornal Opinião em seus leitores, portanto, não dependeu unicamente da excelente qualidade apresentada pelo jornal, embora ela seja um dos fatores determinantes para que isto ocorra. Não ocorreu, também, por causa das relações alteradas existentes no plano social, causadas pelo regime repressivo, embora esta seja a base que vai possibilitar o investimento afetivo dos leitores no jornal.

O fascínio pelo Opinião vai estar, sobretudo, na maneira como essa massa de leitores vai projetar em um objeto - no caso, o jornal Opinião - as suas fantasias de participação e de expressão de opinião ligadas às suas angústias, seus medos reprimidos.

midos. Vai estar nas formas fantasiadas com que esses leitores se posicionam "em militância", assumindo riscos, através de suas relações com o jornal.

Os posicionamentos porém precisam ser realocados. Por mais ativo que possa ser encarado o sentimento de fascínio provocado pelo Opinião ele é resultado de uma situação de exceção, que ninguém pretende reviver.

No momento atual, porém, ainda existe um vazio informacional na imprensa brasileira, detetado por leitores e jornalistas. Este "vazio" poderia ser preenchido por um jornal de boa qualidade, com características próximas das apresentadas pelos melhores jornais alternativos dos anos 70.

Resta apenas saber se diante da suposta "imobilidade das massas" na atualidade, da sua leitura de mundo e do comportamento dos homens como "fábula", haveria espaço para que um jornal crítico pudesse ser visto com atenção, por todos.

Mas não há como responder a esta questão. A receptividade de um veículo de informação independe do desejo de seus proprietários. Independe também da capacidade do escritor (ou jornalista) em tornar "preciosa em si mesma" a frase que irá conquistar o seu leitor (ainda que a qualidade do texto contribua significativamente para a sua "receptividade").

As relações entre leitor e jornal (que, em extremo, foi responsável pelo "fascínio" do Opinião) são complexas e conjunturais. Pode-se especular sobre o que o leitor quer ouvir, ou ver escrito em um determinado momento. Pode-se identificar a "li-

nha" do jornal com o pensamento de um grupo determinado, de uma "tribus", jamais com a totalidade das massas.

Mas não há como saber se o que está ali escrito vai despertar a consciência dos leitores, vai contribuir para que saiam de seu aparente imobilismo e, em massa, respondam ativamente ao chamado do escritor.

APENDICE 1

ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. O caminho teórico para a análise do "fascínio"

Para um determinado grupo de pessoas o simples pronunciar do nome de um jornal alternativo dos anos 70 - Opinião - gerava uma reação visível, não demonstrada somente em palavras mas em gestos e expressões faciais, que denunciavam a existência de emoções, ligadas à época em que o jornal estava em circulação. Estas reações funcionaram como pistas para a formulação de questões da pesquisa. Mais importante do que um estudo sobre a materialidade do jornal, foi para nós a investigação de um certo fascínio desencadeado sobre seus leitores. Nossa intenção foi a de buscar as razões desse fenômeno; foi a de demonstrar que o nome do jornal havia se tornado uma espécie de senha para a recuperação de lembranças em algumas destas pessoas que viveram a época.

Por outro lado, havia uma preocupação de investigar porque não se produzia nada semelhante na atualidade, mesmo havendo uma possível demanda por este tipo de jornalismo.

A validade do retorno ao passado para a obtenção das explicações necessárias ao desvelamento da questão do fascínio foi reforçada pelas afirmações de Walter Benjamin que, além disso, vislumbra um caminho metodológico - através da historiografia marxista - para iniciar esta busca.

Para Benjamin, ao contrário do que ocorre com os métodos tradicionais de pesquisa histórica, que procuram recuperar e apresentar uma "imagem eterna do passado", a historiografia mar-

xista tem em sua base um princípio construtivo. Segundo Benjamim,

"...quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido" (Benjamim, 1985, p. 231).

Assim, deter-se para analisar o fascínio do Opinião é um trabalho que não se restringe, apenas, às relações concretas existentes entre o jornal e os seus leitores. Trata-se sobretudo de resgatar - "nessa configuração saturada de tensões" - os pensamentos e sentimentos reprimidos na interioridade dessas pessoas e, com eles, construir uma visão "histórica" da época.

A intenção é a de buscar, nessas pessoas, os elementos necessários à recriação de um momento em que elas se tornaram personagens e que, através das suas relações com o Opinião, procuravam participar, sobreviver.

O caminho metodológico escolhido, a partir destas constatações, não poderia ser, assim, o de uma simples análise do conteúdo apresentado nas diversas matérias veiculadas pelo jornal. A análise destes textos, elaborados de forma a poder dizer "muito mais do que o que vai aí escrito" (Ribeiro, Opinião n 1, 1972), não vai explicar, por si só, as causas que levaram ao "fascínio" dos leitores.

Além disso, ao trabalhar com os textos do jornal, o

pesquisador vai criar - conforme seus conhecimentos teóricos e posicionamentos ideológicos, sua subjetividade enfim - argumentos e explicações que podem ser comprovadas teoricamente, mas que não significam que estejam próximas das razões que levaram os leitores a investir no jornal. Há o risco, portanto, ao se utilizar a análise dos conteúdos, de se criar novos significantes - os do pesquisador - para os significados apresentados nos textos. Estes novos significantes não podem ser comprovados como correspondentes exatos ao que o produtor do texto queria informar, e nem como a forma sob a qual o leitor percebeu a informação.

Por sua vez, o desenvolvimento de uma análise que envolva o levantamento de recordações, de manifestações subjetivas vinculadas a um passado fortemente carregado de emoções, é uma tarefa que transcende o mero levantamento histórico de uma época. A forma emocionada como os leitores descrevem os atos do passado faz lembrar Walter Benjamin, mais uma vez. Para ele, "articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi" (BENJAMIM, 1985, p. 223).

Segundo Benjamin, "o passado não é algo estático, fixo e imutável. Antes, o presente reconstrói de um modo novo o seu próprio passado, cujo testemunho lhe é basilar" (BENJAMIM, apud Kothe, 1985, p. 99).

Tendo por base essa premissa, ou seja, que na recapitulação do passado é sempre feita uma reconstrução, onde o indivíduo se posiciona de acordo com o seu momento presente, também o sentido de "verdade" adotado pela historiografia tradicional, pode

ser questionado. Assume-se, assim, a posição crítica de Benjamin para quem o retorno ao passado, para a construção de uma imagem histórica "verdadeira", eterna, gera um conceito conformista e dogmático que, "através de um procedimento aditivo, utiliza os fatos apurados para preencher um tempo homogêneo e vazio". A história, diz Benjamin, "é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras" (1985, p. 229).

Esse posicionamento vincula-se às proposições do materialismo dialético, para quem o passado se torna uma experiência única, a partir da forma como um indivíduo, um determinado grupo social, uma sociedade se posiciona, de acordo com os valores e as condições propostas no presente.

No entanto, as análises baseadas nas teorias clássicas do marxismo mostram-se insuficientes para compreender os fenômenos que causaram o "fascínio" dos leitores pelo jornal Opinião. Preocupada em relacionar as formas de manifestações sociais da massa às estruturas econômicas de poder, as teorias marxistas tradicionais não consideram as forças que atuam na interioridade psíquica das pessoas, e que também vão influenciar seus comportamentos e a sociedade, como um todo.

A relação entre a teoria marxista e as forças psíquicas vai ser desenvolvida pela Teoria Crítica da sociedade - corrente de pensamento mais conhecida como "Escola de Frankfurt" - que, através de um conjunto assistemático de idéias, procura estu-

dar o grau com que a lógica da dominação tem se estabelecido nas formações sociais do capitalismo tardio.

Porém, a "postura negativista em relação às perspectivas do homem", apresentada pelos Teóricos Críticos, suprimindo a potencialidade das massas "de se rebelar contra uma ordem instaurada, que, fazendo uso dos modernos sistemas de controle social, não permitiria nenhuma espécie de ruptura" (MARCONDES FILHO, 1986b, p.8), vai ser questionada por uma nova geração de teóricos.

Estes seguidores e contestadores da Teoria Crítica, não se constituem como uma "escola", ou seja, com uma forma unificada de pensamento e de posicionamentos. Podem ser mais caracterizados, como manifestações isoladas de idéias que, em diferentes linhas de pensamento, assumem uma posição crítica em relação aos pressupostos apresentados pelos teóricos frankfurtianos das gerações anteriores. Em um sentido de evolução da teoria crítica, estes teóricos, em linhas gerais, procuram assimilar

"as posturas críticas originais de Benjamim, Adorno e Marcuse no que dizem respeito à unidade do capitalismo, às estruturas deformadas de percepção que este ocasiona, assim como às inovações técnicas, e desenvolvem dimensões ignoradas pela ciência social anterior, como a esfera do subjetivo, dos momentos psíquicos, sociais ou estéticos, que deveriam ser colocados ao lado do econômico para a análise da sociedade" (idem, p.9).

A necessidade de se entender o fascínio despertado pelo jornal Opinião em um momento de repressão; as formas emocionalmente alteradas com que os leitores recuperam as lembranças da época; as razões afetivas que fortaleceram os vínculos do jornal

com seus leitores; a "aura" de que ficou revestido o jornal e que perdura até hoje; o sentimento de união, de agregação dos leitores, sentidos como se estivessem "em massa" em torno do jornal; o posicionamento político de oposição que o jornal representava, assumido indiretamente pelo seu público-leitor; a militância indireta via jornal, etc. são motivos mais do que suficientes para que se procure um embasamento teórico mais adequado à compreensão da complexidade de fatores que deram origem ao fascínio.

O recurso, portanto, às diretrizes gerais apresentadas por esta nova geração de teóricos críticos surge como opção, por onde se vislumbra um caminho teórico pleno de possibilidades, para a análise deste tema.

Por outro lado, não foi excluído o "retorno ao jornal". Compreendemos que o Opinião, sendo apenas um dos inúmeros jornais alternativos existentes na época, tinha em si qualidades especiais que, não só o diferenciava dos demais, como também fazia despertar sentimentos, pelo menos a atenção dos leitores, nas bancas.

A opção teórica, neste caso, foi a de retornar ao Opinião através de uma "leitura gráfica" das edições produzidas nos seis primeiros meses de existência do jornal.

Por "leitura gráfica" foi entendida uma forma ampliada de compreensão do caráter concreto do jornal, em que se abrange todo o "corpo" de cada edição (capas, ilustrações, disposição de textos, formato de letras, etc...). Entendeu-se, assim, que o jornal usava a totalidade de seus espaços - a começar pelas

capas - para informar e manifestar suas posições e opiniões.

Considerou-se, porém, que mesmo realizando esse tipo de leitura de forma contextualizada, ela vinha carregada - assim como ocorre com a análise de conteúdo - de um forte caráter subjetivo, ligado à "leitura" do pesquisador, e que, por si só, não pode explicar as formas emocionalizadas de ligação entre os leitores e o jornal.

Havia que se buscar, portanto, nas relações dos indivíduos (e, por extensão, da massa de leitores), com o jornal, em um momento crítico de dominação política, as razões que levaram ao fascínio pelo Opinião.

Optamos, desse modo, por um estudo em que se relacionam as idéias e os pressupostos apontados nestas perspectivas, além das propostas e reflexões de outros teóricos críticos do capitalismo, em áreas distintas do conhecimento. Essa posição se aproxima da postura antidogmática, assumida por Prokop, que consiste em uma absorção do "modo dialético de absorção do real", mas sem se prender a ele de forma dogmática. Parte-se, assim, para a pesquisa em outras correntes teóricas, procurando "apropriar-se das suas contribuições teóricas para a melhor compreensão do social" (Marcondes Filho, 1986b, p. 9).

A base, porém, através da qual foram procuradas as explicações para o surgimento e manutenção do fenômeno do fascínio na interioridade dos sujeitos e das massas, foi estabelecida a partir da abordagem etnopsicanalítica, da psicologia social-analítica (freudiana moderna), da política de massas, além do recurso à teoria psicanalítica freudiana.

As principais distinções existentes entre essas áreas, e a forma como vão ser utilizadas para o estudo analítico, são apresentadas a seguir.

1. Etnopsicanálise.

A etnopsicanálise é uma abordagem teórica em que são desenvolvidos estudos etnológicos considerando-se os princípios da psicanálise. Sua base teórica original foi a abordagem etnográfica e etnológica estruturalista de pesquisa, apresentada por Levi-Strauss.

No primeiro capítulo de *Antropologia Estrutural*, Levi-Strauss diferencia a abordagem etnológica e etnográfica da metodologia histórica de pesquisa. Segundo o autor, a etnografia "consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles; ao passo que a etnologia utiliza de modo comparativo [...] os documentos apresentados pelo etnógrafo" (LEVI-STRAUSS, 1975, p.15).

Para ele, portanto, a etnografia seria o primeiro estágio da pesquisa antropológica, a observação e a descrição, o trabalho de campo (idem, cap. 15).

Já ao comparar história e etnologia, Lévi-Strauss afirma que "a diferença fundamental entre ambas não é nem de objeto, nem de objetivo, nem de método; mas que tendo o mesmo objeto, que é a vida social, o mesmo objetivo, que é uma compreensão melhor do homem, e um método onde varia apenas a dosagem dos processos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de

perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, e a etnologia, em relação às condições inconscientes da vida social" (idem, p.33/34).

Segundo Levi-Strauss, o historiador e o etnólogo se dirigem no mesmo sentido,

"mas no caminho onde fazem, no mesmo sentido, o mesmo percurso, somente sua orientação é diferente: o etnólogo caminha para a frente, procurando atingir, através de um consciente que jamais ignora, cada vez mais o inconsciente para o qual se dirige; ao passo que o historiador avança, por assim dizer, recuando, conservando os olhos fixados nas atividades concretas e particulares, das quais se afasta apenas para considerá-las sob uma perspectiva mais rica e completa" (idem, p.40/41).

Para a abordagem etnológica, a estrutura inconsciente é fundamental, pois, conforme diz Mario Erdheim, "é o inconsciente que permite analisar processos sociais coletivos como o ódio racial, a caça às bruxas, os sacrifícios humanos, a guerra, a relação entre sexos, e também os processos sociais genéricos da comunicação industrializada e difundida em massa, de ativação de sadismos coletivos, campanhas persecutórias e de radicalização política" (ERDHEIM, 1989b, p. 212). Segundo este autor, por exemplo, "jornalismo e radiofonia sensacionalista ganham repercussões sociais imensas pela sua ligação direta com o inconsciente" (idem, p. 212).

A abordagem estruturalista proposta por Lévi-Strauss foi responsável pela apropriação dos conhecimentos psicanalíticos apresentados por Freud e considerados, não mais em sua base concreta, material, mas como figuras abstratas, "fugindo as-

sim de uma análise puramente positivista da psicanálise freudiana" (MARCONDES FILHO, 1989b, p.176). Para este autor,

"por trás da proposta teórica de Lévi-Stauss encontra-se um método densamente construído de análise social, que repele qualquer tentativa de simplificação positivista. Para ele as ciências devem buscar causas históricas associadas a processos psíquicos. Para isso é preciso associar à etnografia o estudo da história, isto é, organizar dados em relação às expressões conscientes mas também inconscientes" (idem, p.177).

Lévi-Strauss considera ainda que a impossibilidade de se fazer uma reconstituição exata de uma época determinada da vida de uma sociedade ocorre devido ao fato de que os sistemas de representações de cada um dos membros do grupo estudado, e em que nos baseamos para elaborar a reconstituição, diferem entre si e, "em conjunto, diferem das representações do investigador" (LEVI-STRAUSS, 1975, p.32).

Para superar estes problemas o autor vai se apoiar nos estudos desenvolvidos pelo etnólogo inglês Franz Boas, a fim de mostrar que as investigações dos fenômenos sociais precisam ser desenvolvidas em duas vertentes: uma, em que se apresentam os posicionamentos no nível do pensamento consciente dos indivíduos e outra, em que se exploram as atividades do inconsciente. Não se trata, portanto, de desconsiderar os aspectos apontados pela pesquisa histórica. Ao contrário, pois, segundo Lévi-Strauss, a etnologia não pode permanecer indiferente aos processos históricos e às expressões mais altamente conscientes dos fenômenos sociais.

"Sua finalidade é atingir, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam de seu dever, um inventário das possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado; e cujo repertório, e as relações de compatibilidade ou de incompatibilidade que cada uma mantém com todas as outras, fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, sem nunca ser arbitrários" (idem, p.39).

E neste sentido que a etnologia vai precisar recorrer aos estudos da teoria psicanalítica considerando, sobretudo, que os complexos demonstrados de forma concreta nos relatos freudianos, devem ser vistos, "não do ponto de vista de sua materialidade. Não se trata de processos concretos, positivisticamente reduzidos aos seus suportes materiais. Trata-se, ao contrário, de construções simbólicas abstratas que se realizam no plano do inconsciente" (MARCONDES FILHO, 1989b, p. 182).

A apropriação, no entanto, dos pressupostos psicanalíticos pela etnologia vai se dar - em seu posicionamento teórico tradicional - através da aplicação dos textos antropológicos e filosóficos-sociais de Freud e seus discípulos imediatos. A este posicionamento tradicional de abordagem etnológica, apresentado por filósofos, sociólogos e etnólogos (entre eles os ligados à Teoria Crítica, como Marcuse), vai se contrapor o teórico Mario Erdheim.

Para Erdheim, "o fundamental na teoria cultural psicanalítica não está nos trabalhos antropológicos ou político-sociais de Freud. Ao contrário, a grande revolução freudiana foi no consultório" (ERDHEIM, 1989b; p. 209). Erdheim propõe que o

aproveitamento da teoria cultural de Freud seja efetuado a partir da prática analítica, da análise clínica, transferindo a relação médico-paciente e a teoria daí resultante, para "a relação pesquisador-informante e à sua respectiva teoria" (ERDHEIM, 1984, p. 4).

Para o autor, a etnopsicanálise "não pode abrir mão da legitimação terapêutica", garantindo, assim, as exigências de Adorno e Habermas, sobre a "inclusão da subjetividade no processo de pesquisa". Isto implica, conseqüentemente, na mudança da relação do cientista com seu objeto, mais próxima da relação médico-paciente, e onde os sintomas tornam-se "desejáveis", uma vez que dão acesso ao inconsciente (ERDHEIM, 1989b, p.209).

Um outro ponto que, segundo Erdheim, a etnopsicanálise deve recuperar na obra freudiana, é a teoria da memória, que, junto com a interpretação dos sonhos, definem as bases de interpretação utilizadas no processo clínico psicanalítico.

Ao utilizar os conceitos psicanalíticos para a análise de situações sociais, no entanto, há necessidade de se observar também os preceitos apresentados pelo teórico alemão, Klaus Horn. Horn indica que um dos problemas metodológicos a ser considerado pelo pesquisador, é a "questão do peso que se deve atribuir às esferas específicas de função, quando se busca a causa dos fenômenos". Considera assim que, para cada tipo de problema pesquisado, devem ser levantados os pontos-chaves, que vão definir a orientação analítica mais adequada.

Nesse sentido - explica ele, há que se considerar que nem todos os problemas sociais podem ser tratados "terapeuti-

camente". E, mesmos nos casos possíveis, deve-se ter cuidado para não se deixar "cair para o lado do interacionismo sociológico, de uma psicanálise heróica, que vê a experiência da primeira infância e sua elaboração como a única determinação de comportamento decisiva" (HORN, 1976, p. 10)

Para o autor, esta posição precisa ser contraposta, pois, "despreza o efeito de seleção da estrutura social realmente dada no quadro da socialização secundária". Segundo ele, na socialização secundária, ocorrida no período da adolescência, a estrutura social começa a utilizar aquilo que foi produzido na socialização primária e que, na maioria das vezes, foi reprimido, tornado inconsciente no psiquismo dos indivíduos.

A socialização secundária seria, então, o instante a partir do qual os efeitos do processo cultural-familiar imposto à consciência das pessoas, desde a infância -com seus conflitos, e tudo o que não foi resolvido patologicamente -, encontra, nas condições impostas pelas "histórias de vida dos sujeitos", sua autonomização.

Nesta perspectiva, o inconsciente é considerado um espaço político, constituído historicamente através da dominação exercida pelas diversas instituições com as quais o indivíduo se comunica. Estas instâncias de dominação vão ser responsáveis pela construção inconsciente de modelos prontos de comportamento, pensamentos e sentimentos que vão garantir, nas relações do indivíduo com a sociedade, as formas de reprodução e manutenção das relações de poder e propriedade.

Um outro ponto levantado por Horn, diz respeito ao cuidado que o pesquisador precisa ter ao utilizar conhecimentos psicanalíticos para compreensão dos fenômenos sociais. A utilização de maneira inocente de conceitos desse campo, pode acarretar uma série de distorções, principalmente quando se considera as diferenças de percepções existentes na interioridade dos sujeitos.

O que deve ser perseguido, diz Horn, ao se utilizar "o ferramental teórico da psicanálise", é obter "mais competência teórica, para a captação das relações entre interior e exterior do indivíduo" (idem, p. 19).

Precisa ser considerado também, conforme diz Erdheim, que toda a cultura permite (e, as vezes, até estimula) aos indivíduos, "o ingresso de certas fantasias, pulsões e outras manifestações, assim como percepções da realidade no psiquismo e exige que outras sejam recalçadas" (Erdheim, 1989b, p. 212)

Para Erdheim, "o que põe em perigo a estabilidade social não é destruído, mas tornado inconsciente" e, o medo internalizado - e que foi culturalmente estimulado - "detém o aparecimento destes conteúdos de volta à consciência". O interesse da dominação, nesses casos, não é o de acabar com "as contradições que levam à mudança e que agitam os pressupostos da dominação, mas de neutralizá-las" (idem, p.213).

Para a análise das lembranças e dos comportamentos dos leitores em relação ao jornal Opinião, o recurso à etnopsicanálise torna-se fundamental. Através da abordagem etnopsicanalíti-

ca pode-se compreender mais facilmente a forma como os leitores recuperam o passado, ou seja, como afirma Horn, não só "sua constituição e sua valorização social, mas também os seus possíveis pontos de resistência" (idem, p. 12).

E também através da etnopsicanálise que se pode encontrar uma forma de compreender como se dá a origem e as manifestações das pulsões de angústia e medo, identificadas no meio das massas durante o regime repressivo.

A abordagem etnopsicanalítica também vai auxiliar na compreensão de como foi desenvolvido o processo memória-esquecimento, a partir das recordações dos leitores e que estavam vinculadas à época e ao jornal.

Ocorre que a análise, vista apenas pela esfera da função psíquica dos sujeitos torna-se insuficiente, uma vez que são ignoradas condições sócio-estruturais importantes. Neste caso, a abordagem etnopsicanalítica não pode prescindir do apoio da psicologia social analítica que, por sua vez, se apoiando também nos conhecimentos oferecidos por Freud e pela psicanálise, vai oferecer mais um suporte ao processo de análise do fascínio pelo Opinião.

2. Psicologia Social Analítica, Freudiana Moderna.

O comportamento das pessoas em um determinado campo social, com o qual interagem através de influências, reações e transformações mútuas, é o objeto de estudo desta psicologia social. A base de suas reflexões sobre o comportamento social dos indivíduos vai estar principalmente nos textos filosófico-antropológicos de Freud. E aí que se encontram as primeiras afirmações sobre o caráter afetivo como fator determinante das relações e da permanência dos sujeitos em torno de um objetivo comum ou ideal.

A afinidade ou solidariedade existente entre os membros de um grupo cria um mecanismo de identificação entre eles. Possibilita o aparecimento de uma relação narcisista em relação ao líder - ao elemento aglutinador do grupo - levando este a ocupar o lugar de "ideal do ego" na interioridade dos sujeitos que procuram, no relacionamento com o líder, a satisfação narcísica reprimida, "a completude que gostariam de ter para si mesmo".

A compreensão da psicanálise, porém, como conhecimento humano ahistórico, baseado no "eterno retorno do igual", cria obstáculos à sua utilização na análise das relações sociais, desenvolvidas tradicionalmente pela sociologia. Contra esta situação vão se insurgir diversos continuadores da obra freudiana que observam o aparecimento clínico de novas manifestações psíquicas, condicionadas socialmente.

Em uma tentativa de ir além das considerações efe-

tuadas pelos psicólogos freudo-marxistas clássicos - como Reich, Fenichel e Fromm - a psicologia social analítica vai se preocupar, no momento atual, antes de tudo, com o enquadramento dos conceitos psicanalíticos na crítica ao atual estágio em que se encontra a sociedade capitalista.

Essa nova geração de freudo-marxistas, porém, não se identifica com os seus predecessores da Escola de Frankfurt, nem mesmo com Marcuse. Suas investigações vão estar voltadas, principalmente, para o estudo das formas como o capitalismo atual influi na sociedade, como produtor e reproduzidor da loucura.

As análises efetuadas levando-se em conta as características da sociedade contemporânea tem sua especificidade. Segundo Klaus Horn, "a sociedade não é psicanalisável como se fosse um indivíduo, principalmente porque ela tem a capacidade de positivar aquilo que a psicanálise vê negativamente como patologia" (1976, p.224).

Os estudos sobre como o processo cultural é introjetado nos sujeitos, e os reflexos disto nas relações sociais dentro das sociedades capitalistas modernas, foram desenvolvidos também, com bastante profundidade, por Helmut Dahmer.

Dahmer propõe um retorno a Freud e a correção dos percursos de teóricos que se apoiaram em suas teses mas que não conseguiram explicar as razões que levaram as camadas populares à adoção de valores da sociedade burguesa.

Dahmer vai dizer que o fascínio dos indivíduos pelas condições sociais de uma elite não gera impulso revolucionário. Pelo contrário, as pessoas oprimidas procuram, concretamente ou através da fantasia, alguma forma de melhoria de vida dentro dessa mesma sociedade.

Através de identificações com os valores expressos pelas diversas instituições sociais, vai sendo criada uma "amarração social entre os membros da sociedade cultural" que supera as reais desigualdades políticas-econômicas. Essa pseudo-harmonia cultural precisa ser permanentemente alimentada.

"A identificação ilusória dos indivíduos com a minoria dominante, com seus líderes, necessita permanentemente de confirmação" (DAHMER, 1975, p.8).

A identificação ilusória vai se dar através da manutenção de um ideal comum ou da submissão a um líder ou, em uma vertente religiosa, a algum Deus. Dessa forma, os conflitos que poderiam existir entre as minorias privilegiadas e os segmentos explorados da sociedade, são permanentemente refreados e permanecem latentes.

Os conteúdos latentes da tradição cultural, segundo Dahmer, "vão ser mobilizados para se expressarem em novas necessidades" (idem, p.11), socialmente condicionadas, e que não coloquem em questão a necessidade de transformação da realidade social.

Para atingir estes objetivos, os meios de comunicação vão exercer um papel fundamental ao estimular o fascínio das massas, mantendo-as unidas em torno de um ideal, através de apelos às fantasias, aos desejos insatisfeitos dos sujeitos, à identifi-

cação destes com os ideais de vida de seus líderes.

A análise do fascínio do Opinião, o papel de liderança exercido pelo jornal, opondo-se ao medo social existente, e mobilizando nos leitores as expressões latentes de revolta em relação à situação de dominação vigente, não pode prescindir da base oferecida pela psicologia social analítica, em sua forma crítica de recuperar os conceitos de Freud e analisá-los à luz das novas relações existentes na sociedade.

Também é através desta forma de Psicologia Social que vai se tentar compreender as causas que levaram a existência de tensões no meio das massas e as formas deslocadas como estas tensões vão se manifestar.

Por outro lado, tanto a compreensão de que as manifestações dos leitores em relação ao jornal, embora individuais, tinham um sentido coletivo, como a função de elo, de liderança exercida pelo Opinião, vão orientar a análise do fascínio para o estudo das maneiras como os indivíduos se comportam em massa, diante das formas explícitas de dominação social. Para isto, há necessidade de se recorrer a um outro segmento dos estudos sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade. Desta vez, trata-se da Política de Massas, na forma como é compreendida pelos teóricos críticos contemporâneos.

3. Política de Massas.

A Política de Massas não constitui, ainda, um corpo distinto do conhecimento, embora haja urgência em defini-la em termos de abordagem teórica. Sua preocupação vai estar ligada ao estudo do funcionamento e da lógica que orienta os movimentos de massa da sociedade atual.

Nesse sentido, o interesse dos pesquisadores não se situa em seguir o ponto de vista dominante ou a relação de domínio exercida pelas elites e pelas esferas públicas de poder nas classes subordinadas. Pelo contrário, trata-se, principalmente, de investigar o fenômeno político a partir do extremo oposto. Entender a lógica que predomina nas massas, essa "maioria silenciosa", na expressão de Baudrillard, "único referente imaginário que ainda funciona no horizonte do social".

"As massas não são mais um referente porque não tem mais natureza representativa. Elas não se expressam, são sondadas. Elas não se refletem, são testadas. [...] Ninguém pode dizer que representa a maioria silenciosa, e esta é sua vingança. As massas não são mais uma instância à qual se possa referir como outrora se referia à classe ou ao povo. Isoladas em seu silêncio, não são mais sujeito (sobretudo não da história), elas não podem, portanto, ser faladas, articuladas, representadas, nem passar pelo "estágio do espelho" político e pelo ciclo de identificações imaginárias" (BAUDRILLARD, 1985, p. 22/23).

Para Marcondes Filho, o conceito de massa diz respeito, sobretudo, a um *comportamento*, "a uma forma de reagir diante de certos acontecimentos", em que "o indivíduo abre mão de sua individualidade e age coletivamente" (1986c, p.16).

Esse movimento, porém, não é induzido necessariamente através de manipulações externas. Existe na interioridade

dos indivíduos que compõem a massa uma "dimensão escondida", invisível, que mobiliza as suas energias e as coloca em um outro plano, coletivo, - gerando, aí, uma energia própria, a "energia da massa" - e que faz com que um determinado grupo de pessoas, "afinados" a uma mesma causa, se comportem e se movimentem como se fossem iguais. Nesse caso, não existe uma submissão involuntária do sujeito, mas uma opção, - de certa forma, política - que vai orientá-lo para a adoção de comportamentos e idéias coletivas.

Essa energia - tanto a individual, existente nos sujeitos, quanto a coletiva, "energia das massas" - é identificada por Freud como uma derivação da libido, energia sexual, que vai ser responsável pelas relações de identificação entre os membros da massa e, entre esses e os seus líderes. O líder, portanto, não é alguém que se impõe à massa mas, pelo contrário, torna-se algo no qual ela "investe" sua energia.

O líder é, assim, o porta-voz da massa, depositário das suas expectativas e orientador do caminho a ser percorrido para a concretização de seus objetivos.

Seguindo o raciocínio de Freud, Reich vai afirmar que a repressão dessa energia sexual, da sexualidade pela sociedade, a começar pela família, gera "a paralisação geral do pensamento e do espírito crítico", impedindo a reação dos indivíduos e das massas, tornando-as medrosas, passivas e apolíticas, incapazes para a liberdade (1988, p.29).

Ao tentar reunir as idéias de Freud aos princípios do marxismo, Reich chega à conclusão de que a simples conscientização ideológica das massas oprimidas ou "a nacionalização ou a

socialização da produção por si só, em nada pode alterar a escravidão humana" (idem, p. 208). Para ele, as massas são mais vulneráveis às formas de misticismo político, como o fascismo.

Através da identificação dos indivíduos com o líder, o "führer", a representação social da figura do pai autoritário, recuperam-se os laços afetivos da família, sua repressão, mas também seu caráter de proteção e de satisfação infantil das necessidades das massas.

As massas, assim, descarregam suas energias reprimidas em um mesmo alvo e, segundo Canetti, é esse ato que ocasiona a real integração dos indivíduos. Através da descarga, do investimento afetivo das massas em um determinado objeto, "todas as separações são colocadas de lado e todos se sentem iguais" (Canetti, 1983, p. 15).

Para Baudrillard, "a massa é característica da nossa modernidade, na qualidade de fenômeno altamente implosivo". Segundo ele, "elas não irradiam, ao contrário, absorvem todas as constelações periféricas do Estado, da História, da Cultura, do Sentido. Elas são a inércia, a força da inércia, a força do neutro" (1985, p.9).

Rejeitando o dogmatismo existente entre os adeptos do freudismo e do marxismo, Baudrillard vai dizer que no mundo contemporâneo não se é mais determinado, em termos do social, através do psíquico, do histórico ou do econômico.

Fragmentada, compreendida pelos sujeitos que "já não mais possuem transcendência ou representação de si mesmo, que

não podem mais sintetizar sua imagem, no sentido tradicional, mas sim estilhaçada em múltiplos fragmentos, dos quais cada um se assemelha a outro" (BAUDRILLARD, 1987, p.1), a massa se oculta em seu silêncio. E, nesse silêncio, a massa absorve toda a energia do social, todos os signos, representações e informações. Sua força é a do consumo, sua lógica é a da escassez. O que a atrai não é a consciência da realidade, mas os simulacros, os efeitos de simulação, o "look" sob o qual se reflete, mas nunca a mesma imagem, nem o mesmo sentido.

Afastada do poder, da possibilidade histórica de determinar o destino da sociedade, as massas resistem a qualquer imperativo de comunicação racional. "O que se lhes dá sentido e elas querem é espetáculo. Nenhuma força pode convertê-las à seriedade dos conteúdos, nem mesmo à seriedade do código. O que se lhes dá são mensagens, elas querem apenas signos, elas idolatram o jogo de signos e de estereótipos, idolatram todos os conteúdos desde que eles se transformem numa sequência espetacular" (idem, 1985, p. 15).

Para Canetti, a simulação é a forma política que os detentores do poder empregam para "ocultar o terror que emana de sua figura verdadeira. Para isso ele pode utilizar-se de diversas máscaras. Mas sempre de maneira provisória, e elas jamais irão conseguir alterar um pouco sequer sua figura interior, que é sua natureza" (1983, p. 415). Para Baudrillard, o culto que as massas professam conscientemente em relação aos ícones, às máscaras, às imagens sagradas dos santos, revelam o medo que possuem de que,

por trás da aparência nada mais encontrem, a não ser o vazio.

Impossibilitadas, historicamente, de autogerenciar seus destinos, de se manter em liberdade, o que lhes aparenta ser uma incógnita, um "vazio", que não conseguem suportar, as massas procuram, não a revolução social, mas a ascensão aos ideais projetados pelos poderosos, sejam eles religiosos, políticos ou econômicos.

Esses ideais se apresentam travestidos de estereótipos, simulacros, máscaras, que fascinam e que impelem as massas ao consumo, à luta pela obtenção de valores sociais que legitimam o permanente atrelamento dos indivíduos à realidade político-econômica existente, e nunca a sua superação e nem sua autonomia.

Em termos políticos, isso vai se revelar na predisposição das massas, já revelada em Reich, de se deixar conduzir por aqueles que as fascinam, em um sentido de alienação consciente, através de um discurso meramente retórico, mas espetacular.

O mesmo ocorre com a informação e com os meios encarregados de sua divulgação nos seios das massas. As formas como os meios de comunicação procuram "satisfazer" as supostas necessidades de informação nas sociedades capitalistas contemporâneas vão ser estudadas por uma série de pesquisadores (Prokop, 1986; Reyher, 1988; Buselmeier, 1988; Geyrhofer, 1984). Para eles, a manipulação da informação, seu mascaramento, tem um sentido (entre outros) de atender às necessidades de fantasia das massas, forma de defesa contra a transparência da realidade, que as faz sentirem-se

impotentes para alterar.

Os meios de comunicação, assim, "veiculando sonhos, desejos, esperanças reforçam nas massas a dependência à fantasia", e ajudam a garantir a sustentação ideológica do sistema. A canalização das aspirações coletivas "conduz inevitavelmente ao consumo, à satisfação aparente das necessidades, à ilusão do desfrute e do bem-estar. Pela razão mesma de sua não realização, esses desejos retornam sempre e voltam a reivindicar a satisfação" (MARCONDES FILHO, 1988, p. 26).

Ulrich Reyher, ao pesquisar a origem da atração que os meios de comunicação exercem nas pessoas, vai explicar, inicialmente, que a energia existente nas massas decorre, basicamente, da concepção de trabalho, existente nas sociedades capitalistas contemporâneas, como "formalidade vazia, reduzida abstratamente ao desgaste da força de trabalho humana. O puro desgaste de trabalho humano, do qual nenhum objetivo faz parte senão o de ganhar dinheiro, cria, então, uma carência específica de concreção" (1988, p. 112).

Ao vender sua força de trabalho, em troca de salário, o trabalhador espera poder satisfazer suas necessidades vitais através da compra de mercadorias, e, por este salário, "debatem-se os diversos capitais, capitais estes, que querem transformar a mais-valia, que se encontra em suas mercadorias, em novo capital" (idem, p. 114).

A multiplicação de ofertas de produtos, porém, faz

com que se estimule na sociedade o aparecimento de necessidades "socialmente mediatizadas" e que sugerem que, na compra de um determinado produto, se vá obter algo além do seu valor de uso.

Impossibilitadas do acesso a todos os bens que lhes são oferecidos, as massas agudizam suas contradições entre fantasia e realidade" (idem, p. 115), e passam a procurar formas simuladas para concretizar suas necessidades. Nessa preocupação, as empresas utilizam-se de estratégias de sedução dos virtuais compradores acenando-lhes com uma "promessa de valor de uso" (Wolfgang F. Haug), além das qualidades inerentes ao produto. Apela-se assim para a aparência, para a sensualidade que, muitas vezes, funciona como um fim em si, desvinculado da materialidade da mercadoria oferecida.

Essa estratégia busca despertar as pessoas e vinculá-las aos produtos, às pulsões existentes nos indivíduos, principalmente as sexuais, e às idealizações ligadas às questões de status e prestígio social, e que por algum motivo não podem ser concretizadas. Desta forma, "ela satisfaz somente com aparências, tornando as pessoas mais famintas do que saciadas. Como falsa solução da contradição, ela reproduz a contradição de outra forma e talvez mais abrangente" (HAUG, apud Reyher, 1988, p. 116)

Segundo Reyher, a sociedade burguesa, como ela hoje se manifesta, traz à luz, novamente os desejos infantis, outrora reprimidos. O capital apela, para vender suas mercadorias, exatamente à sensualidade, ao desfrute, à abnegação, ou seja, aos desejos instintivos "orais" (idem, p. 119). Estes apelos, porém, cons-

tituem-se em novas experiências contraditórias pois a aparência que o produto oferece é sempre mais bela do que o seu consumo, do que a vida real. (idem, p.115)

"A utilização dos desejos infantis, na forma de estética da mercadoria, para o desfrute, a sensualidade e a concreção, suprime a censura, ou seja, a sua repressão, Ela fortalece, porém, a tensão entre o conteúdo desses desejos na infância e o seu aproveitamento como mercadoria. As situações que dizem respeito ao sentido de tempo, de calor e de harmonia, que a infância distingue da objetividade dos inter-relacionamentos, entram, na medida em que o mundo das mercadorias só abstrata e aparentemente as satisfazem, como potencial de desejos das massas" (idem, p. 121).

Para Reyher, a exploração das necessidades latentes existentes nas massas pelos meios de comunicação, através da apresentação de formas para sua pseudo-satisfação, leva a que ocorra a agudização das carências. Ao colocar em movimento estas pulsões reprimidas nos indivíduos, os meios de comunicação tentam orientá-los para o consumo de determinados produtos, mesmo sabendo que estes não vão satisfazer plenamente as necessidades provocadas.

Desta forma, criam-se novas experiências de carência e frustração, "acumulam-se novos materiais de desejos" que, por sua vez, serão continuamente exploradas em favor de novos produtos.

Essa permanente "necessidade abstrata por concreção", existente nas massas, é, segundo Reyher, uma necessidade subversiva. Ela expressa "o temível potencial destas necessidades,

eternamente represadas por meio de produção de mercadorias" (idem, p.126). Para este autor,

"A forma "abstrata" de produção de mercadorias cuida para que as necessidades dessa massa assumam caráter abstrato e não estruturado. A diferença entre estas necessidades e a realidade, a "eterna" carência de experiências, por um lado, e o contexto de coerção, por outro, a define realmente como potencial, ou seja como disfunção latente. Este é o núcleo da modelação histórica que a sociedade burguesa é capaz de fazer com as necessidades que vão além dela" (idem, p.127)..

E exatamente através da exploração fantasiosa desses desejos que, segundo Reyher, a sociedade burguesa vai se aproveitar para instalar na cabeça dos dominados, através de apelos à necessidade de uma vida melhor; a possibilidade de aspiração social e de alcance do "status" das elites. Por outro lado, a manutenção permanente das massas "fascinadas pelo encobrimento de relações cruas de mercadorias" vai colaborar com a permanência do sistema, de uma forma inalterada.

Para Reyher, "o núcleo dessa imaginação ideal é exatamente a negação da vida real, é a negação do fato de que o homem aparece como objeto cego de processos econômicos e sociais" (1988, p. 107).

A impossibilidade de se atingir concretamente os ideais de vida desfrutados pelas elites promove a valorização de formas simuladas, autênticos simulacros, mercadorias-fetiches que são autonomizadas pelas massas de seu significado real e consumidas como se fossem, por si só, os seus objetos de desejo. Isso só vem demonstrar as formas alteradas de relacionamento, de ausência

de sentido nas relações de consumo e de prazer existentes nas massas.

Este alto potencial de descarga que vai além das ofertas apresentadas pela sociedade burguesa, pode, porém, em um outro contexto, ser descarregado não apenas no consumo permanente de mercadorias, mas de outra maneira - em um sentido repressivo - em formas mitológicas de poder, representadas por um líder capaz de empolgar as massas, de forma cega, inacabada, com uma leitura "falsa da realidade global", como ocorreu no fascismo. Segundo Reyher, o fascismo "organizava o desejo das massas de uma prática contra ela mesma, na forma de guerra imperialista. ...apesar da dor e da miséria maciças, que a guerra trazia consigo, esta aparecia também aos participantes como ação coletiva, não subordinada ao princípio do valor." (idem, p.126)

Para Reyher,

"O movimento facista apanhou ideologicamente, no mundo de experiências da massa, os resíduos de lembranças, ou seja, ele estruturou os sedimentos da imediaticidade sensitiva, concreta, em um contexto falso, porém global, de interpretações da realidade social. O endeusamento do campesinato ("sangue e solo") dirigia-se às esferas de orientação das realidades não-capitalistas, econômicas, naturais. O capital usurário - que é para a consciência das massas o motivo de surgimento e a expressão da exploração - foi personalizado, ao ser mistificado como um substrato racista do judaísmo. Assim foi facilitada a canalização para fora do centro da sociedade burguesa do potencial de agressão represado das massas" (idem, p.125/126).

Através da propaganda fascista foram atingidas todas as instâncias que formam o gosto da massa, de uma forma que,

de acordo com Reyher, permanecesse em vigor "a ideologia repressiva, no quadro da simulação da libertação" (idem, p.125). Segundo Reyher, esta "lealdade das massas de guerra" foi tão identificada com as necessidades de concreção dos desejos insatisfeitos que ainda hoje existe, na consciência das massas, uma fascinação latente em relação ao fenômeno da guerra fascista.

Este alto potencial de descarga também parece ter sido efetuado pelos leitores, de forma inconscientemente massificada, em relação ao Opinião. A necessidade de compreensão de como se estabeleceu essa identificação entre leitores e jornal; as fantasias com que o público-leitor reagia aos desmandos provocados pela censura; a análise do comportamento dos leitores em massa, em relação ao jornal; a identificação do sentido de fascínio que vai caracterizar a permanência dos leitores fiéis à lembrança do Opinião...são apenas alguns dos argumentos que demonstram a importância de se efetuar um estudo dos fenômenos ligados ao fascínio dos leitores, na perspectiva da política de massas.

Essa análise, porém, não esgota a compreensão das manifestações apresentadas pelos leitores fascinados em relação às recordações do momento vivido e das condições históricas em que se encontravam, na época em que eram leitores do Opinião. O aparecimento de mecanismos psíquicos de defesa, de momentos de catarse enquanto eram entrevistados, demonstrou a necessidade de se considerar, em termos isolados, a abordagem psicanalítica, para o esclarecimento dessas expressões emocionadas. Nesse intuito, recorreu-se aos estudos psicanalíticos desenvolvidos por Freud e seus

seguidores, principalmente sua filha, Anna Freud.

4. Teoria psicanalítica freudiana.

O recurso à teoria psicanalítica para a análise do fascínio causado pelo Opinião já foi apresentado, em termos metodológicos e enquanto recurso teórico, sob a ótica de diversas abordagens. O uso dessas formas diferenciadas de se interpretar o problema visa um sentido de complementação que, embora não esgote as possibilidades de análise do assunto, proporciona um maior aprofundamento de estudo do objeto pesquisado.

Em todas essas abordagens consideradas, porém, o retorno a Freud, aos textos freudianos, é praticamente obrigatório. Trata-se, como afirma Laplanche, "menos de um recurso a Freud do que um retorno a Freud" pois, a psicanálise, "em seu próprio surgimento, está vinculada à história de seu próprio objeto" (1987, p. 5/6).

O que o autor quer dizer é que "a descoberta freudiana está necessariamente ligada à descoberta, por Freud, do seu próprio inconsciente e de certas dimensões que se encontram no inconsciente de todos e de cada um" (idem, p. 6). Por outro lado, a psicanálise tampouco é história, ou, segundo Laplanche, "pelo menos não no sentido mais banal do termo, ou seja, ela não apresenta um desenvolvimento cronológico com um antes e um depois, de modo que se possa dizer simplesmente e sem outra ressalva: antes de Freud, em Freud e depois de Freud" (idem, p. 6).

Não sendo cronológico, o movimento da descoberta

psicanalítica considera que tudo possa ser novamente questionado e, "inversamente, o assim chamado "ignorado" é o que é sempre sabido" (idem, p.7), retorno cíclico das manifestações tornadas inconscientes na interioridade das pessoas.

Para o estudo do fascínio, a abordagem psicanalítica apropriada levou em consideração, principalmente, "as categorias temporais elucidadas pelo freudismo: as noções de repetição, de ocultação ou de recalque, de retorno do recalcado e a de posterioridade ", compreendida como a impossibilidade de utilizar o conceito de causalidade de modo puramente linear, ou seja, "que o antes nunca determina o depois de maneira puramente mecânica" (idem, p. 8/9).

Procuramos também, na análise das causas que levaram ao fascínio, a adoção de um procedimento metodológico enunciado por Freud e que considera, em termos de disciplina do pesquisador, uma forma de observação global, uma "atenção livremente fluante".

Nesse sentido, na interpretação dos dados coletados, consideramos que tudo o que foi observado, o que foi ouvido e associado, precisava ser colocado em um mesmo plano e, desta forma, analisado.

Dessa forma, surgiu a necessidade de se dedicar um espaço à análise, não apenas do conteúdo apresentado pelos entrevistados em seus discursos, mas ir além e interpretar as alterações de comportamento surgidas durante os depoimentos.

O que vai diferenciar, no caso de apropriação da teoria psicanalítica para a análise do fascínio do Opinião é que

não houve dedicação de interpretação aos casos isolados, mas sim aos que, pela própria manifestação em diversas situações de entrevistas, tornaram-se significativos enquanto formas alteradas, emocionadas, apresentadas pela "massa" de leitores em relação à época, e em relação ao jornal.

5.

O caminho metodológico para a análise do fascínio do Opinião foi assim constituído. Procurou-se, ao nos apropriarmos dos conceitos enunciados pelos diversos autores e linhas metodológicas utilizadas, não realizar nenhuma "sopa ideológica", apropriação mecânica de idéias esparsas, fletidas artificialmente, a fim de justificar os propósitos evidenciados pelo pesquisador. Pelo contrário, o caminho da análise procurou se manter metodologicamente dentro de uma mesma linha teórica, cujos eixos estruturais estariam ligados ao aproveitamento da teoria psicanalítica (em diversas abordagens) e das teorias progressistas que buscam refletir sobre as relações dos indivíduos com a política e a cultura, na atualidade.

Não se tendo um caminho teórico definido a priori, tentou-se descobrir explicações que poderiam justificar as manifestações apreendidas no ato de pesquisar. A necessidade de "ir além" ao que parecia tão transparente, tão óbvio à primeira vista, gerou um estado de atenção permanente em busca de percursos teóricos que mais apropriadamente pudessem responder às nossas indagações.

A procura por respostas mais satisfatórias, a reflexão crítica em relação à apropriação de idéias que supostamente poderiam "explicar" os motivos da investigação foram instituídos como procedimentos básicos para o alcance dos objetivos da pesquisa. Foi empregado, no entanto, todo o cuidado teórico, procurando evitar reducionismo ou apropriações ingênuas que pudessem desmerecer o esforço da pesquisa e, principalmente, a magnitude do tema.

Os limites historicamente estabelecidos pela própria formação acadêmica do pesquisador, a não disponibilidade de tempo para um aprofundamento teórico mais amplo, entre outros, vão restringir, significativamente, as possibilidades, inúmeras, vislumbradas para se compreender a exaustão, aquilo que foi pesquisado.

O caminho da pesquisa torna-se, assim, único, historicamente datado diante das circunstâncias em que foi desenvolvido. Em virtude disso, compreende-se que as teorias adotadas para a análise, bem como as explicações por elas desencadeadas sobre os motivos do fascínio, não são as únicas possibilidades de respostas às questões colocadas em pauta. Compreende-se, por outro lado, também que, enquanto esforço de pesquisa, as idéias apresentadas representam um posicionamento, uma contribuição, certamente original (diante da inexistência, pelo menos em termos nacionais, de pesquisas elaboradas com essa mesma preocupação), para a compreensão do fenômeno do fascínio que envolveu a relação entre leitores e o jornal Opinião, em um momento particularmente difícil das nossas vidas.

TECNICA DE PESQUISA

A amostragem

A investigação foi iniciada com a definição de um universo de pesquisa composto de sujeitos que, na massa de leitores, pudessem ser considerados como "fascinados pelo jornal Opinião".

As características básicas desses sujeitos eram as de que:

- (1) tivessem sido leitores do jornal, preferencialmente assinantes;
- (2) mantiveram algum vínculo afetivo com o jornal, caracterizado, em princípio, pelo colecionamento de exemplares, a manutenção destes em seu poder, e, até mesmo, sua encadernação;
- (3) acompanharam a trajetória do jornal, e estariam dispostos a rememorar fatos de sua vida pessoal, que tivessem relação com os momentos em que eram leitores do Opinião.

A partir de conversas informais com antigos leitores e das informações obtidas junto à equipe responsável pelo Opinião, foi segmentado o universo em categorias profissionais que tivessem maior probabilidade de conter os "fascinados" pelo jornal. Tratavam-se de pessoas que, na época, eram professores ou estudantes universitários, jornalistas, políticos, religiosos, artistas e profissionais liberais.

Levantadas e contatadas pessoas desse universo

constatou-se uma predominância de leitores assíduos, ainda afetivamente ligados ao jornal, nos três primeiros segmentos, ou seja, na esfera acadêmica, na política e na imprensa. Estas categorias, pela sua alta representatividade, foram consideradas básicas, e tornaram-se os grupos preferenciais de amostragem.

Para o mapeamento e localização da amostra, foi feita uma busca, em diversos pontos do país, de leitores com um "perfil" próximo ao hipoteticamente definido. Uma vez estabelecido o contato, ocorrida a entrevista, e considerada válida diante dos propósitos da pesquisa, era solicitado ao entrevistado que sugerisse o seguinte.

Os segmentos da amostra

1. Os leitores universitários

A primeira investida na busca dos leitores "fasciados" deu-se no próprio âmbito da universidade onde era esperado encontrar um grande número de pessoas que preenchessem as características básicas. Esta suposição foi plenamente confirmada com os professores e alunos de pós-graduação da Unicamp. A mesma experiência foi efetuada em universidades localizadas em outras cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Londrina e Porto Alegre, com resultados semelhantes.

Nesta categoria foram contatados 25 leitores, dos quais 17 forneceram depoimentos válidos. Entre os entrevistados, apenas quatro eram, na época, professores universitários com mais de três anos de formados; os outros eram estudantes de graduação e

pós-graduação ou recém-formados.

2. Os políticos

Para este segmento tentou-se reunir políticos que, no início da década de 70, participavam de movimentos partidários de oposição. Em Brasília, foram contactados seis políticos que pertenciam ao MDB, na época. Porém, a dificuldade de conciliar horários, e a falta de tempo disponível de alguns dos políticos arrolados, prejudicou o trabalho de pesquisa. Apenas um político pôs-se a disposição para prestar esclarecimento.

Em termos qualitativos, porém, o longo depoimento prestado pelo deputado Lysaneas Maciel (líder dos "autênticos" e com estreitas ligações com o grupo do jornal), trouxe informações importantes aos objetivos da investigação.

O mesmo ocorreu em relação ao grupo de religiosos que se ligavam ao jornal. A entrevista fornecida pelo padre Callegari ofereceu contribuição significativa para a reconstrução do "clima" político da época.

Foram obtidos, ainda, depoimentos expressivos de pessoas que eram, na época, simpatizantes ou militantes dos movimentos políticos clandestinos além de leitores assíduos do jornal. Nessa categoria estão incluídos, praticamente, a totalidade de alunos e professores universitários entrevistados. Além destes, foram ouvidas outras quatro pessoas - um advogado, um comerciante, um engenheiro e um artista plástico.

Os jornalistas

Os jornalistas, vistos apenas como "leitores do jornal", formaram um grupo bastante difícil de ser entrevistado. Todos os contatados participaram de alguma forma, e em algum momento, do Opinião. Além disso, os que atuavam no jornal, principalmente como colaboradores, tinham também envolvimento político em grupos clandestinos de oposição ao governo. Nessas condições, apesar dos muitos contatos efetuados, foram conseguidos apenas quatro depoimentos importantes para as intenções da pesquisa.

Em relação à equipe do jornal, a preocupação foi a de obter depoimentos dos que efetivamente conduziram o Opinião, especialmente os jornalistas e colaboradores mais "fiéis", os que acompanharam o jornal durante toda a sua trajetória. Assim, conseguiu-se o depoimento do proprietário do jornal, Fernando Gasparian e dos principais editores, Raimundo Pereira e Argemiro Ferreira. Foram efetuados ainda vinte contatos com membros da equipe de jornalistas e intelectuais que participaram do Opinião em suas diversas fases e que resultaram na obtenção de nove depoimentos.

Grupo de controle

Com a preocupação de avaliar de forma mais objetiva e menos emocionalizada as declarações dos fascinados pelo Opinião, criou-se uma quarta categoria, que serviria de contraponto às percepções dos leitores fascinados. Nesse grupo foram contatadas e efetivamente entrevistadas duas pessoas que tinham posições ideologicamente contrárias às do jornal: um civil, que participava politicamente dos quadros do partido do governo, e um militar, lei-

tor "profissional" do Opinião, membro da equipe de "inteligência" do Exército, encarregada da "leitura crítica" do jornal, indicando aos censores, os cortes a serem feitos.

Seleção dos entrevistados e representatividade da amostra

No rastreamento inicial da amostra foram contactadas cinquenta e cinco pessoas, entre jornalistas e leitores do jornal. Destes, foram selecionados e entrevistados vinte e seis leitores e dez jornalistas e colaboradores do Opinião.

Para os objetivos da pesquisa a seleção dessas pessoas não deveria ocorrer de forma aleatória. Pelo contrário, procurou-se indivíduos que representassem, significativamente, os leitores e jornalistas mais envolvidos com as diversas fases do jornal. O contato preliminar com os prováveis entrevistados foi a forma escolhida para se avaliar a pertinência da entrevista e o grau de envolvimento do pesquisado com o clima da época e com o jornal.

Por se tratar de pesquisa qualitativa, foi considerada, na composição da amostra, principalmente, a relevância dos depoimentos efetuados, e a disposição dos entrevistados em regressar ao passado, de forma, para alguns, ainda sofrida. A representatividade, neste sentido, é de outra natureza. A intenção da pesquisa não foi a de buscar uma relação meramente estatística entre o número de assinantes ou compradores habituais do jornal e o número de pessoas entrevistadas. Ao contrário, tanto no que se refere aos leitores, quanto à equipe de jornalistas, procurou-se informações visando recriar o "clima" da época e a trajetória do

jornal em meio a este clima. Para isto, tentou-se garantir a representatividade entre as três principais categorias de leitores selecionadas. Assim é que, na categoria "universitários", foram encontrados outros subgrupos: professores, alunos de graduação e pós-graduação, e recém-formados.

Entre os jornalistas houve preocupação em assegurar, da mesma forma, um certo equilíbrio entre os entrevistados. Além do proprietário e dos dois principais editores, foram entrevistados três jornalistas que pertenciam à equipe de redação, dois jornalistas-colaboradores, dois leitores-colaboradores eventuais e dois intelectuais.

A categoria dos políticos pode ser considerada como categoria-síntese, já que tanto os leitores quanto os jornalistas entrevistados, tinham alguma forma de participação política anterior ao jornal. Essa característica não tinha sido arrolada como determinante na definição prévia do leitor "fascinado". Foi se evidenciando a medida que ocorreram as entrevistas.

Um outro cuidado na escolha da amostra foi quanto à dispersão geográfica dos entrevistados. Procurou-se representantes não apenas nos grandes centros - Rio de Janeiro e São Paulo - mas que, na época, estivessem em diversos pontos do território nacional. Assim, foram entrevistadas pessoas que no início dos anos 70 viveram em São Paulo (9 pessoas); Rio de Janeiro (13); Brasília (4); Campo Grande e Corumbá (2); Teresina (1); João Pessoa (1); Londrina (1); Porto Alegre (1); e Campinas e cidades do interior de São Paulo (5) além dos que estavam no exterior, em Paris (2) e

em Londres (1).⁽¹⁾

Entre os entrevistados, a predominância foi do sexo masculino (21 leitores e oito jornalistas), sendo que houve, mesmo, uma certa dificuldade de se encontrar leitoras "fascinadas" pelo Opinião (apenas 5 entrevistadas, com diferentes graus de envolvimento emocional com o jornal). As duas jornalistas entrevistadas relacionavam-se com o jornal apenas como colaboradoras.

A determinação do número de entrevistados não obedeceu a nenhum critério quantitativo a priori. Estabeleceu-se como limite o "caráter de suficiência", ou seja, a saturação das informações obtidas. Isto ficou notório quando em cada segmento estudado, os relatos começavam a viciar.

Os entrevistados

Em termos de depoimentos válidos para a pesquisa foram consideradas as informações prestadas pelos seguintes depoentes, apresentados em ordem alfabética:

- Alcides Vitor de Carvalho
- Argemiro Ferreira
- Arriet
- Augusto Cesar Petta
- Bernardo Kucinski
- Celso Rotstein
- Chico Alencar
- Cristina Tavares
- Fernando Casadei
- Fernando Gasparian
- Fernando Henrique Cardoso
- Fernando Jorge Caldas Pereira
- Gilberto

1. Devido às circunstâncias políticas da época, muitos dos entrevistados tiveram que se deslocar para outras cidades ou países e, na entrevista, apresentaram depoimentos sobre suas vivências em mais de um lugar.

- Giorgio Callegari
- Ivani Fazenda
- José Luis Sanfelice
- José Vicente Tavares dos Santos
- Katy Uetanabarro
- L. C. (militar)
- Lucia Ramalho
- Luciano Martins
- Luis Antonio Cunha
- Lysaneas Maciel
- Marcel Dantas de Campos
- Marcus Venicio Ribeiro
- Memélia Moreira
- Menezes de Moraes
- Michelazzo
- Miriam Warde
- Moacyr de Góes
- Nelson Braga
- Paulo Markum
- Raimundo Pereira
- Sergio Augusto
- Sergio Castanho
- Woichej Khulesza (Tek)

Coleta de Dados

A forma escolhida para a obtenção dos dados foi a realização de contatos diretos e individuais com as pessoas selecionadas, utilizando-se a técnica de entrevista assistemática, em profundidade.

Considerou-se que a entrevista, mesmo que limitada ao relato verbal, ainda assim constituiria um importante meio de acesso não só aos motivos que ocasionaram as relações dos leitores com o jornal, como às vivências dos sujeitos envolvidos.

Optou-se por uma entrevista que não fosse meramente

descritiva, próxima de um levantamento de opiniões sobre o jornal ou sobre a época. Procurou-se que elas tivessem um caráter mais "evocativo", um sentido "confessional", próximo do diálogo psicanalítico, em que os depoentes fossem estimulados a fazer uma "regressão" ao início dos anos 70. Assim, através de uma lembrança pessoal, eles deveriam explicitar suas ações e, principalmente, os sentimentos sobre si mesmos, suas relações com as outras pessoas, com o "clima" existente na época e, particularmente, com o jornal.

O registro

Para avaliar os diversos procedimentos de entrevista foram realizados testes-pilotos, com quatro modelos diferentes de condução dos encontros:

- (1.) através de entrevista com gravador, rigorosamente orientada por perguntas do pesquisador, sem que o informante pudesse apresentar novos rumos para a questão;
- (2.) entrevista totalmente livre, em que o entrevistado, após uma breve introdução do pesquisador, manifestava livremente suas idéias, sem interrupções;
- (3.) entrevista, semi-orientada, que provocava uma espécie de conversa continuada entre pesquisador e informante, o que evitava a perda do objetivo proposto para o encontro;
- (4.) entrevista semi-orientada, mas sem gravador, tentando-se avaliar os efeitos que a presença do aparelho poderia provocar em termos de inibição do informante. (2)

2. Para esta avaliação foram dispostos dois momentos de encontro com o mesmo informante. Num primeiro, foi efetuada a entrevista com o gravador e, em um segundo momento, sem o aparelho.

Definição do instrumento de registro

A realização das entrevistas experimentais possibilitou a definição de vários aspectos fundamentais para a obtenção dos dados da pesquisa. Verificou-se, por exemplo, que a entrevista semi-orientada, com gravador era a que melhor convinha, uma vez que não foram sentidas grandes alterações de comportamento do informante após a retirada do aparelho. A permanência do gravador, por sua vez, tornou-se fundamental devido à possibilidade de o pesquisador ficar atento não só ao discurso do informante, mas também aos gestos, expressões e manifestações emocionadas que acompanhavam as recordações do passado.

O roteiro de perguntas

Os resultados apresentados pelos testes-pilotos contribuíram para a definição dos eixos estruturais das entrevistas que passaram a ser pautadas pelas seguintes questões:

1. A vida do informante no início dos anos 70. O que fazia, o que pensava e, principalmente, o que sentia nesse momento.
2. O primeiro contato do leitor com o jornal Opinião.
3. O significado do Opinião no "clima" da época. O que prendia o leitor ao jornal. Relações que foram criadas entre o leitor e o jornal.
4. Lugar ocupado pelo Opinião no momento atual. A demanda por esse tipo de jornalismo.

Critérios de registro e procedimentos em campo

As entrevistas tomaram a forma de depoimentos.³ Em geral, iniciavam-se com uma conversa em que o pesquisador apresentava os objetivos gerais da pesquisa e, logo após, o depoente era solicitado a fornecer dados gerais sobre suas atividades na atualidade. Ao mesmo tempo, já se iniciavam as primeiras sondagens sobre o passado.

O retorno ao passado era efetuado com cautela, respeitando-se o "timing" dos informantes. Para alguns, a entrevista não se esgotou em um só encontro e, para espanto do entrevistador, no segundo contato o entrevistado retomava o depoimento da mesma forma - em alguns casos, até em melhores condições - que havia deixado no encontro anterior.

Considerando-se a importância que estes relatos tinham para os propósitos da pesquisa, o pesquisador procurava manter uma certa disciplina, intervindo o mínimo possível e mantendo-se atento e silencioso. Sua intenção era a de deixar que, uma vez orientado sobre os objetivos do encontro, o entrevistado pudesse evocar suas lembranças com liberdade. Neste sentido, logo que iniciado o processo de rememoração, a observação do entrevistador detinha-se não só no conteúdo manifesto no discurso do informante, mas em suas reações, nas alterações da fisionomia e das atitudes corporais, nos silêncios e "falhas" de memória e nos transbordamentos emocionais apresentados. Posteriormente, novas perguntas eram estabelecidas, naturalmente, em forma de conversa,

3. Ver sobre a diferença entre histórias de vida e depoimentos o artigo de Maria Isaura P. Queiroz: "Relatos Oraís: do Indizível ao Dizível", in Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil/ org. Olga de Moraes von Simson: São Paulo, Vértice, 1988.

procurando esclarecer alguns pontos observados no discurso do informante e que tinham a ver com as questões básicas propostas na investigação.

Procedimentos de Análise

Processamento dos Dados

Os depoimentos coletados foram transcritos e analisados, individualmente. Neste momento considerou-se a importância que o próprio pesquisador realizasse a transcrição, pois, a medida que o depoimento era retomado na gravação (com pausas, pronúncia arrastada de algumas palavras, etc...), eram recuperadas, em paralelo, as formas não verbais de comunicação apresentadas pelos entrevistados, registradas em código em um caderno de anotações sobre a pesquisa.

Com o texto do depoimento já organizado, era feita a leitura e codificação das informações. Cada informação apresentada pelo entrevistado gerava uma "palavra-chave". As informações coletadas em todas as entrevistas foram reunidas em dois grandes blocos: um com os depoimentos dos leitores e outro, com as informações da equipe do jornal, chamados genericamente de "jornalistas".

O conjunto de palavras-chaves organizadas em cada um desses blocos recebeu, então, um novo tratamento analítico que deu origem aos "grandes temas", em torno dos quais deveria ser or-

ganizado o estudo. Foram identificados, assim, nos depoimentos de ambos os grupos, os seguintes temas gerais:

- (1.) "caracterização do período";
- (2.) "o jornal Opinião";
- (3.) "momento atual".

Estes temas foram subdivididos (tanto no grupo dos leitores, quanto no dos "jornalistas") em "sub-temas", de acordo com as informações comuns apresentadas nos diversos depoimentos de cada categoria.

Para o tema "caracterização do período", foram encontrados vinte e quatro sub-temas nos depoimentos dos leitores. Estes apresentavam temáticas variadas como: caracterização geral do momento político, movimento estudantil, exílio e fuga, universidades, grupos de estudo, família, teatro, militância, medo, pavor, ousadia, desânimo, descrença, desespero, tortura, repressão, ameaças, resistência, etc...

Entre os jornalistas, o mesmo tema deu origem a outros sub-temas, nem sempre coincidentes com as dos leitores. Aqui destacaram-se: medo, repressão, partidos políticos, censura, produção de notícias, prisão, jornais alternativos, grande imprensa, terrorismo, etc...

O mesmo levantamento, apresentando aspectos diferenciados nos depoimentos de leitores e jornalistas, foi realizado com o tema "Opinião". Para facilitar a organização do estudo este tema foi subdividido, inicialmente, em três núcleos:

- (1.) situação da imprensa no período (com três sub-temas levantados nos depoimentos dos leitores e dez, entre os jornalistas);
- (2.) relação dos leitores com o jornal (dezessete sub-temas entre os leitores e seis entre os jornalistas); e
- (3.) características gerais do jornal: aspecto gráfico, matérias, equipe etc.. (treze sub-temas para os leitores e vinte e oito entre os jornalistas).

Para o tema "momento atual" foram levantados doze sub-temas nos depoimentos dos leitores e oito, entre os jornalistas. Neste tema, os sub-temas versaram, para os jornalistas, sobre a análise dos jornais existentes, o retorno do Opinião, a falta de um jornalismo deste tipo, o momento político, o leitor e os jovens. Junto aos leitores surgiram análises da sociedade e de diversas instituições como família, universidade, igreja, etc.. na atualidade; foram considerados também, ainda, o medo, a emoção que as recordações provocavam, e especificamente, em relação ao retorno do jornal.

Após a categorização geral dos temas encontrados nas entrevistas procedeu-se à aglutinação das idéias expressas, de acordo com as unidades levantadas. Desta forma, montou-se um corpo de depoimentos, um conjunto de manifestações que, organizadas em quatro partes, tornaram-se o único recurso por meio do qual foi criado o texto básico do estudo.

Organização do estudo

A partir dos temas levantados foi-se construindo o esboço de uma " história" que não seria a de um indivíduo identificado, mas de uma coletividade, de um grupo determinado. A necessidade de que esses dados se configurassem como uma manifestação coletiva, e não como manifestações isoladas, levou a que se considerasse a importância de se entrevistar pessoas de diversas localidades, com diferentes formações.

O estudo foi organizado em três partes distintas, correspondendo aos temas levantados anteriormente. Na redação foram utilizados tanto os depoimentos dos leitores quanto os dos jornalistas. Para que não se fizesse uma apropriação mecânica das informações levantadas, foi respeitada a separação entre os dois tipos de entrevistados.

Devido à importância que as expressões manifestadas pelos depoentes assumiu na análise foi acrescentada uma quarta parte, em que se reuniu todas as formas emocionadas apresentadas nas entrevistas e apreendidas pelo pesquisador.

A busca teórica

Elaborado o estudo sobre o "clima" da época, a partir das percepções dos leitores fascinados pelo Opinião, teve-se condições de iniciar um trabalho de análise, buscando testar hipóteses que pudessem justificar o "fascínio" pelo Opinião. As primeiras evidências nos conduziram a várias delas:

(1.) A materialidade do jornal, a qualidade jornalística de sua publicação, produziria, pelo seu alto nível, um efeito "mágico" em seus leitores.

(2.) A falta de liberdade de expressão e de comunicação causaria a necessidade de se ligar ao veículo que, ao que parece, conseguia realizar um certo grau de oposição dentro das condições mínimas de resistência existentes na época.

(3.) Os elementos responsáveis pelo desencadeamento das relações afetivas entre os leitores e o jornal estariam na própria interioridade dos que se deixaram fascinar pelo Opinião.

Cada uma das hipóteses vislumbradas era emocionalmente desafiante e encontrava respaldo teórico que poderia explicar a questão do fascínio do Opinião. Para auxiliar o trabalho analítico foram organizados dois "workshops", que tinham como objetivo aprofundar teoricamente a reflexão sobre o tema em estudo, tomando por base experiências congêneres e posições teóricas de cientistas sociais importantes.

A partir das discussões dos workshops traçou-se um caminho teórico de análise possível de ser desenvolvido, dentro das circunstâncias restritivas - de prazo, por exemplo - em que se elabora uma pesquisa desse tipo.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. (1987) *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Hucitec; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1977
- BARTHES, Roland. (1975) *Mitologias*. São Paulo, Difel, 2a. ed., 1964.
- BAUDRILLARD, Jean. (1976) *L'échange symbolique et la mort*. Paris, Gallimard, 1976.
- BAUDRILLARD, Jean. (1979) *De la séduction*. Paris, Galilée, 1979.
- BAUDRILLARD, Jean. (1981) *Simulacres et simulations*. Paris, Galilée, 1981.
- BAUDRILLARD, Jean. (1983) *Les stratégies fatales*. Paris, B. Grasset, 1983.
- BAUDRILLARD, Jean. (1985) *A sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- BAUDRILLARD, Jean. (1987a) *L'autre par lui-même*. Paris, Galilée, 1987.
- BAUDRILLARD, Jean. (1987b) "O sujeito fractal". In: *Aesthetik und Kommunikation*. 67/68, Ano 18, 1987, p.35-38. trad.:Ciro Marcondes Filho. Datilografado.
- BENJAMIM, Walter. (1985) *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1955.
- BENJAMIM, Walter. (1988) *O marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- BERTAUX, Daniel. (1980) "L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités". *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, 1980, p. 197-225.
- BUSELMEIER, Michael. (1988a) "Entretenimento de Massas na Esfera do Trabalho e do Lazer". In: MARCONDES FILHO, Ciro. São Paulo, 1988, pp. 39 - 96.
- CANETTI, Elias. (1983) *Massa e Poder*. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/ Ed. Universidade de Brasília, 1960.
- COSTA, Jurandir Freire. (1986) *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.
- COSTA, Jurandir Freire. (1989) "Narcisismo em tempos sombrios". In: FERNANDES, Heloisa Rodrigues. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- DAHMER, Helmut. (1975) "Psicanálise como teoria social". In: *Psyche. Zeitschrift für Psychoanalyse und ihre Anwendung*, ano 29, 1975, p.991-1010. trad.: Ciro Marcondes Filho. Datilografado.
- DAHMER, Helmut. (1989b) "Psychoanalyse als Gesellschaftstheorie". In: *Analytische Sozialpsychologie*. Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1989.
- ECO, Umberto. (1970) *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1964.
- ECO, Umberto. (1984) "A nova Idade Média". In: ECO, U. *Viagem à irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1972.
- ERDHEIM, Mario. (1984) "Prefácio à edição de bolso" (parte). In: *A produção social da inconsciência. Uma introdução ao processo etnopsicanalítico*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1984, p. XI-XVIII. Trad.: Ciro Marcondes Filho. datilografado.

- ERDHEIM, Mario. (1989b) "Die gesellschaftliche Produktion von Unbewusstheit". Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1984.
- ERNY, Pierre. (1986) *Etnologia da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- FANON, Frantz. (1968) *Sociologia de una revolución*. Mexico, Ediciones Era, 1966.
- FENICHEL, Otto. (1989b) Teoria Psicanalítica das neuroses (trechos) Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1939.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. (1989) *Tempo do desejo. Sociologia e psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FREUD, Anna. (1986) *O Ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1946.
- FREUD, Sigmund. (1985) *Totem y Tabu*. Madrid, Alianza Editorial, 1912.
- FREUD, Sigmund. (1986) *Psicologia de las masas*. Madrid, Alianza Editorial, 1921.
- FREUD, Sigmund. (1986b) *El malestar en la cultura*. Madrid, Alianza Editorial, 1930.
- FREUD, Sigmund. (1933) *New Introductory Lectures on Psychoanalysis*. New York, W.W.Norton & Company, s.d.
- FREUD, Sigmund. (1933) *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, s.d.
- FREUD, Sigmund. (1923) *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, s.d.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. (1988) *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1983.
- GEYRHOFER, Friedrich. (1984) "Aquiles com pólvora e chumbo. A fisionomia do jornalismo". In: MARCONDES FILHO, Ciro, 1973.
- GORENDER, Jacob. (1987) *Combate nas trevas*. São Paulo, Atica, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. (1970) "Socialização e Estrutura Social". In: *Trabalho, Conhecimento, Progresso; ensaios 1954-1970*. Amsterdã, 1970, pp. 376-429. Trad.: Ciro Marcondes Filho. datilografado.
- HAUG, Wolfgang Fritz. (1989b) "Warenästhetik und Angst" (trechos). Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1964.
- HAUG, Wolfgang Fritz. (1988a) "A crítica da estética da mercadoria." In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). 1972.
- HIGGINS, Mary. (1988) "Prefácio à Edição em Língua Inglesa". In: REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1970.
- HORN, Klaus. (1976) "Psicanálise e contradições sociais" in *Psyche. Zeitschrift für Psychoanalyse und ihre Anwendungen*. Ano 30, 1976. Caderno 1, pp. 26-49. Trad.: Ciro Marcondes Filho. datilografado.
- HORN, Klaus. (1989b) "Psychoanalyse und gesellschaftliche Widersprüche". Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1975.
- KEHL, Maria Rita. (1989) "A Razão depois da Queda (utopias e psicanálise)" In FERNANDES, Heloisa Rodrigues. 1988.
- KOTHE, Flávio R. (1976) . *Para ler Benjamin*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- KRISTEVA, Julia. (1977) "Para que servem os intelectuais". In: *Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro, Inúbia, 1977, vol. 5, pp. 84-92.
- LAPLANCHE, J.. (1987) *A angústia*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

LAPLANCHE, J. PONTALIS, J. B.. (1986) *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes, 1967.

LASCH, Christopher. (1986) *O Mínimo Eu*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LEVI-STRAUSS, Claude. (1975) *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1949.

LYOTARD, Jean-François. (1986) *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

MARCONDES FILHO, Ciro. (org.) (1985) *Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil*. São Paulo, Summus, 1985.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1986a) *O Capital da Notícia*. São Paulo, Atica, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1986b) "A análise do produto cultural" in: PROKOP, Dieter. *Sociologia*, São Paulo, Atica, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1987a) *Quem Manipula Quem?* Petrópolis, Vozes, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1987b) *Violência Política*. São Paulo, Moderna, 1987.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1988a) *A Linguagem da Sedução*. São Paulo, Perspectiva, 1985.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1988b) *Televisão: A Vida Pelo Vídeo*. São Paulo, Moderna, 1988.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1989a) *Workshops sobre o Opinião*. Anotações. 1989. datilografado.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1989b) *Violência, poder e comunicação. A produção social da loucura*. São Paulo, 1989. Datilografado.

MARCONI, Paolo. (1980) *A Censura Política na Imprensa Brasileira*. São Paulo, Global Editora, 1980.

MARX, Karl. (1971) *O Capital*. Livro 1. vol. 1. São Paulo, Difel, 1867.

MELO, Hygina Bruzzi de. (1988) *A cultura do simulacro. Filosofia e Modernidade em J. Baudrillard*. São Paulo, Loyola, 1987.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. (1984) *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

NAFFAH NETO, Alfredo. (1985) *Poder, Vida e Morte na Situação de Tortura*. São Paulo, Hucitec, 1983.

NEUMANN-SCHOENWETTER, Marina. (1989b) "Desenvolvimento sexual e esquizofrenia" (trechos). Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1973.

NIETZSCHE, Friedrich. (1987) "Para a Genealogia da Moral." In: *Obras Incompletas*. São Paulo, Nova Cultural, 1887.

OPINIÃO. Nos. 0 -231. Rio de Janeiro, Inúbia, 1972-1977.

PINHEIRO MACHADO, José Antonio. (1978) *Opinião x Censura*. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda, 1978.

PROJETO "BRASIL: NUNCA MAIS". (1988) Tomo III: *Perfil dos Atingidos*. Petrópolis, Vozes, 1987.

PROKOP, Dieter. (1986) *Sociologia*. São Paulo, Atica, 1979.

PROKOP, Dieter. (1985) "Medien-Wirkungen". Apud: MARCONDES FILHO, Ciro. 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. (1988) "Relatos Orais: do 'indizível' ao 'dizível'". In: VON SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com Histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice, 1988.

- REICH, Wilhelm. (1953) "A contradição do Nacional-Socialismo".
Trecho do Cap. VII da autobiografia política de Reich, *People in Trouble*. Rangeley/Maine, 1937, pp. 119-130. Texto original em alemão. Trad.: Ciro Marcondes Filho. datilografado.
- REICH, Wilhelm. (1988) *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1935.
- REYHER, Ulrich. (1988a) "Meios de Comunicação e Desejo Subversivo".
In: MARCONDES FILHO, Ciro. 1974.
- RICROFT, Charles. (1968) *Dicionário Crítico de psicanálise*.
Rio de Janeiro, Imago, 1968.
- ROUANET, Sérgio Paulo. (1987) *A razão cativa*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ROUANET, Sérgio Paulo. (1986) *Teoria crítica e psicanálise*.
Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- SCHNEIDER, Peter. (1988a) "A fantasia no capitalismo tardio e a revolução cultural" (trechos) In.: MARCONDES FILHO, Ciro. 1969.
- STAFFORD-CLARK, David. (1978) *O que Freud realmente disse*.
Porto Alegre, Globo, 1978.
- TENORIO, Leda. (1990) "As amantes proustianas" In: NOVAES, A. (org) *O Desejo*. São Paulo, Companhia das Letras; Rio de Janeiro, Funarte, 1990.
- VATTIMO, Gianni. (1987) *O fim do modernismo. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa, Presença, 1987.
- ZIMA, Pierre V. s.d. "L'ambivalence dialectique: entre Benjamim et Bakhtine". Texto mimeografado.